

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1947

SUMÁRIO

- Voyage du haut Nil* – Dom Pedro II, **1**
Titulares pernambucanos – Guilherme Auler, **39**
Nascimento, desenvolvimento e grandeza de Petrópolis – Carlos
Maul, **57**
Algumas cartas da imperatriz Leopoldina – Berta Leite, **71**
Pedro II e intelectuais portugueses – Alcindo Sodr , **83**
Em torno das ordens de Pedro I e da Rosa – Hayd e Di Tommaso
Bastos, **185**
Carlos Gomes e Pedro II – Luís Afonso d’Escragnolle, **207**
D. Pedro I através de suas cartas aos filhos – Lourenço Luís
Lacombe, **227**
Noticiário, **273**

Voyage du Haut Nil

Nota Explicativa

Divulga o Museu Imperial, neste número de seu Anuário, documento de suma importância para o estudo de uma das várias facetas da personalidade do imperador d. Pedro II. Trata-se do diário de sua viagem ao alto Nilo, realizada em 1876. O documento, ainda não divulgado no original francês, foi, todavia, publicado em tradução, feita pelo ilustre historiador Afonso d'Escragnolle Taunay, na Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXII, parte II, p. 223 e seg. e cujo prefácio vai aqui reeditado. Pela primeira vez, porém, aparece esse documento na língua original em que o escreveu d. Pedro II, e tal como o copiou o visconde de Taunay, cujo filho, autor da citada tradução, ofereceu-o ao arquivo deste museu.

O diário do imperador que ora é reproduzido, não se destinava à publicidade. Escrito sem preocupação de forma, constituem-no rápidas notas, sem pretensão literária, tomadas sobre o joelho, com o único e louvável fito de assinalar os episódios e os fatos de sua passagem pelo Egito.

No intuito de divulgar suas impressões entre alguns egiptólogos com quem mantinha relações de correspondência, escreveu d. Pedro em francês suas impressões a respeito da viagem à terra dos faraós. E nessa língua o divulga o Anuário do Museu Imperial.

Advertência

Raros são os que conhecem a existência deste diário da viagem do imperador d. Pedro II ao alto Nilo que, em cumprimento de paterno voto, tenho a honra de oferecer à Revista de uma das mais, se não a mais ilustre corporação científica do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sabem todos quanto apaixonava ao monarca o estudo das línguas orientais e das civilizações primitivas.

Cultivou com afinco o hebraico e o árabe até os últimos dias de existência, levando-o o pendor à filologia comparada a instruir-se no sânscrito, siríaco e caldaico.

Ainda de Vichy, a 15 de setembro de 1891, dois meses antes da morte, escrevia a meu pai que “se distraía a traduzir a Bíblia e As mil e uma Noites, tendo mandado procurar em Paris alguns livros familiares para explicar aos companheiros um pouco de egiptologia”.

Segundo se depreende de tópicos deste *Diário*, iniciara o estudo da egiptologia, muito antes da sua primeira viagem fora do Brasil, quer pela leitura de tratados e memórias quer pela comunicação assídua com egiptólogos ilustres, dentre os quais Mariette Bey, Brugsch, Mr. de Rougé.

Correspondia-se afetuosamente com os dois primeiros, sobretudo com o segundo, o *seu amigo* Brugsch.

Foi, pois, verdadeiramente impressionado pela poesia do passado tão remoto e pelos conhecimentos adquiridos na ciência descoberta por Champollion que d. Pedro II empreendeu a primeira viagem às ruínas do Egito e tal a comoção recebida que não teve mão em si e, passados alguns anos, resolveu tornar a ver os colossais destroços milenários.

Dessa segunda estada é que data o *Diário*.

Dia-a-dia, singelamente, sem a menor preocupação estilística, atento unicamente em anotar impressões, a fim de as metodizar e não se embarçar mais tarde com apelos à embora prodigiosa memória, lançava o soberano nas páginas do canhenho as observações sugeridas pela minuciosa perscrutação dos gigantescos edifícios faraônicos.

Através do afã com que procurou fixar todas elas, ressumbra a emoção que ao seu grande espírito causava o contato com esses monumentos, mais antigos alguns do que as mais longínquas reminiscências da humanidade.

O fato de traçar tais observações em francês obedecia ao seguinte propósito: queria o imperador levá-las ao conhecimento dos egiptólogos seus amigos, dá-las a conhecer a Mariette, então diretor do Museu de Bulaq, e ao *amigo* Brugsch, tão reputado quanto o grande arqueólogo francês e igualmente residente no Egito.

Ao regressar ao Brasil conservou d. Pedro II o seu diário na biblioteca de S. Cristóvão, entre os diversos papéis íntimos; quando se deu a dispersão dos móveis do palácio, após o leilão geral de 1890, alguém que adquirira pequena mesa, descobriu num canto da gaveta a agenda imperial, levando o precioso achado ao conhecimento do conde de Aljezur, o fidelíssimo servidor do monarca, quando este, após haver acompanhado o seu soberano a S. Vicente de Fora, voltara à pátria.

Apressou-se ele em comunicar o fato a meu pai, que, imediatamente, tirou uma cópia integral de quanto continha o valioso caderninho, exceção feita de muitos dos numerosos esboços que lhe recheavam as páginas.

Uma carta endereçada à princesa d. Isabel, condessa d'Eu, fornece interessantes pormenores sobre o caso:

Petrópolis, 16 de março de 1893.

Imperial senhora. – Tomo a liberdade de escrever a Vossa Alteza Imperial sobre o seguinte e importante fato:

Há dias, o sr. conde de Aljezur levou-me à casa um livrozinho de 58 páginas escritas de lado a lado, de letra muito miúda, toda do punho do imortal senhor d. Pedro II.

A minha comoção foi enorme, no empenho em que vivo, na medida das minhas forças, de zelar a memória e a glória imensa daquele soberano.

Era a viagem que, em 1876, fizera ele à região do Alto Nilo. Como tão precioso documento pertence hoje, ou melhor, está nas mãos de um sr. Rangel, que o adquiriu não sei como, tomei a deliberação nos três dias que me foram concedidos, de tirar uma cópia do original. O trabalho foi enorme e obrigou-me a muitas horas seguidas de labor, até alta noite, mas no prazo marcado pude entregar o manuscrito, tendo também reproduzido não poucos dos desenhos a lápis.

Com toda a reverência indago a V. A. I. se, nos papéis do imperador, se acha essa parte da viagem ao Egito, de 17 de dezembro de 1876 a 23 daquele mês, e onde existe a continuação, que devo fazer com essa cópia, se posso dá-la à publicidade.

Tendo toda a certeza de que daí provirá ainda mais glória para o ente excepcional que foi o sr. d. Pedro II.

Beijo respeitoso a mão de Vossa Alteza Imperial, a quem peço, com todo o acatamento, se digne apresentar os meus cumprimentos a sua alteza o senhor conde d'Eu, assinando-me

De Vossa Alteza Imperial – Humilde súdito, *visconde de Taunay*.

Não pôde a princesa d. Isabel ministrar os esclarecimentos pedidos; absorto com os graves cuidados do governo, nunca mais cogitara d. Pedro II em coordenar as notas recolhidas no alto Egito.

Quanto à parte que completa o *Diário* da jornada de dezembro de 1876, ninguém sabe onde esteja, talvez entre os inúmeros volumes doados pelo imperador à Biblioteca Nacional, ou em mãos de algum herdeiro dos egiptólogos que o leram, quiçá perdido para sempre... O que se salvou, porém, basta para reforçar a orientação dos futuros biógrafos de Pedro II, acerca de uma das mais notáveis faces da individualidade daquele pró-homem.

Ofertando ao *Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* a tradução do manuscrito imperial, julgo prestar uma homenagem à ilustre corporação a quem deve a pátria brasileira serviços inestimáveis, trazendo à luz, por seu intermédio, documentos de sabido valor, traçados pelo punho daquele que durante cinqüenta anos a presidiu, votando-lhe tão constante quanto acendrado amor, afeição essa que o Instituto retribui venerando-lhe de modo extraordinário a augusta memória.

São Paulo, 25 de dezembro de 1908.

Afonso D'Escragnolle Taunay.

Voyage du Haut Nil

11 Décembre 1876 – Partis du port de Gesirch sur le bateau à vapeur le *Férouz* (turquoise) à 2h $\frac{3}{4}$. Le ciel au coucher du soleil était de toute beauté. Les panaches des dattiers semblaient s'enflammer aux rayons du soleil. J'ai remarqué à droite, dans le lointain, les pyramides en brique formant des marches de Saqqarah. Mouillés à Marguna vers les 5 $\frac{3}{4}$, ayant marché 22 milles anglaises.

12 – 6 heures. Le soleil à l'orient se colore comme un vague arc-en-ciel. Hérodote dit que l'Egypte est un présent du Nil et je le vois rouler une eau épaisse, qui se transforme dans la souriante végétation qui émaille les rives. Nous longions Beni Souef à 2 heures, après avoir remarqué du côté droit les pyramides de Meidour, que l'on appelle la *fausse* formée de deux troncs de pyramide et un troisième superposés. C'est près de là que Mariette-bey a découvert les deux statues assises d'un homme et d'une femme, peintes en partie et ayant les yeux de verre. Les cartouches sont de la 3^{ème}. dynastie, plus de 4.000 ans avant J. C. Les couleurs sont très bien conservées et les traits physiognomiques sont fort caractéristiques et différent de ceux de la statue de Chafiz, le roi de la 2^{ème}. pyramide de Gizeh. La première fois que j'ai été en Egypte les deux statues ne se trouvaient pas encore au Musée de Boulacq. On voit la pyramide de Meidour pendant très longtemps. Avant 3 heures les montagnes d'albâtre se voyaient à gauche au delà des collines. Il est près de 4 hs. et nous avons passé par Bibet où la rangée de collines à gauche s'avance dans le fleuve formant un promontoire, dont le profil ressemble à un escalier. Nous avons échoué cette matinée, mais pour quelques moments. Le fleuve baisse encore pendant des mois. Les *duhabiehs* sillonnent sans cesse le Nil, quelques uns transportant à deux, réunis par une planche, des montagnes de paille pour fourrage. Deux de ces grands bateaux arboraient le drapeau anglais, protégeant des voyageurs de cette nation, à ce que j'ai pu découvrir des apparences des passa-

gers. Je lis dans le guide de Mariette Bey que l'on suppose avec raison que la pyramide de Meidour est du roi Snéfrou, prédécesseur de Chéops, celui de la grande pyramide de Chéops, 4^{ème}. dynastie (4.255 a. J. C.). Nous avons mouillé à 5 heures peu après Fechu, où les collines à gauche arrivent jusqu'au fleuve, montrant bien les couches horizontales. Sur la rive opposée, à quelque distance on voit les cheminées d'une des sucreries du Khédive. J'en avait aperçu une autre du même côté vis à vis de Bibech. Le ciel, se soir, ne paraît pas être celui de l'Égypte. La pyramide Sarquarat, dont j'ai parlé hier, peut, selon Mariette, être rapportée au roi Ivennéohès, à la première dynastie 5.000 a. J. C.

13 – Je suis encore en Orient, où l'on ne se presse trop. Il y a eu de la difficulté à partir à 6 h ½.

Les dates de l'histoire de l'ancienne Égypte sont encore bien loin d'être précises. Pour les égyptologues allemands il y a une différence de 2.079 années entre les limites d'âge du premier roi Mena (le stable) – Ménès des Grecs. Mon ami Brugsh l'a reporté à 4.455 a. J. C.

Les montagnes d'Ambie ont présenté des formes très bizarres: j'en ai fait des esquisses. À midi 1/4, le minaret de Sameloui luttait d'élégance avec les dattiers sur la rive gauche du fleuve. Peu après, on me montrait l'endroit où a chaviré dans un coup de vent le *durabieh*, qui transportait Campbell et autres anglais; ils n'ont pas pu sortir de la cahute toute fermée. Presque vis à vis, au sommet d'un rocher de la rive droite, nommé *Gebel Teil* (montagne des oiseaux) s'élève le *Deir el Bakarah* (couvent de la poulie), dont on se servait pour hisser les voyageurs qui voulaient y entrer. Il est habité par des moines cordonniers qui ont l'habitude de venir à la nage demander le *backschisit* (l'aumône). Heureusement nous n'avons pas eu ces visites inconvenantes. À 1 h. 20 m. les montagnes de la rive droite à *El Baikur* s'éloignent du Nil, en formant une espèce d'amphithéâtre. Je débarquais à 2 h ½ à Minieh, petite ville, pour visiter une des sucreries du Khédive. C'est un grand établissement à appareils Derosnes et Cail. On y fabrique dans l'année 50.000 quintaux de sucre et 400.000 litres d'alcool à 40°. J'y ai trouvé une *duhabieh* à drapeau anglais et, après avoir quitté Minieh, une autre conduisant Sir Elliot avec sa famille, je le pense. En approchant de Beni Hassan le sable se fait voir entre le fleuve et les montagnes et sur le flanc de celles ci, dont on observe ainsi la désaggrégation (sic). Le coucher du soleil embra-

sait la rive opposée. Nous avons mouillé à 5 h. 40 m. Ce voyage m'enchante; mais je deviens triste en songeant aux amis qui ne peuvent avoir les mêmes jouissances. Je ne puis pas dire comme le fils du pharaon Aen: "Que ta face soit gaie, autant que tu vis. Est ce que quelqu'un est sorti du tombeau après y être entré?!"

14 – Débarqué à 6 h ½, je suis parti en baudet tout à fait caractéristique. Le cheval, ainsi que le chameau ne paraissent dans les images des monuments égyptiens qu'après la dixième dynastie (3.000 a. J. C.). J'ai visité presque toutes les grottes de Beni-Hassan. Elles ont été creusées dans les roches de la rive droite pour des tombeaux qui étaient des puits dans le sol des grottes où l'on descendait les sarcophages au moyen de trous, des deux côtés des parois des puits.

Les deux grottes plus au Nord sont les plus intéressantes. La première où je suis entré est le tombeau de *Xnumhotep*, monarque du district de Sah, pendant le règne de Ururtasen II (2.400 a. J. C.), dont on voit les cartouches contenant le nom officiel et celui de famille. La paroi du Nord a des peintures et des hiéroglyphes explicatifs du plus haut intérêt. Trente sept personnes de la tribu des *Amon* (nom sémitique de l'hébraïque *am* peuple ou du copte, que l'on peut considérer aussi comme sémitique *amon* pasteur, bouvier) apportent au monarque du district de Sah du minerai alasmut (?) servant à teindre les cils, du pays Pit sa (?), Arabie. Les compagnons du chef des immigrants nommé Abera (nom sémitique) sont des hommes barbus et armés de lances, d'arcs et massues, des femmes, des enfants et des baudets chargés des effets. Le chef offre au monarque un bouquetin comme ceux que l'on trouve à la presqu'île du Sinai.

La seconde grotte est le tombeau du monarque du même district nommé Anenhi, qui vivait au règne de Usurtasen I, dont j'ai vu les deux cartouches et d'Amenemat II, dont j'ai vu aussi les cartouches au nom officiel (2.400 a. J. C.). Elle est à triple voûte dans le sens de la profondeur et à 4 colonnes doriques à 16 faces cannelées, moins celles qui se regardent et se trouvent dans le sens perpendiculaire à la porte d'entrée. Elles sont très belles. J'en ai vu d'autres doriques aussi à 16 et à 8 faces, mais non cannelées, et dans une grotte où elles formaient comme un vestibule, on ne peut pas les croire taillées à une époque postérieure à celle de la grotte non encore entièrement creusée et paraissant n'avoir pas servi de tombeau. Sur ce petit vestibule il y a des hiéroglyphes. J'ai remarqué

aussi des grottes assez longues et perpendiculaires à la paroi. Sur les portes d'entrée des deux grottes les dessins les plus intéressants. J'ai rejoint le vaupeur en amont. Le chemin est meilleur et bien joli à cause des dattiers. J'ai visité aussi la grotte que l'on nomme Spen Artemidos (grotte de Diane, en grec) et qui n'est qu'un tombeau creusé au temps de Sethi I, père de Ramsès II (1.400 a. J. C.) dont on voit les cartouches parmi les innombrables hiéroglyphes Au fond de la grotte plus au N. à Beni Hassan, on voit dans une chambre trois statues assises assez reconnaissables en demi bosse dont celle du milieu est plus grande. Dans une des autres grottes j'ai remarqué aussi, dans une espèce de niche au fond, une pierre saillante ressemblant l'image d'une momie en demi bosse. Une des choses, qui m'ont le plus frappé dans les grottes de Beni Hassan, ce furent des colonnes, dont j'ai fait des croquis. Elles imitent quatre troncs d'arbres liés ensemble dans leur partie supérieure par des cordes entre lesquelles et les intervalles de troncs passent des morceaux de bois, dans le sens de la longueur pour rendre le tout plus fort.

Peu après Beni Hassan nous avons passé par Rodat sur la rive gauche, où les bâtiments de la sucrerie du Khédive – il y en a 15 comme celle de Minieh – produisent un bel effet. Cependant je préférerais la vie du village de l'autre côté, tout environné de dattiers.

3 ¼ – Nous approchons de Haggi Gandeï sur la rive droite. Je regrette de n'avoir pas du temps pour visiter les grottes de Tell-Amarna, qui appartiennent à la 18^{ème}. dynastie (1700 à 1400 a. J. C.) est sont presque toutes des tombeaux de fonctionnaires d'Amenophis IV (le Khan ou... (?) des monuments). Sous ce roi, comme sous Ramsès II, les artistes représentaient les figures avec les traits du souverain, et on voit les personnages enterrés dans ces grottes-là avec des têtes d'eunuque et des torses chargés de graisse. En Russie, du temps de l'impératrice Eüsabeth un ukase a été rendu déclarant officiel un des portraits de l'impératrice et condamnant un autre portrait, qui était fort laid. J'ai vu l'original de cet ukase à la Bibliothèque Impériale de St. Petersbourg. Amenophis IV devait aussi défendre l'imitation de ses traits grossiers. C'est aux égyptologues de trouver un ukase en hiéroglyphes.

4 ½. Nous passons devant les montagnes Gebel abou Fédra, sur la rive droite. Presqu'à l'extrémité sud de ces montagnes sont les grottes de Maubdet. En y pénétrant par une fissure, on y



Grupo tirado junto a um monumento egípcio, vendo-se entre outros dom Pedro II, dona Teresa Cristina e o visconde de Bom Retiro.

trouve – à ce qui dit Mariette Bey – des milliers de momies de crocodiles. Cependant on en aperçoit à peine dans un voyage du Nil et jusqu'à présent je ne les ai pas rencontrés. Dans le tombeau du maître Ti (qui vivait à la cinquième dynastie – 3.000 a. J. C.) il y a des images de crocodile et d'hippopotame, que j'ai examinées à l'occasion de mon premier voyage en Égypte. Ce tombeau est dans l'emplacement de Memphis et l'on peut supposer qu'à cette époque le crocodile et l'hippopotame se trouvaient aussi dans cette partie du Nil.

À 5 ¼ j'ai fait un léger croquis des montagnes qui sont remplies de grottes creusées ou naturelles et après j'ai rencontré une des *dahabieh* des anglais qui profitaient du vent assez fort. Elle a dû s'arrêter, car il commençait à faire noir et nous avons mouillé à 7 h. près de la rive gauche un peu en amont de Monfalout. Le crépuscule a été ravissant avec ses teintes rouge clair et verdâtres.

7 h. 40 – Les étoiles brillent comme des diamants dans du charbon. Avant de dormir, j'étudie la grammaire hiéroglyphique de Brugsch. Je reconnais qu'on a beaucoup avancé dans l'interprétation des hiéroglyphes, mais il faut avouer que l'on a presque deviné beaucoup de choses. Mon ami Brugsch me semble plus savant, mais Mariette a fait de plus belles découvertes en fait de monuments et me semble plus pratique. Il est aussi un de mes affectionnés depuis mon premier séjour ici. L'aspect des rives du Nil suggèrent (sic) beaucoup de considérations géologiques, et je pense que le fleuve est déjà arrivé seulement jusqu'à Beni-Souef par où nous avons passé le 12 à 80 milles du Caire. Le Docteur Gaillardot, que je connaissais beaucoup depuis mon premier voyage et qui méritait l'estime du comte Jaubert, – il m'en a parlé, il y a quelques jours, en le regrettant profondément – a la même opinion. Il a soutenu avec beaucoup d'insistance dans l'Institut Egyptien l'existence en ce pays de l'âge préhistorique de la pierre, mais je crois que Mariette le combat avec d'excellentes raisons.

15 – Partis à 6h 10. La journée n'a pas été intéressante, mais le paysage continue à être très beau. Vers 10 h. nous avons touché à terre pour recevoir du charbon et je suis allé voir la ville de Siout, qui est assez grande et pas très sale. De grands acacias croissent dans le chemin qui y mène. La ville a un fort joli minaret de pierre. J'ai fait ma prière dans la petite église catholique que soigné un capucin du couvent du Caire. Il m'a dit qu'il y a une centaine de catholiques dans la ville. Une partie du bazar est cou-

verte en bois. Nous sommes repartis à 11 $\frac{1}{4}$. À 1 $\frac{1}{4}$ j'ai vu dans le lointain à droite l'élégant minaret du village d'Abouty (?). Ce soir, nous avons passé près de l'endroit où le célèbre El Maddi a fait tant de mal aux chrétiens qui voyageaient sur le fleuve, ayant eu sous ses ordres jusqu'à 2.000 sectaires, qui le considéraient comme un grand saint. Les montagnes de la rive droite présentaient beaucoup de grottes creusées par la main de l'homme et une pointe de roc paraissait un homme couché sur le ventre. Nous avons mouillé à 6 h. $\frac{1}{2}$ à 10 milles de la ville de Sohy (?). Le commandant ne veut pas naviguer la nuit, quoique le ciel soit très clair. C'est peut être de la sagesse de sa part, car le courant change quelques fois de direction, ainsi que les bas fonds se déplacent après les inondations. J'ai remarqué aujourd'hui combien le Nil a détruit de la rive droite sur un grand espace, tout planté de beaux dattiers. Il n'y a pas de coucher de soleil où les teintes ne soient pas différentes et toujours ravissantes. Avant d'arriver à Siout, j'ai vu du côté droit l'entrée d'un beau canal qui communique avec celui du Tayoum, une des parties les plus fertiles de l'Égypte, que je compte voir à mon retour. C'est là qu'Amenemhat III de la 12^{ème}. dynastie (3.000 a. J. C.) a fait creuser le lac de Meris (*Meri* signifie lac en égyptien) et construire le labyrinthe à 3.000 salles et chambres au dessus et tout autant au dessous. Le mot labyrinthe provient de ces autres en égyptien *rape ro hun t* ou *lape ro hun t* qui veulent dire "le temple de l'orifice du déversoir". Le nom moderne de l'endroit est *Ellahoun*.

Le canal qui m'a permis de montrer que je tâche de diminuer mon ignorance en égyptologie est un des travaux du Khédive, qui vraiment a fait de bonnes choses dans son pays. L'instruction publique s'y est beaucoup développée depuis mon premier voyage.

16 – Partis peu avant 6 h. Nous nous sommes arrêtés à Sohay pour prendre du charbon. C'est une petite ville assez jolie. Je ne l'ai vu que du bord.

11 h. Nous approchons de Bellianeh, après avoir passé devant des villages dont le plus important est Altkmir sur la rive droite. On l'appelle *Um el Bacaur* (?) – mère de tous les malheurs – car elle jouit d'une mauvaise réputation à tous les égards. C'est l'ancienne Chemnis ou Panapoplis, où l'on trouve des inscriptions de la 12^{ème}. dynastie et que les Grecs disaient avoir été le lieu de naissance de Danaus et Lyncée.

J'ai cru déchiffrer les hiéroglyphes de l'entrée de la grotte non finie et y lire le nom de Xnumhotep (12^{ème}. dynastie). Cependant il n'est pas dans un cartouche, quoique je pense que celui ci distingue seulement le nom de rois, de princes et de villes.

J'ai mieux remarqué aujourd'hui les pigeonniers sur les maisons. Ils ressemblent à de petits forts à créneaux. Les pigeons sont plus nombreux et plus gros en Haute Égypte. Tantôt je débarque à Beleiunt (?) pour visiter les ruines remarquables d'Abyde (?), l'ancienne Thènis, où est né le premier roi d'Égypte Ménès (de là lieu de Meneston (?) et de la table d'Abydos. Je note la ressemblance de ce nom avec ceux de *Manou* de l'Inde et de *Minos* de Crète.

11 h 25 – Je passe devant Girgeh, la plus grande ville de la Haute-Égypte après Sioun. Je compte sept minarets. Près de cette ville se trouve le plus ancien convent catholique de l'Égypte. Je compte arriver dans une heure à Bellianeh (?) et j'ai à faire 2 à 3 lieues en baudet pour arriver jusqu'aux ruines d'Abydos. Le reste de la journée ne sera peut être pas suffisant pour tout voir.

J'ai débarqué à 12 h 50 sur la rive gauche à Belliareh, au village des pigeons. En débarquant, j'ai bien observé les curieuses maisons couvertes de pigeonniers dans lesquels ont met des branches où les pigeons puissent se percher. Le sol est tout cultivé et avec de beaux dattiers. J'ai franchi trois canaux d'irrigation, passé devant 4 villages pour arriver à celui de *Amba el Matfun* (Abydos) en hiéroglyphique Abtou.

J'ai commencé mon examen par le temple d'Osiris, entièrement déblayé. Après les pylônes de l'entrée, il y a une grande cour entourée de 24 blocs de pierres en pilastres, où l'on voit les débris de cariatides en demi bosse. On voit ensuite des énormes pylônes tombées qui formaient l'entrée de la *cella* (?) en albâtre. Il y a un grand nombre de chambres des deux côtés du temple. Sur les parois d'une delles repose une dalle à grandes dimensions et dont la face inferieure est toute couverte d'étoiles en demi relief et peintes en une couleur noirâtre. Dans une autre chambre il y a un escalier à rampe très douce de 10 marches, qui mène à la partie supérieure de la paroi extérieure, qui ne devait pas être fort élevée. Toutes les parois et pierres sont remplies de bas reliefs d'images et d'hiéroglyphes que l'on voit aussi creusées et de peintures aux couleurs et arêtes très vives encore. Ce temple a été construit et dédié à Osiris par Ramsés II, le Sesostris des Grecs (1.400 a. J. C.)

et est contemporain de l'obélisque de la Place de la Concorde, à Paris. C'est dans ce temple que l'on a trouvé la table nommée d'Abydos, qui existe au British Museum.

De là je suis allé au temple de Sèti, père de Ramsès II appelé Memnonien, de Memnon – monument, en égyptien – par Strabon. C'est un des plus beaux monuments que j'eusse (?) vus. Après une vaste cour, où l'on a encore beaucoup à déblayer, sur le pourtour et même devant une rangée de pilastres précédée peut-être par des marches et une espèce de perron à colonnes, on entre par l'intervalle de deux pilastres au centre d'une seconde rangée, dont les autres intervalles sont bouchés, dans un portique dans le sens de largeur du temple à 12 colonnes de chaque côté style égyptien. On passe une troisième rangée de pilastres à intervalles non bouchés – un second portique semblable au premier – une rangée de 12 colonnes comme celles des portiques et l'on arrive à 7 chambres, où l'on entre du côté de la rangée des colonnes. La première de droite était destinée à Horus, la seconde à Isis, la troisième à Osiris, la quatrième à Ammon, la cinquième à Harmachon, la sixième à Phtà et la septième au propre Sèti. Elles sont très bien conservées à l'exception de celle de Phtà presque entièrement délabrée et d'Osiris, fort ruinée. Il y a des bas reliefs très bien faits dans ces chambres. Une image à bras tendus dans celle d'Isis et deux à genoux dans celle d'Harmachon ont assez de mouvement et de grâce. Je crois que s'il n'existait pas le *canon* auquel les artistes devaient se conformer, nous aurions trouvé de véritables oeuvres d'art dans les monuments de l'Égypte. À gauche, dans la direction de la rangée simple de colonnes, il y a un couloir où sur la paroi droite on a trouvé une table de rois plus complète (76) que celle du British Museum. On y voit les images de Sèti et de son fils Ramsès, encore enfant, les cheveux bouclés, tressés, ayant devant leurs regards les cartouches de tous ces rois depuis Menès jusqu'à Sèti. Selon les idées modernes, on dirait que le père donnait une leçon d'histoire à son fils.

Sur la paroi opposée on voit les noms de 260 divinités, près de ceux des lieux où elles étaient vénérées. C'est encore une leçon de mythologie et de géographie. Les deux images de Sèti et de Ramsès s'y trouvent, le cartouche de celui-ci étant bien visible sur son habit (?). Dans les chambres du fond du temple, derrière celles dédiées aux différents dieux, il y a des peintures à couleurs très bien conservées. Dans la rangée simple de colonnes et dans

quelques chambres – non pas les 7 que j’appellerai chapelles dont une partie est presque sous le sable, j’ai vu des colonnes à fût cylindrique et à plinthe avec une base à disque rond assez épais, que l’on peut nommer proto doriques. Leur existence ne m’étonne pas comme celles que j’ai admirées pour leur élégance dans une grotte de Beni Hassan appartenant à une époque beaucoup plus ancienne, où l’on peut supposer que les règles du canon imposées aux artistes étaient suivies avec plus de rigueur.

Ce temple est couvert par de grandes dalles que l’on a coupé dans quelques endroits en forme de voûte et toutes couvertes d’hiéroglyphes en demi relief. La nuit approchait, mais j’ai pu arriver à *Kom es sul tar* (?) plus au nord du *Memnomnium* que celui ci à l’est du temple de Ramsès II, à temps de voir les immenses monceaux de tombes des personnages qui, selon Plutarque, voulaient s’enterrer à Abydos, près du tombeau d’Osiris. On y a fait déjà des fouilles et j’y ai rencontré des restes de colonnes, qui m’ont semblé avoir été du style égyptien et un buste en pierre verdâtre, sortant du sable, sans tête parce qu’il a été cassé, et les mains croisées sur la poitrine. Les tombes qu’on a trouvées dans cette nécropole sont principalement de la sixième, douzième et treizième dynasties (de 3.700 à 2.800 a. J. C.). Peut être on y rencontrera les tombeaux de Ménès et d’Osiris. Mariette dit que certains indices feraient penser que cette dernière tombe était creusée dans la roche, sur laquelle se trouvent les monceaux de débris dont fai parlé.

Du haut de *Kom es sultan* (?) la vue s’étend sur une vaste plaine d’un vert de velours avec une légère bordure de brume et limitée par la chaîne lybique couleur de nacre. Le ciel qui laissait déjà pressentir la lueur des étoiles me ravissait de telle sorte, que j’ai presque oublié que je me trouvais à quelque distance du fleuve. Ce retour pendant la nuit a été délicieux par tous les rêves que j’ai faits, en me laissant porter par l’excellent petit baudet. Je suis arrivé à bord peu avant 8 heures, tout à fait charmé de cette excursion. J’oubliais de finir ce que j’ai à dire du *Memnomnium*, en consignant ces mots que l’on trouve dans le grand texte hiéroglyphique de la façade du temple et par lesquels Ramsès II qualifie la bonté de son père pour lui: “Ainsi à lui envers moi”; ainsi était pour moi ce qui était à lui. Peut on mieux exprimer l’affection ?

9 h. ½. Nous avons passé par Tanchout (?) sur la rive gauche, où il y a assez d’industrie. 9h ¾ devant Huon (?) sur la

même rive, ou j'ai distingué avec mon binocle un des saints fellahs très renommé. Il était accroupi derrière de la paille et c'étaient seulement sa tête blanche et son torse nu qui paraissaient. Assez de personnes l'entouraient. Le timonier du bord a tâché de lui jeter des offrandes dans son sac. On croit qu'il arrive du malheur aux bâtiments, qui passent sans lui donner des marques de vénération. On m'a dit que le Khédive le visite dans ses voyages et qu'il a la vertu par l'imposition de ses mains de faire cesser la stérilité des femmes fellahs. Huon (?) occupe l'endroit de *Diospolis parva*. Vis à vis se trouve *Lasr es sayad*, l'emplacement de l'ancien Chenoboscion, où il y a des tombeaux de la sixième dynastie; mais j'ai hâte d'arriver à Denderat. À midi $\frac{3}{4}$, passés devant l'île de Tabenneh, à gauche. St. Pacome y a fondé un couvent au quatrième siècle. Il y a dans l'île beaucoup de dattiers et ces palmiers plus petits et à forme arrondie appelés *douns* (?). Je l'avais déjà vu les jours antérieurs. J'ai lu les Évangiles. Ce sera l'occupation des dimanches de ce voyage. Elle fixera mes idées sur mon excursion en Terre Sainte.

Arrivés à Denderah sur la rive gauche vers 2 h. Les baudets étaient encore de l'autre côté à Keneh et, pour ne pas perdre du temps, je suis parti à pied. En trois quarts d'heure j'étais près du pylône qui porte le cartouche de Domitien. Le temple est remarquable pour son état de conservation et par les renseignements que son étude a donné sur le service religieux et les mythes égyptiens. La déesse principale est Hathor, l'Aphrodite des Grecs, et la Vénus des Romains. Elle était considérée principalement comme la pupille du soleil et les Égyptiens plaçaient la beauté surtout dans les yeux. Elle symbolisait aussi l'harmonie générale du monde et l'un des caractères les plus fréquents sous lesquels (sic) on la voit dans le temple est celui qui se rapporte au rajeunissement, à l'épanouissement et à la résurrection. Le roi fondateur de ce temple est représenté offrant à Hathor une statuette de la Vérité. Cette déesse se transforme aussi en Isis, qui s'attache à Osiris, lequel, selon Plutarque, symbolise le principe du *bien*. On a donc dans ce temple le *beau* s'identifiant avec le *bien* et la vérité dans Hathor, la déesse de *l'harmonie* et de *l'amour*. Les bas reliefs et les hiéroglyphes ne sont pas aussi bien faits qu'à Abydos. On entre dans un vestibule à 24 colonnes de style égyptien, qui produisent un grand effet par leur masse.

On remarque sur le plafond, mais à une très grande hauteur, un zodiaque, qui n'est pas pareil à celui qui se trouve à Paris et qui occupait une des six chambres sur la terrasse du haut du temple. Tous les deux n'ont la valeur astronomique supposée, car ils n'indiquent aucune époque d'après la position des astres.

Après on entre dans un second corps de bâtiment avec 6 colonnes au milieu, trois de chaque côté dans la direction de l'axe principal et trois chambres de chaque côté, deux d'elles ayant une porte pour l'extérieur du temple vers le Nord et vers le Sud, par lesquelles entraient les offrandes de la Basse et de la Haute-Égypte. Ensuite on trouve une salle d'où l'on monte à la terrasse après avoir traversé un petit couloir par une longue rampe à marches à gauche et un escalier à 5 tournants à droite, tous les deux entre les parois. Continuant à parcourir l'étage inférieur on pénètre dans une grande salle où se trouve une autre entourée de parois et avec une entrée, le tout cerné de 14 chambres, dont l'une est divisée en deux étages. Toutes ces chambres communiquent avec la grande salle directement ou indirectement. J'ai parcouru un des couloirs en traversant une nuée de chauve souris. Dans l'autre couloir, du côté du Nord on a trouvé des inscriptions disant qu'il y a eu là un sanctuaire érigé par Touthme (?) III, de la 18^{ème}. dynastie (1.700 a. J. C.) selon un autre du temps de Choufou (4^{ème}. dynastie 4.000 a. J. C.) dont la description a été trouvée à l'époque du roi Papi (6^{ème}. dynastie – 3.700 a. J. C.).

Dans les bas reliefs de ces chambres on trouve beaucoup de renseignements sur les cérémonies du temple. Celle du fond était le sanctuaire de Hathor. La procession principale était celle du nouvel an, qui commençait le 21 juillet, jour où Sothis (Sirius) naissait avec le soleil et qui coïncidait avec la crue du Nil. Elle montait par l'escalier du Nord, celui à tournants le roi en tête et 13 prêtres portant des bâtons surmontés des emblèmes des différents dieux comme on en trouve les détails sur les parois de l'escalier et arrivait sur la terrasse en s'arrêtant au petit temple à 12 colonnes, dont chacune est consacrée à un des mois de l'année et redescendait par l'escalier du Sud à longue rampe.

Ce petit temple est consacré à Osiris. Il y a encore 6 chambres sur la terrasse, 3 au nord et 3 au sud. Les Osiris des divers septentrionaux se trouvaient dans les premières et ceux des méridionaux dans les secondes. Les noms étaient 42 et ainsi l'on apprend les 42 noms sous lesquels était adoré Osiris. On y trouve de longues

processions des dieux apportant dans des vases les membres d'Osiris que chaque ville possède ou les 42 cercueils de ce dieu. Puis on voit les 12 heures du jour et de la nuit avec les prières de chacune de ces heures et cela divisé comme le temple en Nord et Sud, Basse et Haute Égypte. Un calendrier règle les fêtes qui sont des processions auxquelles prennent part des prêtres de toute l'Égypte. Il indique des recettes pour les huiles, parfums, etc. Il y a aussi des calendriers résumés pour les fêtes d'Osiris dans les autres villes. Les processions des temples allaient jusqu'à l'enceinte extérieure, dont on voit les monceaux de briques. Le, *dromos* (allée) qui va du temple jusqu'au pylône, dont j'ai parlé et qui porte aussi le cartouche de Trajan, a 110 pas de largeur. Dans le temple n'entraient que le roi et les prêtres, mais peut être on admettait dans l'enceinte extérieure des personnes privilégiées du moins. Les cryptes, couloirs servaient pour garder les objets plus précieux et les hiéroglyphes des parois ne parlent que de la nature de ces objets et de la matière dont ils étaient faits.

Dans la paroi extérieure de l'Ouest, près des deux angles, on voit les images de Cléopâtre et de son fils. La reine a une physionomie bien sensuelle. Malheureusement on a abîmé les figures, de sorte qu'elles semblent piquées de la petite vérole. À Denderah comme à Abydos les traces d'un incroyable vandalisme ne manquent pas, et le Khédive pourrait bien dépenser une partie de l'argent qu'il éparpille en palais, à la conservation de ces monuments si intéressants pour la connaissance de la haute antiquité.

Le temple de Denderah a été commencé sous Ptoloméé XI et fini comme construction sous Tibère et comme ornementation sous Néron. Tout près du temple derrière l'angle S. O. est un petit sanctuaire d'Isis, ou plutôt d'Hathor Isis. Il avait sa porte monumentale de la 31^{ème}. année d'Auguste, selon les inscriptions grecques au bout d'un *dromos* de 170 pas.

À 90 pas du grand temple se trouve un bâtiment connu sous le nom de *Typhonum*, parce qu'on y voit l'image de Typhon. Les hiéroglyphes ont les cartouches de Trajan, d'Adrien et d'Antonin. Autour de toutes ces constructions on voit l'enceinte en briques crues d'environ 240 pas en chaque face avec deux entrées, l'une devant le pylône du grand temple, l'autre devant la porte monumentale d'Isis. À 500 pas de celle ci, il y a une autre enceinte en briques crues, qui semble couvrir 155 pas sur 265 et a dû renfermer des monuments.

Elle a un portail de pierres dont les inscriptions funéraires portent le cartouche d'Antonin. La ville était comprise entre cette enceinte et celle des temples et environnait ainsi le pourtour sacré. Il n'en reste que des fragments enfouis.

18 – Le vapeur a traversé hier soir le fleuve pour recevoir du charbon à Lenéh. Partis aujourd'hui à 6 heures. Rien de remarquable jusqu'à Louqsor. Naggadet sur la rive gauche à 35 kilomètres de Louqsor produit un effet pittoresque en se projetant avec ses dattiers sur la chaîne lybique. Arrivés à 11 h ½ à Louqsor. Je suis allé voir tout de suite les temples. Aménophis III de la 18^{ème}. dynastie (1.500 a. J. C.). On construisit le sanctuaire et le corps principal. La haute colonnade qui domine le fleuve est du règne d'Horus (1.480 a. J. C.) et Ramsès II fit les deux obélisques, celui de gauche compagnon de celui de la place de la Concorde, et le pylône qui les unit. Les maisons que l'on bâtit sur une grande partie du temple ou autour de lui rendent son étude fort difficile.

Les inscriptions sans nombre louent les richesses et la grandeur de cet Aménophis. Les rois et les peuples tributaires venaient de pays si éloignés, qu'avant d'être soumis par le roi "ils ne connaissaient ni la route, ni le nom de L'Égypte". J'ai cherché avec beaucoup de soin, et selon les indications, la décoration murale représentant la naissance du roi Aménophis mis au monde par sa mère la reine Montémoua (?) et reçu par les divinités qui président aux délivrances; mais, malgré les flambeaux et l'emploi de l'échelle, je doute bien que je l'eusse vue. On trouve aussi dans l'intérieur du temple les cartouches de Tahrakah, un des rois éthiopiens (25^{ème}. dynastie – 600 a. J. C.) de Psammeticus et d'Alexandre, auquel est due, au moins, l'ornementation d'une partie du sanctuaire. J'ai observé les restes d'un gros bloc de grès que l'on a construit sur une étendue de 65 mètres, pour protéger le temple contre les débordements du fleuve, au temps des derniers Ptolomées ou des Césars. On y remarque la direction différente que suivait alors le Nil. J'ai vu aussi le canal ouvert pour le transport de l'obélisque de la Place de la Concorde en 1836.

Ensuite je suis allé à Kamat en baudet. Mariette dit. "Kamat est le plus merveilleux amas de ruines que l'on puisse voir." "On n'a jamais assez vu Kamat, et plus on y vient, plus l'idée qu'on s'est faite s'agrandit." Il n'y a pas d'exagération dans ce que dit Mariette. J'y retourne demain. Il est impossible de faire une description compréhensible de cette Babylone de ruines. Il suffit de

dire que l'enceinte générale en briques crues mesure de 2.300 à 2.400 m. Le grand temple depuis le portail extérieur du grand pylône jusqu'au point extrême de l'édifice a 365 m. et sa plus grande largeur est celle du premier pylône 113 m. Le pourtour total est d'environ 950 m.

La salle des colonnes ou hypostyle, construite sous le règne de Sétî I, père de Ramsès II, est la plus vaste de tous les monuments de l'Égypte. Elle a 102 m. de largeur et 53 de profondeur et 134 colonnes de grandes proportions supportant le plafond qui a 23 de hauteur dans la partie centrale. Douze de ces colonnes, qui forment une avenue centrale, égalent en grosseur celle de la place Vendôme. Toutes ces colonnes sont de style égyptien. Le côté du Sud – on entre du côté de l'Est – est celui qui a le plus souffert des siècles. Plusieurs colonnes sont penchées et une d'elles est tombée contre celle de devant.

Sur la paroi extérieure de la muraille N. du temple correspondante à celle salle, des bas reliefs fort remarquables se reportent aux expéditions de Sétî I. Le roi est sur son char. Les chevaux (le premier s'appelle *Puissance* en Thébaïde) l'entraînent dans la mêlée. Les ennemis sont les *Scharou* (?) Arabes du désert. À côté seconde bataille contre les peuples du pays de *Kharo*. Autre campagne contre les (Assyriens) Rotennou (?) "qui n'ont pas connu l'Égypte. Les prisonniers sont amenés enchaînés pour être présentés aux dieux de Thèbes. Le roi victorieux rentre en Égypte et différents endroits où il s'arrête sont nommés. Près d'un cours d'eau rempli de crocodiles il reçoit les principaux fonctionnaires de l'Égypte. Grande scène. Le roi lève sa masse d'armes sur un groupe de prisonniers qu'il a saisis par la chevelure et qu'il va immoler devant le dieu de Thèbes. Nouvelles scènes de guerre, etc. Les bas reliefs de la paroi extérieure Sud de la muraille correspondante à la salle hypostyle commémorent la campagne du premier roi de de la 22^{ème}. dynastie (980 a. J. C.) que la Bible appelle Sésic (?) contre la Palestine. Le roi est représenté levant les bras et frappant un groupe de prisonniers, dont le sable ne permet voir que les têtes. Près de 150 personnages, dont les têtes seules apparaissent sur des cartouches crenelés. Dans les hiéroglyphes sont les noms des villes que Sétî a prises en Palestine. Ces personnages présentent les traits et la manière de couvrir la tête, que j'ai remarqués en Judée. J'ai fait le croquis d'un de ces personnages. Champollion a cru que le nom de *Joudat melek* (roi de Juda) qu'il a dans un des

cartouches lui montrait dans la tête la figure de Jéroboam; mais Brugsh a démontré que c'est le nom d'une localité de la Palestine.

Du reste, le type de toutes ces 150 têtes est le même. Sur cette même paroi vers l'Est est la copie du fameux poème *Penta out* du nom du poète qui a voulu éterniser un fait d'armes de Ramsès II dans la campagne de l'an 5 de son règne contre les Khetas. Tombant dans une embûche, il a combattu tout seul. Les plaintes contre Ammon qu'il a toujours vénéré et qui semble l'abandonner rappellent celles de David, en révélant le grand talent poétique de *Penta our*. Aussi les reproches du roi à son armée qui ne l'a pas accompagné sont très beaux, le roi finissant son discours par ces mots: "Et je les ai combattu tout seul!"

Avant cette salle on passe le 2^{ème}. pylône que précèdent deux statues de Ramsès III (de la 20^{ème}. dynastie, je le crois, 1.288 a. J. C.) constructeur d'un temple, qui entre en partie dans le grand. Une seule de ces statues est debout, toutes les deux des monolithes de granit rouge de 7 m. de hauteur. Après la salle hypostyle vient le 3^{ème}. pylône qui précède deux obélisques devant la cour de Touthonès I (de la 12^{ème}. dynastie – 1.655 a. J. C.). Ensuite le 4^{ème}. pylône et deux obélisques dont celui, qui est debout, à gauche est le plus grand connu. Il a 33 m.20 de hauteur (celui de Héliopolis a 20 m.27; celui de Louqsor, à Paris, 22 m.80; celui de St. Pierre à Rome, 25 m., 13 et celui de St. Jean de Latran, à Rome aussi, 32 m.15).

On entre après dans la salle des cariatides ou piliers osiriques, qui devait être fort belle avant l'état de ruines où elle se trouve: on passe au sanctuaire ou appartement de granit qui n'est à présent qu'un amas de blocs de granit où il est presque impossible de retrouver un plan et où la commission française de 1798 a entendu des vibrations sonores au lever du soleil. Après, la grande cour postérieure où l'on trouve des colonnes comme celles des grottes de Beni Hassan mais pas cannelées, du règne d'Ousertesén (?), dont elles portent le cartouche. Ensuite le palais de Thoutmès III (de la 18^{ème}. dynastie, je le pense 1.600 à 1.500 a. J. C.). On y voit le précieux bas relief qui est au Louvre. Il présente Thoutmès faisant des offrandes devant 57 de ses prédécesseurs, une autre table d'Abydos pour l'histoire pharaonique.

En quittant le grand temple, j'ai joi sur le premier pylône le magnifique coucher du soleil, qui fondait l'horizon comme du fer

rouge, éclairait à peine à travers un mince voile de brume la chaîne lybique et frappait d'un vif éclat la verdure qui ourlait le fleuve.

Et du haut de ce pylône j'adorais Dieu créateur de tout ce qui est beau, tourné vers mes deux patries, le Brésil et la France, ceife-ci la patrie de mon intelligence, celui-là la patrie de mon coeur et de ma naissance.

Dans l'intérieur du pylône près de son sommet on lit les noms des endroits de l'Egypte où se trouvent les principaux monuments avec l'indication de leurs latitudes et longitudes, le tout creusé dans la pierre par la commission française de 1798. Les souvenirs scientifiques sont liés presque partout à la mémoire de la France.

Je ne dois pas oublier les noms de Thoutmès IV (18ème, dynastie 1.500 a. J. C.), Menephtes I (19ème, dynastie 1.300 a. J. C.) Osorchon (?) Takelothes (22ème, dynastie 900 a. J. C.), Ptolomée-Alexandre 106-80 a. J. C. et Philippe Ardée vers 360.

Il y a d'autres monuments dans l'enceinte que je verrai demain. J'étudierai un peu mieux le grand temple.

Diodore indique cette enceinte comme le plus ancien des 4 temples de Thèbes. Il me manque beaucoup de livres pour faire un journal moins défectueux et encore il faut du temps pour coordonner les souvenirs. Si je ne me bate, d'autres plus récents risqueront bien de brouiller les antérieurs. Enfin, je tais ce que je puis dans le moment. Voilà que j'oubliais de dire que Hathson a été une régente très renommée de la 19^{ème}. dynastie. Son obélisque est de toute beauté et l'inscription du bas nous renseigne que le sommet était recouvert *d'or pur enleué aux chefs des nations*. Si ce n'est pas un simple pyramidion en cuivre doré comme devait être celui de l'obélisque d'Héliopolis, peut-être serait-ce cette sphère qu'on voit sur des bas-reliefs de Saggarah. L'obélisque était doré du haut en bas, sans doute, et l'on remarque que le fond des hiéroglyphes est poli avec soin, et la surface plane rugueuse comme devant recevoir un enduit blanc, ainsi que cela se voit dans des monuments égyptiens. Sur cet enduit on mettait l'or. Enfin, l'inscription dit que cet obélisque, ainsi que son compagnon brisé par terre ont été achevés en 7 mois, depuis le commencement de l'extraction dans la montagne. Il est très bien placé sur sa base, son axe le même du temple, ce qui prouve, à cause de son poids considérable, l'emploi de moyens mécaniques fort perfectionnés.

19 – Parti à 5 ½ pour Karnak. L'impression a été encore plus forte peut-être qu'hier. J'ai été dans le sanctuaire, chambres

granitiques, jusqu'à 8 h. et je n'ai entendu que les sons du chant des oiseaux. J'ai fait un croquis de l'endroit où je me trouvais blotti. J'ai tout parcouru à Karnak avec la plus grande attention. Les colonnes polygonales de Ousertesen (?) I sont par terre; mais il y en a d'autres du même style debout. J'ai déjeuné dans la salle hypostyle. Pendant le déjeuner j'ai tiré un croquis de ce que j'avais devant moi. Je n'ai pas pu savoir ce qu'est cette espèce de grille de pierre que l'on voit dans mon croquis. Les colonnes de cette salle, vraiment colossale, étaient peintes dans quelques unes de ses parties.

J'ai une autre fois examiné beaucoup de cartouches et de bas reliefs de la paroi extérieure du Sud de la salle hypostyle. C'est une page d'histoire fort intéressante. Dans le pourtour du grand temple il y a bien de ruines curieuses, du plus haut intérêt; mais je ne parlerai que d'un petit temple où l'on voit des images peintes en rouge. Les hiéroglyphes disent que ce sont des phéniciens envoyés en ambassade, et presque toutes les images s'embrassent de telle sorte que je nommerai ce bâtiment le *temple* des accolades. J'ai fait un croquis à la hâte d'une de ces accolades.

Près du grand temple il se trouve un petit lac et un autre en demi cercle au bout d'une allée, où il y avait des sphinx en grand nombre des deux côtés. Tous les deux petits lacs sont un peu salés et l'on tire des alentours du salpêtre. Des deux côtes d'une autre allée j'ai pu compter 54 sphinx plus ou moins détruits; elle se reliait à l'autre par une troisième perpendiculaire à la première et devait continuer jusqu'à Louqsor. Ces allées avant leur destruction devait (sic) produire un effet surprenant, quoique les sphinx soient très près les uns des autres.

J'ai vu aussi les ruines de deux temples, l'un à images de Typhon et l'autre rempli de statues de la déesse Pieht (?), sur la tête desquelles il y a un petit conduit creusé à l'angle droit. Serait ce pour ajouter quelque chose à la tête ou pour la sortie de l'eau, servant ces statues de gargouilles? Elles sont debout et en partie enfouies. J'ai remarqué une belle tête comme d'un sphinx, dont le corps est enterré dans le sable. Son expression est remarquable et il semble être couché sur le sol avec bonheur.

La direction de l'allée de sphinx qui mène au lac demi circulaire traverse 4 pylônes fort curieux, dont les axes ne se suivent pas dans une seule ligne et qui regardent la partie E. de la muraille Sud de la salle hypostyle. Il y avait des colosses du côté extérieur des

pylônes en rapport au grand temple, moins le 4^{ème}. en comptait de celui ci, qui les avait des deux côtés. je me suis assis sur la main pleine d'énergie de l'un deux et j'y ai lu le cartouche d'Aménophis.

Arrivant à Louqsor (de l'arabe *El Lotiq sor* – les palais). J'ai trouvé le grand mouvement d'un jour de foire.

Les chameaux et les baudets abondaient et la place du village était tout jonché de cannes à sucre au vert feuillage.

Aussitôt arrivé à bord vers 2 heures le vapeur m'a transporté à la rive opposée. J'ai débarqué où le Nil avait coulé il y a très peu de temps laissant un sol manquant de résistance et nous sommes allés au temple de Gournat érigé comme monument funéraire à Ramsès I par son fils Seti I, dont l'image en bas relief dans une des chambres est très bien faite et présente un caractère remarquable de fierté et d'énergie dans les lèvres.

Tous les bas reliefs du règne de Seti I sont mieux faits que les autres que j'ai vus. Le temple est bien délabré. Après j'ai visité le *Ramsseion* élevé par Ramsès II. Il y a d'abord 2 pylônes dont le plus éloigné du temple représente la même scène de *Penta our*. J'ai bien vu les divers épisodes qui ont eu lieu sur les bords de l'Arunta (L'Orontes). On y voit comme les soldats égyptiens traînaient les prisonniers, les frappant avec des bâtons et les tirant par la barbe. L'assaut d'une forteresse y est représenté, des soldats à bouclier montant l'échelle, quelques uns précipités du haut des murailles. On observe aussi l'armée égyptienne en ordre de bataille et ceux qui félicitent le roi pour ses exploits. L'autre pylône est fort endommagé depuis l'expédition française de 1798. Près de celui ci, du côté Est, se trouvent les morceaux du seul bloc où était taillé le colosse de Ramsès II, qui mesurait 17m.,50 de hauteur et dont le poids n'était moindre de 1.217.872 kilogrammes – 4 fois le poids de l'obélisque de la Place de la Concorde, de Paris. C'est l'oeuvre d'un roi qui s'est érigé un temple et selon Diodore, a fait écrire ces mots sur le colosse, que cet auteur nomme d'Osymandias: "Je suis le roi, le roi Osymandias. Si quelqu'un veut savoir combien je suis grand et où je suis gisant, qu'il surpasse une de mes oeuvres."

La nuit approchait et je n'ai pu que parcourir le temple. Je l'étudierai demain matin. Les colosses de Memnon se dessinaient au loin sur la plaine verte, devant le couchant embrasé. je suis revenu par une autre route plus courte, mais dans une grande étendue toute percée de trous nue l'on m'a dit être des tombeaux.

La chaîne arabique présentait aussi d'innombrables entrées de tombeaux creusés dans le roc.

Il faudrait bien soigner tous ces temples si curieux, celui de Karnak surtout dont le calcaire est corrodé par le salpêtre. Je crois que l'on devait même nettoyer les bas reliefs, mais sans les gâter, car la poussière, la fumée et les saletés les rendent souvent presque invisibles.

20 – A 5 ½ h. du matin j'ai quitté le vapeur pour aller revoir les colosses de Memnon. Avant le lever du soleil je les voyais déjà se dressant sur la plaine, à presque une demi lieu de distance. Elles représentent Aménophis III et les statues addossées (sic) au siège et debout sont celles, à droite, de la femme Tuet (?), à gauche, de sa mère *Mut em moua* (?) qui n'arrivent que jusqu'à la hauteur de ses genoux. Après un tremblement de terre de l'an 29 a. J. C., dont Eusèbe dit: "*Theboe et Egypti usque ad solum dirutoe sunt*" le colosse du Nord (celui de droite pour ceux qui le regardent en face) a commencé à rendre des sons semblables à la voix humaine, quand le soleil se levait. Deux siècles et demi après, Septième Sévère a complété le colosse avec de grands blocs et il s'est tu. J'ai grimpé jusqu'à la partie supérieure du socle et, en tâchant de lire les inscriptions qui se trouvent surtout sur le pied gauche et les jambes, j'en transcris celles qui m'ont semblé les plus curieuses. Les autres je ne fais que les copier du livre de Mariette Bey.

... Tenax Primipilares leg. XII fulminatie et C. Valerius Priscus Leg. XII et L. Quentius Viator decurio andimus Memnona Anno XI.

(Flavien Philippe entendait Memnon, le très divin autocrate Adrien entendant à l'heure...)

J'ai regretté de n'avoir pas rencontré l'inscription que cite Mariette: "Sabine Auguste, femme de l'Empereur César Auguste, a entendu deux fois Memnon pendant la première heure."

La poésie est employée aussi; par exemple Patumanus dit: "Quant à lui, assis sur son trône, privé de sa tête, il résonne en soupirant pour se plaindre à sa mère de l'outrage de Cambyse, lorsque le brillant soleil lance ses rayons et annonce le jour aux mortels ci présents."

Un autre s'exprime ainsi. "Ta mère aux doigts de roses, ô célèbre Memnon, t'a donné une voix pour moi qui voulais t'entendre." (C'est trop long, je ne transcris pas toute entière cette pièce

de vers). Gemella, à son tour, a écrit des vers, étant venu ici avec sa chère épouse Rufella et ses enfants.

Ces deux colosses formaient l'entrée d'une longue allée de sphinx, dont on aperçoit encore la direction sur le sol, conduisant à un temple. Un peu à l'avant des colosses on remarque un autre couché par terre sur le côté gauche et à morceaux brisés, car ils étaient monolithes très informes. Il y a d'autres restes de ce grand temple d'Aménophis III.

Un arabe a grimpé jusqu'à l'épaule d'un des colosses et j'ai pu ainsi mieux apprécier leur grandeur.

Je suis, après, allé voir le petit temple de *Dur el Medineh* caché dans un pli de terrain derrière la partie de la nécropole de Thèbes nommée aujourd'hui *Lournat Mourai*. Il a été commencé par Ptoloméé Philopater et achevé par ses successeurs. Sa façade est très élégante et d'un modèle dont ce temple est l'exemple le mieux conservé. On y trouve une petite fenêtre fort curieuse, dont J 1 ai fait un très mauvais croquis, qui ne m'a servi qu 1 a mieux la regarder.

Ensuite je suis entré dans des tombes creusées dans les collines rocheuses. Celle de Houi (?) de la 18^{ème}. dynastie a des peintures qui le représentent prenant possession avec le titre de prince de Koush du gouvernement général de Soudan. On y voit des images de peuples de toutes couleurs, les noirs ayant la physionomie de leur race, quoique à nez fort retroussé, des giraffes, des boeufs, des anneaux d'or, des lingots de cuivre, des éventails à long manchon, des plumes d'autruche qu'on lui apporte.

Houi est là aussi revenant d'une mission dans le pays de Rotennou (?) (Assyriens). Il présente au roi les envoyés de ces peuples. Ils se distinguent par la grande robe aux couleurs voyantes plusieurs fois enroulée autour du corps. Leurs esclaves, nus jusqu'à la ceinture, sont de couleur rouge et blanche. Ils apportent comme dons des chevaux, des lions, des lingots de métaux précieux, des vases d'or et d'argent curieusement façonnés. On voit encore deux singes, l'un gambadant au bout d'une corde, l'autre de l'espèce des cynocéphales.

Les tombes de *Scheik abd el Gurnah* sont aussi intéressantes à examiner. J'en ai vu plusieurs grimpant plus ou moins les collines assez difficiles à atteindre et assistant, en chemin, aux lamentations qui m'ont touché, d'abord d'un homme déjà âgé et après d'un jeune

homme et d'un garçon qui pleuraient, en marchant de long en large près de leur maison. Leur femme et mère venait de mourir.

J'ai remarqué dans ces tombes des bas reliefs de scènes de la vie de ce temps là comme le labourage où la charrue est tout à fait celle qu'on emploie encore aujourd'hui; l'ouverture d'une écluse pour l'irrigation des champs, etc. Une figure de femme à l'air mélancolique et la main sur la poitrine m'a semblé assez belle. Quelqu'uns (sic) des plafonds avaient des peintures à traits gracieux et dont les couleurs ont conservé la fraîcheur primitive.

En descendant les collines près de la maison habitée par le célèbre égyptologue Wilkinson, qui a étudié et numéroté toutes ces grottes, je suis entré dans une d'elles, où j'ai remarqué des colonnes doriques, comme celles de Beni Hassab.

L'une d'elles avait des hiéroglyphes très visibles. De là, je suis allé au temple de *Deir el Bahari*, mais, avant d'en parler, je dois dire que dans la tombe près de la maison de Wilkinson, j'ai trouvé pour la première fois un couloir souterrain et faisant un coude qui menait au trou où l'on faisait descendre la momie.

Le temple de Deir el Bahari est placé dans un coin que forment les collines. L'aspect en est assez pittoresque, bien que le plus aride possible. Il est à trois étages que des rampes rejoignent et une allée de sphinx entièrement détruite et deux obélisques dont les bases existent seulement, le précédaient. On y voit des basreliefs et des peintures très curieuses, surtout celles qui représentent l'expédition maritime envoyée en Arabie (pays de Punt) par la reine Hutason (?) soeur de Thoutmès II et de Thoutmès III et dont les cartouches sont très différents selon qu'elle fut associée au trône du vivant de ses frères, régente au nom du dernier d'eux ou qu'elle règne en son propre nom.

J'ai remarqué des cartouches d'elle détruits auprès d'autres des Thoutmès, ses frères, très lisibles. Probablement ils ont fait comme d'autres rois qui martelèrent les cartouches des prédécesseurs dont le nom les offusquait.

Dans le bas relief peint dont j'ai parlé, on a figuré des poissons parfaitement dessinés et que reconnaissent aussitôt ceux qui sont familiarisés avec l'ichthyologie de la Mer Rouge. Mariette, décrivant le bas relief, parle de huttes terminées par des coupes. Je ne les ai pas vues, mais je retournerai demain à ce temple fort intéressant.

De chaque côté d'un escalier du fond on voit le personnage royal s'abreuvant de lait divin aux mamelles d'Hator sous la forme d'une vache, qui est très bien rendue dans le bas relief. L'enfant tête avec un appétit qui fait sourire. Dès la 22^{ème}. dynastie on a commencé à se servir de ce temple comme nécropole et j'ai vu dans une des chambres beaucoup de restes de momies, dont l'odeur rivalisait avec celui (sic) des traces de chauve souris.

En allant de là à Assarrif (?) j'ai trouvé de grandes constructions ruinées en briques crues, présentant de véritables arcs en voûte. Après, je suis entré dans la grande tombe appartenant probablement à la 26^{ème}. dynastie, 600 a. J. C. C'est un immense couloir descendant. Après son trou à tombe, on voit des deux côtés des niches à deux statuettes, quelques unes assez bien conservées. Toutes les parois sont remplies d'hiéroglyphes en bas relief et il est étonnant que cela fût ainsi si on songe que ces tombes devraient être presque dans toute la longueur cachées pour toujours derrière ou sous la grande pierre qui les bouchait.

La tombe que j'ai parcourue dans ses couloirs principaux et latéraux et dans ses chambres contenait des milliers de chauvesouris qui me battaient quelquefois le visage de leurs ailes. En sortant de cette tombe, je suis allé une autre fois au *Ramesseion* pour mieux l'examiner. C'est sur la façade du pylône le moins éloigné du temple que se trouve la scène du *Pen ta our*. L'autre pylône présente sur sa façade qui regarde le temple l'épisode d'une bataille contre les Khetes (?) et donne accès dans la cour bordée de pilastres, auxquels de grandes images de Ramsès, revêtu des attributs d'Osiris sont adossées (sic) comme il convient à un monument surtout funéraire.

En avant de ce pylône, c'est à dire du côté du temple se trouve le colosse. J'ai vu avec attention le plafond de la seule chambre couverte, lequel a donné lieu au travail astronomique de Biot; mais je n'ai pu reconnaître que la nature astronomique des images, dont 13, avec une étoile, semblent figurer les premiers mois lunaires et le complémentaire. Les colonnes de la salle avec leurs chapiteaux à palmes sont moins lourdes que celles de la salle hypostyle de Karnak.

En retournant au vapeur, je suis entré dans une tombe de la nécropole de Drah Aboul Neggat (?). Ces tombes sont les plus anciennes de Thèbes des 11^{ème}. (3.000 a. J. C.), 17^{ème}. et commencement de la 18^{ème}. dynasties. Les cercueils des rois Entet (?)

– 11^{ème}. dynast. – qui se trouvent à Paris et à Londres et celui de la reine Ash Hotep avec sa collection de bijoux du Musée de Boulac, proviennent de cette nécropole.

Je n'ai rien trouvé de remarquable dans la grotte.

21 – Le vapeur est allé amarrer plus près de Médinet Abou; mais, à cause d'une île, il a fallu passer par un canal, qui nous a conduits à l'endroit du débarquement, Médinet Abou se compose du temple de Thoutmès III dont les cartouches les plus anciens sont de Thoutmès II, du temple magnifique de Ramsès III et d'une partie à deux tours carrées, que l'on ne sait pas si l'on doit considérer le palais du roi ou plutôt comme des forts. Dans quels bâtiments habiteraient les Pharaons? Il est difficile à dire.

Les deux dernières parties sont séparées par une cour.

Les fenêtres des tours sont à l'extérieur entourées d'ornements fort originaux. Des consoles (?) supportées par des images de prisonniers agenouillés semblaient servir dans les étages supérieurs à attacher le *velarium* contre l'ardeur du soleil.

Dès la porte d'entrée de ce que j'appellerai le palais on voit Ramsès amenant aux dieux des prisonniers. Leur type est très bien représenté. Du côté droit – du Nord – les Asiatiques, ceux de Lybie et du pays de Kousch à gauche, du côté du Sud. Leurs noms sont en hiéroglyphes.

Dans le palais il n'y a que des cartouches de Ramsès III. Le premier pylône du temple de ce roi mentionne dans des stèles figurées les expéditions contre les Lybiens, les Maschaousch (?) et d'autres peuples accourus de Lybie, Syrie et des îles de la Méditerranée contre l'Égypte. Sur la façade Nord de ce pylône le roi frappe avec une massue des prisonniers à genou (sic). Le dieu Ammom Harmachon (?) lui présente la hache de combat et lui tient presque ce discours: "Je tourne ma face vers le Nord et je veux que la Phénicie soit sous tes pieds. Je veux que les nations qui ne reconnaissent pas l'Égypte. apportent chez toi leur or, leur argent, leur tapis (?). Je tourne ma face vers l'Est et je veux que l'Arabie te fournisse en parfums, en essences et en bois rares tous ses produits. Je tourne ma face vers l'Ouest et je veux que les habitants du pays des Tekennon t'adressent leurs hommages!"

La cour après le premier pylône est remarquable par les colosses de Ramsès III et d'Osiris addossés (sic) aux piliers et qui révèlent le caractère funéraire du monument. Dans cette seconde cour on a devant soi la face antérieure du second pylône. Du

côté méridional se trouve un grand tableau. Le groupe antérieur représente divers peuples de la Méditerranée ligués contre Ramsès, formant une confédération avec les peuples de l'Asie occidentale. Le côté septentrional contient la longue inscription que Mr. de Rouge a interprété. Passant la porte de granit de ce pylône on entre dans une vaste cour pleine d'intérêt.

Les quatre côtés ont des galeries couvertes de sculptures avec des couleurs éclatantes. À l'E. et à l'O. les galeries sont soutenues par des pilastres auxquels des statues du roi sont adossées et les deux autres sont précédées de massives colonnes dont les chapiteaux représentent des fleurs de lotus fermées. Il y a au milieu des fûts de colonnes d'une ancienne église copte. Dans ces galeries il y a aussi des représentations de bataille. On voit les mains coupées des prisonniers, auxquels on a mutilé aussi leur virilité, ce qui est arrivé dernièrement en Abyssinie à des Egyptiens faits prisonniers. Dans les "Lettres écrites d'Égypte", de Champollion, on trouve la description que j'ai vérifiée sur place d'un de ces tableaux représentant une sortie du roi pour adorer Horus.

Le mur extérieur contient 10 tableaux d'une campagne. Un deux représente une bataille navale où l'on voit un bâtiment la quille en l'air. Dans le huitième on parle de la flotte des *Scherdina* et aussi dans cette ligue contre Ramsès on lit le nom de Pouliste que Mr. de Rouge croit être les Philistins; mais, d'après un travail que Brugsh va publier, on verra que tous ces peuples ou presque tous sont des noms de villes de Chypre et ce qui s'explique mieux que la confédération à cette époque de nations aussi éloignées les unes des autres.

Dans les parois intérieures du palais, on voit des bas reliefs dont l'un figure le roi jouant aux dames avec une jeune fille. On voit les mains tenant, des pièces semblables à 11 autres, qui sont debout sur une espèce de table.

Devant le temple de Thoutmès III on voit une cour sans importance, dont le plafond montre par son architecture que l'entrée est de l'époque, comme l'est aussi le pylône à moitié construit après la cour.

Ensuite, je suis allé une seconde fois à *Deir el-Bakari*. La hutte à coupole, je crois enfin l'avoir trouvée mais, d'après sa forme, son entrée et un pigeon tout près, je crois que c'est un pigeonnier.

Il y a dans ce temple des colonnes seulement du style dorique de celles de Beni Hassan. Comme style de Ramsès III je citerai

l'hymne que l'on lit dans le premier tableau et qui représente son retour dans Thèbes: "Je suis assis sur le trône d'Horus; la déesse Hourkekaou (?) réside sur ma tête. Semblable au soleil, j'ai protégé de mon bras les pays étrangers et les frontières d'Égypte pour en repousser les Neuf Peuples. J'ai pris leur pays et de leurs frontières j'ai fait les miennes. J'ai accompli les desseins du seigneur absolu de mon vénérable père divin, le maître des dieux. Poussez des cris de joie, habitants de l'Égypte, jusqu'à la hauteur du ciel. Je suis le roi de la Haute et de la Basse Égypte sur le trône de Toum, qui m'a donné le sceptre de l'Égypte, pour vaincre sur terre et sur mer dans toutes les contrées."

Je suis encore allé aux tombeaux des rois à *Bab il Molouk*, mais il est fort tard et j'en parlerai demain. Je suis arrivé à bord à 7 ¼ h. Le vapeur était revenu à Louqsor. J'avais oublié de dire que j'ai vu dans une partie du temple de Louqsor des peintures d'une église du moyen âge. Les draperies ainsi que les jambes d'un cheval sont assez bien dessinées. J'ai vu aussi dans Louqsor au milieu des ruines, des antiquités intéressantes trouvées par Mr. Mounier.

22 – Aujourd'hui je pars pour Esneh; mais je vais parler des tombeaux des rois. La vallée qui y conduit est d'une aridité complète, c'est un vrai chemin des morts. Elle a environ 6 kil. de longueur à partir du Nil. Toutes les tombes sont creusées dans le roc, et la chambre intérieure que l'on trouve dans les autres et où se rassemblaient ceux qui honoraient les morts devaient être de grands édifices commémoratifs bâtis à l'entrée de la nécropole comme par exemple le *Ramesseum*, le grand temple de *Medinet a bouch* (?). Le nombre des tombes est de 25. Strabon parle de 40, mais, même en supposant qu'il n'ait pas compris dans ce nombre celles des reines, il faut remarquer que les premiers rois de la dix huitième dynastie ne se trouvent pas à *Bab el Molouk*. Horus a un rang chronologique encore incertain et, comme il est le dernier de la vingtième dynastie, on pense peut être trouver son tombeau dans la vallée de l'Ouest, à côté de ses contemporains. J'ai visité d'abord la tombe de Seti I, dont la connaissance est due à Belzoni. C'est dans son genre digne de figurer à côté des plus remarquables monuments de l'Égypte,

Elle est immense et on la parcourt en descendant trois rampes à marches fort douces. Les scènes représentées par les bas reliefs et les peintures, sont tout à fait différentes de celles des tombes

communes. Tout y est fantasque et chimérique. Les dieux ont des formes étranges.

D'énormes serpents, la plupart à trois têtes, se glissent au bas des chambres et se dressent contre les portes. Il y a des condamnés qu'on décapite et d'autres qu'on précipite dans les flammes. Ce sont les épreuves que le mort a pu surmonter, s'il est vertueux. La tombe n'est que l'image figurée de l'âme jusqu'au séjour éternel.

La grande salle du fond nous montre sa définitive admission dans la vie "qu'une seconde mort n'atteindra pas", comme dit l'inscription.

Quand Belzoni, ce grand voyageur dont j'ai vu le buste dans l'immense salle du palais de ville de Bologne ou de Padoue, découvrit la tombe, un beau sarcophage d'albâtre gisait dans la chambre du fond qui était fermée par une muraille. Belzoni la fit abattre à cause du son creux qu'elle rendait quand on la frappait, indiquant ainsi le vide au delà. Au milieu de cette chambre il y a un couloir qui s'enfonce encore assez loin dans le sol et qui montre que le creusement a été interrompu. Comme tous les monuments se rapportant à Seti I, les bas reliefs, surtout ceux des différentes divinités qui entourent une des chambres du fond sont faits avec beaucoup d'élégance et de finesse, quoique selon les règles du canon si gênant pour l'artiste.

On voit une salle toute entourée d'une espèce d'autel, la face de devant présentant des peintures. J'y ai remarqué un lieu (?) dont la couleur jaune est très vive, ainsi que presque toutes celles de la tombe. Il y a des plafonds creusés en voûte de toute beauté pour leurs lignes et leurs peintures. Cependant je n'ai pas noté dans les couleurs, la rouge surtout, un luisant qui ressemble à du vernis aussi parfait que dans des tombes visitées avant hier. Un des bas-reliefs peints des plus curieux ce sont les groupes qui se suivent de 4 images, chacune représentant les 4 races connues – égyptiens, sémitiques, noirs et blancs, avec la couleur de leur teint, leur physionomie et leur habillement. Après, j'ai vu le tombeau n° XI (Wilkinson les a numérotés en creux à couleur rouge) celui de Breio (?) dit des *Harpistes*. C'est là qu'était la momie de Ramsès III, mais son tombeau ne correspond pas à la chambre extérieure si magnifique du grand temple de *Medinet Abou*. Il y a des chambres remarquables où l'on a représenté le mobilier du roi, ses habillements de cérémonie, les produits de ses jardins et

de ses potagers, le travail de ses fermes, ses armes et ses fouets, les mets de ses banquets, etc.

C'est dans une d'elles que l'on voit les fameuses harpistes si connues par les croquis que l'on en a faits. Dans une autre les parois sont couvertes des images des dieux, dans une espèce d'armoire. Enfin, je suis entré dans les numéros 9 et 6 de Ramsès VI et IX. Elles n'ont rien de remarquable, si ce n'est dans la première un énorme sarcophage de granit brisé et dans l'autre (je crois que Mariette se trompe dans les numéros qu'il indique) des images qui m'obligent à dire que le voyageur doit les voir, en se rappelant que le symbolisme religieux de l'Égypte se prêtait à des extravagances que l'on peut à peine citer.

Dans la tombe de Sêti on voit une barque tirée sur des plans à différent niveau, indiquant le passage des cataractes du Nil et dans celle de Bruce (?) des plans inclinés où glisse une caisse, semblant représenter la manière dont le coffret à momie arrivait à sa place dans le tombeau.

La nuit était étoilée avec assez de lune pour augmenter l'effet produit par l'aspect de la vallée des morts. Mes souvenirs seront profonds. "Les monuments de l'Égypte, comme je l'ai écrit sur un livre donné par Lepsius, le célèbre égyptologue, au consul allemand à Louqsor, seront dans tous les siècles un des plus grands plaisirs des esprits penseurs".

Quitté Louqsor vers 6 h. du matin. 8 ¹/₄, passé devant Ersout (?) rive gauche, l'ancienne Hermonthis. Entre le fleuve et le village le sol est jonché de débris. On y voit les cartouches de Thoutmès III et de son successeur Aménophis II de la 23^{ème}. dynastie (800 a. J. C.). Il y a un temple, à gauche des ruines, du temps de Ptoloméé Alexandre et de sa mère Cléopâtre (100 a. J. C.). Il y a des cartouches de Césarion, le fils de Cléopâtre et de Jules César. Le temple était dédié à Harpekrot (Harpocrate des Grecs ?). Horus enfant, symbole du soleil levant. Je regrette bien de n'avoir pas vu la table géographique récemment découverte par Mariette à Thèbes. Je lui ai télégraphié le 20 de Gournat lui demandant des indications précises de l'entrée où se trouve cette table. Il ne m'a pas encore répondu. Peut être aurai je le temps d'aller voir la table à mon retour.

Avant d'arriver, j'ai vu à droite *Djebel Gebelein* (les deux montagnes) qui présentent des contours remarquables. J'ai fait un petit croquis de ces roches.

Arrivé à Esneh à 10 h 40 m. Réponse de Mariette avec les indications. Je touche à Louqsor au retour. Je suis allé voir le temple d'Esneh. La salle hypostyle – façade et colonnes – de l'époque romaine. On y lit les cartouches de Septime Sévère, Caracalla et Géta. Le fond est de l'époque grecque et indique une partie comme ayant été construite par Ptolomée Philopater. Les chapiteaux des colonnes laissent voir un travail soigné et délicat. L'architecture, comme moins soumise à l'influence hiératique, s'est pu émanciper sous les grecs et les romains, pendant que la gravure et la sculpture tombaient en décadence. Mariette dit que "la rédaction de textes de la salle est si mauvaise, si entrecoupés de jeux de mots, de calembourgs (sic) et de lettres détournées de leur valeur, qu'il faut presque une aptitude spéciale pour deviner le sens des phrases." Malgré l'ascension que l'on a faite sur les murailles, on n'a pas pu rien découvrir qui servît à éclairer au sujet d'un plan quelconque. Il y a adossée (sic) à la muraille où se trouve la seule porte que l'on voie, une espèce de grande niche avec des bas reliefs, qui semble n'avoir pas été ajoutée après la construction. Champollion aurait pu voir encore le sanctuaire où il aurait reconnu le nom de Thoutmès III.

On dit que les autres parties du temple gisent sous les maisons de la ville au milieu desquelles se trouve enclavée la partie que l'on peut visiter. J'ai parcouru les rues où l'on découvre des restes de la muraille extérieure et d'un quai à grands blocs qui appartenaient à un ancien barrage du fleuve.

Démarrons à 12 ¼. Je toucherai à El Kal pour visiter les tombes dont l'une est celle d'Ankmès (?) chef des nautonniers (sic), qui a été le sujet d'un mémoire de Mr. de Rougé. Il me l'a envoyé avec d'autres à l'époque de l'Exposition Universelle de Paris, quand je lui fait demander ses travaux. Ce fut un des premiers que j'ai étudiés du temps où j'ai commencé à m'occuper un peu d'égyptologie.

J'ai connu Mr. de Rougé en 1872 et c'est peut être à ma demande qu'il a ouvert, cette année là, son cours au Collège de France, étant déjà bien malade. Il est mort peu après mon retour au Brésil. C'est donc avec un vif intérêt, que je visiterai tantôt ce tombeau.

Esneh (?) était le *Latopolis* de Strabon, du poisson *latus*, que l'on vénérât dans cette ville. Cependant le nom hiéroglyphique est Chemma ou Seui (?).

Sept kilomètres au dessus de Esneh est *El Kenon*, où commence la région du grès calcaire, dont les égyptiens firent un si grand usage dans leurs monuments de la Haute Égypte. Cet endroit est le Chiubès (?) des Ptolomées. À 3 h. je débarquais à El Kah, l'ancienne Eléthys. Sur la rive droite en face d'Hiéraconpolis, on a lu le nom du roi Ousertesen (?) dans une pierre de ses ruines. En une demi heure j'atteignais les collines où se trouvent les tombeaux. J'ai commencé par celui du monarque Phére, dont les parois de la chambre ont des bas reliefs de labourage, culture de la vigne et fabrication du vin, de chasse et de pêche, d'élevage de bétail, ainsi que de l'embaumement et de la préparation des momies. Elle est fort curieuse et du temps de la 18^{ème}. dynastie comme les autres.

J'ai longtemps cherché celle d'Ankmès (?) et cependant elle se trouve à 30 pas de l'autre et à sa droite, en sortant.

J'ai lu dans l'inscription les cartouches du roi Ankmès (Amasis des Grecs) et celui de son prédécesseur Raskesennn. Je n'ai pas trouvé celui de Thoutmès I. Ankmès s'est distingué comme chef des nautonneirs (sic), amiral contre les Pasteurs, les Hyksos. L'inscription est fort connue. J'ai observé dans la première tombe des *dahabichs*, dont la vergue avait une roue tournant sur le tillac pour faciliter la manoeuvre de la voile.

En retournant à bord, j'ai longé pendant 10 mètres à marche rapide de baudet, les deux côtés d'une enceinte en briques crues., qui semble ancienne. Il y a dans son intérieur des fragments de colonnes doriques comme celles dont j'ai déjà parlé et qui portent des hiéroglyphes de la décadence, peut être de l'époque romaine. J'y ai vu aussi des morceaux d'une statue agenouillée – la pierre noirâtre – avec des hiéroglyphes, qui me semblèrent mieux faits.

Ces rives du Nil étaient remplies de monuments, mais c'est Thèbes qui méritait bien le nom de la ville aux cent portes.

D'après ce que j'ai parcouru, la ville et les deux côtés du fleuve devaient occuper des étendues de plus de 12 kilomètres, comptant de chaque rive du fleuve. Selon quelques papyrus, il y avait sous le nom de *Rue Royale* une communication directe entre le grand temple de Ramsès III, de Médinet Abou et le temple méridional de la rive opposée près du Louqsor actuel, que je crois être celui que j'ai visité, quoiqu'il se trouve enclavé dans le village de ce nom.

J'avais oublié de noter que j'ai visité, le jour de Médinet Abou, un tout petit temple au Sud et tout près de celui de Thoutmès, de l'époque des derniers Ptolomées. Je n'ai pu voir que de loin (du reste, il n'y a rien d'intéressant) l'emplacement du lac qui servait aux temples de Médinet Abou. Chaque temple en avait un pour le passage des barques sacrées.

L'endroit s'appelle aujourd'hui Bisket Abou.

Aussitôt que je suis arrivé à bord, le vapeur a désamarré avant 6 heures pour Edfou (?). Je rencontre depuis hier le vapeur de la Compagnie Cook pour transport des passagers jusqu'à Assouan, d'où ceux qui veulent continuer jusqu'à la deuxième cataracte vont à cheval jusqu'à Philé rejoindre l'autre vapeur de cette compagnie.

Je n'ai pas dit que j'ai remarqué dans la muraille Nord du grand temple de Médinet Abou trois gargouilles, qui paraissent indiquer qu'il y pleuvait plus qu'aujourd'hui. Sur le plafond du temple d'Esneh il y a un zodiaque; mais on a reconnu que ces représentations n'ont aucune importance pour la chronologie.

23 – Débarqué à 7 h. Traversé une plantation de cannes mais pas aussi belle que celle d'hier. Cependant elle me couvrait presque à cheval, bien entendu sur un petit baudet. Moins d'une demi heure jusqu'au pylône que l'on voit de loin. Il est très bien conservé. Sur sa façade extérieure, de chaque côté de la porte, on voit deux cavités prismatiques à fond vertical. Elles arrivent à une grande hauteur du pylône qui s'élève jusqu'à 35 m. (dix de moins que la colonne Vendôme) et semblent devoir servir d'appui aux mâts de banderolles, qui décoraient le pylône. Des chambres intérieures du monument, dont les fenêtres carrées se voient au dehors dans l'alignement vertical des rainures, étaient probablement destinées au dressement des mâts.

Le temple d'Edfou a été fondé par Ptolémée IV Philipater. Le sanctuaire et les chambres qui l'entourent, la chapelle et toute la partie postérieure appartiennent au règne de ce Ptolémée. La décoration de quelques salles du centre est de Ptolémée VI Philometor. La salle hypostyle, qui forme une espèce de façade en avant de l'édifice, est de Ptolémée Philometor et de Ptolémée IX et Evergète II. Le couloir extérieur porte d'un côté les noms du même Evergète et de l'autre ceux de Ptolémée XI et d'Alexandre. Le pylône a été décoré sinon construit sous le règne de Ptolémée XIII, Dionysios. En entrant par la première porte du temple, vis à vis le pylône, on a à gauche une petite chambre de pierre

addossée (sic) à la muraille, appelée la *chambre des étoiles* d'après les hiéroglyphes, qui disent aussi que le roi se purifiait là avant d'entrer dans le sanctuaire. A droite, une autre, où l'on trouve en hiéroglyphes la liste des livres de la bibliothèque, appelée la *bibliothèque*. Dans la paroi intérieure de la muraille extérieure du temple, côté Sud, faisant face à la partie centrale, avec qui (sic) elle forme le couloir extérieur, on remarque des bas reliefs curieux représentant la chasse à l'hippopotame au moyen d'un harpon avec une corde pour le tirer. Ailleurs la grosse bête a les pieds de derrière liés avec une corde et même avec des chaînes, un crocodile traversé par une lance, un long filet tiré par beaucoup d'hommes au milieu duquel on voit des oiseaux, des poissons, des bouquetins, un beau cerf et même des hommes prisonniers.

Dans la paroi extérieure du temple j'ai lu le cartouche de Cléopâtre. Des bas reliefs attendant à la religion se trouvent dans les chambres qui entourent le sanctuaire, comme à Denderah, dont le temple dans sa disposition ressemble beaucoup à celui-ci.

La chambre de Hor hut, fils de Hator, et le Horus de Edfou, contient des bas reliefs de figures mieux faits et est le seul où l'on voit l'image de la barque du dieu. Une partie du soubassement de l'extérieur du temple a des hiéroglyphes, qui montrent que chacune des chambres avait son nom, donnant en outre leurs dimensions en coudées et demi coudées égyptiennes, de manière que par le mesurage des chambres on connaît les rapports entre les mesures de l'ancienne Égypte et les nôtres. L'architecte du temple a signé son nom et il se nommait *Ei em hotep dcr si Phtah* (linonthès, le grand fils de Phtah).

Dans un des coins de l'une des chambres, il y a un monolithe de granit gris tacheté en forme de niche, où j'ai pu me tenir et qui a été disloqué du sanctuaire, où il devait se trouver, comme à Denderah. On peut affirmer que le monolithe avait été creusé par Nectanebo I (30^{ème} dynastie) – j'y ai lu le cartouche au dedans – pour servir de *naos* (sanctuaire) au temple sur l'emplacement duquel a été construit celui qui existe. Dans le couloir extérieur du Nord, je suis descendu par un escalier qui mène à un réservoir d'eau communiquant avec un puits hors du temple, pour recevoir l'eau du fleuve, dont le niveau peut se connaître par la profondeur de l'eau du puits.

Il y a des gargouilles, du moins par la forme, comme à Médinet Àbou, mais celles là n'ont pas d'ouverture. Seraient elles des

consoles, comme on voit dans le palais à Médinet Abou? La cour très vaste, entourée de colonnes entre le pylône et la première porte du temple, est très belle, et les chapiteaux des colonnes, à style égyptien, quelques uns à palmes très élégantes. Ils ne sont, pas tous semblables, mais deux à deux, occupant chaque colonne un des grands côtés de la cour. Du côté du temple, il n'y a pas de colonne, mais dans celui là il y a deux salles se suivant après la porte d'entrée, qui les possèdent. Le temple a des cryptes en couloir et deux escaliers pour les terrasses, celui du Sud à plusieurs rampes (6 ou 7) tournantes, et celui du Nord à rampe continue. Les parois de celui ci ont les bas reliefs avec la face tournée du côté de la descente. Sur les terrasses, il n'y a pas de petit temple, mais seulement deux chambres.

J'ai monté d'abord sur le côté N. du pylône. Quelle vue! J'ai lu en haut grave sur une pierre le nom de Caillaud 1816, le célèbre explorateur de l'Abyssinie et des sources du Nil. Redescendant jusqu'à (sic) presque à la moitié, je suis passé au côté Sud du pylône et sur l'entrée de celui ci j'ai lu et copié le nom de l'ingénieur *Legentil* avec la date de Frimaire, An VIII, avec le mètre qu'il a tracé au dessus et à gauche de son nom.

Ensuite j'ai visité près du grand temple un autre tout petit de Typhon, dont l'image se répète dans la frise et se trouve peut être aussi sur la paroi du fond. À cause du guide Isambert, que je trouve excellent, quoique assez arriéré, je suis allé jusqu'aux collines de grès voir les grottes qui s'y trouvent, mais peine tout à fait perdue. A 2 ½ h. j'étais de retour à bord en route pour Dgebel Silsileh. Depuis hier soir le vapeur a échoué quelquefois, mais pendant de courts instants.

Passant tantôt près de quelques huttes de féllahs, j'ai vu que je n'ai pas parlé de certaines petites huttes ou plutôt poêles, en terre, comme annexes des huttes, qu'ils enjolivent un peu et quelquefois assez bien, selon le goût égyptien, inspiré par les monuments. Les pigeonniers, par ex., ont la foi me extérieure des pylônes. Ouverts en dessous, ils y mettent des grains et des fruits pour les sécher. Ils leur servent aussi de chambre à coucher en été.

Brugsch a émis l'opinion que les rainures dont j'ai parlé pourraient être l'appui non de mâts à banderolles proprement dits, mais des para tonnerres primitifs. Cela me rappelle ce qu'on a suppose des tiges pointues qui couronnaient le temple de Salomon et que

l'on a pensé après, avoir servi à éviter que les oiseaux se perchassent sur les terrasses du temple en les salissant.

Le clair de lune n'est pas aussi beau qu'hier. J'ai cependant passé quelques heures ravissantes, en laissant mon imagination s'envoler. J'ai cru d'abord que les temples étaient orientés; mais je pense à présent que leur façade se tournait du côté du Nil, le fleuve sacré qui alimentait les lieux où les barques portaient les images des divinités et où se représentait le passage des âmes pour l'amenti (l'enfer égyptien). Là elles subissaient les épreuves...

(Le manuscrit est interrompu).

TITULARES PERNAMBUCANOS

**OS IRMÃOS BARÃO DA ESCADA
E BARÃO DE UTINGA**

1949



Belmino da Silveira Lins
Barão da Escada
(Da coleção de titulares pernambucanos, pertencente ao autor)

Barão da Escada

Belmino da Silveira Lins, terceiro filho do visconde de Utinga, nasceu a 4 de setembro de 1827. Senhor dos engenhos Limoeiro e Harmonia (Escada). Faleceu assassinado, num conflito político, na cidade de Vitória, em 27 de junho de 1880.

Casado com Maria de Jesus de Sousa Lins, baronesa da Escada, nascida em 1827 e falecida a 25 de fevereiro de 1896, no engenho Limoeiro, onde foi sepultada.

Foi agraciado com o título de barão da Escada, em 9 de setembro de 1874. O texto do decreto é o seguinte:

“Atendendo aos relevantes serviços que tem prestado à religião e à instrução pública o tenente-coronel Belmino da Silveira Lins, da província de Pernambuco, e querendo distingui-lo e honrá-lo: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão da Escada. Palácio do Rio de Janeiro, em nove de setembro de mil oitocentos e setenta e quatro, quinquagésimo terceiro da Independência e do Império.

(a) *Imperador*

(a) *João Alfredo Corrêa de Oliveira*”.

Descendência de duas filhas:

F1: Maria Lins Cavalcanti, baronesa de Suassuna, nascida a 31/03/1857 e falecida a 04/06/1940. Casada com seu primo dr. Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, barão de Suassuna. Sem descendência.

F2: Antônia Lins Correia de Araújo, nascida a 01/03/1858 e falecida a 09/06/1941. Casada com o dr. Antônio Francisco Correia de Araújo. Descendência de 7 filhos:

- N1: Henrique, falecido.
N2: Francisco Antônio, falecido.
N3: Dr. Francisco Antônio Correia de Araújo, falecido solteiro.
N4: Dr. Belmino Correia de Araújo, casado com Maria dos Anjos Correia de Araújo. Dois filhos:
 Bn1: Francisco Antônio Correia de Araújo, casado com Maria Alice de Barros Lins. Três filhos:
 Tn1: Belmino
 Tn2: Antônio
 Tn3: Maria de Jesus
 Bn2: Antônio, falecido.
N5: Maria Isabel, casada com Camilo Pereira Carneiro, falecidos. Oito filhos:
 Bn3: Antônio, falecido
 Bn4: Camilo, falecido
 Bn5: Adolfo Pereira Carneiro
 Bn6: José Pereira Carneiro
 Bn7: Maria Antônia, casada com Paulo Burle. Filhos:
 Tn4: Carlos
 Tn5: Maria Isabel
 Tn6: Paulo
 Tn7: Camilo
 Tn8: Maria de Lurdes
 Tn9: Maria Beatriz
 Tn10: Ernesto
 Bn8: Maria Isabel, casada com o dr. João Augusto Mac Dowell. Filhos:
 Tn11: João Augusto
 Tn12: Samuel José
 Bn9: Maria Beatriz, casada com José Luiz Leme Maciel. Filhos:
 Tn13: Maria Beatriz
 Tn14: Eloísa
 Tn15: José Luiz
 Bn10: Maria Cândida, casada com o dr. Luiz Eugênio Lacerda de Almeida. Filhos:
 Tn16: Jaime
 Tn17: Roberto
 Tn18: Ernesto

N6: Anita, casada com o prof. Joaquim Amazonas, falecida. Filhos:

Bn1: Maria Anita, casada com o fr. Samuel Mac Dowell Filho. Descendência:

Tn19: João Augusto Anchieta

Tn20: Maria de Nazaré

Tn21: Antônio Maria

Tn22: Maria de Lurdes

Tn23: Maria Elisabeth

Tn24: Maria Cecília

Tn25: Maria Dolores

Tn26: Maria Anita

Tn27: Samuel Wallace

Tn28: Maria Antônia

Tn29: Joaquim Inácio

Bn12: Antônio de Almeida Amazonas, casado com Antonieta Pereira. Filha:

Tn30: Isolda

Bn13: Dr. Joaquim Inácio Amazonas Filho, casado com Iracema Fraga Rocha. Filho:

Tn31: Gilberto

Bn14: Dr. Paulo Amazonas, casado com Nilza Alheiro. Filhos:




Tn32: Roberto

Tn33: Maria Ana

Tn34: Maria Helena

N7: Beatriz, nascida a 3 de junho de 1885 e falecida a 4 de dezembro de 1940, no Recife. Condessa Pereira Carneiro, pela Santa Sé. Casada com Ernesto Pereira Carneiro, conde de Pereira Carneiro, pela Santa Sé. Sem descendência.

126 3
Atendendo aos relevantes serviços que tem pre-
stado ao Reino e à instrução publica e sendo
mel. Ribeiro da Silveira Dias, da provincia de
Pernambuco e Cavendo Distinguido e Honrado.
Nos termos da Real Carta de Petição do Barão
da Escada e Salvação de D. Jo. de Gouveia, em
nome de deliberação do Real Conselho e de
quatro, quinquaginta e cinco Terceiros do
Reino de Portugal.



por Agente como o etc

Decreto de nomeação do barão da Escada
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional)



Florismundo Marques Lins
Barão de Utinga
(Da coleção de titulares pernambucanos pertencente ao autor)

Barão de Utinga

Florismundo Marques Lins, sétimo filho do visconde de Utinga, nasceu a 9 de abril de 1838. Batizado a 1º de dezembro de 1839, pelo padre Manuel Garcia Mendes, sendo padrinhos capitão João Marques Corrêa da Costa e Paula Francisca Cavalcanti de Albuquerque. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima Teudelina de Barros e Silva, em 30 de julho de 1857, filha de Francisco Antônio de Barros e Silva, futuro barão de Pirangi, e de sua esposa Ana Veloso da Silveira Barros. Sua primeira esposa faleceu a 27 de julho de 1876.

Casou-se, segunda vez, a 16 de junho de 1877, com Ana Wanderley, baronesa de Utinga, falecida a 10 de maio de 1912.

Foi agraciado com o título de barão de Utinga, em 30 de maio de 1888. O texto do decreto é o seguinte:

“Querendo distinguir e honrar a Florismundo Marques Lins, hei por bem, em nome do imperador, fazer-lhe a mercê do título de barão de Utinga. Palácio do Rio de Janeiro, em trinta de maio de mil oitocentos e oitenta e oito, sexagésimo sétimo da Independência e do Império.

(a) *Princesa Imperial Regente*

(a) *José Fernandes da Costa Pereira Júnior.*”

O barão de Utinga faleceu no Recife, a 2 de setembro de 1895. O seu testamento é o seguinte:

“Em nome de Deus, eu Florismundo Marques Lins, barão de Utinga, declaro que este é o meu testamento e disposição de última vontade que faço livre e espontaneamente sem a menor coação moral e no pleno gozo de todas as minhas faculdades. Desejando que por minha

morte possa minha cara mulher d. Ana Marques Lins, baronesa de Utinga, manter-se decente e regularmente, disponho da terça parte dos bens que possuo em seu favor como usufrutuária, para que dos mesmos bens tenha o uso e fruto gozo e vantagens, que ditos bens possam produzir. Por sua morte porém deverão passar ditos bens, livres e desembaraçados, ao domínio e livre disposição de todos os meus netos filhos legítimos de meus filhos para que deles usem e disponham como seus, que legitimamente usam. Desejo e determino que a dita minha terça de que é usufrutuária minha mulher fique constituída e encravada de preferência no prédio sito à rua Barão da Vitória número cinqüenta e nove desta cidade do Recife, no que deverá residir, como temos residido não podendo ser no mesmo prédio aquinhoado outro herdeiro e sendo que, se por qualquer circunstância no valor ultrapassar as forças da mesma terça deverá ser inteirado o respectivo excesso na conta da meação, a que tem direito minha dita mulher, como legítima meeira de cabeça de casal que é. Espero que meus caros filhos saberão continuar a honrar e respeitar a fiel e dedicada companheira dos dias e vida de seu pai, cercando-a da afeição e desvelos que bem merece como segunda e boa mãe, que lhes foi procurando todos manter entre si a união íntima e solidariedade da família. Desejo que sirvam como meus testamenteiros e fiéis executores de todas as minhas disposições em primeiro lugar o meu sobrinho e afilhado Henrique Marques, barão de Suassuna, e em segundo e terceiro lugares os meus filhos Francisco de Barros Lins e Marcionilo de Barros Lins, aos quais peço e recomendo que aceitem este pio encargo. Essas minhas disposições de última vontade, que a todos recomendo façam boas, firmes e valiosas e vão por mim escritas e assinadas. Cidade do Recife, treze de julho de mil oitocentos e noventa e cinco.

(a) *Barão de Utinga.*”

Descendência:

F1: Antônia, nascida a 18 de junho de 1858, falecida com 3 meses.

F2: Florismundo, nascido a 20 de setembro de 1859, sem descendência.

F3: Dr. Henrique de Barros Lins, nascido a 1 de março de 1861. Batizado a 15 do mesmo mês e ano pelo padre Antônio da Costa Figueiredo, sendo padrinhos seus avós paternos, o visconde e viscondessa de Utinga. Casado com Rita Wanderley. Descendência de três filhos:

N1: Maria, casada com dr. Augusto Cavalcanti, filhos:

Bn1: Henrique.

Bn2: Augusto.

Bn3: Nair.

Bn4: Maria Rita.

Bn5: Florisa.

Bn6: Livino.

Bn7: Marco Antônio.

Bn8: Fernando.

Bn9: Cláudio Manuel.

Bn10: Guido.

N2: Manuel de Barros Lins, casado com Benemérita de Sena.

N3: Henrique, sem descendência.

F4: Ana, nascida a 7 de setembro de 1862, falecida menor.

F5: Henriqueta, nascida a 20 de novembro de 1863.

F6: Dr. Francisco de Barros Lins, nascido a 3 de março de 1865. Casado com Lídia Guimarães. Descendência de um filho:

N4: Dr. Mário Guimarães de Barros Lins.

F6 Casou-se em segundas núpcias, com Neomísia Cavalcanti, sem descendência.

F7: Dr. Marcionilo de Barros Lins, casado com sua prima Maria de Barros Lins, filha dos viscondes de Rio Formoso. Descendência de três filhos:

N5: Dr. José Marcionilo de Barros Lins, casado com sua prima Alice Martins de Almeida, bisneta dos viscondes de Rio Formoso. Nove filhos:

Bn11: Dr. Marcionilo de Barros Lins

Bn12: Maria Alice, casada com Francisco Antônio Corrêa de Araújo, bisneto do barão de Escada, com três filhos:

Tn1: Belmino.
Tn2: Antônio.
Tn3: Maria de Jesus.

Bn13: Francisco.
Bn14: Gilberto.
Bn15: Lenice.
Bn16: Amélia, falecida.
Bn17: Romildo.
Bn18: José Marcionilo Filho.
Bn19: Geraldo Antônio.

N6: Teudelina, casada com Pascoal Mesquita Wanderley,
sem descendência.

N7: Pedro, falecido.

F8: José Felipe Marques Lins. Nascido a 26 de maio de 1872,
casado com Angelina Uchoa Cavalcanti. Descendência de nove
filhos:

N8: Florismundo Marques Lins, casado com sua prima
Maria de Lurdes Lins de Almeida, com duas filhas:

Bn20: Júlia
Bn21: Heloísa

N9: José Lins, casado com Carolina Portela, com sete
filhos:

Bn22: Vítor.
Bn23: Ivanize.
Bn24: Hugo.
Bn25: Beatriz, casada com Hipólito Ramos.
Bn26: Inalda.
Bn27: Fernando.
Bn28: Regina.

N10: Henrique Lins, casado com Otávia Albuquerque,
com dois filhos:

Bn29: Heleni.
Bn30: Lurdes.

N11: João Lins, casado com Maria José Lira. Com seis
filhos:

Bn31: Florismundo.
Bn32: Olga.
Bn33: Dilva.
Bn34: Ivete.

Bn35: Maria do Carmo.

Bn36: José Antônio.

N12: Mário Lins. Casado com Doralice Lima, com cinco filhos:

Bn37: Luís Gonzaga.

Bn38: Terezinha.

Bn39: Rogério.

Bn40: Jorge.

Bn41: Angelina.

N13: Luís Lins, casado com Irene Braga, com três filhos:

Bn42: Ilza.

Bn43: Leni.

Bn44: Rosa Maria.

N14: Maria Rita, casada com Artemidoro Braga, sem descendência.

N15: Angelina, casada com Odilardo Albuquerque, com cinco filhos:

Bn45: José Moacir.

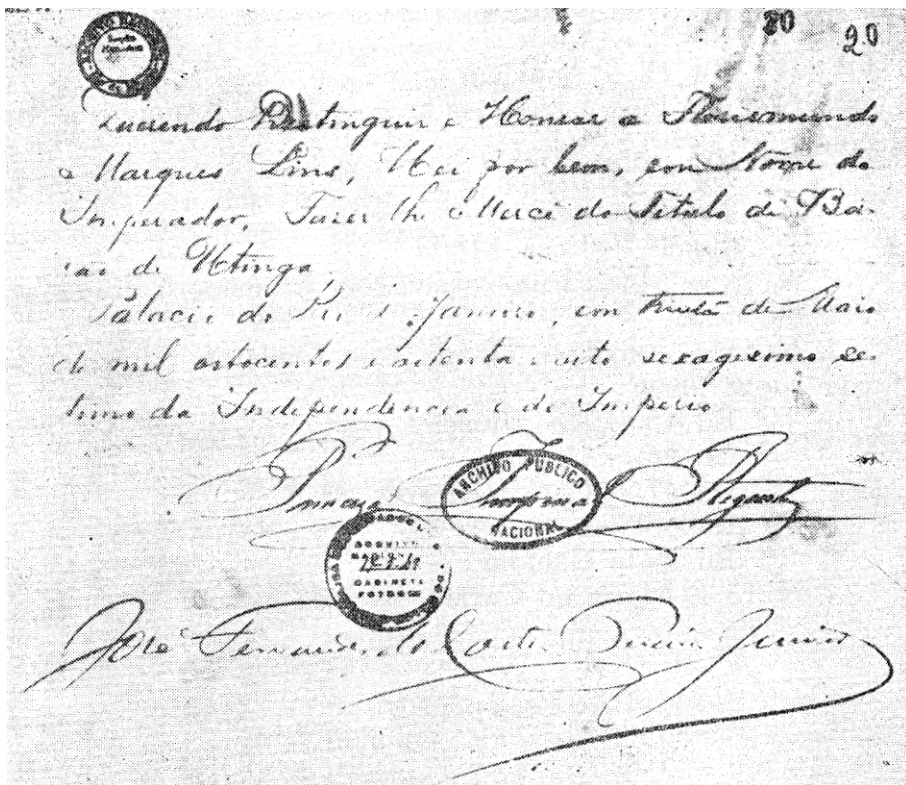
Bn46: Gilberto.

Bn47: Carlos Alberto.

Bn48: Jorge.

Bn49: Cláudio.

N16: Maria do Carmo, falecida menor.



Decreto de nomeação do barão de Utinga
(Gentileza do dr. E Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional)

Guilherme Auler

**NASCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E
GRANDEZA DE PETRÓPOLIS**

Nascimento, desenvolvimento e grandeza de Petrópolis *

No dia vinte e nove de junho, no ano de 1845, chegavam a esta montanha, fatigados de uma jornada penosa, os primeiros colonos. Diremos melhor se dissermos: os nossos antepassados, porque eles, na realidade, o foram de todos nós, de uns pelo sangue que nos corre nas veias, de alguns pelo parentesco por afinidade e de muitos pelo conhecimento que tivemos da sua presença neste sítio de encantos. A história dessa época que já remonta a mais de uma centúria, está contada. Ninguém a ignora. Apenas haverá sempre o que pintar desse passado na evocação dos trabalhos daqueles desbravadores obscuros que fundaram a cidade e nela deixaram a marca do seu humilde e fecundo trajeto pelo planeta. Neste momento a obra dos povoadores pode ser contemplada através dos frutos colhidos pelos seus descendentes. E qualquer coisa de extraordinário se processou sob os nossos olhos e que só agora poderemos compreender no seu legítimo significado prodigioso, num roteiro sentimental em que o coração supera o raciocínio.

Não era uma leva de aventureiros que atravessava o oceano para a conquista do desconhecido, nem uma horda que sonhava chuvas de ouro. Esses imigrantes, oriundos de vários estados germânicos, vinham tangidos pela justíssima ambição de criar uma pátria nova para si e para a prole, fixar-se num solo que lhes pertencesse de direito. Abandonaram o antigo berço teutônico numa Europa talada pelas guerras, molhada de sangueiras, por um país moço da América que lhes oferecia de braços abertos a prosperidade e a fartura desde que lhe dessem amor e esforço. Prova de que deve ser essa a interpretação temo-la no fato de a maioria, senão a totalidade, desses forasteiros se haver transplantado em massa, famílias inteiras, os mais velhos acompanhando a juventude intrépida, para este hemisfério, como a demonstrar com esse ato a decisão da permanência definitiva, nada deixando do outro lado do mar que lhes espicaçasse a saudade ou avivasse desejos de regresso. Aqui neste chão do Brasil jazem os despojos sagrados dessas criaturas simples e boas que rasgaram os caminhos difíceis

*. Conferência proferida no Museu Imperial a 29 de julho de 1949.

da hora em que nascemos para a civilização. Os que lhes adotaram os exemplos e receberam os estímulos, esses brasileiros pelo nascimento e pela alma, também não existem neste mundo. E é uma terceira geração bem amadurecida, no limiar da velhice, a que vos fala pela minha boca e procura traduzir sentimentos de respeito e devoção aos que escolheram este maravilhoso pedaço do nosso território para a magnífica experiência social de Pedro II, de Paulo Barbosa da Silva, do visconde de Sepetiba e de Júlio Frederico Koeler.

Eu escuto nesta hora a voz dos antepassados, dos que sobrevivem em nós no respeito e na devoção aos seus atos meritórios, a voz em coro uníssono dos que chegaram primeiro, dos que vieram de longe, e afrontaram tempestades, e sentiram a fome e a sede, e alimentavam a esperança da vida feliz. Na mesma época em que eles aqui pisaram, o bardo da liberdade americana, o hirsuto Walt Whitman, entoava o canto dos pioneiros, dos gigantes loiros que violaram as selvas do oeste dos Estados Unidos, e fixava o seu itinerário em música profética:

“Deixamos atrás de nós todo o passado,
Desembocamos num mundo novo e maior,
Um mundo diferente,
Incólumes e fortes,
Apoderamo-nos deste mundo,
Mundo de trabalho e de marcha.
Pioneiros! Ó pioneiros!

Submetemos as selvas primitivas,
Remontamos os rios,
Atormentamos a terra,
Furamos minas,
Profundamente,
Desbravamos a vasta superfície,
Removemos a terra virgem.
Pioneiros! Ó pioneiros!...”

Era assim que Walt Whitman pintava para a admiração do futuro o quadro de seus patrícios na conquista de um imenso território destinado aos indivíduos robustos e sadios que ali iriam fundar o domicílio de uma humanidade sem preconceitos, alegre e

generosa, de músculos de aço e alma de criança, e por cujos caminhos correria mais tarde o carro de ouro da civilização. E esse poema é também o dos nossos antepassados, dos obscuros operários anônimos que não temeram perigos, que acometeram a montanha e a mata, e as domesticaram nos dias ásperos da aventura inicial.

Eu ainda vejo com os olhos de espanto da infância, há mais de meio século, os frutos da obra desses homens de ferro e dessas mulheres intrépidas, no povoado risonho e tranqüilo em que eles transformaram os charcos e as serpentes líquidas dos riachos cristalinos. Morros desceram para o aterro das charnecas, e em pouco tempo a vida palpitava no sítio onde antes tudo era silêncio. É a história dos pioneiros que estamos celebrando neste instante de tantas atribuições e de enormes sacrifícios. Eles atenderam ao convite que lhes fazia, por intermédio da sabedoria de um ministro, um monarca da América:

– Vinde a este privilegiado pedaço de mundo ajudar-nos a construir a nossa casa, partilhar da nossa mesa, respirar conosco este ar macio e tonificante, colher as messes do labor fecundo, na dignidade de uma existência sem tropeços e a coberto de ameaças semelhantes às que vos mortificaram na zona de ódios milenares em que nascestes. Tereis aqui o chão que será de vossa propriedade e a segurança de um prêmio ao vosso esforço benemérito. Tereis uma pátria que será a de vossos descendentes, acolhedora e magnífica.

E eles ouviram a palavra de ternura do estadista clarividente, e abandonaram os velhos lugares que só lhes punham diante dos olhos a tragédia das guerras, dos sofrimentos, da miséria, dos invernos sem fogo e sem pão, dos direitos ofendidos, das empresas sem recompensa.

Um dia – isso foi há mais de cem anos – os primeiros grupos marcharam serra acima, e eram velhos, adolescentes e crianças, a subir pelo caminho agreste na ânsia de um pouso definitivo. Do acampamento no alto, surgia em pouco a povoação trepidante, as casinhas sorridentes erguiam-se como num milagre, a igreja singela era a religião, o sino convocava os crentes nos domingos festivos. “Só os fortes emigram”, afirmam os sociólogos. E esses foram realmente dessas estirpes que não se deixam escravizar, e buscam no planeta o ponto em que possam estabelecer-se, livres e honestos, para o usufruto merecido das dádivas de Deus.

Numa comemoração do estilo da que nos congrega tudo é memória de tempos idos e saudade infinita das doçuras antigas. Os que começam a envelhecer dêem às gerações que despontam a evocação do que viram e sentiram na alvorada da cidade, o estímulo dessas lembranças que constituem o nosso orgulho de povo e são os títulos autênticos da nossa fidalguia. A juventude de agora precisa ouvir de nós o depoimento autorizado sobre as suas origens, a narrativa dos heroísmos daqueles que lançaram a pedra angular deste recanto paradisíaco e venceram no duelo incruento com a natureza bravia. Para que nós desfrutássemos os bens da boa fortuna, eles se impuseram as penas descomedidas do preparo do terreno. E eu guardo na retina a Petrópolis da minha meninice e recordo o espetáculo emocionante da sua evolução. A poesia do seu bucolismo virgiliano, quando a iluminação das estradas era a que o céu nos dava com o luar de prata, eu não a esquecerei nunca, tão belas foram essas noites em que tudo parecia transfigurado e imaterial.

Reportemo-nos ao ano 1 desta efeméride que hoje festejamos. Pedro II sancionara o plano do visconde de Sepetiba de povoar-se um trecho de terra fluminense com colonos forasteiros, de procedência germânica, e nele plantar-se a cidade que seria esta, com o nome de seu patrono. É um ato de visão política, tanto mais de exaltar-se porque de uma época recuada, quando não nos salteavam os problemas econômicos do espaço que torturam inúmeros povos – problemas, aliás, dos quais, felizmente, estaremos a salvo durante longo prazo e porque nele se apontava aos homens públicos a rota melhor no capítulo inteligente do povoamento da gleba. O Estado cumpria, desse modo, parte da sua missão providencial, cedendo a terra aos trabalhadores, fazia-os donos de um patrimônio, dava-lhes a consciência da propriedade que só possuem os que se vinculam ao solo pelas raízes das fainas cotidianas e têm a certeza de que são células de uma comunidade viva e orgânica. Maravilhoso exemplo foi esse, de um verdadeiro campo experimental – repetição do que se dera no extremo sul do país oferecido aos exploradores agrícolas para a escolha entre o braço do homem livre e o braço do homem escravo.

* * *

Muitos subsídios interessantes ao estudo da nossa formação nos proporciona a vinda desses imigrantes. Eles não somavam dois mil no começo. Traziam, todavia, consigo as características

espirituais e os costumes do rincão em que nasceram. Eram da Westfália, da Baviera, da Saxônia, de Darmstad, de Hesse, da Renânia, do Bingen, das margens do Mosela, do Palatinado, anteriores à política unificadora do chanceler de Ferro. Não havia na Europa a Alemanha moderna forjada por Bismarck com o encadernamento desses elos díspares sob a pressão do pulso do prussiano absorvente e militarista. Cada punhado de indivíduos, cada núcleo familiar, representava os pendores, as tendências, a vocação cívica de um principado, de um condado, de um ducado, remanescentes do feudalismo. Petrópolis recebeu na sua toponímia os apelidos que lhe traziam os ádvenas localizados ao sabor de seus desejos. E os que na Europa pertenceram a este ou àquele aglomerado, aqui adotaram as mesmas normas de conduta, com as suas idiossincrasias, as suas rivalidades latentes, os seus exclusivismos localistas. Teria o governo do Brasil pensado nisso? Se o pensou nunca o declarou implícita ou explicitamente. Entretanto, é importante que se faça a verificação do fenômeno para as conclusões e os ensinamentos necessários. O fato social, porém, se reveste de particular expressão. Uma vez na nova pátria, bastou uma geração de brasileiros para ligar toda essa gente desconfiada e suspicaz e dar-lhe a compreensão da igualdade e da fraternidade. Este céu doce, esta atmosfera envolvente e fascinadora, exerceram uma ação de domínio tão ampla e tão vigorosa, que em menos de cinco lustros já quase ninguém tinha idéia dos dissídios primitivos, e os cruzamentos repontavam nos seus esplêndidos resultados. Não se pensava mais no que permanecera distante, além do Atlântico e só se cuidava de transformar a floresta e o pântano em reduto habitável e aprazível. A língua soberba e harmoniosa que Portugal nos legara, foi o instrumento todo poderoso desse processo de assimilação. Os que não se entendiam no berço remoto, logo se entrelaçaram sob o imperativo da necessidade de compor um novo tipo de vida. Nada mais os separou, e as reminiscências dos litígios longínquos desvaneceram-se, apagaram-se, na magia do habitat brasileiro. As próprias divisões religiosas que na Europa constantemente colocavam as criaturas em posição de hostilidade, aqui não tiveram força suficiente para manter intactas idênticas fronteiras morais. Católicos e protestantes edificaram os seus templos, e mantinham fora de seus muros uma cordialidade confiante e amável. Meu avô paterno era católico, minha avó protestante, do rito evangélico. Não sei de casal mais ditoso e mais encantador

do que esse em toda a sua longa passagem pelo mundo. Tal diversidade, no entanto, não impediu a educação, no seio do catolicismo, dos filhos, dos netos, dos bisnetos, dos tetranetos.

Mais um caso a citar, e esse, que seria assombroso em outros climas, ocorreu aqui como a coisa mais lógica e mais natural que imaginar se possa: o da montagem do órgão da igreja protestante. Aparelho custoso, adquirido com dificuldade, – e era um dos primeiros do seu porte que vinha ao Brasil – instalou-se, e foram os dedos de um extraordinário organista, um frade católico, os que lhe correram o teclado pela primeira vez. Deus não distinguia as suas ovelhas no momento em que a música divina enchia de acordes angélicos uma das casas dedicadas ao seu culto. Lindo esse episódio, mais um a evidenciar a maneira humana como aqui se operou o desenvolvimento da nossa cultura e da nossa convivência.

* * *

Nos nossos dias muito se escreve e se fala de latifúndio, de divisão da terra. Aureliano Coutinho, na monarquia, ao contratar com o major de engenheiros no Córrego Seco, dá-nos excelente modelo no gênero, ensina-nos a lançar os alicerces de uma coletividade urbana e a assegurar-lhe os meios de subsistência decente. As granjas formam-se no arredor, uma aqui, outra mais adiante, a circundar as moradas limpas e humildes, e a dar desde logo uma impressão de fartura, pois nelas de tudo se cultivava para as exigências do agricultor e para a venda no mercado. Os da minha geração conheceram o apogeu do sistema. Não havia ricos, mas também não havia pobres. Senão todos, a quase totalidade dos mais diligentes e industriais gozava de um bem-estar sólido. Trabalhava-se muito. Vinham dos arrabaldes – dos quarteirões, como lhes chamávamos – as carrocinhas tiradas por cabritos no transporte do leite, do queijo, da manteiga, da fruta, da hortaliça fresca pela madrugada, as ruas do centro eram cruzadas por esses veículos minúsculos, o tilintar das suas campainhas despertava a aldeia estremunhada, e de porta em porta a mercadoria era distribuída. Depois, os granjeiros, feitas as compras de produtos indispensáveis, tornavam aos lares, contentes e dispostos a prosseguir nas tarefas interrompidas.

Há nesta rememoração de fatos lugar para reminiscências do pitoresco na constituição da vida social petropolitana. O domingo

era o dia da prece, da folgança, do divertimento. Ao amanhecer todos saíam para a missa. Velhos e velhas beatas, rapazes e moças, aos magotes barulhentos. As vestimentas coloridas, de desenho espantado, se destacavam na paisagem romântica como frotas agudas. A religião exercia a sua função precípua de solidariedade entre os homens, alertando-lhes os bons pensamentos e a fé nos seus destinos. Nas datas magnas da Igreja as procissões denunciavam o poder crescente do proselitismo católico. Pode-se dizer mesmo que o clero, numa antecipação da *Rerum Novarum*, dava corpo a propósitos que se concretizariam na doutrina de Leão XIII, aproximando indivíduos de situação econômica diferente e convencendo-os de que a felicidade estaria mais perto da colaboração pacífica do que do antagonismo violento das classes.

* * *

A noite dava ensejo a manifestações sugestivas da maneira singela do viver dessa honrada gente. É uma época morta que vou tentar reconstituir em traços largos e sumários. Quero dizer-vos dos bailes populares, a única oportunidade que os sexos tinham para os encontros sem protocolo, para a afirmação das afinidades eletivas, para o namoro sem rebuços, para os idílios discretos ao som das valsas vertiginosas ou das quadrilhas cerimoniosas nas suas curvaturas, salamaleques e rodopios. A essas noitadas de dança domingueira compareciam as famílias proletárias e burguesas sem distinção de fortuna, e a alegria imperava nos corações. Via-se ali, nos pares que bailavam, a democracia numa de suas formas rudimentares da igualdade: eram os brancos, os pretos, os mestiços, que se enlaçavam, despreocupados das diferenças epidérmicas. Era, sem dúvida, um mundo novo aquele, à lei da natureza, exuberante, juvenil, inconsciente do que fazia, mas a indicar-nos um padrão de bondade incompreensível fora de tal ambiente. As vitórias da técnica, o progresso materialista na ferocidade do seu ímpeto, eliminaram esses costumes de tão profundo conteúdo democrático. Valha-nos ao menos a perspectiva com que os visionamos na bruma melancólica da distância com toda a sua riqueza poética.

* * *

Essa Petrópolis que pertenceu aos petropolitanos já não subsiste. Desapareceu o seu estilo. Resta a paisagem silenciosa a emoldurar uma construção heterogênea, nem sempre adequada aos hábitos da população. O agrarismo do primeiro meio século cedeu

o passo à invasão da indústria, e esta arrancou os homens e mulheres da existência geórgica das hortas, das chácaras e dos pomares, para acorrentá-los às salas onde a trepidação dos teares entoa o canto monocórdio e soturno da civilização da máquina. A propriedade passou a outras mãos, e os filhos e netos e bisnetos dos que foram donos de alguma coisa são a massa a engrossar as fileiras tristes do proletariado urbano, na angústia suprema do século. Haverá mais grandiosidade nos dias presentes, mais imponência arquitetônica, um crescimento demográfico mais rápido, enfim a cidade tentacular com as suas múltiplas fábricas e o seu comércio de luxo. Tudo isso, porém, nasceu daquela crisálida, foi propiciado pelo núcleo instalado há cento e poucos anos. É para aqueles avoengos que voltamos nesta altura os nossos melhores pensamentos e a nossa gratidão. Eles souberam ser puros e simples como a água de cristal que brota da pedra e não pede mais do que liberdade para correr no rumo do seu destino. Eles cumpriram a sua missão de pioneiros, rasgaram a terra para a marcha sem tréguas dos que lhes sucederam. A cidade que eles chantaram nestas serras de encanto não é mais a mesma da nossa infância, nada mais tem da sua aparição. Fique ela, entretanto, bem viva na lembrança dos contemporâneos, como um sonho que nunca se apagará, que todos estimam, enternecidos, no que ele traduz de criação humana e generosa, de lição perpétua aos que trabalham. E ao encerrar esta breve conversa cercado das sombras do passado da minha terra, quero repetir o que escrevi com o sangue do espírito e colori com as tintas da imaginação, os versos do poema em que desenho o retrato da minha cidade, as estrofes de um canto votivo:

Retrato da Minha Cidade

A Alcindo Sodrê.

Minha cidade verde, aberta às claridades
Que o céu derrama em turbilhão de estrelas,
Não me espicaçam pontas de saudades,
Nem existem motivos para tê-las.

É que eu te sinto em mim, tal como outrora
Ainda te vejo em teus primeiros dias.
Como a cantar numa perpétua aurora
De nossa infância as lindas melodias.

Ouçõ os passos da marcha dos pioneiros
Nas picadas da serra.
Batem machados, tombam robles altaneiros,
E na queda um rumor se levanta
Como um grito de dor escapo da garganta
Da terra.

Ouçõ os passos da marcha dos pioneiros...

Lá vão eles, vão subindo, vão subindo.
Vão sofrendo, vão cantando, vão sorrindo,
Heróis sem nome, mas heróis porque os primeiros...
Quanto tempo durou a caminhada...
Chuva e sol, calmaria e tempestade,
Nada os deteve nessa ríspida escalada
Para a conquista da felicidade...

Dias rudes de sombra, os músculos retesos
No manejo da enxada e dos terçados,
Viveram eles ao trabalho escravizados,
Mas alegres, à luz de um sonho presos.

Ouçõ os passos da marcha dos pioneiros...

Apenas a esperança os acompanha
Nessa dura ascensão. E como são ligeiros!...
E assim nasceu das mãos desses pioneiros
Minha linda cidade na montanha...
Escuto-lhes a voz na marcha da subida...
Parece um cantochão
De homens que vêm da morte para a vida
Cheios de fé no coração.

Oh! minha cidade verde,
Não me emocionam as chaminés das tuas fábricas,
Nem a trepidação das tuas máquinas.
Nem os palácios que se escondem nos teus bosques
Envergonhados da própria opulência.
A civilização mudou tua fisionomia,
Deu-te outras formas, transformou-te as linhas,
Mas na minha fantasia

Continuas a ser a aldeia pequenina,
Fresca, juvenil e perfumada,
Com ares de menina
Na verdura a correr de madrugada
Como ninfa nascida da neblina.

És mais formosa assim, e em tuas águas espelhas
Os perfis dos teus montes,
A sombra das tuas pontes,
Das tuas pontes vermelhas...
Vem-me às narinas o teu cheiro agreste,
E eu te vejo melhor nos teus traços antigos:
Uma candura, uma expressão celeste
Na carícia das mãos, nos afagos amigos...

E o mesmo luar com que iluminava as estradas
Nas noites frias das tuas doces primaveras,
Sinto-o agora, talvez mais claro e mais risonho
Do que nos dias das fulgentes alvoradas
Em que eras
A verdadeira fonte do meu sonho...

Encantada visão do alto da serra
Em cujos fogos minh'alma se incendeia,
És a mesma feiticeira
Que vinha, sorrateira,
Para apagar a luz dos lampiões da terra
Se no céu se acendia a lua cheia.

Ouçõ o canto orfeônico dos órgãos das tuas igrejas
Onde aprendi a crer...
Minha terra cristã dos meus primeiros anos,
Quero que nesses templos me revejas
Com teus bondosos frades franciscanos
Que me ensinaram a ler...

Ressurges das tuas brumas a meu lado,
Na macia brancura de inocente,
Ressoa em mim a voz desse passado,
Que de tão vivo está em mim presente.
Com ternura penetro-te os refolhos,
De tuas claridades me ilumino,
E suponho que em dias de menino
Roubei do céu o azul para os meus olhos.

De mil belezas te douras
Nesse esplêndido fulgor
Do teu eterno arrebol.
E em teu regaço entesouras,
– Cidade do meu amor –
Crianças fortes e louras,
De cabecinhas de sol...

Carlos Maul

**ALGUMAS CARTAS DA IMPERATRIZ
LEOPOLDINA**

Algumas cartas da imperatriz Leopoldina

Olhos azuis, nariz e boca pequeninos, duma simplicidade excessiva que devia custar-lhe mais tarde graves dissabores, a primeira imperatriz do Brasil tinha a aparência duma burguesa. Filha do imperador da Áustria e de sua segunda mulher d. Maria Teresa Carolina, d. Maria Leopoldina Josefa Carolina tinha muito pouco de princesa na maneira de se apresentar. Não era bonita nem aprumada mas antes baixa, deselegante, gorda, corada e despreziosa além do que é permitido. Causou assim ao chegar ao Rio de Janeiro cruel desilusão ao noivo que impacientemente a esperava.

Se tudo tem limites na vida, não é decerto no arranjo da mulher que devem deixar de observar-se.

Cuidado e higiene nunca foram sinônimos de vaidade, antes dever.

Por isso no dia 5 de novembro de 1816 às 5 horas da tarde entrando na barra maravilhosa do Rio de Janeiro as naus “D. João VI” e “S. Sebastião” acompanhadas pela fragata “Augusta” não houve repiques de sinos nem salvas reais que aquecessem o coração do príncipe em face da mulher que lhe destinavam.

Girândolas de foguetes estalavam nas ruas floridas onde as tinham sido engalanadas a capricho.

Procurando mostrar um agrado que estava longe de sentir, Pedro de Alcântara chamava em seu auxílio toda a educação que tivera e a caridade de que dispunha.

D. Maria Leopoldina trazia os cabelos desalinhados e o fato usado sem uma única jóia que atestasse a sua boa vontade em agradecer.

Tinha porém, outras virtudes e talentos. Era fundamentalmente honesta, estudiosa, cultivava as ciências naturais e conhecia as artes. Se não logrou fazer-se amar, conseguiu pelo menos a estima da família do marido e dele próprio. Já depois de casada aperfeiçoou-se na música por ter notado que o novo ambiente da sua vida

era de grandes amadores dessa arte. Consagrou igualmente muitas horas à pintura, chegando a completar um retrato da filha d. Maria da Glória – mais tarde rainha d. Maria II de Portugal. Aprendeu português apesar das dificuldades que a língua lhe apresentava, mercê das palavras árabes. Era também especialmente dedicada a d. João VI, a quem provou inalterável afeto filial através de todas as vicissitudes políticas, escrevendo-lhe amiúde e dando-lhe notícias dos netos. Era pois uma senhora culta e bem educada ¹. Nada porém desfaria já no ânimo do príncipe d. Pedro o desconsolo da primeira impressão.

A princesa é que logo se apaixonaria pelo noivo, com quem foi muito feliz nos primeiros anos de casada. Já o seu retrato a encantara. Agora a presença arrebatava-a. Amou-o loucamente mas nem por isso cuidou mais de si.

Viu-o só a ele.

Preferiu a comodidade e não soube vigiar a sua ventura.

O resultado não se fez esperar.

Aos homens não basta a virtude feminina. Preferem até quase sempre a inteligência e a bondade à elegância e a graça.

A bela marquesa de Santos, surgindo subitamente na vida de d. Pedro, em breve o faria esquecer os deveres de esposo ².

Contudo, o soberano era conciliador e apesar da paixão que dedicou a fidalga nunca tratou a imperatriz com menor atenção.

A princípio d. Leopoldina fingiu ignorar a ligação escandalosa do marido com a primeira dama da corte...

Mas um dia, desvairada pela assiduidade do imperador junto do pai de d. Domitila de Castro Canto e Melo, doente e quase moribundo, ameaçou d. Pedro de voltar para a Europa. A imperatriz recebeu nesse dia o esposo “quase a unhas e dentes” – diz Alberto Rangel ³.

A zanga não durou muito, embora dos grandes conflitos sentimentais se não regressasse jamais com o sentimento imaculado que antes era.

Fizeram as pazes e d. Pedro, a quem as tremendas agitações políticas absorviam totalmente, obrigando-o a repetidas viagens, partiu para o Sul, desta vez um tanto envergonhado de si próprio

1. Biblioteca da Ajuda de Lisboa. *Cartas de d. Leopoldina a d. João VI.*

2. Alberto Rangel. *D. Pedro I e a marquesa de Santos*, p. 164.

3. Op. cit., p. 164.

pela conduta que usara com a imperatriz. Mal cuidava que não tornaria a vê-la!

No Brasil vencera-se – era certo – a resistência de Portugal em aceitar a independência do Império brasileiro. O reconhecimento fora apenas retardado por conselhos de outros países como França, Prússia, Espanha e Rússia. A Inglaterra significou a d. João VI pelo embaixador lorde Coming que o reconhecimento de Portugal era inevitável. Os Estados Unidos haviam dado o exemplo. E sir Charles Stuart negociou o tratado de 29 de agosto de 1825. O Brasil pagá-lo-ia pelos dois milhões de libras esterlinas do empréstimo que Londres fizera a Portugal.

O rei d. João seria imperador titular; o príncipe, imperador efetivo.

As lutas porém continuavam no Sul e d. Pedro teve que partir, a 19 de abril de 1825 proclamava-se a independência da Banda Oriental do Uruguai.

Derrotados os brasileiros em Mercedes e Sarandi, fora a Banda Oriental incorporada às Províncias Unidas do Prata. Chefiada por Pinto Guedes, que dirigiu os bloqueios aos portos argentinos, a esquadra brasileira bateu o capitão George Brown. A colônia do Sacramento ia resistindo ⁴. Entretanto o imperador acorria. Não querendo compenetrar-se do inevitável, verificaria com os seus próprios olhos o que se ia passando.

O Brasil tornara-se independente da tutela distante da metrópole portuguesa, mas a banda oriental do Uruguai emancipar-se-ia também por sua vez ⁵.

Entretanto d. Pedro chamado à pressa ao Rio de Janeiro, tinha a notícia brutal e inesperada da morte da imperatriz.

“Pedro, o meu querido Pedro...” disse ao expirar no dia 11 de dezembro de 1826.

O imperador sentiu horrivelmente a saudade da morta. Os remorsos deviam angustiá-lo e não só os falamentos da corte. D. Leopoldina morrera de desgosto, dizia-se. Como se os desgostos arrebatassem a vida se a doença se lhes não juntasse!

D. Leopoldina jaz na sacristia do panteão do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro onde oramos pelo seu eterno descanso. Eis a inscrição que encima o seu túmulo com as armas imperiais:

4. Afrânio Peixoto. Hist. do Brasil, p. 170.

5. Idem, idem.

“Aqui repousam os preciosos restos da
Adorada imperatriz M.^a Leopoldina
Seu espírito cremos, habita os céus
Sua memória não gastarão os séculos.”

Poeta como brasileiro que já era d. Pedro I escreveu então:

“Deus eterno, porque me arrebataste
A minha muito amada imperatriz?
Tua divina bondade assim o quis
Sabe que o meu coração dilaceraste!”⁶

O estudo minucioso desta figura da Independência do Brasil – até aqui devemos confessá-lo, um pouco descuidado em Portugal, aparece-nos como pequena chave do grande enigma que não conseguíamos decifrar.

Mal cabia decerto em nosso entendimento como as camadas de gente lusa ou brasileira puderam e quiseram abandonar a nacionalidade portuguesa mesmo em troca de emancipação difícil e problemática na hora definitiva... Refletimos então. Se em tempos passados e apesar de erros governativos nos tivessem oferecido a independência da província onde nascemos, aceitaríamos? Não, porque o coração da pátria reclamaria o nosso esforço de bem servi-la.

Por isso a questão brasileira nos intrigou sempre e sempre nos interessa todo e qualquer novo meio de apurar as responsabilidades.

José Bonifácio de Andrada e Silva está a nossos olhos perfeitamente reabilitado pela preocupação que havia sobre a própria independência de Portugal.

E d. Pedro sozinho, por muito ambicioso que alguns o vejam, não nos parecia ter o prestígio suficiente para a arrancada final.

Esse prestígio não deve vir apenas da formosura física, mas duma autoridade moral que o filho de d. Carlota Joaquina estava longe de possuir, apesar das suas incontestáveis qualidades de inteligência e de bravura.

6. Sérgio Correia da Costa. *As quatro coroas de d. Pedro I*, p. 91.

As queixas da corte portuguesa eram as mesmas de sempre, devidas sobretudo à demora de comunicações. Quanto à má orientação parlamentar de Lisboa não passaria dum erro transitório. É certo que a proclamação da Independência dos Estados Unidos do Norte em maio de 1776 fora de tal retumbância que deveria refletir-se até na Europa ao ponto de provocar em parte o descalabro da Revolução Francesa pelo incremento dado por Franklin em Paris aos agitadores.

Era depois de esperar sucessivamente o desmembramento espanhol e o desagregamento português na América do Sul, que veio realmente a registrar-se do seguinte modo:

México, de 1810 a 1821.

Venezuela, de 1813 a 1816.

Províncias Unidas do Prata, de 1816 a 1825.

Chile, 1817 e Peru, 1821.

Só o Brasil ficaria, apesar da sua independência comercial e política de 1822, eternamente preso no coração de Portugal.

Não ignoramos que era inevitável a emancipação do Brasil.

Ajudando, todavia, essa independência houve uma ação estrangeira que pertinazmente ambicionou obra que pareceria espantosa levada a cabo por gente lusa.

Surgindo-nos agora em toda a claridade das suas limitadas ambições caseiras, a imperatriz Leopoldina mostra-se-nos como principal fator dos patriotas. O seu objetivo não foi decerto a presa de cingir a Coroa, mas a idéia fixa de a garantir aos filhos. Uma arquiduquesa austríaca pôde naturalmente ignorar o alto sentido da lusitanidade brasileira.

Nada admira, pois, que sem a menor dificuldade instigasse o marido ao golpe decisivo, ocupando-se na sua ausência dos negócios de Estado, escrevesse cartas políticas, (a ponto de interromper a sua correspondência particular), se encarregasse da regência durante as campanhas de propaganda, dirigisse súplicas desesperadas a José Bonifácio – (que hesitou até ao último momento em aceitar a chefia do primeiro Ministério), e fosse enfim a grande conspiradora de S. Cristóvão.

Agora, sim, podemos compreender. Sem isso pensaríamos... o que pensamos afinal.

Portugal não se troca. Seja pelo que for e em circunstância alguma.

.....

Porque “o exagero no patriotismo manifestado pelos historiadores não auxilia a pátria em questão, mas pelo contrário a prejudica” na opinião sapientíssima de mestre Charles André Julieu professor de História na universidade católica de Lovaina, procuramos nada exagerar nesta psicanálise da imperatriz Leopoldina.

“O historiador não pensa aquilo que quer, mas o que os documentos deixam”, – acrescenta outro mestre, dr. Antônio da Silva Rego, professor de história na Escola Superior Colonial de Lisboa.

O que os documentos não dizem é que apesar de todas as explicações naturais dos fatos, a Independência do Brasil será sempre a mais dolorosa cicatriz duma ferida sem cura em nosso coração de portuguesa.

Berta Leite

Biblioteca da Ajuda de Lisboa. Cartas (inéditas) de d. Leopoldina d'Áustria, 1ª mulher de d. Pedro IV, para seu sogro d. João VI.

Meu pai e meu senhor

Acho meu dever tanto que custoso a meu coração a participar a Vossa Majestade a morte de meu muito amado filho que depois de uma doença de 16 dias expirou em um acidente de trinta horas. Vossa Majestade que é um pai bom e carinhoso pode imaginar-se a grandeza da minha mágoa e consternação acha um único recurso na religião que só o tempo pode sossegar-me.

Estimarei muito saber boas notícias em breve da perfeita saúde e felicidade dos quais Vossa Majestade goza.

Beijo a mão com o maior respeito de Vossa Majestade.

Meu pai e meu senhor.

Sua filha muito obediente

Leopoldina.

São Cristóvão 4 de janeiro 1822.

Meu pai e meu senhor!

Acho meu dever, de importunar Vossa Majestade outra vez com estas regras, mesmo tendo escrito poucos dias faz para informar do estado da sua preciosa saúde.

Nós estamos bons, só eu ainda inconsolável da perda de meu filho esperando socorro da religião e do tempo que diminuirão a minha tão justa mágoa.

Beijo a mão de Vossa Majestade com o maior respeito.

Meu pai e meu senhor!

S. Cristóvão 17 de fevereiro de 1822

Sua filha muito obediente

Leopoldina.

* * *

Meu pai e meu senhor!

Acho meu dever estando boa participar a Vossa Majestade do meu feliz sucesso do dia 10 de uma filha e vassalo de Vossa Majestade, muito forte; nós ambos vamos continuando a passar o melhor possível.

Beija mil vezes a mão de Vossa Majestade pela carta que fez a graça de escrever, e que é a minha única consolação e felicidade, sendo privada de toda a esperança de ver pessoalmente Vossa Majestade a que eu sou tão grata e respeito e amo com a maior ternura filial.

Beijo a mão de Vossa Majestade com o maior respeito.

Meu pai e meu senhor!

Sua filha muito obediente

Leopoldina.

S. Cristóvão 15 de março 1822

(Nota à margem):

Peço a Vossa Majestade de desculpar-me perto da rainha e mano e manas mas estou muito fraca e não posso escrever.

Meu pai e meu senhor

O portador desta carta, que é o conde de Lagãa recomendo na bondade de Vossa Majestade sendo um homem, e vassalo bem digno e merecedor dela sobretudo pela sua conduta nos tempos críticos de agora; ele oferecera como eu infelizmente estou privada desta para me inestimável fortuna, as minhas vivas saudades e respeito filial a Vossa Majestade. Nós todos estamos bons, o príncipe ainda em Minas, que me custa muito eu soube sou esta viagem uma hora antes da sua partida, e era infelizmente, sendo ainda no princípio do regimento incapaz de acompanhá-lo.

Beija a mão de Vossa Majestade com o maior respeito
Meu pai e meu senhor!
Sua filha muito obediente

Leopoldina.

S. Cristóvão.

15 de abril 1822.

* * *

Meu pai e meu senhor!

Estimarei muito ter em breve a certeza que Vossa Majestade goza de perfeita saúde e tranqüilidade.

Nós todos estamos bons a minha Maria que foi bastante doente de uma biliosa está quase inteiramente restabelecida, o príncipe partiu para S. Paulo foi o maior sacrifício para mim ficar no Rio de Janeiro.

Recomendo a bondade de Vossa Majestade, o Manoel Carvalho, que é portador desta carta, e vai para Lisboa sendo mandado tomar as caldas pelos médicos.

Beija a mão de Vossa Majestade com o maior respeito.
Meu pai e meu senhor
Sua filha muito obediente

Leopoldina.

S. Cristóvão 20 de agosto 1822

* * *

Meu pai e meu senhor

Estimarei muito saber que Vossa Majestade goza de perfeita saúde e tranqüilidade; que ninguém lhe deseja com mais amor, amizade e respeito que eu.



Miniatura a guache, sobre marfim, representando a imperatriz dona Leopoldina. Nas costas da moldura, em papel colado, as seguintes palavras manuscritas: “Oferecida ao sr. Bernardino Antônio Gomes pela princesa quando da sua ida para o Brasil em que foi acompanhada por aquele físico”.

(Coleção Guilherme Guinle, *Museu Imperial*)

Nós todos estamos bons o príncipe está em S. Paulo; as minhas filhas são muito espertas e endiabradas.

Beija a mão de Vossa Majestade com o maior respeito.

Meu pai e meu senhor!

S. Cristóvão 12 de setembro 1822

Sua filha muito obediente

Leopoldina.

* * *

Meu pai e meu senhor

Muitas vezes beijo a mão de Vossa Majestade pela carta que me fez a graça de escrever-me pelo Manoel Pedro.

Não passa um momento que eu não me lembre dos felizes momentos que eu tive a honra de passar na companhia de Vossa Majestade a privação desta fortuna m'euser meu coração da maior mágoa e saudade; que eu posso jurar e certificar a Vossa Majestade que eu sempre mesmo nas circunstâncias mais melindrosas e críticas mesmo a risco da minha vida fiquei sua filha e vassala mais fiel, amante e obrigada.

Nós estamos bons as minhas filhas muito fortes e galantes.

Beija a mão de Vossa Majestade com o maior respeito.

Meu pai e meu senhor.

Sua filha e vassala mais obediente.

Leopoldina.

S. Cristóvão 22 de setembro 1822.

PEDRO II E INTELLECTUAIS PORTUGUESES

Pedro II e intelectuais portugueses

É sabido que o imperador dom Pedro II foi o monarca mais instruído de sua época, e desde muito moço aproximou-se e manteve correspondência com intelectuais de todas as nações cultas.

Dessa correspondência, que foi abundante, e muitas cartas são conhecidas e divulgadas, outras muitas existem ainda inéditas. Destas, acreditamos sejam maioria as existentes no arquivo pessoal do imperador, hoje recolhido ao Museu Imperial. Escolhemos para a devida publicidade neste Anuário, cartas por ele recebidas de intelectuais portugueses, e aquelas que lhe diziam respeito. Encontramos, assim, correspondência de Almeida Garrett, Antônio Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Latino Coelho, Mendes Leal, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.

Por toda essa correspondência, sente-se o acatamento tributado a dom Pedro II, pelos escritores lusos de maior nomeada em sua época, além daqueles muitos que, como o lírico João de Deus, de quem não há documento no arquivo imperial, ter-lhe também, no entanto, manifestado admiração, num dedicado soneto, cujo fecho dizia:

“Regem os reis pela sabedoria:
Quem a não tem, não pode ser monarca:
Vós sois digno de o ser no Novo Mundo”¹.

De Garrett, existe uma carta, agradecendo condecoração recebida. Com Antônio Feliciano de Castilho, manteve o imperador um longo contato espiritual. Pedro II convidou-o para vir ao Brasil a fim de aqui estabelecer o seu programa de ensino primário que fez sucesso em Portugal, e foi conhecido por “método Castilho”.

1. *Campo de Flores*, 4ª edição, tomo I, p. 251.

Gonçalves Dias, em missão do monarca àquele país, para fazer copiar documentos históricos nos arquivos de além-mar, levou a incumbência de convidá-lo para a desejada visita. Como é sabido, esta realizou-se, mas muito antes dela, em 1849, já Castilho manifestava admiração pelo imperador, época, portanto, em que Pedro II contava apenas vinte e poucos anos de idade. Foi então quando da estada do escritor nos Açores, lá escreveu um volume sobre Camões, dedicado “A Sua Majestade o senhor dom Pedro Segundo, imperador do Brasil”¹.

Além da dedicatória da obra, há versos, dos quais se destacam os seguintes:

“Se o destino um Diadema em teu berço há lançado,
Desse dom casual não me atraí o esplendor:
Tens mais nobre Diadema! eterno! conquistado!
Quem mede em ti o sábio, esquece o imperador.”

E ao fim do livro, na página 214, ainda achou Castilho razões para esclarecer: “Nenhum motivo me induziu a dedicar este poema a Sua Majestade Imperial, o senhor dom Pedro II, senão o desejo de dar público e solene testemunho de veneração a um príncipe, que na flor da idade é já maduro para a sabedoria; que ama e pratica as letras, como as virtudes; e por quem o maior Império se tornará também o mais ditoso. Escritor sempre amante desta formosa língua de Camões, eu devia também esta homenagem ao espírito distinto, que familiarizado com as mais opulentas literaturas dessa Europa, compreendendo e avaliando as belezas de seus idiomas, se delicia, com uma espécie de preferência filial, nos livros bons da língua de seus avós. Em suma, e porque tudo diga, era já de muito para mim imperiosa necessidade do coração pregoar alto o meu enternecido agradecimento para com um gênio, que ainda sem coroa seria admirado, o qual entre os cuidados de reger um mundo, não desdenha por algumas vezes olhos benévolos nos meus escritos.

O primeiro ouvinte deste poema foi Sua Majestade Imperial, que na sua chácara de Santa Cruz teve a bondade de permitir, se lesse inteiro, e de um só fôlego, na sua augusta presença, e, consinta-se-me a gloriosa revelação, o honrou com re-

1. *Camões, estudo histórico-poético*, por Antônio Feliciano de Castilho, Ponta Delgada, 1849.

flexões, ao mesmo tempo de profundo juiz, e de protetor benévolo, permitindo afinal que sob tal e tamanho nome, e auspícios tão faustos, saísse, como sai, a público.

Os votos que cerram e coroam a dedicatória, na consciência tenho que são profecia. Essa obra póstuma de Camões haverá sido de todas as suas, a mais bela.”

Vinte e cinco anos depois, Castilho ainda faria outra dedicatória de obra sua, ao nosso imperador. Foi a tradução do *Misanthropo*, de Molière, que trouxe as seguintes palavras: “A Sua Majestade Imperial, o sr. d. Pedro II do Brasil, cultor insigníssimo das boas letras e glorificador dos que as professam, respeitosamente oferece, em penhor de eterna gratidão e do mais agradecido confrade, Castilho.”¹

Após as cartas de Castilho, reproduzimos uma, em espanhol, que lhe foi dirigida por A. Fernández de los Ríos. Trata-se de um escritor, diplomata, deputado e senador, que referindo-se à visita de Pedro II à Academia Espanhola, diz que lhe havia “cautivado el ánimo muy deveras”, e menciona também a opinião de Olivan sobre o imperador: “No se si declararlo con alegría o con tristeza, pero entre ese señor y un presidente de República no descubro matiz alguno”.

Alexandre Olivan, por sua vez, fora homem de Estado, economista, orador e jornalista espanhol de grande fama no seu tempo. Evidentemente, encontra-se esta carta no Arquivo Imperial, porque Castilho a remeteu a Pedro II, assunto da mesma. Ocorre outrossim a mesma circunstância com as cartas de Camilo Castelo Branco. Das seis que vão transcritas neste trabalho, uma foi endereçada diretamente ao imperador e as outras seis foram escritas a um “excelente” ou “prezado” amigo, e de quem Camilo em fecho também se dizia “discípulo”. Pelas referências, não há dúvida em fazer-se a identidade de Castilho. E nada mais natural, ainda, que este escritor as remetesse a Pedro II, motivo principal delas e razão portanto de serem, por sua vez, encontradas no Arquivo Imperial.

Castilho, em suas cartas a Pedro II, envia-lhe versos, refere-se a seu método de ensino e à regência de um curso normal por ele realizado no Brasil, e lisonjeava-se dos frutos que estavam sendo colhidos em Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande,

1. O *Misanthropo*, comédia em 5 atos, versão libérrima, por ordem e na tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1874.

Piauí e Ceará. Fala da sua tradução das *Geórgicas*, e comunica o seu plano de traduzir o teatro de Molière: lamenta que num concurso para a cadeira de literatura moderna do curso superior de letras, o júri tivesse colocado Teófilo Braga em primeiro lugar, quando, a seu ver, Pinheiro Chagas se lhe avantajara. Argumentando, declina da honra que o imperador lhe fizera, concedendo-lhe a grã-cruz da Rosa. Agradece a Sua Majestade ter-lhe feito travar conhecimento com o “distinto pernambucano Filipe Lopes Neto”.

De Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, vão transcritas nove cartas. Agradece os testemunhos de apreço recebidos do imperador a propósito dos seus trabalhos, e oferece-lhe os volumes publicados de sua *História de Portugal*. Revela a sua satisfação pelos comentários que Pedro II fizera sobre os livros recebidos, e depois de elogiar os dotes imperiais, adverte: “Creia V. I. M. que digo isto com a singela franqueza de um homem que em mais de vinte anos de vida pública tem dado sobejas provas dos seus poucos talentos de cortesão”. Remete-lhe o retrato, outros escritos seus, e um folheto, que serviria de demonstração do progresso da arte gráfica em Portugal. Trata do poema dos tamoios que o imperador lhe enviara e, longamente, definindo o que deve ser uma epopéia, manifesta-se pela fraqueza da obra em apreço. Atendendo a um pedido de Pedro II sobre notícias a respeito do movimento literário em Portugal, faz um interessante relato dos escritores contemporâneos, destacando Soares de Passos, Alexandre Braga, Camilo, Mendes Leal e Bulhão Pato. Agradece ao imperador o asilo que lhe oferecera “quando a honra parecia obrigar-me a abandonar o meu país”. Fala dos seus *Monumentos históricos*, *Monasticon* e *Lendas*, e dizendo que “considero esse livro como o epitáfio de uma sociedade, que não sei como nem quando se dissolverá, mas que evidentemente caminha para a dissolução”, fala de seu intento de retirar-se para Val-de-Lobos. Agradece e declina em receber a grã-cruz da Rosa, mencionando a recusa de par do reino que lhe conferia o seu querido amigo dom Pedro V, por quem chorara a morte prematura, e a propósito de comendas faz considerações.

No Arquivo Imperial, junto a essas cartas, foram encontrados dois rascunhos de cartas de Pedro II a Herculano, motivadas pela recusa do escritor à condecoração conferida. Por curiosidade, vão transcritos os rascunhos no devido lugar.

Latino Coelho acusa a recepção da carta que Pedro II, de volta ao Brasil, e de bordo do *Orenoque*, escreveu-lhe de Pernambuco, a respeito da oração que sobre José Bonifácio proferira na Academia das Ciências.

De José da Silva Mendes Leal, vão reproduzidas oito cartas. A primeira, com data de 16 de junho de 1871, é dirigida a uma personagem da comitiva de Pedro II em sua visita a Portugal, e muito provavelmente, trata-se do barão de Bom Retiro. Nessa missiva, Mendes Leal refere-se à entrevista que teve com o imperador, manda-lhe trabalhos seus, e diz que desejou pôr uma expressiva dedicatória, mas não ousou. É que lembrou-se da comédia francesa *Philiberte* e que como a figura principal da peça, o monarca podia supor ser de mera lisonja o seu gesto...

Nas cartas seguintes, dirigidas ao próprio dom Pedro II, Mendes Leal é prolixo e doutrinário. Sente-se à vontade, e discorre largamente. Na primeira, menciona o seu papel, como diplomata, na corte de Madri, em época de grande agitação da política espanhola. Agradece livro que o imperador lhe enviara e anuncia ter feito entrega à Academia Espanhola do presente de que fora incumbido, regozijando-se em ouvir do marquês de Molins e de todos os presentes as melhores ausências ao ilustre imperante. Por fim, fala de “O Império do Brasil na exposição de Viena”, obra oficial de propaganda brasileira, sobre o qual pedira o imperador a sua opinião. Na carta seguinte, prossegue em torno dessa obra e fala de um artigo seu destinado a jornal, alvoroçado que ficara com a notícia recebida da inauguração do cabo submarino de Mauá, ligando o Brasil à Europa. E atendendo ainda a uma outra solicitação do imperador, trata da questão dos bispos, estendendo-se com considerações pessoais, e por fim, comenta ainda a política espanhola.

Na subsequente carta, menciona a ocorrência da morte de Herculano, e anuncia ter ficado incumbido de um estudo, então destinado ao grande historiador, que era uma edição monumental dos *Lusíadas*, em preparo na Alemanha. Diz que o movimento literário em Portugal era quase nulo, afogada que ficava a renascença iniciada por Garrett, Herculano e Castilho.

Segue-se carta escrita de Paris comunicando a terminação do *Lusíadas*, cuja edição se fazia em Leipzig, e a sua tradução do ensaio de Ferdinand Denis acerca da iluminura dos livros portugueses. Fala da reação local ao naturalismo de Émile Zola, no

aparecimento dos novos poemas de Victor Hugo “Religion et Religions”, e lamenta o mercantilismo da nova produção literária de França.

Na última e longa carta, Mendes Leal faz ao imperador um esboço do estado literário da França, dizendo que “imparcialmente observada, estudada de perto, sem prevenção de nenhum gênero, figura-se-me hoje entrada naquele período histórico tanto ao vivo concretado por Juvenal na sátira famosa em que descreve o Senado Romano disputando gravemente acerca da melhor maneira de cozinhar o rodovalho”.

Das cartas de Camilo, vão transcritas cinco dirigidas a Castilho e uma a Pedro II. Nas primeiras, há sempre menção ao imperador.

Alberto Pimentel, biógrafo de Camilo, faz esta narrativa: “Em 1872 ocupou um prédio da rua de S. Lázaro (Porto), onde, por ocasião da sua primeira viagem a Portugal, o visitou, no dia 2 de março daquele ano, o imperador do Brasil, dom Pedro II, que o condecorou com a comenda da Ordem da Rosa”. Na dedicatória do *Livro de Consolação*, Camilo, dirigindo-se ao imperador, escrevia: “Além de que, senhor, quando eu escrevia estas linhas, em frente da cadeira onde Vossa Majestade se assentou no escritório do operário, etc.”. E dirigindo-se a Tomás Ribeiro, na carta de alforria: “Estou a vê-lo (ao imperador) sentado no meu pobre canapé. Defronte de Sua Majestade havia um quadro com os retratos de todos os monarcas portugueses até ao fundador da dinastia bragantina. Ali perto estava o retrato, gravado, do poeta Béranger.

– Está Vossa Majestade contemplando os retratos de seus avós? perguntei.

– Não. Estava contemplando Béranger, respondeu o imperador”¹.

Nas cartas agora divulgadas, Camilo fala do *Livro de Consolação* dedicado ao imperador, e aos desrespeitos de certa imprensa lusitana a dom Pedro II quando de sua estada em Portugal. Refere-se ao seu trabalho, a *infanta*, que rasgara, em homenagem a dom Pedro II, e deseja que “Deus leve a salvamento o imperador, que ainda há de ser o esteio de meus filhos”.

1. Alberto Pimentel. *O romance do romancista. Vida de Camilo Castello Branco*, Lisboa, pp. 280-282.

Na carta dirigida a Pedro II, escrita certamente por ocasião da segunda viagem do monarca a Portugal, Camilo pede-lhe que o não visite porque “na dolorosa situação em que me encontro, seria para os meus cruéis padecimentos uma exacerbação”. E anuncia haver recebido da Suécia a versão do seu romance *Amor de Perdição*, oferecendo-a ao imperador, que “provavelmente seria o único intérprete que o livro teria em Portugal”.

A carta de Ramalho Ortigão, que acompanha este apanhado e foi dirigida ao imperador, refere a um livro do publicista português, composto de artigos publicados em jornal brasileiro, e anunciando a oferta de um exemplar ao imperador, Ramalho roga que ele “se digne o aceitar em testemunho do meu sincero e dedicado respeito pelo primeiro cidadão de um país em cuja imprensa eu tenho a honra de haver conquistado pelo trabalho exercido nas mais benéficas condições de independência intelectual os direitos de naturalização literária”.

A última carta que vai transcrita nesta coleção, é a de Guerra Junqueiro, dirigida a uma pessoa incumbida de, em seu nome, oferecer a dom Pedro II *A morte de D. João e a Tragédia Infantil*. E ainda o pedido para alcançar do imperador a colocação pelo governo de 2 ou 3 mil exemplares dum pequeno livro de versos para as escolas brasileiras, de sua autoria.

Vão assim reproduzidas 40 cartas, existentes no arquivo do Museu Imperial, e que faziam parte do arquivo privado do imperador. São parte da correspondência havida entre intelectuais portugueses e dom Pedro II.

Além de evidenciarem o interesse do monarca pelos assuntos do espírito em Portugal e no mundo, sem esquecer as coisas do Brasil, são por outro lado um testemunho do apreço em que era tido pelos homens de cultura do país irmão.

Alcindo Sodrê.

* * *

Senhor,

Agradeço a Vossa Majestade Imperial com o mais profundo respeito e sincera dedicação, a insigne honra que se dignou fazer-me por sua carta imperial de vinte e sete de março do corrente ano, nomeando-me grão cruz da sua imperial Ordem da Rosa.

Este testemunho da imperial consideração de Vossa Majestade só eu o poderia merecer por uma vida que realmente tem sido consagrada toda ao serviço da augusta família de Bragança.

Ao augusto herdeiro das virtudes e da coroa imperial de seu magnânimo pai, meu chorado soberano e meu chefe, ao príncipe ilustrado, cultor e protetor das artes e das ciências dedicarei, senhor, para sempre a minha profunda gratidão.

Deus Nosso Senhor prospere e dilate a preciosa vida de Vossa Majestade Imperial os muitos anos que todos havemos mister.

Senhor

De Vossa

Majestade Imperial

Fiel Súdito

Lisboa 13 de maio 1852.

Visconde de Almeida Garrett.

Senhor.

Já poetas escreveram a reis e imperadores; mas eram esses poetas muito maiores que eu, e esses soberanos muito menores, e menos sábios que Vossa Majestade Imperial. Eis o que até hoje me acovardou para o cumprimento de um dever santo de gratidão, e de um ato, ao mesmo tempo de satisfação, e de glória para mim. Devia eu à munificência de Vossa Majestade Imperial o possuir do seu próprio punho o seu augusto nome, e o adornar o peito com a rosa do *amor e fidelidade*, plantada no maior dos impérios, para galardão de méritos, por um dos maiores príncipes da história, em obséquio a uma das mais memorandas princesas dos nossos tempos. Tão subidas mercês eram estas, senhor, para o meu coração, que toda a poesia se me figurava pouca para as agradecer. Tentei por muitas vezes; esmoreci, desanimado de conseguir versos dignos dos olhos de um poeta como Vossa Majestade Imperial, e proporcionados ao que dentro me fervia.

Afinal disse-me a mim mesmo: que os afetos com que um Pedro Grande do Sul me favorecia, não era com poemas que se poderiam jamais agradecer, mas sim com uma dedicação pessoal, positiva, e serviços reais em ponto do seu máximo empenho, como é a pública instrução.

Desde logo, senhor, concebi o projeto de me trasladar com minha família para o feliz Império e ótima sombra do trono de



Visconde de Almeida Garrett

Vossa Majestade Imperial; para oferecer meus filhos no seu glorioso serviço, e solicitar para mim a honra incomparável de obedecer ao ardente e perpétuo desejo de Vossa Majestade Imperial com a difusão dos estudos primários pelos métodos fáceis e aprazíveis que tive a fortuna de criar, e de ver maravilhosamente propagados por todo este reino, e carregados por toda a parte de opulentos frutos. A segunda edição do meu *método de leitura e escrita*, que eu tenho a honra de enviar hoje para ser posta aos pés de Vossa Majestade Imperial, se Vossa Majestade Imperial lhe lançar os olhos, mostrar-lhe-á que a minha premeditada oferta de trabalhar aí, como aqui o tenho feito, no arroteamento intelectual do povo até à plebe ínfima, não era vã. Não ia levar aos florescentes estados de Vossa Majestade Imperial obras de talento; e muito menos criações de gênio mas ia, sem nenhuma dúvida, juntar mais um obreiro, crente e infatigável, aos muitos que a alma de Vossa Majestade está animando nos trabalhos vastos e complexos duma civilização, cujos futuros desde já se antevêem incomensuráveis. Tudo estava prestes para a partida; já às saudades da pátria eu estava opondo no íntimo do peito os amores de uma pátria nova para meus filhos; o navio que me leva um irmão, e por ele esta respeitosa carta, ia levar-me enfim; quando um acontecimento imprevisto e de força irresistível para uma alma de bem, me veio de novo prender na terra do nascimento.

Os meus esforços para a instrução primária, de que nasceram, em só meio ano, mais de cem escolas, gratuitas, das quais todos os dias estão pululando escolas novas, tinham-me granjeado um certo afeto popular, que seria prêmio largo ainda para maiores fadigas; a abertura de cada aula era uma verdadeira festa para os da terra, e uma estrondosa ovação para mim; autoridades administrativas, municipais, eclesiásticas, militares, me felicitavam, associando-se na minha empresa; o melhor da imprensa quotidiana fazia eco a todas essas demonstrações tão lisonjeiras; poetas, músicos, desenhadores, ter-me-iam perdido de vaidade, se me eu não conhecesse melhor do que eles todos; os pequeninos descalços me saudavam pelas ruas. Era muito; era inexplicável e quase incrível; mas ainda não era tudo: o paço real português manifesta-me o seu agrado. Sua Majestade Fidelíssima, a augusta irmã de Vossa Majestade Imperial, visita, mais de uma vez, as novas aulas; ela mesma. Seu augusto esposo, e o seu primo-

gênito, o príncipe real, sobre prendarem-me com ricas jóias, me dirigem expressões benévolas e animadoras. Por último, o Parlamento e o Ministério, constando-lhes a minha tenção, patentearam, da maneira menos equívoca, e mais honrosa, o seu desejo de me conservarem na obra do país, e decidem estabelecer-me nele, solto e liberto dos mesquinhos, dos despoetisadores cuidados da subsistência.

Se a estas promessas solenes se seguir o resultado, que tão provável parece hoje, a gratidão, além do patriotismo, me obriga a permanecer e aguardar o sepulcro onde recebi a primeira luz.

Entretanto, senhor, como nada impede o ir qualquer peregrino aos lugares da sua devoção, ainda que eu haja de ficar afinal neste mundo velho, espero em Deus, que me não acabará a vida, sem ter ido uma vez beijar a munificente mão de Vossa Majestade Imperial e soltar à sombra das palmas, sob esses céus, mais céus do que estes nossos, um canto de entusiasmo a essa natureza magnífica, a esse Império digno dessa natureza, e a Vossa Majestade, príncipe digníssimo deles ambos. Tais são pelo menos augustíssimo senhor, os meus desejos mais ardentes.

Por agora permita-me Vossa Majestade Imperial mandar pôr nas suas augustas mãos esse livro, que se enobreceu com o amado nome de Sua Majestade Fidelíssima, e que eu, sonhador crente de grandes venturas para os povos, intitulei *Estréias poético-musicais para o ano de 53*; assim como por derradeiro esses versos *Novo anjo*, por mim consagrados à sempre chorada perda da santa irmã de Vossa Majestade Imperial a senhora dona Maria Amélia Bragança Leuchtenberg.

Deus guarde por dilatados e prospérrimos anos, para esplendor desse Império, para amparo das ciências e letras, e para exemplar perpétuo de imperantes, a imperial pessoa de Vossa Majestade.

De Vossa Majestade Imperial o mais profundo admirador, o mais devoto e agradecido servo

Lisboa, 12 de abril de 1853.

A. F. Castilho.

Senhor.

Peço a Vossa Majestade Imperial licença, para mandar pôr aos pés da augusta esposa de Vossa Majestade, esses pobres versos, testemunho do meu ânimo agradecido.

A personagens como Vossas Majestades, a quem nada falta, e que não podem crescer, só por dois modos as mercês se retribuem: confessando-as como eu faço perante o mundo, ou deprecando logo mercês novas, como eu ousou fazer perante Vossas Majestades.

Há dois anos, senhor, apenas cá me soou que Vossa Majestade não seria descontente de reconhecer na prática o método português, de que a teoria só por si lhe não dava cabal idéia, apresentei-me sem mais convite nessa corte, pedi e alcancei do governo de Vossa Majestade autorização para aí reger um curso normal.

Como o regi, sabe-o Vossa Majestade, pois me fez a honra de o presenciar; que frutos se puderam ter colhido, sabem-no já por se estarem neles saboreando, muitas povoações do Império: Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande, Piauí, Apodi, Ceará. Todavia, já que a verdade nem a Deus nem aos reis se há de encobrir, o grande benefício da escola primária, regenerada segundo o espírito do século, os aforismos da ciência, e os ditames da caridade, continua a ser para a imensa maioria desperdiçado; lástima não pequena, da qual, se o presente se não sabe ainda queixar, muito poderão argüir a esta idade egoísta os futuros amigos do gênero humano. Senhor! quem exorou a Vossas Majestades em favor de um velho, como deixaria de interceder em favor de todas as crianças? Se a felicidade de uma só choupana é tanto, que não será a de todo um Império? Feliz Vossa Majestade, que a tem fechada com o cetro em sua mão imperial. É por isso que eu aspiro com tão importunas súplicas, a que Vossa Majestade, vendo experiências, bem e conscienciosamente feitas sob os seus próprios olhos, se inteire da verdade pela clareza do seu muito juízo; e, reconhecida ela, lhe dê amparo de Tito em seus estados.

Senhor! a história nem sempre há de ser inútil. Um homem obscuro, desprezado, escarnecido como visionário, tinha um mundo para dar, e andou-o oferecendo em vão de trono em trono. Logo que um lho aceitou, brotou do nada essa América; inteirou-se o planeta com o seu hemisfério mais formoso.

¿ E se não fosse aquele trono? ¿ e se aquele homem tivesse morrido, devorado por dentro pela sua utopia ? ¿ e se após ele nem o cálculo nem o acaso houvessem atinado com essas regiões? ¿ por ter ficado oculta deixaria a verdade de ser verdade?

¿ E se ela mais tarde inesperadamente se patenteasse, não desenterrar o seu mártir do fundo da ignomínia, e não o bem vingado? A instrução primária popular, germinal de todas instruções, tumescente de todos os futuros, não é menos para o mundo moral, do que o foi a América para o orbe; e é do um príncipe sábio, juvenil, em terra nova, possante, e de ousadias, do trono de Vossa Majestade que eu espero já nesta hora o naviozinho de descobridor, e logo depois a proteção da descoberta. Ninguém dirá que a grandeza da causa, apesar da pequenez sua aparência, desconvém à grandeza suma do patrono que lhe solicito; não peço a Vossa Majestade o porvir de uma humanitária; todas as idéias humanitárias têm certíssimo em o seu porvir. Peço que esse porvir quanto possível for se aproxime do presente, que será multiplicar-se o bem.

Senhor! o que eu pude fazer, e que alguns espíritos sérios reputam muito, foi pouquíssimo, e foi nada, em comparação do que espero ver feito e bem logrado em poucos anos por Vossa Majestade.

Se a gratidão dos povos erigisse estátuas, proporcionadas aos méritos dos seus benfeitores, a Vossa Majestade favorecendo e difundindo com o seu influxo a regeneração da escola por esses países sem limites, não daria sobejo colosso quanto ouro eles reservam nas entranhas.

Guarde e proteja Deus por largos e felicíssimos anos a augusta pessoa de Vossa Majestade Imperial.

De Vossa Majestade Imperial o mais convicto admirador e agradecido servo

Lisboa 10 de agosto de 1857.

A. F. Castilho.

Senhor:

Saudada respeitosamente a majestade, ao cabeça do mais vasto Império, seja-me permitido gozar de novo, após tantos anos, alguns momentos de prática literária e íntima, com o mais sábio e o mais acessível de todos os Césares.

Constou-me, senhor, por uma carta dirigida a meu irmão José Feliciano de Castilho, pelo nosso eruditíssimo confrade em estudos visconde de Sapucaí, digno mestre das augustas filhas de Vossa Majestade, que Vossa Majestade, depois de ter lido com



Litografia colorida representando dom Pedro II. Trabalho de Maurin,
impresso por Lemercier, Paris.
(*Museu Imperial*)

ele, e em partes relido e aprovado, a minha tradução das *Geórgicas*, o que foi coroação capitolina para o meu trabalho, o encarregara de me fazer constar o desejo com que Vossa Majestade ficava de que eu trasladasse igualmente à nossa língua a suma epopéia dos romanos.

Beijo a Vossa Majestade a mão por esse desejo, ordem para mim imperiosa, da qual forcejarei por me desempenhar, criando-me talvez ânimos para tanto essa mesma inspiração de Vossa Majestade.

Lembrado eu de como o nosso mantuano, ora conversava familiarmente com o seu César, ora familiarmente lhe escrevia; e não me esquecendo de que já eu também com Ovídio e Anacreonte gozei igual acolhimento por largas horas, e repetidas vezes, no paço de Vossa Majestade, tornado então pórtico da Academia, e espécie de escola para mim, animo-me a expor aqui chãmente a Vossa Majestade o porque não inceto já hoje a tarefa que Vossa Majestade se digna de me impor.

Trago, senhor, entre mãos o transportar para a nossa língua as obras-primas do teatro de Molière, tendo já concluído o *Tartufo*, chegado ao meio *Les femmes savantes*, e a mais de meio *Le Medecin malgré lui*.

Vejo nesta empresa, quando bem considero o estado da nossa literatura dramática, e o quanto por ela se nos vai empobrecendo e assolando a língua após o gosto do simples e verdadeiro, um remédio a estes dois males, digníssimo de se tentar; e receio que a plena absorção que a Eneida necessariamente me havia de fazer de todo o meu espírito, me privasse de prosseguir e levar ao cabo este outro empenho, se de menos esplendor poético, de maior utilidade inegavelmente.

Se pois Vossa Majestade se digna de o permitir ficará o poema dos Césares e de Vossa Majestade, reservado para o primeiro momento em que, fatigado do gênero que me traz absorvido, eu possa ir refocilar-me a alma nas grandiosidades do rival de Homero.

Digne-se Vossa Majestade de me permitir a honra de beijar novamente a augusta mão de Vossa Majestade.

Lisboa 11 de dezembro de 1867.

A. F. Castilho.

Ex.^{mo} sr. e am.^o

Enquanto não chega veto vou teimando em oferecer bagatelas a v. ex.^a para a coleção dos autógrafos, caso v. não entenda que são lá descabidas.

Vai uma carta do meu bom e velho amigo Mr. Denis, o maior entusiasta do Brasil e Portugal que em Paris assinalo nela à atenção de v. ex.^a o *post-scriptum*; as mais de menor sustância mas enfim também os coletores de pilhas folgam de ter milheiros delas de cinco réis.

Passemos a coisa de mais tomo.

Por duas vezes durante a estada de Sua Majestade entre nós senti veementes impulsos de lhe pedir licença para lhe expor desejo meu humanitário já de muitos anos, e por merecedor da sua atenção, e por duas vezes me falhou a ficaram-me remordimentos no interior pela minha pusilanimidade em assunto que é dos de maior monta no conceito de toda a gente que tem alma.

Desejo agora aquietar a consciência abrindo-me com v. ex.^a e pedindo-lhe que em alguma hora em que ache o ânimo de Sua Majestade mais desembaraçado dos negócios que o ocupam, me faça o especialíssimo favor de trazer à pratica e submeter à sua conscienciosa e tão esclarecida consideração o meu antigo e perpétuo empenho da regeneração da escola primária.

Sua Majestade não teve ainda ocasião nem modo de verificar quantas, quão grandes e quão incontestáveis são as vantagens do meu método de ensino. Quando eu aí nessa corte dei um curso dele Sua Majestade fez-me a honra de assistir a uma das minhas preleções, mas um sistema novo e aparentemente tão complexo, ainda que fácilimo, não podia ser abrangido e avaliado numa hora nem mesmo por um espírito como o de Sua Majestade. Outras escolas que adotaram com bom êxito o bom ensino no Rio de Janeiro, em Pernambuco, em Maceió etc. não puderam ser examinadas por Sua Majestade.

Quando Sua Majestade honrou Lisboa com a sua visita aconselhavam-me pessoas de coração e entendimento que solicitasse eu uma inspeçãozinha ocular de Sua Majestade aos asilos de infância desvalida, onde há anos se está seguindo este ensino com prósperos resultados, e que ainda assim poderiam e deveriam sem dúvida



José Feliciano de Castilho

ser maiores e o seriam sem falta, se eu não tivesse cansado de andar sempre espartando nas mestras a observância pontual e esculpida das praxes do sistema em tudo oposto ao empirismo tradicional, mas que por isso mesmo que é tradicional e de raízes tão velhas como o pecado não cessa de pulular e afogar, logo que pôde, a cultura racional e frutífera.

Se Sua Majestade pelos seus próprios olhos e ouvidos presenciasse os progressos que tantos centos de crianças nestas festivas salas de asilo fazem no ler, no escrever, no ortografar, no exprimir-se clara e corretamente, se visse como tudo isto se opera facilmente, alegremente, humaníssimamente, Sua Majestade ficaria para logo e sem mais nada decidido a consagrar todos os possíveis desvelos a um ensino que por ser em todas suas partes racional e, porque assim o digamos, natural e tomado das tendências mesmas da infância é o que melhor pode concorrer para a realização da bendita utopia da redenção das gerações pelo batismo da luz.

Tudo isso futurava eu como os que me aconselhavam, e contudo não me atrevi a implorar de Sua Majestade algumas horas para este santo emprego, porque se me figurou que ainda que sua majestade me as quisesse de boa mente conceder, o afogo das suas ocupações mal lhe podia então consentir ócios para semelhantes estudos.

Eis aqui explicado o porquê deixei escapar dentre as mãos a boa venida que a providência parecia deparar-me.

Se agora ou lá para o diante (este lá para o diante é expressão que lábios de setenta e dois anos não proferem sem tremer) se agora, repito, ou lá para o diante Sua Majestade, ponderando no seu alto juízo o que deixo apenas apontado, se dignar de querer perquirir por si mesmo o que é, o que vale e o que promete o método que eu tive a fortuna não de inventar, mas de deduzir das tendências nativas das crianças depois de as observar atentamente, parece-me que viremos a ter nesse Império modelo uma segunda e ainda mais ampla e auspiciosa libertação de escravos, porque de feito tanto as crianças nas escolas velhas são escravos da mais miserável espécie como igualmente o são noutro sentido os que pelas dificuldades ou impossibilidades do aprender conservam até ao fim da vida em estado embrionário o espírito que Deus a todos concedeu para se desenvolver e produzir. Pois não é assim?

Ora meu caro sr. barão se a boa fortuna permitir que chegue o suspirado ensejo de Sua Majestade querer e poder fazer-me a honra de estudar a minha obra, a única das minhas obras de que me é lícito ufanar-me, rogo a v. ex.^a que peça em meu nome ao nosso grande homem que principie esse exame lendo primeiro a dedicatória do meu livro o *Outono*, depois esse prólogo que remeto e que precedeu à 4^a edição do *Método Português*, e logo depois o próprio Método.

Se andassem então comigo tão boas fadas que o espírito sereníssimo de Sua Majestade desejava para último convencimento, ver na prática o novo ensino, nada seria mais fácil do que ir daqui um mestre ou uma professora de provadas habilitações reger aí um curso de leitura e escrita para meninos ou meninas, adultos ou adultas, curso que principiaria com o nome de experimental e acabaria com o título de demonstrativo. Eu havia de escrever muito mais sobre este assunto se para espíritos eminentes não fora bastante o indicarem-se-lhes os tópicos e o resto o não fizessem eles por si mesmos: até me parece que já eu não abusei pouco da generosa bondade com que v. ex.^a me favorece.

Tenho a honra de me assinar de v. ex.^a admirador, confrade e servo

Obrigadíssimo

19 de abril de 1872.

Castilho.

Il.^{mo} e ex.^{mo} confrade e amigo

Sr. barão.

Aí vão mais dois autografozitos; em cada um deles há uma notícia que poderá não ser desagradável a Sua Majestade: se lhas eu sonegasse ficar-me-ia remordendo a consciência.

Estou esperando ansiosamente a chegada do próximo vapor transatlântico para assistir em espírito às festas com que a capital do Império brasileiro deve ter recebido o primeiro dos seus filhos, e já hoje a sua maior glória. De Pernambuco e da Bahia já nós cá temos notícias; regalaram-nos.

Estive há três dias com o pintor do rei d. Luiz, o Marciano Henriques da Silva. Ele ainda não fala noutra coisa senão na honra que Sua Majestade o Imperador lhe fez aceitando-lhe por

modo tão gracioso o meu retrato: é um entusiasmo este do artista em que o poeta o acompanha em cheio. Ainda não apareceu nesta velha, decrépita e caquética Europa um conquistador de entusiasmos, respeitos e gratidões como d. Pedro 2^o, e depois ver como a atração da homogeneidade no-lo trouxe condignamente acompanhado de homens cada um dos quais por si só se recomendaria à atenção da gente séria e ilustrada.

Tenho a honra de me assinar

De v. ex.^a

Respeitoso confrade, admirador e servo muito afetivo e obrigadíssimo

Castilho.

Lisboa 22 de abril.

Il.^{mo} e ex.^{mo} confrade e amigo sr. barão do Bom Retiro.

Lisboa 4 de junho de 1872.

Agradeço de todo o coração a v. ex.^a a sua afetiva e excelente carta de 20 de abril. Foi uma leitura que veio ainda consolidar os meus sentimentos de respeito, simpatia e gratidão para com V. Ex.^a.

Continuando a aproveitar-me da licença de v. ex.^a remeto mais alguns autógrafos para o repositório do nosso imperial coletor, se ele se digna de os aceitar.

De novidades literárias daqui nenhuma sei que mereça ocupar a atenção de v. ex.^a. Novidade anti-literária sim que há uma recentíssima que me traz pasmado e consternou a toda a gente sisuda.

Depois de um tríduo de provas públicas de três candidatos para o provimento da cadeira vaga de literatura moderna no curso superior de letras, a saber, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga e Luciano Cordeiro, o júri colocou em primeiro grau a Teófilo e ao Chagas em segundo, sendo que o segundo a todos os respeitos se avantajou ao primeiro e se lhe há de sempre avantajar.

Concorreram para esta decisão iníqua e torpemente estúpida, influências de proteções secretas, ameaças aos julgadores e a pressão de uma platéia de rapazes, alunos da Politécnica e

outras escolas conjurados sob o título de federação acadêmica e inimigos jurados, professos e impávidos de todos os princípios religiosos, morais, sociais e artísticos mais assentes no consenso do gênero humano. Para este pandemônio é um semideus o Teófilo, materialista declarado, partidário da comuna em todos os artigos do seu credo, negador acintoso de tudo quanto são glórias do passado, presunçoso e vaidoso como Lúcifer, mas que a poder de se apregoar a si mesmo de grande homem e pela calculada velhacaria de escrever sempre de modo oracular e ininteligível, de inventar história e de falsificar crítica, tem conseguido entre os idiotas uma celebridade, já hoje incontestável e não sei se destrutível.

A sua numerosa guerrilha, pois, por lhe não chamar quadri-lha, encheu todos os bancos e teve o desaforo de manifestar por palmas e bravos as suas ardentes simpatias para com o seu homem e por escárnios e sussurros a sua hostilidade para cada um dos argüentes que tentava, que tinha a petulância de pretender refutar-lhe, rebater-lhe em muito ou em pouco as opiniões, destemperadas muitas vezes e absurdas.

O resultado de todas estas irregularidades e sobretudo destas intimidações foi o que já disse. Aprovou-se para uma cadeira de literatura moderna, especialmente portuguesa, um homem que assenta como axioma que Portugal não tem, nem jamais teve literatura; aprovou-se para ensino oficial em um país onde a religião do Estado é a cristã um materialista declarado; aprovou-se para um curso oral um homem que reúne à obscuridade das idéias indigestas e nevoentas, uma recitação monótona e adormentadora e uma pronúncia tão desleixada e confusa que muitas vezes em cada 10 ou 12 palavras ficam três ou quatro que se lhe não percebem.

Veja v. ex.^a o que isto promete, ou antes, o que isto ameaça à instrução e à educação, ao saber, aos costumes, à literatura, à política.

A isto chegamos enfim! Se depois de amanhã nos regarem de petróleo as casas e as bibliotecas, os templos e os palácios e fuzilarem na praça pública a todos os maiores de 30 ou 25 anos e lhes repartirem as filhas pelos meninos das escolas, não será grande maravilha.

Não é tanto o roubo feito ao grande talento de Pinheiro Chagas, o que tem provocado a nossa indignação; o que principal-

mente nos aterra são as profecias que a lógica e a história não podem deixar de inferir de tais primícias, especialmente vendo-se que os chamados órgãos da opinião pública andam quase todos coréus nestas malfeitorias.

Sei que a imprensa por aí também não dista pouco das humanitárias utopias com que deveu sonhar o Guttenberg mas creio que a de Portugal a deixa a perder de vista em desavergonhamento.

Em má hora do mundo se lembraram nossas mães de nos parir, mas em hora muito pior ainda parirão provavelmente as nossas filhas. É o caso do que dizia Horácio:

“Nos nequiores moques daturos
Projoenim veciosiore”

Depois desta profecia de tamanho filósofo não há mais que fazer senão imitarmos o

“ Justum et tenacem propositi virum”

cantado por ele

“Si fractus et labatur orbis
Empavidum ferient ruiæ”

Peço perdão a v. ex.^a de ter estado a mortificá-lo com estas melancolias, mas que remédio se eu não tinha no ânimo outra coisa.

“Sunt lacrimæ rerum”

De tanto latim é que eu não peço perdão a v. ex.^a, que ainda não decidiu como estes meninos que uma das coisas com que mais depressa se deve acabar é o latim.

Queira v. ex.^a beijar por mim a mão ao nosso augusto confrade e creia nas veras com que me assino

De v. ex.^a

Admirador e consócio o mais respeitoso, afetivo e obrigadíssimo.

Castilho.

Senhor

Com a maior veneração, e com todo o apreço devido, recebi da mão do ministro de Vossa Majestade Imperial nesta corte a carta, com que Vossa Majestade Imperial se dignou de me honrar, escrita e assinada de seu punho em vinte e quatro de julho deste ano.

Foi esta uma grande mercê, para remate de tantas outras, com que Vossa Majestade Imperial se tinha, já de anos, aprazido de me distinguir, e que eu me desvaneço de comemorar.

Depois desta confissão, bem pode Vossa Majestade avaliar quanto me não deve ser custoso, nesta resposta a tão honrosa carta, derradeira mercê de Vossa Majestade, ter eu de corresponder a tantos e tamanhos obséquios com a recusa de uma distinção oferecida por Vossa Majestade.

Senhor, uma grã-cruz (ainda que se chame de rosas) é peso com que a minha pequenez se não atreve; e falta-me para Cireneu o amor próprio.

Uma rosa, simples presente de poeta a poeta, pude aceitá-la da mão de Vossa Majestade, quando ainda fazia primavera na minha vida. Agora, descaído já o outono para inverno, e quando o de que só careço, ao cabo de tantos trabalhos, é descanso longe de invejas, e a paz do esquecimento, qualquer sombra de novos espinhos me atemoriza.

E que descobriu Vossa Majestade em mim para tão altos galardões? Se acreditei nas letras e as cultivei, pouco mais fiz nisso que obedecer à minha índole, povoar, como quer que fosse a minha solidão, e amenizar o meu deserto. Se as desamparei por decurso de anos, trabalhados na utopia da instrução fácil, amena, e para todos, a isso mesmo quem me levou, senão o egoísmo da consciência? No pregar oportuna e importunamente o amor ao estudo e às doutrinas sãs, e ao belo, e ao verdadeiro, e ao bom, e ao útil, que não são exclusivos do passado, nem do futuro, mas universais e de todos os tempos, como a própria natureza, a legítima filha de Deus, que tudo isso nos insinua, não tenho feito mais que seguir o exemplo vulgar entre os homens de bem; e a nada disto competem as honras sumas.

Essas reserve-as Vossa Majestade para quem mais valha, e não lhe faltará em quem as empregue. Poupe-as sobretudo, para quem necessitar desses estímulos; para os que julgam ocul-

tar-se nas veneras uma virtude transmutativa do interior, que basta aplicá-las a um peito, para que um espírito se ilumine.

Peço pois licença a Vossa Majestade para declinar esta nova mercê, ao mesmo tempo que bejei e entesouro para filhos e netos a simples folha de hera, com que Vossa Majestade se lembrou de mim na Lapa dos Poetas.

Tenho a honra de me assinar, com o mais profundo respeito,
Castilho.

De Vossa Majestade Imperial o mais reverente e agradecido servo.

Lisboa 20 de agosto de 1872.

Senhor:

A última carta, com que Vossa Majestade Imperial me honrou, encheu-me da mais justa satisfação: por ela vi que Vossa Majestade Imperial ouviu benigno os rogos, que eu lhe dirigira, de declinar de mim a brilhante e invejável mercê, com que a mão de Vossa Majestade me havia distinguido.

Quem entrou ao septuagésimo terceiro ano da vida necessita, para descansar, de homiziar-se cada vez mais e melhor na sua obscuridade, onde as invejas (que também não faltam para os pequenos) o não descubram nem aventem.

As insígnias de que eu só necessito, e que sobre todas aprecio, são as que dentro no coração se arrecadam, e não quebram olhos a ninguém: são as demonstrações de estima que me liberalizam os beneméritos com quem militei.

Entre essas ficam avultando, e no lugar principalíssimo, estas cartas, tão generosas e tão amigas, com que a Vossa Majestade aprouve engrandecer-me.

Permita-me Vossa Majestade Imperial a honra de me assinar com o mais profundo respeito.

De Vossa Majestade Imperial
admirador constante e o mais humilde confrade em poesia.

Lisboa 1 de novembro de 1872.

Castilho.

Senhor, e gloriosíssimo confrade;

A carta, com que Vossa Majestade novamente me honrou, veio criar-me ânimo e forças, segundo espero, para novas tentativas poéticas. Do que eu por ventura produzir daqui avante, confessar-me-ei devedor sobretudo à generosa benevolência de Vossa Majestade.

Entre os muitos favores que Vossa Majestade se tem dignado dispensar-me há tantos anos, conto como um dos mais valiosos a sua presença, e a de Sua Majestade a Imperatriz na leitura da minha versão do *Misanthropo* de Molière, leitura que, segundo o voto de Vossa Majestade e o da imprensa brasileira, correu de um modo inexcedível, graças ao talento dos leitores, e às afetuosas diligências de meu irmão.

Lamento do fundo da alma não ter podido ouvir a primorosa recitação do meu poemeto *Os ciúmes do Bardo* pelo insigne Salvini. As palavras de Vossa Majestade a esse respeito coroam grande ator não menos que o autor.

Agradeço a Vossa Majestade o ter-me feito pelo intermédio honrosíssimo de uma tal carta sua, travar conhecimento com o distinto pernambucano o sr. doutor Filipe Lopes Netto. É em tudo merecedor (segundo tive gosto em observar) do alto favor de Vossa Majestade.

Novo e mais entranhado agradecimento devo ainda a Vossa Majestade pelo que espero venha a produzir de brio e posses em meu filho Júlio o que Vossa Majestade se digna de dizer-me acerca da sua *Ignez de Castro*. Ele tenciona, apenas receba de Paris esta obra impressa, aproveitar-se da licença que Vossa Majestade lhe concedeu, e enviar-lhe um dos primeiros exemplares.

Por meu filho, por meu irmão José Feliciano de Castilho, e por mim, beijo pois as mãos de Vossa Majestade.

Arranco-me ao honroso prazer de demorar por mais tempo a atenção de Vossa Majestade, que de todos os lados, e à porfia, lha estão chamando para si as letras, as artes, as ciências, e os incessantes cuidados de tão vasto e feliz império.

Permita-me Vossa Majestade Imperial a honra de me assinar
De Vossa Majestade Imperial

o mais reverente e agradecido consócio e servo
Lisboa 10 de novembro de 1874.

Castilho.

Ilmo. exc^{mo}. sr. vizconde de Castillo

Mi distinguido, respetable y bueno amigo: la mejor manera de dar a U exacta idea del trabajo de que hablamos la otra tarde, es copiarle lo que acerca de él me dice el autor en dos de sus cartas. Son los siguientes párrafos.

“Para el señor Emperador del Brasil estoy escribiendo unas octavas reales, bajo el epígrafe de: *“Una lección de historia”*. Me ha cautivado el animo muy de veras. Al día siguiente de honrarnos con su presencia en una junta de la Academia Española, me le encontré en mi despacho del Ministerio, donde fue a ver los cuadros; le acompañe mas de una hora con Picatoste nos dejo encantados. Olivan me dijo sobre la personalidad del Emperador Brasileño “No se si declararlo con alegría o con tristeza, pero entre ese señor y un Presidente de Republica no descubro matiz alguno”.

Esta duda de Olivan entre la alegría y la tristeza, se explica por su criterio político, que no concibe un príncipe de las calidades del Emperador. En la ultima carta de Ferrer del Río satisface mi curiosidad de saber si llevaba adelantadas las octavas diciéndome:

No me puedo aplicar de plano a las octavas reales para S M Brasileña; sin embargo, cotidianamente las doy un avance y sabido tiene U de sobra, que en dar principio y seguir perseverantemente está el busilis de lo mas arduo, porque así la conclusión viene de suyo, un día u otro. Realmente la concepción es vasta, pues no menos estriba que en veseñar la historia de Portugal y España en ambos mundos y la general de América y Europa, desde 1850 hasta el día para que resulte el elogio del excelente Dn. Pedro Alcantara, de la circunstancia notabilísima de regir floreciente entre republicas un vasto imperio, y de modo que después de sostener una guerra nacional y decantar victoria, se viene a hacer muy descansado a esta parte del mar un viaje puramente artístico y literario. Sesenta y dos octavas llevo escritas y ya traigo el levantamiento de Portugal contra España entre manos. Campoamor y Florentino Sanz las conocen todas y me animan a seguir con frases lisonjeras, que me permitirá U no revelar ni en el seno de la

mas íntima confiança. Naturalmente irán manuscritas y de mi letra: U se las remitirá al Emperador por el mejor conducto, y S M es arbitro de resolver si se han de dar o no a la estampa”.

Tan pronto como las reciba, ira a casa de U, para que las leamos juntos, su apasionado amigo y servidor

E P I M

A. Fernandez de Los Ríos.

Abril 21 72

Senhor

Os testemunhos de apreço para com os meus humildes escritos, e de benevolência para comigo, saídos da boca de Vossa Majestade Imperial, tem chegado até mim por diversas vezes e por intervenção de pessoas dignas de todo o crédito. Esse apreço e essa benevolência de um príncipe, a quem a opinião geral coloca entre os primeiros da nossa época pelos dotes do espírito e pela constante aplicação desses dotes à cultura das ciências e das letras, é um dos maiores galardões dos esforços que faço, e que tanto aquém dos meus desejos não ficaram sempre, para aumentar o esplendor de uma literatura, a que o Brasil e Portugal podem igualmente chamar sua; laço estreito entre duas nações irmãs, que nenhuma vicissitudes alcançarão quebrar. Pensando na distância social que me separa de Vossa Majestade Imperial, e não tendo sequer os direitos que me dariam a comunidade de pátria, e o caráter de súdito, duvidei por muito tempo se me era lícito patentear de algum modo à Vossa Majestade Imperial os sentimentos do meu ânimo; mas venceu-me, enfim, os escrúpulos uma reflexão. Os príncipes que tratam as letras honram-nas e honram-se: não descem a ombrear com os outros cultores delas; mas elevam-nos para mais perto de si. Servir-me-á desculpa aos olhos de Vossa Majestade Imperial esta consideração, e a necessidade moral que tenho de não ser ingrato. Ouso, portanto, oferecer a Vossa Majestade Imperial um exemplar dos volumes publicados na minha *História de Portugal*, corrigidos já os dois primeiros de alguns dos defeitos da anterior edição, e também o primeiro volume de uma tentativa histórica sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal, trabalho que, nas circunstâncias atuais, me parece útil, não só à justa liberdade dos povos,

mas igualmente à monarquia como o augusto pai de Vossa Majestade Imperial a constituiu em ambos os mundos; penhores sacrosantos, que defendi na juventude como soldado do grande príncipe e grande capitão, e que, como escritor, espero servir até o meu último dia. Se a majestade do trono se ofender da insignificância da oferta, confio em que a indulgência do homem de letras me fará absolver da nota de temerário. Deus guarde e prospere a vida de Vossa Majestade Imperial para exemplo dos reis e felicidade dos povos que a providência confiou à sua paternal solicitude.

Lisboa 4 de junho de 1854.

A. Herculano.

Senhor

A carta com que V. I. M. quis recompensar, e com que recompensou largamente, não digo a tenuidade da oferta dos meus pobres livros, oferta que não passou de uma ousadia, mas sim as vigílias que eles me custaram, poderia bastar a orgulhos maiores que o meu; mas o que não produziria, talvez, noutros ânimos seria um efeito análogo ao que experimentei lendo-a. Para outros em tão singular testemunho de apreço a majestade de um príncipe ilustre ofuscaria tudo o mais. Em mim (e V. I. M. desculpará esta sinceridade) o primeiro sentimento de prazer foi a certeza de que tinha a simpatia de um distinto escritor, que aí se me revelava. Depois é que surgiu a idéia de que esse escritor era um grande monarca. E ainda quando veio a reflexão fria e pausada, não saberia eu dizer por qual dos dois motivos aprecio mais tamanha prova de benevolência.

Esta carta recebi-a da mão do rei d. Fernando tempos depois de ela ter chegado a Portugal, porque me achava então nas províncias do norte em desempenho de trabalhos que pela Academia das Ciências de Lisboa me foram cometidos para a publicação dos *Monumentos Históricos de Portugal*, publicação de que V. I. M. terá já notícia pelo 1º volume das Memórias da Classe de Ciências Morais da mesma Academia, e que progride com a brevidade que comportam os limitados recursos do país e o não menos limitado número de indivíduos habilitados para trabalharem em tal empresa.

Dizer a V. I. M. o alvoroço que senti ao saber que V. I. M. se digna de pensar e escrever sobre a minha *História de Portugal* nas horas que os cuidados da administração de um vasto Império lhe deixam livres, fora ociosidade. Todavia, por mais que o meu amor próprio com isso se lisonjeie, lamentaria que o laborioso mister de chefe do Estado não consinta a V. I. M. dedicar-se a obra de maior vulto, se me não lembrasse de que ser autor de um grande livro não serviria tanto para a glória de V. I. M. como o ter conduzido uma nascente monarquia pelo caminho da paz e da prosperidade sendo ao mesmo tempo modelo dos príncipes das nações livres. Creia V. I. M. que digo isto com a singela franqueza de um homem que em mais de vinte anos de vida pública tem dado sobejas provas dos seus poucos talentos de cortesão.

Tarde recebi a carta de V. I. M.; mais tarde ainda respondo a ela. Foi por duas razões. Permitia-me V. I. M. escrever-lhe com a familiaridade própria da correspondência literária. Era a mercê tal, que o menor abuso seria documento de ter sido feita a um indigno. Receava ser importuno, e ainda hoje o receio. Além disso V. I. M. ordenava-me que lhe remetesse quaisquer escritos meus não incluídos na enumeração que deles fazia. Facilmente se imagina se desejaria obedecer. Dos opúsculos, porém, que mais recentemente escrevera estavam esgotadas as *Considerações Pacíficas*, opúsculo relativo a uma questão, na aparência literária, mas política na eficiência, em que com relutância tive de entrar. O meu editor propunha-se a mandar fazer uma nova tiragem. Demorou-se esta de dia para dia, até que afinal se aprontou. Quisera ajuntar aos que remeto outros mais antigos, em parte anônimos, e que em geral versam sobre matérias políticas, econômicas e literárias; mas de alguns nem eu próprio possuo um exemplar. O desejo de oferecer a V. I. M. aqueles que absolutamente não forem indignos disso suscitou-me a idéia de fazer uma escolha das coisas avulsas que tenho publicado, e ajuntando-lhes algumas pequenas composições inéditas, imprimir três ou quatro volumes de opúsculos. Terei então a honra de pôr aos pés de V. I. M., melhor trajadas essas publicações fugitivas, que valerem a pena de não serem entregues de todo ao esquecimento.

O 2º volume da Tentativa sobre o Estabelecimento da Inquisição em Portugal tenho-o no prelo. Dentro de pouco poderei submetê-lo à apreciação de V. I. M.



Alexandre Herculano

Quisera poder afirmar o mesmo acerca do 5º volume da *História de Portugal*, que há de abranger a história das classes privilegiadas, da administração geral e direito público, e das relações civis durante os séculos XII e XIII. Os materiais para ele estão coligidos e ordenados; mas a redação final só me será possível fazê-la no próximo ano. Preciso primeiramente de concluir o 3º e último volume relativo à Inquisição e as horas que posso dedicar a estes trabalhos são assaz curtas. Distraem-me, além dos deveres acadêmicos, ocupações temporárias de administração municipal, encargo que não podia deixar de aceitar, porque é eletivo, gratuito e comparativamente humilde. Cumpria-me demonstrar que tendo recusado por vezes situações mais proveitosas e elevadas, não fora nem o desamor das coisas públicas, nem excesso de orgulho que me levara a recusá-las. Sacrifiquei, por isso, o meu tempo, que é o meu cabedal, os meus hábitos e a minha vocação exclusiva aos respeitos humanos. Ninguém, porventura, sabe melhor do que V. I. M. quanto custam estes sacrifícios inglórios dos nossos interesses e afetos mais caros.

No que nunca haveria para mim sacrifício seria em cumprir as ordens de V. I. M.

Lisboa 15 de maio de 1855.

A. Herculano.

Senhor

A antiga benevolência de V. I. Majestade para comigo dá-me esforço para pôr a seus pés um exemplar do meu retrato, tirado pelo método fotográfico, e que creio ter saído exato. O capitão francês Victor Frond, desterrado político, que o fez em Lisboa, dirigindo-se ao Brasil tomou a seu cargo apresentá-lo a V. I. Majestade, em quem lhe assegurei acharia o favor que o homem de letras, ainda quando assentado no trono, não sabe negar ao artista, e muito menos à desventura.

Deus guarde a preciosa vida de V. I. Majestade como o deseja o mais reverente admirador de V. I. Majestade.

Lisboa 25 de abril de 1856.

A. Herculano.

Senhor

Tenho demorado a resposta à carta com que V. I. M. dignou de me honrar, porque desejava não escrever sem pôr, como ponho, aos pés de V. I. M. os dois primeiros fascículos dos *Monumentos Históricos de Portugal*, cuja publicação procedeu diligências minhas. Infelizmente esse trabalho acha-se indefinidamente suspenso. Os motivos porquê, conhecê-los-á V. I. M. do folheto anexo publicado pela 2ª classe da Academia de Lisboa. Nem ao meu país, nem ao governo dele creio ter merecido a afronta e o dano nos meus interesses literários e materiais que recebi, e que me obrigarão talvez, na falta de uma reparação, a abandonar, na idade em que isso já custa assaz, esta terra em que nasci, que não creio ter desonrado, e a quem sempre procurei servir sem solicitar nem receber recompensas.

Junto achará também V. I. M. um folheto contendo uma carta ao cônsul da República francesa que me pediu alguns esclarecimentos acerca do nosso célebre ministro Mousinho da Silveira. É um gracejo literário de que os redatores da “Revista Peninsular”, que me pediram licença para o publicar, mandaram tirar uns 20 exemplares à parte com certo luxo para m’os oferecerem. Mando-o a V. I. M. não como coisa literária, mas como espécime do adiantamento em que se acha entre nós a arte tipográfica, ainda fora do grande estabelecimento público chamado Imprensa Nacional.

Na situação de espírito em que me veio encontrar a carta de V. I. M. mal podia eu volver seriamente a atenção para matérias de poesia. Achava-me embrenhado no que a prosa da vida tem mais repugnante; a luta do homem que ainda crê na honestidade e na consciência, com as paixões pequenas e com a corrupção de uma sociedade senil. Mas eu seria ingrato, se os desejos de V. I. M. não fossem para mim preceitos. Nos intervalos de outros cuidados, e de distrações forçadas, li o poema dos *Tamoios*, de cujo autor já conhecia os *Suspiros Poéticos*. Darei a V. I. M. a minha opinião, até onde posso dá-la, com a franqueza que costume, desejoso, todavia, de que ela concorde com a de V. I. M.

V. I. M. estranhará, talvez, que eu comece por uma confissão de incredulidade, incredulidade que prejudica a crítica especial do poema ou pelo menos a subordina a considerações superiores,

tornando-a por isso relativa em vez de absoluta. Duvido, e muito, de que nesta nossa época o poema épico seja possível na Europa, e ainda mais que o seja na América. Duvido também de que um estrangeiro possa avaliar sob todos os aspectos uma composição de semelhante natureza. Permita-me V. I. M. que lhe indique (o que apenas é possível fazer nos estreitos limites de uma carta) os motivos principais das minhas dúvidas.

A epopéia é o cântico do heroísmo: daí o seu nome tão vulgar de poema heróico. A epopéia precisa de homens, permita-se-me a expressão, de uma estatura moral superior à nossa, e ainda estes, acha-os insuficientes às vezes. Por isso devassa os céus, faz descer os deuses do Olimpo ou do Walhalla; aproxima-os do tipo ideal da humanidade e cria os semideuses. Sucede também que ao poeta épico é estreito teatro a amplidão da Terra. Então a tela do seu quadro dilata-se pelo universo. E quando as leis da natureza se erguem diante dele como um obstáculo derriba-as e passa avante no turbilhão das suas inspirações. Tal é o poeta épico; tais foram as epopéias verdadeiramente originais, que nos assombram ainda; mas que na sua quase divina sublimidade deviam excitar o entusiasmo nos tempos e entre os povos para quem foram feitas.

A poesia é de todas as épocas; mas o poeta épico precisa de dois elementos para existir, porque eles constituem a atmosfera em que respira e vive – são o entusiasmo pelo heroísmo e a crença no sobrenatural. E este entusiasmo e esta crença cumpre que não se dêem só nele; é preciso que achem eco entre os contemporâneos; que o sentir comum vá de acordo com o seu.

Posto que mais difícil de atingir na epopéia, esta relação entre o poeta e os que o lêem ou escutam é condição impreterível de toda a poesia. Na verdade a epístola de Horácio aos Pisões não tem para mim o valor e a autoridade que vulgarmente se lhe atribuem: há, todavia, nesse escrito notável algumas observações profundas. Nos hemestiquios

..... Si vis me flere, dolendum est

Primum ipsi tibi.

acha-se virtualmente promulgada essa lei da harmonia entre o inspirado e a multidão: e de tal lei deriva que qualquer sentimento, qualquer idéia, qualquer paixão, mentidos na boca do poeta

ou na consciência pública, ou mentirosos para ambos poderão revestir-se de formas poéticas; mas, na essência, não haverá neles nunca verdadeira poesia, a poesia das coisas e não do estilo, do gênio e não do talento.

É isto que explica, a meu ver, um fenômeno fácil de observar. As epopéias verdadeiramente originais pertencem às idades heróicas, aos gênesis das diversas civilizações. Assim a *Ilíada* e a *Odisseia*; assim o *Ramayana* e o *Mahabarata*; assim o *Nibelungen Lied*; assim o *Cid* e a *Divina Comédia*. Mais ou menos bárbaros na forma; mais ou menos imperfeitos no estilo; mais ou menos rudes na sua primitiva singeleza, sentimos ao lê-los como que murmurar uma aura divina; fazer-se uma revelação misteriosa do ideal; surgir ante nós o que quer que seja sobre-humano. Nada disto sentimos à leitura dos poemas épicos de épocas mais civilizadas. É que ali o poeta de crer e de pensar heróico falava solenemente a homens do mesmo crer e pensar: aqui o poeta incrédulo tece labutas para incrédulos. Ali a idéia dominava a forma; a forma era escrava; aqui a forma domina a idéia; a forma é mais que senhora; é, a bem dizer, tudo.

Na *Eneida* que poesia exterior! que talento infinito nas harmonias da linguagem e do metro; que arte na expressão dos afetos! Mas, que inferioridade, na ação, nos caracteres, nos sentimentos! Que pequenez humana comparada com os sublimes poemas de Homero!

E ainda na época de Virgílio não morreu de todo a memória dos tempos heróicos de Roma, ainda há um resto de vida moral, ao passo que a civilização literária chegou ao seu auge. O velame do gosto mais puro cobre as moribundas crenças do passado. Depois é que vem a *Pharsalia*, a *Thebaida*, a *Argonautica*, esses esforços supremos de uma poesia impotente, e que se tornou apenas formal.

As mesmas feições características que separam Virgílio de Homero, discriminam Tasso e Dante. São causas idênticas produzindo idênticos efeitos. É uma lei que rege a história literária antiga como rege a história literária moderna.

Há na verdade exceções. Ainda depois da *Divina Comédia*, do *Cid*, e do *Nibelungen Lied*, isto é depois das verdadeiras epopéias da Europa moderna, têm mais ou menos subido valor como poesia de idéias os *Lusíadas*, o *Paraíso Perdido* e a *Messíada*. Mas estas exceções são apenas aparentes. As circunstâncias e

a índole dos três poemas dão-lhes pouco mais ou menos as condições essenciais da epopéia.

Camões teria os seus cantos à beira do sepulcro já aberto da maior glória dos séculos recentes, a nossa glória no Oriente, que ia expirar. Assistia ao seu ocaso. Tinha ouvido ao longe os últimos ecos das bombardas de Dio repercutindo nas valeiras dos Gates. A Índia fora talvez para ele o evangelho do patriotismo; porque as pegadas gigantes de nossos avós ainda então deviam estar gravadas profundamente no solo da Ásia. Apesar das suas reminiscências mitológicas, que foram o seu principal defeito, era um soldado que cantava para os veteranos de Albuquerque e de Castro, ou para os filhos deles. Crente falava a crentes. Era-lhe possível a poesia das coisas.

Porque há, tanto no *Paraíso Perdido* como na *Messíada*, mas sobretudo na última, o que quer que seja homérico? Evidentemente, porque esses poemas se elevam acima da terra; porque também são o canto de crentes para crentes. O cristianismo, com as suas tradições, com os seus mistérios, com o seu ideal, é, me parece, o único objeto épico que ainda nos restava. Restar-nos-á por muito tempo? Isso pertence a Deus.

Peço a V. I. M. que note um fato, que julgo provar mais do que quaisquer considerações que eu pudesse acrescentar. Nenhum dos sumos poetas contemporâneos, Goethe, Byron, Manzoni, Hugo, Lamartine, Garret etc. tentou, que eu saiba, a epopéia. É que os seus altíssimos instintos poéticos lhes revelavam que o cometimento seria mais que árduo, seria impossível. A epopéia humana, que já não era do século passado (deu-nos triste documento disso o gênio de Voltaire) menos é deste século. O passado ainda tinha as cóleras do filosofismo: este olha para tudo o que é heróico e sobre-humano com o frio desdém da indiferença e do ceticismo.

A nossa época tem paixões ardentes, tem afetos variados e complexos; mas faltam-lhe o grandioso solene e o crer profundo das gerações virgens. A nossa geração não é épica. Eis porque a poesia é hoje quase exclusivamente lírica e dramática. As amarguras e os contentamentos do coração, a luta das idéias, o próprio ceticismo, limbo intolerável onde o espírito geme suspirando pela certeza, inspiram cantos que o poeta sente e que a sociedade compreende. O drama, que substituiu a tragédia clássica (fórmula literária da religião do destino) nasceu do

mesmo fato, expulsou-a da cena pelo mesmo motivo. É que poeta há de forçosamente harmonizar-se com o seu século sob pena de não ser escutado, e o que mais é de não atingir nem verdadeira a inspiração nem a verdadeira poesia.

Se não creio possível a epopéia humana no meio das nações transformadas, polidas, argumentadoras, voluptuosas, incrédulas da velha Europa, menos possível ainda a creio na América. As sociedades da América não representam a desenvolvimento das raças autótonas: são vergôntes das árvores seculares do mundo antigo, plantadas no solo do novo mundo, e que mataram e matam crescendo e bracejando as plantas espontâneas e indígenas. Entre as tribos selvagens da América e os povos dos Estados Unidos das repúblicas espanholas e das vastas províncias a quem a providência na sua infinita bondade concedeu por soberano um príncipe como V. I. M., não há, não tem havido, em geral, relações que não sejam as da guerra e do extermínio. Podem os conquistadores, as raças que foram sobrepor-se às raças primitivas aniquilando-as, herdar-lhes o cúmulo dos seus poucos ou muitos haveres materiais: o que não lhes herdarem, não apropriam a si é o cúmulo das suas tradições, das suas saudades, dos seus coletivos; em suma a sua poesia épica. Entre o povo e os aborígenes do Brasil falta a identidade de sangue, de língua, de religião, de costumes; falta tudo o que constitui a unidade nacional na sucessão dos tempos.

Na minha opinião as eras heróicas e as gerações épicas do Brasil ficariam sendo as do primitivo Portugal, se uma raça, outra única, não constituísse hoje duas nacionalidades distintas. Nem os vultos nem os fatos que sobressaem no estabelecimento de colônias, que deviam em menos de três séculos constituir um opulento império, são assaz grandiosos para darem assunto a uma epopéia, supondo-a, aliás, possível. Mem de Sá, Estácio de Sá e os outros capitães que lançaram os fundamentos das colônias brasileiras e as defenderam contra as tribos selvagens ou os franceses, foram chefes mais ou menos hábeis, caracteres mais ou menos valorosos, mas estão longe do tipo ideal das personagens épicas. Seria mais fácil achar manifestações desse tipo entre os chefes índios, e o autor dos Tamoios forcejou por delineá-lo em Aimbire; mas aqueles que se conservaram fieis às tradições da pátria americana não têm identidade nem unidade nacional com os brasileiros de hoje, e os que traíram os interesses da sua gente

e a religião de seus antepassados para se aliarem com os conquistadores, são, poeticamente considerados, uma completa negação da generosidade e do heroísmo da epopéia.

Duvido de que o gênio pudesse vencer estas repugnâncias, porque as reputo insuperáveis. O que, porém, sei de certo é que ele não poderia vencer a desarmonia do espírito público. O Brasil é um Império novo; mas os brasileiros são apenas europeus na América. Não é, sob todos os aspectos, a sua civilização o mesmo que a nossa? Não se confunde a classe média do Brasil com esta classe média da Europa, a um tempo ardente nas suas paixões e cética e fria nas suas opiniões e idéias? Como estabelecer aí uma harmonia entre o poeta épico e o público, que seria impossível aqui?

Há outras coisas que os homens de engenho, os verdadeiros poetas do Brasil, como é o autor dos Tamoios, tinham que fazer para ilustrar o seu país engrandecendo-o com monumentos literários, que emulassem os do mundo antigo. Seria uma delas recolher as tradições, as relíquias poéticas das tribos índias. Não há povo bárbaro e primitivo, talvez, que não tenha a sua poesia, e essa poesia é por via de regra cheia de vida e singeleza. Mas cumpre não a vazar em moldes estranhos; não a fundir com as reminiscências da poesia greco-latina, como fez Macpherson no seu pseudo-Ossian. V. I. M. sabe que o Nibelungen Lied, posto que na forma em que hoje o possuímos pertença à Alemanha do século XIII, é puramente escandinavo, e tão remoto da literatura romana como o Edda que ele reproduz na essência. A poesia indígena não será popular, mas representada com fidelidade seria altamente literária, e atrairia a atenção da Europa.

Uma coisa de que também me parece carecer o Brasil é de nacionalizar a sua poesia no que é possível nacionalizá-la. O que eu acho nos poetas da América, salvas algumas honrosas exceções, devidas principalmente a Gonçalves Dias, é a constante recordação da Europa. Resulta isto das origens da sociedade brasileira, das suas relações íntimas com as sociedades do mundo antigo. É o mesmo defeito dos nossos poetas moços em relação à literatura francesa. Falta-lhes a autonomia. Os nossos bosques, o nosso céu, as nossas montanhas, os nossos rios em miniatura, os nossos hábitos, os nossos interesses, os nossos destinos não são os mesmos do Brasil. Com o que o recente Império tem propriamente individual e autonômico no meio do seu europeísmo pode ter uma poesia

individual e autonômica. Nesta parte é preciso confessar que o autor dos Tamoios, enganando-se quanto ao assunto e ao gênero épico que adotou, sentiu freqüentemente como brasileiro e às vezes escreveu versos de uma beleza admirável. Tais são aqueles:

“Inda a alma de meu pai como um colibri

“Em fria noite etc.

Ou as descrições, embora menos bem metrificadas:

“Negreja o oriente e roxas nuvens;

“De fogo orladas etc.

“O fogo despertou as jararacas

“Inimigas do fogo etc.

Deixe-nos a América as nossas arcárias góticas, as nossas catedrais ameaçadas, os nossos castelos esboroados e pendidos, a nossa vegetação raquítica. Deixe-nos os vestígios de um passado remoto, ruínas espalhadas sobre um solo exausto, marcos miliários de muitas gerações travadas umas nas outras, transformadas ou dissolvidas. Estas coisas são ricas de poesia e saudade, mas é para nós que vivemos no meio delas. Em compensação o Brasil tem os mistérios dos desertos profundos, os murmúrios vagos das selvas virgens, as lutas, desconhecidas entre nós, da civilização com a barbaria e do homem moderno com a natureza primitiva: tem as margens desses rios semelhantes a mares, o sol nessas campinas e cordilheiras, o luar nessas florestas. Como nação tem um futuro indefinido de esperanças, a sua mocidade em vez da nossa velhice, a sua primavera em vez do nosso outono.

Não conheço assaz, a situação das tribos bárbaras que ainda estanciam pelas regiões mais incultas do Império de V. I. M.: ignoro quais sejam os contrastes e as afinidades morais entre essas tribos e os homens civilizados que constituem a população brasileira; mas, por certo, tais contrastes e afinidades existem. O poema lírico, o poema romance, e até o poema dramático poderiam talvez tirar deles imensa vantagem. Tanto o poeta como o público crê-los-iam e senti-los-iam, porque são um fato atual. O pensamento que inspirou os Natchez parece-me que seria largamente fecundo se o gênio brasileiro se apoderasse dele. É aos poetas americanos que pertence decidi-lo.

Possuído das idéias, que desalinhas me vão fugindo da pena, pode V. I. M. supor que estaria já de antemão prevenido

para não esperar uma verdadeira epopéia na confederação dos Tamoios (o talento e até o genro lutariam debalde contra o impossível). Não sei se o estado do meu espírito para isso contribuiu; mas o certo é que efetivamente não a achei. Não é o plano, o qual me parece regularmente concebido, dramático e simples; não são os lineamentos dos caracteres, os quais se me afiguram em geral bem distintos, que falseiam radicalmente a confederação dos Tamoios: é a frialdade, a falta de crer e sentir que lhe envolve os membros como um sudário. Aí está, a meu ver, o mal. Na parte narrativa, nas descrições, nos episódios, encontra-se o poeta, não inspirado, não impelido pelo terror ou pela cólera, não arrebatado pelo ardor religioso, não deixando cair sobre as cordas da cítara lágrimas de dor, de desesperança, ou de saudade, não errando pelos campos de batalha, e interrogando as ossadas dos guerreiros de Tupã ou de Cristo e as árvores seculares que os viram combater e cair; mas entregue ao seu mister de poeta no gabinete de estudo, como um honesto operário, calculando o efeito de cada período, de cada frase, supondo que o leitor lhe concede certos postulados, de que tanto ele como o leitor sorriem; sem fé no assunto; sem fé nas simpatias do público por esse assunto, e forcejando por conquistá-las à força de empregar os meios artificiais que as escolas ensinam. Tal foi o efeito que a leitura dos Tamoios produziu em mim. É, todavia, possível que não ser ela seguida contribuisse para esse efeito.

Entretanto à perspicácia de V. I. M. não é provável que escape uma circunstância que desde logo nos preocupa no começo do poema. É a inspiração convencional, a concessão que se pede virtualmente ao leitor de uma hipótese, que nem o autor nem o leitor admitem. Principia-se por invocar o sol e os gênios das solidões do Brasil. Que é o sol para nós todos senão a origem da luz e do calor físicos? Repugna-nos à ciência e à consciência supor-lhe um influxo espiritual, uma ação inteligente. Depois, crê o leitor da América ou o da Europa nos gênios do deserto? Klopstock também começou o Messias por uma invocação:

Sing, unsterbliche Seele, der sundigen Menchen Erlösung
.....
..... die Dichtkunst
Weihe sie, Geist Schöpfer
Fuhre sie mir

Mas esta invocação saía da consciência do poeta e dirigia-se à consciência do público. Não assim a dos Tamoios. Pode alegar-se com Camões; mas as Tagides, como todas as reminiscências mitológicas, são o grave defeito dos Lusíadas.

O Sol, os planetas, as estrelas remotas, o espaço infinito a que chamamos firmamento são coisas poéticas, como tudo quanto é grande e belo na natureza: são-no, porém, de outro modo. Há aí um influxo físico que atua no nosso espírito, que desperta nele sentimentos e afetos. É um fato que todos aceitam por o terem experimentado, posto que nem todos o expliquem. Quando o poeta fala do romper da alva, do sol posto, do luar no pego, do rumorejar dos bosques, do cintilar do orvalho nas gandrás floridas, das sombras que se estiram à tarde pelas valeiras à raiz das montanhas, e liga tudo isso com os afetos que tumultuam na sua alma, recorda-se e recorda quem o lê das sensações morais experimentadas diante desses espetáculos belos ou sublimes. A poesia em tais casos deriva de uma lei natural de correlação entre a matéria e o espírito, lei misteriosa, é verdade, mas indubitável. Ao que a geração atual não pode deixar de sorrir é ao ver repovoar a natureza de gênios e dar ação inteligente à matéria numa epopéia. O poeta épico, que deve ser grave e solene, porque é um sacerdote, nega a Divindade que serve, dando como realidade o impossível.

Cito a invocação dos Tamoios apenas como um exemplo que me parece fazer sentir melhor o meu pensamento. Numa carta, já demasiado extensa, não cabe analisar tudo quanto no poema revela o convencional e estudado em vez do inspirado e sentido. Sobre a impressão produzida em geral no meu espírito interoguei a consciência depois de fechar o livro, e ela disse-me o que esta carta, escrita ao correr da pena, repete fielmente a V. I. M.: disse-me que os Tamoios não provavam falta de talento, nem, talvez, de gênio; provavam apenas que o poeta se transviara por um errado caminho.

Pelo que respeita às formas externas do poema, recai aí a outra dúvida de que no princípio falei a V. I. M. Pode sempre o estrangeiro avaliar bem a frase, as comparações, a verdade descritiva de um poema? Creio que não. Embora a língua seja idêntica entre dois povos, há locuções que num país se tornaram plebéias, antipoéticas, e que noutra são elevadas ou pelo menos toleráveis. Na confederação dos Tamoios há frases, que,

quando muito, se poderiam tolerar (em Portugal) na poesia heroicômica, ou num desses romances-poemas do gênero do Orlando ou de d. Branca. Tais são as seguintes:

Pág. 36 v. 8 ... que *dois homens*

Como nós a vergá-lo suariam.

52... 5 Que confusão, que horror, *que gritaria*

115... 18 Como quem *atarraxa um parafuso.*

125... 5 E em torno ao feiticeiro *se acocoram*

141... 13 Hás de vê-lo e *a mulher e os meus netinhos*

143... 18 Findo o *bródio* ...

152... 21 *Vem ver a minha horta... olha, sobrinho*

153... 18 *E quer chova, quer vente ...*

160... 6 *Deu-lhe uma faca e um lenço de Alcobaça*

229... 1 Não dou-te a índia: *se eu a quis, cacei-a.*

Não multiplicarei os exemplos. Perante o público português estas e semelhantes frases fazem péssimo efeito no meio de poesia elevada, e ofuscam quaisquer belezas de estilo. Por isso, mesmo que são insignificantes tais defeitos, alcançam-nos todas as inteligências, produzindo uma impressão desfavorável ao poema. Mas são essas frases baixas e triviais no Brasil? Ignoro-o. O meu juízo acerca deste ponto é, portanto, incompetente.

Das comparações tiradas de objetos ou entidades privativas da América ainda a crítica da Europa está menos habilitada a ajuizar. Como V. I. M. sabe o mérito da comparação é proporcional ao maior ou menor numero de relações entre o objeto comparado e o que lhe serve de termo de comparação. Sem conhecer perfeitamente as condições deste é óbvio que se torna inútil para o leitor a comparação, e que o crítico se acha inabilitado para apreciar a beleza dela. Considerado por este lado o poema dos Tamoios, onde as comparações são, e com razão, essencialmente brasileiras, declaro-me também incompetente para dar opinião sobre ele.

Uma das coisas que fere mais desagradavelmente os ouvidos portugueses, tanto na prosa como na poesia brasileira, é a para nós estranha transposição dos recíprocos *me, te, se*. Porventura essa transposição será sensata às vezes, e até mais filosófica; mas em tais matérias o uso é onipotente. Em Portugal ninguém poderia dizer sem riso dos circunstantes: “*Não dou-te a índia*”. A

frase correta seria: “Não te dou (ou melhor: não te entrego) a índia”. Os ouvidos, porém, acostumados a semelhantes posições não sentem o mesmo, e o leitor brasileiro tem neste tanta razão para as tolerar como o português para as repelir.

Há, todavia, coisas em que a crítica da Europa e a da América tem de concordar. É acerca dos prosaísmos, das imperfeições de metro, das incorreções gramaticais. Às vezes a colocação de um ou de mais versos duros ou frouxos entre outros harmoniosos ou suaves é um segredo de estilo; é uma sombra calculada para se obter um efeito de luz; mas longos períodos de versos ásperos ou lânguidos, e até viciosamente metrificados sem motivo nem vantagem, sinalefas violentas, hiatos malsoantes, neologismos e solecismos são manchas, não só num poema como a confederação dos Tamoios, mas também em qualquer composição lírica. Estas faltas não são particulares do autor dos Tamoios, nem dos outros poetas brasileiros: são vulgares aqui, e raro será o volume dos nossos jovens poetas, onde elas se não encontrem. Isto não indica só o descuido da lima e a pressa impaciente do autor: indica também certo desprezo da opinião geral, quando é freqüente; porque irregularidades dessas escapam a todos. O homem de mérito ou de hierarquia não deixa de o ser por se apresentar num concurso solene ou numa assembléia polida com trajes em desalinho e enodoados; mas ofende os outros com tais mostras de desconsideração. As fórmulas materiais da poesia são o vestido literário do poeta: cumpre que ele se apresente o público com asseio e alinhado.

Desses antes descuidos que defeitos graves, antes sombras que culpas, pareceu-me encontrar bastantes à leitura dos Tamoios. Dos que respeitam à pureza e propriedade da língua citarei alguns ao acaso: p. 1 *pétalos* por *pétalas*; p. 4 *argênteo salso*, dois adjetivos continuados sem substantivo; p. 7 *mãe que se expande*; p. 20 *sofrimentos* por *padecimentos*; p. 46 *bravos* (substantivo) por *homens valorosos*; p. 103 *estiricar*; p. 109 *enlanguescer*; p. 111 *chegar n’uma várzea*; p. 124 *dervis* por *dervises* etc. De versos errados, ou que só podem salvar-se por hiatos intoleráveis ou por sinalefas duríssimas, citarei também avulsamente alguns exemplos:

- Pág. 4 v. 10 Ao lado seu direito e ao esquerdo lado.
37... 13 De vingar dos parentes o opróbrio.
39... 8 Tu que das serpes o veneno aniquilas.
94... 7 Que Tupã o respeita e o adora.
116... 1 Que ao homem, inda que bruto, jamais falta
143... 8 Já o mancebo ergue-se, mas prudente etc.

Permita-me V. I. M. que ainda acrescento poucas palavras sobre outro objeto em que me parece pode ter aplicação a crítica portuguesa à literatura brasileira e vice-versa. Falo das reflexões ou sentenças com que os poetas ornaram às vezes o seu assunto, e de que, aliás, o autor de um poema narrativo deve ser, como o foi o autor dos Tamoios, bastantemente sóbrio. Duas condições há, creio eu, sem as quais nenhuma sentença é admissível em poesia: é preciso que seja nova na essência ou na forma e que seja verdadeira. Mas isto nem sempre o alcançou o autor da confederação dos Tamoios. À p. 159, depois de longa discussão entre Tibiriçá e Jagoanharo lêem-se os seguintes versos:

“Destarte os sábios em questões sublimes
“Após longo debate e controvérsia
“Firmes em seus conceitos permanecem, etc.

Esta reflexão, apesar de extremamente trivial, nem sempre é exata. À p. 184 afirma-se que o mundo dirá do augusto pai de V. I. M.

“Soube ser cidadão, ser pai, ser homem,
“Tendo nascido rei.

Sentença inexata e altamente injusta. Os reis não têm, que eu saiba, impedimento algum dirimente para serem bons cidadãos, bons pais e bons homens; e se a história nos oferece não raros exemplos de príncipes indignos dessas qualificações, assim a história como a experiência das gastas sociedades de hoje nos subministram exemplos também (e em número proporcionalmente maior) de artífices, de negociantes, de militares, de magistrados e ministros etc., que não tendo tido a desgraça de nascerem príncipes, nem por isso creio que tenham sido ou sejam excelentes pessoas.

Paro aqui, senhor. Há quinze anos que envelheço estudando os monumentos das eras bárbaras e buscando as fontes legítimas da história deste país. Esqueci o meu passado literário, a poesia, o romance, tudo quanto me era caro e aprazível na vida interior para me sepultar numa espécie de ascetério intelectual, de que o governo português acaba de expulsar-me, como se quisesse nem esse gênero de monarquismo restasse entre nós. Egresso de nova espécie, trago apenas para o século as tristezas e o esquecimento do claustro. Em quinze anos perdi provavelmente o gosto e por certo a melhor parte dos estudos e doutrinas da boa literatura. As ponderações que tenho feito a V. I. M. não são, talvez, senão uma prova disso. Obrigando-me pela sua excessiva benevolência a falar de coisas de que creio que já não entendo V. I. M. tomou a si a responsabilidade dos meus erros e desvios. Obedeci, e fui sincero. A gratidão e a probidade literária forçavam-me à obediência e à franqueza. Resulta daqui um direito para mim, o de suplicar a V. I. M. que esta carta não chegue à notícia do autor dos Tamoios. Ele não me pediu o meu parecer e eu não tenho motivo para o incomodar. A crítica, ainda a mais moderada e leal, fere sempre quando a anterior publicação do livro a torna inútil. Se eu fosse constrangido a escrever uma crítica para a imprensa procuraria, quanto fosse possível, esquecer os defeitos para fazer sobressair o merecimento do poema, porque era uma homenagem ao nobre empenho que o autor teve de dar um livro importante ao seu país. O patriotismo e o amor da glória são sempre honrados e elevados pensamentos: deve-se-lhes favor e aplauso. Na esperança de que a minha opinião nunca iria ferir a sensibilidade do autor, escrevi com o desafogo próprio de uma correspondência que não tem de afrontar os inconvenientes da publicidade. Esta relativamente àquela seria para mim um verdadeiro desgosto.

Resta-me ainda suplicar de novo a V. I. M. desculpa da demora que pus em responder à benévola carta de V. I. M., não sabendo se ainda deva pedi-la maior pela inutilidade das minhas reflexões sobre um assunto de que V. I. M. entende provavelmente mais do que eu.

Lisboa 6 de dezembro de 1856.

A. Herculano.

Senhor

Na última carta que V. I. M. fez mercê de escrever-me nos meados de novembro, anunciava-me V. I. M. a remessa do seu retrato pelo próximo paquete. O júbilo com que recebi esta nova tem sido bem compensado pela mágoa que experimento em não me ter chegado às mãos a dádiva preciosa de V. I. M. Podendo esse fato proceder de qualquer obstáculo encontrado na remessa, tenho demorado esta carta, na qual queria certificar V. I. M. não só do meu reconhecimento por tal graça, mas também de que ela de todo o ponto se realizava. Quatro meses decorridos sem que isto se verificasse dão-me veementes suspeitas de um descaminho accidental. Se, porém, devo lamentar-me de pouca fortuna, nem por isso a minha gratidão é menor pelas generosas intenções de V. I. M.

Quisera responder a um parágrafo que se encontra na carta de V. I. M., relativo à suspensão dos trabalhos históricos da academia que estavam a meu cargo, de um modo que satisfizesse aos desejos e esperanças de V. I. M. Infelizmente não posso fazê-lo; porque as coisas não mudaram. Também a minha constância não se abateu, nem os meus desígnios se alteraram. Ao menos, morrendo literariamente para o meu país, posso dizer com a mão na consciência que não levarei comigo os remorsos de ingrato. Devo afeto, consideração, favores a muitos milhares de concidadãos. Nada, porém, devo a esta entidade complexa chamada a nação, o Estado. Confio em Deus que me não faltará (sic) esforços para proceder até o fim com os brios de homem de bem. A honra e a dignidade são riquezas de máxima valia para quem não tem outras. Essas, parece-me que saberei guardá-las. Os sacrifícios que me custou mantê-las no meio de uma sociedade velha e gasta foram tais que não vale a pena inutilizá-las aos quarenta e sete anos, sejam quais forem para mim as conseqüências de respeitar o meu passado. Quando nos aproximamos de meio século de existência a energia moral, que uns admiram e outros condenam, porque nem todos podem compreender tudo do mesmo modo, não é muitas vezes virtude; é cálculo.

V. I. M. ordena-me que lhe dê notícias literárias de Portugal, e lhe note as publicações dignas de atenção. O catálogo não seria

longo, apesar de se imprimir hoje entre nós vinte vezes mais papel do que se imprimia há vinte anos. Poetas, sobretudo, não faltam! O norte do reino mostra-se nesta parte mais fecundo que o sul. Publicam-se no Porto, e ainda em Coimbra e por outras partes milhares de versos; mas parece-me que V. I. M. teria mais de uma vez de arrepender-se, se consumisse em lê-los às horas de descanso. Faço uma exceção a favor das poesias de Soares de Passos, poeta de pouco mais de vinte e cinco anos. O volume que publicou, e que provavelmente já é conhecido no Brasil, contém, no meio de diversas composições de maior ou menor merecimento, coisas notáveis. No poemeto *Camões* há estrofes que se aproximam de algumas que se encontram nas mais belas odes sem excetuar o *Cinque Maggio*. Tal é a que começa *Oh, quem me dera do teu leito a beira* etc. O *Firmamento*, posto que menos perfeito na forma, é igualmente inspirado. Espera-se em breve um volume de outro poeta do Porto, Alexandre Braga, o qual, posto que de grande merecimento, reputo inferior a Soares de Passos, sobretudo na clareza das idéias e por consequência na nitidez da frase. Alexandre Braga passa, todavia, pelo primeiro talento poético do Porto. Também ali se anuncia um novo romance de Camilo Castello Branco *Um Homem de Brios*, continuação de outro intitulado *Onde está a Felicidade?* Camilo Castello Branco pode dizer-se que nasceu romancista, e ninguém em Portugal tem aos trinta ou trinta e dois anos produzido tanto como ele, ao menos neste gênero. Sabe conciliar a atenção e a curiosidade dos leitores e é singular no talento de observador. Os seus grandes defeitos literários explicam-se pela sua índole. Descrente e pouco severo nos costumes, os seus escritos não são a melhor escola moral. Trabalha mais com o intuito de ganhar dinheiro e de fazer ruído do que com um fim literário. Assim os seus esforços dirigem-se inteiramente a publicar muito e a produzir impressões fortes, embora falsas ou menos duradouras. Nos seus livros, ao lado de uma passagem excelentemente escrita vem outra recheada de trivialidades, quando não de idéias inexatas, e até de defeitos quase pueris de estilo e de linguagem. Não há talvez entre os nossos escritores moços nenhum mais desigual.

De Lisboa pouco se pode dizer. Aqui o turbilhão da política leva após si quase todos os engenhos. Absorvem-os o Parlamento

e a imprensa diária. A própria literatura dramática, que mais tempo tem resistido ao espírito positivo do século, jaz numa espécie de sonolência, posto que Mendes Leal, o seu primeiro representante depois da morte de Garret, abandonasse há meses o jornalismo político. Aqui, nas reuniões da mocidade, discutem-se caminhos de ferro, proteção ou liberdade do comércio, tributos diretos ou indiretos, como nos círculos dos homens feitos. Hiberna-se literariamente. No meio desta prosa, um pouco materialista, aparece uma ou outra flor de poesia mais ou menos desbotada. O mais notável que se tem publicado é o 1º canto da *Paqueta* de Bulhão Pato; mas este mesmo, pela escassez de fortuna, vê-se obrigado a trabalhar para a imprensa periódica e a pospor a poesia. Na *Paqueta* há uma mistura do d. Juan de Byron e dos Animais Falantes de Casti. É a primeira coisa que aparece em português neste gênero, e no 2º canto, ainda inédito, há passagens que rastejam em graça e em elegância as mais belas oitavas do Orlando Furioso. Bulhão Pato é um caráter de extremo pundonor e sensibilidade, e que esconde os afetos debaixo da ironia, à qual o incitam as angústias da vida e a indignação que produzem nas almas ou excessivamente delicadas ou profundamente enérgicas as torpezas e misérias de sociedade corruptíssima. Com uma educação literária assaz descuidada, espanta às vezes vê-lo adivinhar as leis do estilo e até o gênio da língua. Noutras circunstâncias e com estudos regulares Bulhão Pato poderia talvez vir a preencher a imensa lacuna deixada por Garret; porque entre todos os nossos escritores moços é o único que me parece rivalizar com ele no gosto, instinto literário, que, entendo eu, nasce conosco, e que o estudo nunca pode dar plenamente. O 1º canto da *Paqueta*, apesar de se publicar incorreto, como saiu do primeiro jato, já disso nos subministra provas.

A minha anterior carta a V. I. M. era tão longa, que receio ser importuno dilatando-me nesta mais. Seja o fui, (sic) a bondade de V. I. M. é assaz ampla para me perdoar.

Lisboa 10 de abril de 1857.

A. Herculano.

Senhor

Com fundamento terá V. I. M. levado a mal o meu silêncio depois da última carta em que agradecia mais uma vez V. I. M. tão repetidos sinais de benevolência, entre os quais avulta nas minhas recordações a oferta de um asilo quando a honra parecia obrigarme a abandonar o meu país. Diante da opinião da parte esclarecida e honesta dele, o governo viu-se enfim constrangido a respeitar a moralidade, e pude assim evitar um desterro, voluntário na aparência, na realidade forçado. Fora longa a luta; e se escapei do naufrágio, não me esquivei às conseqüências dos esforços que fiz, não tanto para que o meu pobre baixel não se afundasse, como para manter exteriormente a altivez que me obrigava não sei se excesso de orgulho se legítimo sentimento de dignidade. Ao combate seguiu-se a doença; doença de corpo, mas ainda mais doença da alma. A primeira viram-na todos: a segunda só os meus amigos íntimos puderam avaliar quanto ia funda. Crera ter muitos: os dias de procela provaram-me que tinha poucos. Uma organização robusta foi reparando com o tempo ruínas físicas: ficou incurável a enfermidade do espírito. Nem a confesso, nem a oculto aos que a adivinham: sorriu-me só dos que pretendem curá-la, ou que entendem dever condená-la como um delito. De pleno desengano e de profundo desalento tem sido o meu viver de dois anos desde que troquei as poucas ambições que tinha por duas melhores, a de paz obscura e a do próprio esquecimento, longe, até, do trato das letras. Vêm horas, vêm dias em que um raio de luz alumia o meu contínuo crepúsculo em que torno a ser o que fui, se é que fui alguma coisa; mas isso passa depressa. Este espírito é uma lâmpada que se apaga e que exala a espaços um clarão fugitivo.

O livro e os opúsculos que ponho na presença de V. I. M. pertencem a esta última fase da vida. A substância e a forma deles oferecem já provavelmente visíveis sinais de decadência intelectual, e se ainda não revelam toda a extensão da chaga, é que mais de uma página foi escrita nos momentos de luz transitória. Servirá a consideração do meu estado moral de desculpa aos desacertos e imperfeições que neles encontrará V. I. M.

E é esse estado que eu ofereço a V. I. M. também como atenuação da culpa do meu silêncio, silêncio que tenho guardado



José Maria Latino Coelho

para com todos aqueles dos homens eminentes da Europa que me honram com a sua correspondência. Por muitas vezes peguei na pena para escrever a V. I. M.: por outras tantas ela me caiu da mão. A princípio era o descoroçoamento; depois foi descoroçoamento e vergonha. Deus sabe qual ímpeto de vontade me está sendo preciso agora para vencer esta! Entretanto, V. I. M. que, como chefe do Estado, está costumado a perdoar a grandes culpados, perdoará decerto a quem não o é tanto quanto parece.

Acompanha o 3º volume da História do Estabelecimento da Inquisição o 2º fascículo da 2ª divisão dos Monumentos Históricos, cuja publicação a academia me incumbiu. Devia tê-lo recebido V. I. M. diretamente da Academia; mas andam por tal modo administradas as coisas daquela corporação, que receio, e muito, não haja assim acontecido.

Imprime-se atualmente outro fascículo, contendo a coleção dos Nobiliários antigos, e acha-se quase pronta a dos forais primitivos, dos quais restam em Portugal muitos mais, proporcionalmente, do que em Espanha. Os forais com os costumes devem produzir talvez dois fascículos.

Trabalharei por publicar ainda a legislação do século XIV enquanto concluo o 5º volume da História de Portugal, o qual, terminando o quadro das instituições dos séculos XII e XIII, fará com que esta última obra fique até certo ponto completa, completando também durante esse tempo o Monasticon e as Lendas, e coligindo em dois ou três volumes alguns escritos avulsos que me não parecerem absolutamente insignificantes. Terei assim feito a minha liquidação literária. Enfraquecida a inteligência, preciso de três a quatro anos para vencer essa tarefa que a mim próprio impus. É um longo prazo de desterro no turbilhão da sociedade. Depois irei buscar a vida obscura por que suspiro num prédio rústico que adquirei a 15 léguas de Lisboa com as economias de 25 anos. Achei-o em ruínas, mas o fruto do ulterior trabalho chega-me para o tornar habitável. Satisfarei ali a minha velha paixão pela agricultura, talvez a única que me resta: ali cortarei todas as relações com este mundo de ruído e de lodo que me rodeia agora, salvando só a lembrança dos poucos, bem poucos, que nos dias da adversidade não me abandonaram ou não se esqueceram de mim.

Entretanto a obra dos Monumentos não acabará com a minha retirada. Um mancebo de talento e de sérios estudos, atualmente comissário da Academia em Espanha para descobrir nos arquivos

daquele reino documentos ou memórias que possam interessar-nos, é capaz de continuá-la, e espero fazê-lo aceitar por meu sucessor. Para mim a continuação dos monumentos tem o que quer que seja de dever religioso. Considero esse livro como o epitáfio de uma sociedade, que não sei como nem quando se dissolverá, mas que evidentemente caminha para a dissolução.

Tenho falado com exuberância de coração a V. I. M. do meu viver íntimo atual e futuro. Precisava de justificar-me, e de que V. I. M. me absolvesse de uma falta, que a clara razão e o ânimo indulgente de V. I. M. hão de por certo desculpar a uma alma devastada pelos desgostos e entorpecida pelas desilusões. Depois V. I. M. deve estar tão afeito à linguagem calculada e formal dos que em V. I. M. só vêem a situação que lhe deu o berço e a boa ou a má fortuna, que me relevará esquecer-me eu do imperador e falar com o homem de inteligência e de afetos. Se não acreditasse que V. I. M. prefere isto, creio que faria uma grande injustiça a V. I. M.

Solicito em último lugar perdão por enviar esta carta com os impressos e debaixo do mesmo envoltório. Na atual conjuntura o contrário teria inconvenientes.

Lisboa 10 de outubro de 1858.

A. Herculano.

Senhor

Acaba V. M. de fazer com que o seu governo me desse uma singular demonstração de apreço e benevolência. Infelizmente o sentimento, a consciência e a razão, acordes entre si, inibem-me de aceitá-la.

Haja um desejo de V. M. para cuja realização seja necessário um áspero sacrifício meu. Ordene-mo V. M. e verá se o sacrifício se faz. Este excede os recursos da minha energia moral.

Sou sincera e desinteressadamente amigo de d. Pedro de Alcântara; porque d. Pedro de Alcântara é uma clara inteligência, um homem honrado, e um nobre caráter. No imperador do Brasil respeito a manifestação de um princípio político; respeito o chefe de uma nação irmã da minha; mas parece-me que nem essa ami-

zade dá direito a graduações, nem esse respeito exige recompensas públicas. Não tenho idéia de haver feito serviço algum ao Brasil e as distinções honoríficas, onde e quando não significam o meio de um vil mercadejar de consciências, são haveres que pertencem aos beneméritos da pátria, haveres depositados nas mãos do soberano para solver as dívidas de gratidão da sociedade. Receio muito que o coração de d. Pedro de Alcântara o iludisse, e o levasse, inconscientemente, a abusar da sua intimidade com o imperador em proveito de uma afeição particular.

Mas o que, sobretudo, julgo para mim grave é que, no meu país e na família de Bragança, houve outro d. Pedro de quem ainda fui mais amigo, porque essa amizade chegou quase a tocar as raias de apaixonada cegueira. Também casualmente era soberano. Ia às vezes conversar comigo na minha modesta morada durante largas horas. Um dia pediu-me que aceitasse uma dessas mesmas distinções honoríficas com que o imperador do Brasil quis honrar-me. Recusei, e expus-lhe, pareceu-me então que singelamente, parece-me hoje que rudemente, os motivos da minha recusa. Insistiu, com os olhos arrasados d'água. Continuei a recusar tenazmente, porque as minhas convicções neste ponto eram já, como são agora, inabaláveis. Seguidamente, sem me consultar, fez-me nomear par do reino. Recusei oficialmente ao governo a mercê. Não me disse uma única palavra sobre isso, nem ficou mal comigo, como V. M. não há de ficar numa situação análoga. Passados tempos, o desventurado mancebo sentiu realizar-se a sua suprema ambição – a ambição de morrer. E eu, que na minha vida, por severa ou, talvez, ruim condição, poucas vezes tenho chorado, chorei muito por ele às ocultas: às ocultas, porque foi moda por muito tempo chorá-lo na praça pública.

Senhor: daquele ataúde de d. Pedro V, arrumado, esquecido no carneiro de S. Vicente de Fora, viria sussurrar-me aos ouvidos uma voz acusadora, se eu aceitasse a outro soberano o que não quis aceitar ao moço rei que ali jaz. Pesam-me sobre o coração, para tornar a saudade mais acre, as lágrimas que lhe vi verter; não me pesam sobre a consciência. Pesariam, e bem duramente, se acedesse aos generosos intuitos de V. M.

Permita-me V. M. que acrescente aqui algumas ponderações que não se estribam nem nos impulsos do sentimento, nem nos preceitos da consciência, mas simplesmente nos ditames da razão. As ondas da democracia crescem, sobem, espraiam-se no seio

destas sociedades neolatinas devassas e gastas. V. M. viu-lhes há pouco os europeus; não sei se alevantou alguma ponta dos parches que lhes cobrem as úlceras. É provável que sim. Liberal, quero a monarquia, porém não por amor platônico. Tanto me apaixona a Monarquia como a república ou outra qualquer forma de governo. Quero-a, porque vejo nela uma condição, impreterível na velha Europa, da liberdade e do progresso com ordem e paz internas. Acusa-nos a democracia, a nós os antigos liberais, de forcejarmos incessantemente por nos irmos substituindo às classes aristocráticas que derribamos e por nos vestirmos com os farrapos das vestiduras esplêndidas que rasgamos. A acusação não carece de fundamento, ao menos em Portugal. Certo é que detrás de cada novo democrata que se alevanta a trovejar contra isso, o dedo da experiência aponta-me sempre estirando-se para o horizonte uma sombra de futuro conselheiro, comendador ou visconde. Todavia é também certo que no âmago do sermão do acrobata, que prega ereto, de pé sobre os ombros das multidões invejosas, há uma triste verdade que a boca da burguesia pode negar, mas que a sua consciência afirma. Entendo eu que os sectários da monarquia representativa, homens de algum valor moral (e não sou tão modesto, que me não conte entre eles) devem, com a severidade na manutenção do seu viver singelo, reter, quanto possível, pelo exemplo, as vaidades obscuras e insofridas no ávido açambarcar de avelórios e lantejoulas, e responder com o seu eloqüente silêncio às declamações da democracia.

Escrevo assim a d. Pedro de Alcântara. Deus me livre de escrever do mesmo modo ao imperador. V. M. que por excesso de amizade me comprometeu com ele, não pode deixar de me defender, expondo-lhe as minhas razões, como V. M., querendo, saberá fazê-lo. Serão pouco sólidas; é provável, até, que o sejam. Mas o Criador deu a cada indivíduo razão e consciência para se reger por elas, e não pela razão e pela consciência dos outros, no que pessoalmente lhe toca.

Quer V. M. fazer-me uma dádiva enorme e que eu aceitarei com a mesma ansiosa avidez com que um dos nossos mais intratáveis republicanos aceitaria o diploma de camarista do rei? É fácil. D. Pedro V deu-me uma coisa só na vida, o livro de Tocqueville sobre o antigo regime anotado por ele. Possuo poucas

coisas de valor, porque não sou rico. É aquela a maior preciosidade que posso legar aos meus. V. M. há de ter algum livro assim, ou o original de qualquer trabalho literário seu, ou a fotografia do imperador do Brasil, no alto da qual escreva estas palavras ou outras semelhantes – Dado por d. Pedro de Alcântara ao seu amigo o lavrador de Val-de-Lobos – Faça-me V. M. uma destas mercês ou outras equivalentes, e conte desde logo com a profunda gratidão de
A. Herculano.

Val-de-Lobos 20 agosto 1872.

Val-de-Lobos 2 de janeiro

1874

Senhor

Recebendo nos meados de novembro a carta com que V. I. M. me honrou e na qual se referiu a um livro que fazia mercê de me remeter, esperei para agradecer uma e outra fineza que o livro me chegasse às mãos. Passaram semanas; começava a tardar-me. Temia-me de que por malevolência ou por desleixo meu extraviassem, o que mais de uma vez me tem sucedido com dádivas e favores de diversas espécies enviados da América, e de que só muito tarde cheguei a ter notícia. Sabe Deus quantas vezes, em consequência de fatos dessa ordem, por mim ignorados, terei sido taxado de grosseiro, de orgulhoso, ou de desagradecido!

Veio afinal o livro. Não sei como exprimir o meu reconhecimento pelas provas de boa e singela amizade que encerram a carta e a dádiva, em cujo invólucro, até, V. I. M. quis escrever o meu nome de seu próprio punho, singular – documento de benevolência. Por me servir de uma frase análoga à que Sterne põe na boca do seu Yorich, carta, livro, invólucro, guardá-los-ei como partes instrumentais da minha religião de afetos. Chefe de uma nação já poderosa e opulenta, V. I. M. tem muitas coisas valiosas com que satisfazer a ambição ou a vaidade humana; mas para mim valem mais a carta, o invólucro e o livro.

Este produziu-me no ânimo o efeito que em geral produziu no de todos. Apesar das íntimas relações que existem entre Portugal e o Brasil, a idéia que se fazia entre nós do vasto Império transatlântico era pouco adequada à realidade. É o livro uma verdadeira revelação. E ainda se deve pressupor que as espécies relativas aos progressos materiais serão em muitas coisas incompletas, se, como infiro da própria carta de V. I. M. há no Brasil a mesma preocupação que se dá entre nós. Quando a autoridade inquire sobre fatos que possam indicar aumento de riqueza pública, vê-se logo a ameaça de novos impostos, e todos buscam ocultar ou atenuar a verdade. São poucos, comparativamente, os que acreditam na utilidade da estatística, ou que os poderes do estado se entretêm com assuntos que a ignorância reputa de mera curiosidade.

Espero com alvoroço o retrato de há tanto prometido. Contentava-me uma boa litografia. A questão era ser bem parecido. É assim que tenho o do meu pobre d. Pedro V, só diferente de seu tio em ser grandemente infeliz. Creio que nem sequer em retratos deve entrar o luxo na habitação de modesto lavrador. Minha mulher beija a mão de V. I. M. pelos desejos que manifesta a seu respeito. A bondade de V. I. M. para comigo é como a luz difusa: alumia e alegra tudo na humilde residência de Val-de-Lobos.

Disponha V. I. M. do pouco que pode e vale

A. Herculano.

Senhor

Era a minha tenção esperar em Lisboa a chegada de V. M. Não pôde ser. Acho-me com duas pessoas da família doentes e eu próprio no declinar de uma forte fluxão do peito. O nosso facultativo, presidente da Câmara de Santarém, foi quem recebeu e trouxe a cartinha que V. M. teve a extrema bondade de me escrever.

Logo que uma tosse, por enquanto assaz importuna, me consinta, deixarei Val-de-Lobos, para ver ainda uma vez, acaso a última, o tão raro soberano, que sabe conciliar amizades sinceras e desinteressadas, como o comum da gente boa.

De V. M.

Devotíssimo admirador e amigo

Val-de-Lobos 24 agosto 1877

A. Herculano.

Sr. Alexandre Herculano

Não podia quem tanto o estima deixar que só pelos diários e a comunicação oficial lhe fosse participado o sinal de apreço, que lhe deu o imperador do Brasil. Conheço seu modo de pensar a tal respeito, mas também há de admitir que eu terei prazer em que seu merecimento seja assim publicamente honrado.

Quem me dera possuir o meu tranqüilo Val-de-Lobos onde somente se trocassem singelos testemunhos de sincera afeição! Mas ainda há pouco mal pude ser apenas d. Pedro de Alcântara, e um de meus gratos deveres para com o público foi aquele que cumpro propondo ao governo que realçasse a pequena lista de grã-cruzes efetivos da Rosa com o seu nome, enviando-lhe eu pessoalmente o diploma e as insígnias, logo que estas se achem prontas. Raramente se concede a Ordem da Rosa nesse grau e para isso é preciso mandar fazer o colar, não querendo por isso, contudo, que se demorasse a manifestação de estima em que é tido no Brasil.

Que boas recordações trouxe eu da visita que lhe fiz! Desejo que sua senhora tenha gozado da robusta saúde do campo, e esperando que me escreva às vezes, sobretudo se isso revelar que não cuida somente de trabalhos agrícolas, aliás muito úteis, estou certo todavia que sempre se recordará de

Seu afeiçoado

D. Pedro.

(Minuta autógrafa)

Sr. Herculano

Logo que recebi sua carta de verdadeiro amigo mostrei-a ao imperador. A afeição que ele e eu lhe votamos não podia de nenhuma sorte ressentir-se de sua determinação; porém eu que sou o mesmo de Val-de-Lobos, e conheço quantos caracteres, como o seu, prezam a franqueza, hei de necessariamente discutir as razões

apresentadas para não ser aceita a alta prova de consideração dada pelo governo do Brasil, ao ilustre literato duma nação tão ligada à minha.

Começo pela defesa do imperador que lhe é muito afeiçoado; mas sempre procurou evitar a influência de sentimentos pessoais nas ações do governo de sua nação. Propôs ele seu nome para uma condecoração poucas vezes concedida; por isso que entende que os serviços às letras e às ciências são feitos a todas as nações, e os testemunhos públicos de apreço dados àqueles revestem em honra destas, que tanto, além disto devem empenhar-se em promover mútuas relações da mais cordial estima. Sua modéstia aliás tão louvável não pode deixar de concordar que o imperador procedeu por considerações de interesse nacional, embora estas lisonjeassem a amizade, que lhe vota há tantos anos.

Agora torna-se a resposta difícil, por causa de minha posição para com o monarca do Brasil; porém sua carta faz justiça a minha honradez, e portanto merecerei sua inteira confiança como se conversassem dois vizinhos, ao pôr-do-sol, depois dos trabalhos rurais quando os pensamentos do dia completam-se pela convivência da amizade.

Também não sou partidário em absoluto de nenhum sistema de governo; mas creio igualmente que o de nossas nações é o que mais convém às neolatinas, cujos sentimentos ardentes exigem que se infunda o respeito ao princípio desse governo por atos do maior desinteresse, e mesmo abnegação. O imperador tem as mesmas idéias e até diz que na sua opinião nosso sistema de governo há de ser ou antes deve ser uma república de presidente hereditário; mas nas próprias repúblicas ainda há distinções honoríficas, e quem poderia supor que Alexandre Herculano as tivesse pretendido? Como nobilitá-las pela nobreza, que ninguém contesta elas não se ligarem a nomes tais quais o seu?

Sua carta quase que revela a condenação dessas provas de apreço de mérito individual. Não estou longe de acompanhá-lo em tal juízo, e o imperador também violenta bastante sua opinião quando cede a satisfazer a vaidade humana. A sociedade porém, pela maior parte das vezes, não peca infelizmente só por esse lado e não se lhe inspirarão os sentimentos de raros indivíduos se estes não se esforçarem por elevá-la a seus próprios olhos em lugar de fazê-la descer ainda mais de si. Os sentimentos infantis transformam-se nos homens modelo por meio de gradual educação, e o

profeta Elias fez-se pequeno por ressuscitar o filho da viúva de Sarento.

Pesa-me vê-lo desamparar quase a sociedade, que tanto precisa de caracteres como o seu. A abstenção parece não é este agora o caso – despeito ou desânimo, e A. Herculano não pode querer senão a abnegação, que também consiste às vezes em sujeitarmo-nos aos conceitos menos bem fundados da sociedade, para pouco a pouco, assim como à criança, imprimir-lhe o caráter do homem grave.

Sinto não poder enviar-lhe algum trabalho literário de minhas horas vagas; mas sempre receei perder assim tempo, sem proveito para os outros nem para mim, e se versejei quem não o terá feito amando as letras? Meu retrato irá brevemente. Ponha-o no seu gabinete de estudo, onde já passei momentos por demais rápidos; porém de constante lembrança, e, olhando para ele, como eu olho agora para o seu, conversemos às vezes do único modo que a ausência consente.

Peço-lhe que me dê notícias da saúde de sua esposa.

Seu afeiçoado

D. Pedro.

À Sua Majestade d. Pedro II, imperador e defensor
perpétuo do Brasil.

Recebi a carta, que V. M. I. me fez a honra de me escrever de bordo do *Orenoque* ao chegar a Pernambuco. Lisonjeou-me sobremaneira de que V. M. não pelos méritos literários da obra, senão pelo assunto e pelo desassombro, com que o tratei sem parcialidade ou preconceito nacional, julgasse não de todo o ponto indigna do eminente sábio e estadista brasileiro, a oração, que proferi na academia.

No teto do *Elogio*, destinado a uma sessão solene e a um público menos acomodado e particularidades científicas, e de tão árida ciência, qual é a mineralogia, que professo, mal podia caber a apreciação, ainda resumida, dos insignes trabalhos de José Bonifácio nas investigações da natureza. Daí veio a conveniência de aditar o *Elogio*, com as notas, de que na edição agora publicada, saiu acrescentado. E porque V. M. só conhece a parte

panegírica, tomo a liberdade de lhe oferecer um exemplar completo do *Elogio*, buscando assim satisfazer em certa maneira a obrigação, em que me constituiu, honrando-me com as suas letras e benévolas expressões.

É para mim aprazível em sumo grau o saber que um modesto escrito meu, consagrado a exaltar na glória de um brasileiro grande e benemérito o nome e o futuro do Brasil, me valesse da parte do seu supremo magistrado, ao mesmo tempo distinto homem de ciência e cultor das boas letras, uma tão obsequiosa distinção.

Aproveitando a ocasião para significar as expressões da minha veneração, tenho a honra de me subscrever

De V. M. Imperial,

Muito reverente servidor

J. M. Latino Coelho.

Lisboa 27 dezembro 1877

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Há uma comédia francesa de grande mérito e originalidade (*Philiberte*), cuja idéia tem o cunho da mais profunda verdade. É uma menina, riquíssima, gentil, prendada, espirituosa, que não pode acreditar que a amem – justamente porque é riquíssima. Neste caso estão um pouco os soberanos. Para com eles a mais legítima fundada admiração pode parecer-lhes lisonja, ou pelo menos cortesia. Esta a razão por que, agradecendo a V. E. a sua amabilíssima condição, não lhe digo tudo o que me deixou no coração e no espírito a entrevista com quem tem sido tão grande imperante, e tão completo homem é! Em razão da péssima noite não vou pessoalmente levar estes agradecimentos, e informar-me de S.S. Ex.^{as} a quem minha mulher comigo apresenta os mais particulares respeitos. S. M. I. fez-me a honra de querer aceitar um opúsculo nosso, de que não tinha conhecimento, a que adiciono outro, que S. M. seguramente não conhece também, e que, sendo de gênero bem diverso, não tem senão o valor da sinceridade. Remeto-os

juntamente com outros livros que S. M. mostrou desejos de ver. Quer V. E. fazer-me a fineza de lhes dar o seu alto destino? O mingado da oferta será realçado e desculpado pela valia do intermediário. – Queria pôr nos meus modestos opúsculos – homenagem e respeito merecido; tributo de sincera admiração. – Não ousei. Reccei por um lado o exemplo do apaixonado da *Philiberte*; pelo outro infringir a justa reverência – reverência tanto maior, quanto mais o esplendor da coroa é realçado pelo esplendor dos méritos.

Aproveito com gosto todas as ocasiões de me subscrever com a mais alta consideração e estima

De V. Ex.^a

V.^{or} att.^e e am.^o obrg.^o

S. C. Junho 16-71.

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Meu Senhor

Concedeu-me Vossa Majestade licença para escrever-lhe. Seja-me lícito começar aproveitando o singular favor de autorização tal para agradecer de toda a minha alma a insigne distinção com que de novo se dignou honrar-me. Prezo-a pelo muito que vale; prezo-a ainda mais por vir de quem vem!

Dever é acatar e estimar honras que representam honra. Honras da mão de Vossa Majestade, que não é pródigo delas como quem lhes conhece a valia, são por todas as razões a maior das honras.

Não era de certo necessário esta assinalada mercê para me tornar memorável o período em que tive a fortuna de saudar um soberano, cujo menor título de superioridade é a coroa que cinge com tanto benefício dos povos, com tanto esplendor para a realeza. Não, não era necessária, meu senhor. Para me gravar indelével esse período bastou o que ouvi àquele soberano – tão soberano e tão homem – tipo completo e raríssimo da majestade austera consigo, benévola a todos – da consciência no trono, da filosofia no mundo.

Mais ao homem do que ao soberano ousou eu pois aqui ende-reçar-me.

O Pedro Grande do Brasil, como o da Rússia, e melhor que o da Rússia, percorreu, observou, investigou, penetrou o são e o profícuo da civilização atual – idéias e coisas – para o transferir ao seu Império querido, e aí o implantar adequando-o, confiando a execução a mãos hábeis e competentes, fecundando assim mais e mais o vasto domínio que a onipotência presidente lhe repartiu. Nestes perseverantes labores traz portanto o soberano continuamente empenhada a incomparável atividade que Deus o dotou. Mas, por maior que seja a energia, forçoso será repousar da lida, momentos sequer. O homem repousará o soberano – os afetos do coração distrairão da tremenda contenção de espírito, indispensável à larga iniciação, à potente elaboração de um futuro, em que Vossa Majestade é a um tempo arquiteto e obreiro.

Por que aprecio e venero Vossa Majestade no que devo, e como devo, muitas vezes, nas horas para mim escassas em que tanto me favorecia, meditava e escolhia eu os termos, para que não lhe parecesse adulação banal o que era admiração sincera. O mesmo, até certo ponto, me sucede agora. Não posso calar os meus sentimentos, e não desejaria ser confundido na turba dos lisonjeiros, abominável a tão alto engenho.

Não poderá porém à isenção aliar-se o aplauso, assim como ao respeito a franqueza? Não se poderá fazer justiça sem nota de suspeita? Penso que sim; creio que sim; de mim sei que sim, meu senhor; e assim presumo ser avaliado por Vossa Majestade.

Por isso, e para isso, como disse, mais que ao soberano me dirijo ao homem. Quando, nas rápidas férias do soberano, o homem volver os olhos ao trilho percorrido, que diga para si, e com plena convicção: “nessa Europa hoje em artificial ebulição, onde tudo são lances atrevidos, situações precárias, funestas e intrigas tenebrosas, num canto dessa Europa, minada pelas corrupções decrépitas, abalada dos tufões desencadeados, deixei eu desinteressadas simpatias, puras dedicações, almas cativadas, olhos que ele compreendeu e me seguem na minha missão providencial, vozes que entranhadamente chamam as bênçãos do céu sobre mim, sobre os meus, sobre a imensa obra que empreendi!”

E não é verdade, meu senhor, que tal lembrança do homem será agradável conforto ao soberano? Pois esse pode Vossa Majestade tê-lo com segurança. Em Portugal, irmão do Brasil, tem Vossa Majestade numerosíssimos admiradores; tem mais, tem verdadeiros amigos. Dignar-se-ia Vossa Majestade conceder-me um lugar entre estes – entre os mais modestos, posto que não entre os menos dedicados? Esse o máximo diploma de que poderia desvanecer-me!

Seria eu também tão feliz que pudesse concorrer, com um átomo sequer de informação, para secundar os largos desígnios de Vossa Majestade? Não posso oferecer mais, meu senhor; ofereço a minha boa vontade em tudo e para tudo em que possa cooperar um fiel correspondente.

Juntamente comigo minha mulher, beijando as mãos de Sua Majestade a Imperatriz, minha senhora, e de toda a imperial família, tem a honra de apresentar a Vossa Majestade o tributo das suas mais respeitadas homenagens.

Para fortuna do Brasil, para contentamento de Portugal, para satisfação e alegria de todos quantos nos ufanamos do título egrégio do nosso libertador, que são todos os portugueses honrados, Deus dilate e prospere os gloriosos dias de Vossa Majestade, como o suplica este servo reverente de Vossa Majestade

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Ericeira – 10 de setembro – 1872.

Meu Senhor

As cartas de Vossa Majestade são-me novos diplomas. Por elas beijo gratíssimo a augusta mão, que depõem o cetro para assim alentar espíritos e repartir afetos.

Com duas cartas benevolentíssimas teve Vossa Majestade a munificência de agraciá-me. É isto juntar à suma honra a suma indulgência. É justamente, porém, a indulgência a maior prova da supremacia e o melhor apanágio da majestade.

Nada mais diria da minha bem involuntária demora, se não tivera essencialmente a peito merecer essa indulgência soberana, que a um tempo me desvanece e me confunde.

Permita-me neste ponto Vossa Majestade que eu sufoque a expressão dos meus sentimentos, para que ao príncipe a verdade, com ser tão verdade, nem remotamente possa dar ares de lisonja. Digo, ao príncipe, porque aos príncipes, e muito mais aos príncipes como Vossa Majestade, há de parecer tedioso todo o incenso banal. Por isso, entendo eu, e repetirei sempre, – por isso se deve aos príncipes, em tudo príncipes, como tributo mais condigno, a homenagem duma dedicação reverente, cuidadosamente sóbria de quanto possa ter cor de exageração.

Põe Vossa Majestade o dedo nas realidades da melindrosíssima e pouco invejável posição que tenho ocupado em Madri, quando, na sua segunda carta, alude aos espinhos dela. Bem agudos espinhos com efeito. Escusado será pois enumerá-los, pois que Vossa Majestade prevê e adivinha como tenho sido, como sou, ali e aqui, mas ali sobretudo, uma sentinela perdida da pátria ameaçada!

Saber-se-á algum dia se efetivamente prestei serviço ao meu país neste período assombroso da assombrosa força política, que se representa na antiga terra clássica dos Guzman-el-Bueno, hoje entregue exclusivamente ao domínio sensual e faceto dos Guzman-de-Alfarache. Algum dia saberá este povo – bom, mas imprevidente e crédulo – à custa de que fadigas, de que vigilância, de que riscos e sacrifícios, tem ele mantido a sua tranqüilidade ao lado de um incêndio, tranqüilidade que é já motivo de sensação na Europa, – tranqüilidade que se deve ao tino dos públicos poderes, ao instinto da nação e a outros acidentes felizes, – tranqüilidade, enfim, que, pelo tocante ao meu quinhão modestíssimo, permita, meu senhor, este desafogo, é o meu orgulho e a minha recompensa.

Por enquanto, bem compreende Vossa Majestade a reserva que me é dever estrito para com o público, e que fora tão importuna como inútil para com Vossa Majestade, bem costumado a ver de alto, e claro, e ao longe, os segredos da política, e o verdadeiro alcance dos seus mais recatados movimentos.

Recebi com profunda gratidão a primeira carta de Vossa Majestade ainda em Madri. Desejava, como devia, responder, não só imediatamente, mas com a largueza correspondente à dis-

tinção que me era outorgada. Posto serem poucos todos, todos os meus momentos para o que me trazia ali noite e dia atento às continuas evoluções da intriga invasora, que, sob o pseudônimo atroz de *pacífica* propaganda federal, Protheu invisível e incansável, sob a direção oculta da mesma coletividade invariável, tenta renovar em 187... todas as ciladas de 1580, mudados, apenas, os nomes, – posto, digo, não poder tirar os olhos dessa teia, de mil modos urdida, comecei e continuei intermitentemente, a intervalos rápidos, a minha minuta. Estando esta próxima a confluir-se, recebi de Lisboa uma licença, que não havia solicitado, exatamente como os demais governos europeus enviaram à maioria dos meus colegas em Madri. Nisto, e apenas com intervalo de dois dias, minha mulher e eu fomos surpreendidos pelo aviso fatalíssimo da grave enfermidade de uma sobrinha nossa, querida como filha, nossa alegria e nossa esperança. Partimos em continente, e com sobressaltada precipitação que fácil é apreciar. Efetivamente, saímos subitamente de Madri, em horas; e no arrogo da partida repentina deixei a minuta fechada entre os meus papéis reservados. Quando chegamos a Lisboa (em 29 de Junho) estava já sepultada, na flor dos seus 17 anos, a pobre menina que em torno de nós criou a soledade!

Acabou este inopinado golpe o que traziam já adiantado a excitação, a insônia, as preocupações, a aplicação agitada, e a viagem dolorosa. Em Lisboa declarou-se-me uma febre lenta, acompanhada de grande prostração, e de turbações nos olhos já gastos. Alcunharam-na de febre nervosa, sei hoje que a reputaram de cuidado, e proibiram-me todo o trabalho aconselhando-me retiro absoluto no campo.

Do campo volto, não de todo restabelecido, mas, ao menos, bastante melhorado fisicamente para tentar satisfazer enfim a dívida, com tanto alvoroço contraída, e com tanto sentimento retardada!

Eis, meu senhor, a singela e sumária justificação, que Vossa Majestade em grande parte havia pressentido, dignando-se acolhê-la e deferir-lhe como quem é.

Seja-me agora lícito, sequer em esboço, fazer por cumprir as ordens de Vossa Majestade, numa e noutra ocasião transmitidas; autorizando-se-me a inversão das respectivas datas no que toca ao novo livro (pela remessa do qual novamente beijo a

mão a Vossa Majestade) e no que respeita à situação da sociedade espanhola.

Quanto à missão especialíssima de que Vossa Majestade dignou investir-me nas duas primeiras determinações, imediatamente apresentando à Academia Espanhola a delicada e fraterna recordação, que Vossa Majestade lhe enviava. Agradeceu o marquês de Molins, com a sua usual e corretíssima facúndia, em nome de toda a Academia verdadeiramente penhorada, e fê-lo nos termos mais encomiásticos e respeitosos. Particularmente ouvi também, por essa ocasião, da boca dos presentes, – insuspeitos por que se referiam a um ausente, – tão sinceras como justas expressões de admiração. E como de coisa própria me regozije, meu senhor, consinta-me Vossa Majestade dizê-lo, por que, ainda sentado num sólio independente é Vossa Majestade por língua, por estirpe e feitos legítima ilustração portuguesa como chefe da gloriosa Casa de Bragança, símbolo da nossa conservação nacional. E se tanto me desvaneceram as animadoras palavras, que tive a honra de ouvir de Vossa Majestade, como não me desvaneceria de ver ali aclamar e celebrar a um tempo a majestade do trono a majestade dos méritos, a majestade da virtude, por tão culta gente, e tão pouco propensa a glorificar o que dos seus vizinhos procede? Onde podia haver mais imparcial testemunho?

A propósito vem, falando da Academia Espanhola, comemorar o falecimento do pobre Breton de los Herreros o escriba espanhol que ainda não encontrou sucessor, visto que a turba dos herdeiros plagia da França o que a França já plagiou de Tirso de Molina, de Montalvão, de Moratin, sem contar o grande Calderon, quanto a mim instintivo rival de Ésquilo do Dante, de Shakespeare. Breton, descendo da sua já triste penumbra às trevas eternas que precedem a eterna luz, sei que levou como inefável memória, como recompensa e consolação, a lembrança da visita de Vossa Majestade. E naturalíssimo era, pois eu, mero espectador, apenas partícipe na distinção insigne de acompanhar ali a Vossa Majestade, nunca recorde sem comoção a comoção do venerando velho, reformador do teatro do seu país, ante o grande príncipe, criador de um Império, que por isso mesmo tudo via, a todos conhecia, aos mais eminentes honrava, e nenhuma província do saber humano esquecia ou menosprezava.



José Maria da Silva Mendes Leal

Passando agora ao *Império do Brasil na exposição de Viena* – e nunca houve mais natural transição, nem mais concordante – limitar-me-ei, por enquanto, a relatar a minha impressão geral. Para particularizar necessito nova leitura e mais aturado exame. Não creio em que sobre obras de tal tomo e importância se possam formar, nem devam formular, juízos improvisos.

Com inteira franqueza, parece-me não corresponder o título à valia real do trabalho. *O Império do Brasil na exposição de Viena!* Título excessivamente modesto, pois que é restritivo! Não encontro ali o Brasil só perante uma exposição, ainda que *universal*; vejo o Brasil, sumariamente mas largamente revelado ao mundo, – sumariamente na forma, largamente na cópia e gravidade das informações respectivas ao robusto organismo e exuberante vitalidade do país.

Tanto (quanto a mim) prima a obra por útil abundância, tanto peca o título por injusta parcimônia. *Felix culpa*, todavia! Feliz e raríssima. Vulgar é exatamente o contrário!

Um relatório, substanciado de muitos ótimos relatórios, parecerá o livro a quem o examinar com atenção, mas sem amor. A mim, senhor, a mim figura-se-me aurora. Não me assombra, por que a entrevia já com fraterna alegria e sem baixo ciúme. Alvorça-me, por ser confirmação esperada; dilata-me o espírito ainda como irradiação da pátria!

Perdoe Vossa Majestade, perdoem-me os ativos e potentes engenhos que elaboraram e coordenaram o amplo trabalho que me ocupa, por mais que faça não posso separar das glórias do Brasil a idéia de Portugal. Nesse trono egrégio, nesse torrão fecundo, desse povo que tão esplendidamente amanhece, não gira acaso sangue português? Defeito e qualidade de portugueses é o não saberem preconizar-se com a indústria do reclamo, hoje indústria das indústrias, ainda em regiões oficiais. Adoecem do mesmo mal, e da mesma virtude, os brasileiros, atestando o parentesco. Desse livro se vê, e do seu título melhor se manifesta. Que me ponham tão fartos e significativos materiais em mãos francesas, e ver-se-á que pomposos louvores daí desentranham!

Abusar seria da suma bondade com que sou honrado o prolongar ainda esta, que tão longa já vai. Releve-me pois Vossa Majestade que neste ponto a interrompa, para no subsequente correio prosseguir. Será assim menos importuna esta prolixidade.

Minha mulher, juntamente comigo, beija a mão de Sua Majestade a Imperatriz, cuja piedosa e memória vive no melhor das nossas recordações; e ambos apresentamos a Vossas Majestades a expressão do nosso mais fundo reconhecimento e dos nossos mais sinceros votos pela saúde e prosperidades de Vossas Majestades e de toda a imperial família.

De vossa majestade

O mais grato e respeitoso admirador

(a) *José da Silva Mendes Leal*

Lisboa, em 27 de novembro de 1873.

Lisboa, 14 de março de 1874.

Meu senhor

Por duas novas graças tenho hoje de beijar, reverente e grato a mão de Vossa Majestade, inesgotável na benevolência: é primeira graça, o dom daquele exemplar do precioso livro que, trazendo a assinatura venerada da Vossa Majestade, se me faz inestimável; é segunda, a carta com que Vossa Majestade se honrar-me em data de 14 do passado.

Agora, toda a indulgência do esclarecido soberano reputado com justiça luz da América e admiração da Europa. Na minha anterior, que a doença de novo interrompeu, apenas pude, meu senhor, bosquejar de leve a minha impressão acerca do trabalho importantíssimo publicado sob o título, excessivamente adstrito, de *Império do Brasil na Exposição Universal de 1873*. Muito me exigia o assunto; e não só mais no desenvolvimento, mas deveras mais e melhor pela reflexão. Neste intuito fui apontando o que uma nova e meditada leitura me ia sugerindo. Revendo aqueles apontamentos, ocorreu-me que havia ali matéria para um artigo, parecendo-me que podia, e devia publicá-lo, por interpretar assim os sentimentos de muitos portugueses ilustrados, a quem ouvi celebrar a obra. Devia, em minha consciência, já como prova de apreço; já como testemunho de simpatia; já como exemplo de

fraternidade; já como estímulo de boa e leal inteligência entre a imprensa razoável dos dois países. Estímulo da nossa parte justificado e oportuno, quando dos prelos deste reino tem saído a lume, – produto grosseiro de entidades suspeitas, manifestamente inspiradas por misteriosas influências, sempre e em toda a parte agressivas e demolidoras, – quando, digo, neste reino tem vindo a lume estultícias que afligem as pessoas de bem, e, como é natural, ocasionam funestas represálias.

Com tal propósito decidi para mim entregar à publicidade aquela que nascera particular exposição de um humilde parecer, adicionando-lhe alguma parte doutrinal, e várias particularidades, escusadas certamente para as pessoas lidas e sabidas, mas convenientes para difundir no vulgo não poucas noções mal conhecidas, que todavia nenhum povo deve ignorar. Bem sabe Vossa Majestade que para eficazmente propagar a verdade indispensável é pregoá-la, como dizia S. Paulo, *opportunè et importunè*. E quanto mais verdade, mais cumpre fazer assim.

Na ocasião em que tive a honra de receber a carta última de Vossa Majestade tinha já enviado o artigo para a folha que o devia publicar, atualmente uma das de mais circulação, à qual por isso dera preferência. Como porém não estivesse ainda em composição, e naturalmente me alvoroçasse tão grande nova para o Império como a inauguração do novo cabo submarino, acontecimento forçosamente de pública notoriedade, não hesitei em aproveitar ainda a agradabilíssima informação, acrescentando-a ao manuscrito.

Por tudo isto pois, – a publicidade, a forma dela, aquele apêndice, e alguma indiscrição que no artigo possa entrever-se, – por tudo isto peço e espero desculpa da alta benignidade de Vossa Majestade, em favor da sincera intenção que o ditou. E pois que o mal está feito, permita Vossa Majestade que eu ouse juntar a esta o corpo de delito sem mais tentativa de justificação, que do coração de Vossa Majestade fio sobretudo a sentença.

Já que à última carta de Vossa Majestade me vou referindo, e me sinto em maré de temeridades, já que naquela carta alude Vossa Majestade ao procedimento dos bispos, e eu pense que a tamanha distinção só deva corresponder a mais absoluta franqueza, seja-me lícito expor sobre tal assunto, e perante avaliador tão insigne, todo o meu pensamento, – pensamento que, se fosse dado a público, provavelmente só acharia incrédulos, que as apa-

rências em geral são onipotentes, – mas do qual estou profundamente convencido, e cada vez mais convencido.

Os prelados no Brasil, como na Prússia, como na Áustria, como em França, como em toda a parte, em meu conceito, obedecem a uma senha comum, – senha também demolidora, – a uma palavra de ordem, complemento do novíssimo, e ainda indefinido dogma. Este ato, que me parece haver lacerado todas as tradições da Igreja, – as tradições conservadas, transmitidas com o caráter de notoriedade e autenticidade terminado pela mesma Igreja, isto é, *semper, ubique, ab omnibus* – esta audaz e perigosa inovação o que realmente proclamou foi a supremacia teocrática, erigida em único princípio político. A incipiente, e ainda não bem apreciada potestade, a fim de granjear força (força demolidora sempre) está secretamente aliada à ínfima demagogia. Semelhante aliança acaso assombrará os vulgares, mas certamente não espanta a quem acha constantemente na história esta intimidade das camadas ignorantes e rudes com o despotismo astuto. Exteriormente, parece hoje inexplicável. Interiormente, tem óbvia explicação na própria natureza. As sumas tiranias e as paixões boçais têm um instinto comum, a ferocidade; uma comum ação, a violência. Nero foi popular, Luiz XI foi popular. Demais, domina hoje o Vaticano uma seita pouco escrupulosa e singularmente hábil em revolver o espírito da plebe, excitando-lhe os instintos ávidos, as cóleras cegas, os fanatismos sanguinários, todos os apetites e todas as sensualidades. A plebe é massa explosiva, perigosa muita vez para os mesmos que a agitam, mas terrível e destrutora como a requerem. É uma legião sombria e suspeitosa, cada vez mais irritada de ciúmes e cobiças, naturais nela, provocadas e pungidas de fora dela. E, para tudo dizer, as classes superiores com o luxo infrene e as fúteis ostentações não sem razão exacerbam estas propensões e as predispõem a inflamar-se, auxiliando sem querer e sem pensar o tenebroso labor dos mineiros sociais. Não é difícil entrever o insidioso braço destes, – sempre acutelado e ambíguo, – nas demências da comuna de Paris e em muitos dos seus enigmáticos personagens; mais ainda nos tenebrosos, permanentes, e às vezes sanguinolentos enredos de Madri, nas fúrias de Montilla e Alcoy, nas torpezas de Cartagena, lances todos nos quais mais ou menos se divisam, na escuridade e ao fundo, apartados da luz em que afetadamente se ostentam os agentes cosmopolitas da superfície

uns vultos que ninguém conhece, mais mascarados, mais disfarçados e verdadeiramente maléficos do que todas as fantásticas aparições da musa ultra-romântica. Para dissipar enfim as dúvidas mais obstinadas, uma experiência atualíssima vai de dia em dia provando, por modo já inegável, que a grande maioria dos republicanos multicores de Espanha, federalistas, cantonalistas, comunistas, socialistas, internacionalistas, não eram em verdade senão carlistas de gorro frígido. Basta ver como, – dado o golpe de 3 de janeiro que fez perder àqueles comparsas a esperança de obter definitivo domínio a demagogia cúmplice, – a um invisível aceno arvoram todos subitamente a bandeira do pretendente, levando-lhe as próprias armas, que nas orgias populares haviam exigido para combatê-lo, operação repetida dos exterminados de prussianos em Paris, que jamais quiseram sair contra estes, reservando-se para os horrores que puseram em perspectiva a candidatura Chambord. Com esta mutação de cena imprevista, as forças carlistas em campanha subiram, em cerca de 8 dias, de menos a mais de 70 mil homens, não contando os que ainda ficaram com armas nas povoações, para as abrir às colunas absolutistas que se aproximem, como sucedeu há dias em Viñaroz e Amposta, onde os ex-voluntários federais, que não fora ainda possível desarmar, apareceram subitamente de boina como os assaltantes, fuzilando por trás os defensores!

Por que se terão levantado repentina e paralelamente em todos os países constitucionais uns novos partidos delirantemente avançados, que invocam uma indeterminada democracia, e em verdade só tratam de propagar a mais hedionda e violenta demagogia? Quanto a mim, essas recentíssimas e uniformizadas companhias de gerais iconoclastas, iconoclastas até à insânia, tem por verdadeiro intuito e especial encargo derrocar pelos alicerces a sociedade atual, destruir até os monumentos que possam recordar as suas origens e modo de ser, debelar os poderes constituídos, expugnar sobre tudo as dinastias liberais, a quem se não perdoa, e com quem se não transige. Para conseguir este fim todos os meios se empregam, – sátira, calúnia, corrupção, turbação, – tudo. A quem pode aproveitar este trabalho de Protheu? *Cui prodest?* Ao mundo moderno certamente não. Logo, o motor vem do mundo antigo.

Necessita-se efetivamente esse prévio desmoronamento universal para restabelecer o absolutismo pela mão da teocracia;

em realidade um absolutismo servo, que se tornaria, ressurgindo assim, a espada apenas, – o instrumento dócil ou a pronta vítima, – daquela teocracia invasora e insaciável. E esta se faria a onipotente, porque o seu cetro, não já seria a Fé mas a superstição; porque o seu tribunal seria a Inquisição, tribunal tremendo de povos e de reis; porque o seu verdadeiro exército seria a plebe, essencialmente ferina e essencialmente idólatra, a quem não duvidaria cevar e contentar, dando-lhe em pasto os distintos e os ricos. Oh! a Companhia, – e bem o têm provado, – não quer intermediários na influência. Os que *tem*, os que sabem, são seus inconciliáveis antagonistas. Se lhe não aceitam o jugo cegamente, acham-na implacável inimiga. Contra estas resistências se sublevam as ondas, se mina o terreno, se desencadeiam os elementos. É indispensável um geral cataclismo que nivele arrasando ou sovertendo.

Este, a meu ver, o plano gigantesco e tenebroso. Este o plano duplo e dúplice, – que se serve da anarquia com um braço para ao mesmo tempo corromper e desacreditar as legítimas liberdades aterrando as classes médias e preparando-as ao retrocesso que lhes rematará os desastres, – e com o outro dispõem a *galvanização* absolutista para volver com o aspecto de *força salvadora*, e a sombra do novo prestígio ressoldar as antigas cadeias. Este o que dita todas as *intransigências*; este o que recomenda como panacéia infalível e última novidade esse republicanismo mais velho que a monarquia, – justamente por saberem os secretos instigadores que o regime primitivo foi o regime patriarcal; que ao patriarcal se seguiu o teórico; ao teórico o republicano; e progredindo ao republicano o monárquico; – justamente por tentarem *regressar* tomando pelo mesmo caminho, isto é, retrocedendo do monarquismo ao republicanismo para do republicanismo volverem à teocracia.

Objetar-se-á que o mundo não recua. Diz-se nas folhas levianas ou facciosas: a história da humanidade diz o contrário. E os diretores ocultos bem o sabem.

Este, ao que me parece, o vasto plano, insisto. Por fortuna, é ele extremamente complicado de visualidades e maquinismos. Digo por fortuna, pois que, se não fora esta dificuldade *fundamental*, com ser monstruoso, só pareceria inexequível a quem desconhecesse o espírito instável e os vagos rancores da grande mole do vulgo ainda nas trevas da ignorância, que é uma barbárie; a quem ignorasse a indolência nativa e o ceticismo *frondista* da

burguesia, que apesar de ser a classe mais imediatamente ameaçada, é a mais imprevidente e inimiga de si mesma! Que ficaria para a resistência contra a torrente de lava da plebe, contra a indiferença crônica e a indolente vaidade da burguesia, uma continuamente incitada, a outra freqüentemente iludida? Que ficaria? A ilustração de alguns, comparativamente poucos, a sua boa vontade? Não bastará. A força armada? Essa sim. É hoje o antemural indispensável. Por isso lhe atacou a robusta organização, fazendo desse ataque o ponto de partida para todas as ulteriores audácias onde julgam chegada a hora da sua ação.

Não falta quem pensa ver assomar no horizonte uma estranha revolução, ou evolução como dizem os filosofistas pensando haver criado uma *scienza nuova* com a supressão de uma letra velha. Não penso eu, posto não passar de um observador atento, não penso, – e Deus sabe que não é orgulho, mas convicção; – não posso crê-lo, por que me faltam os indícios das grandes convulsões espontâneas, e as provas de necessidades reais, e a lógica da doutrinação coerente. Não, meu senhor, não vejo revolução; vejo contra-revolução. Se as nações se deixassem ir por debilidade ou imprevisão, sairiam, não para diante de 93 mas para trás de 89; e não só para trás de 89, o que não seria talvez grande mal mas para trás e muito para trás de 1600. Não descortino em frente Marat, mas uma degeneração forçada do austero Hildebrando, necessário no século XI, anacrônico no século XIX; ou antes avisto um Marat multiforme às ordens de um coletivo e múltiplice Bonifácio VIII, entidade invisível e entidade inflexível.

Admitido o recôndito propósito que, em meu modo de ver, move aquela espada, que, segundo o expressivo parecer do insuspeito Chateaubriand, tem o punho em Roma e o gume em toda a parte, e traz gravada na *nova lâmina* a conhecida divisa: *sit ut sit, aut non sit*, – dada a recentíssima disciplina introduzida no Episcopado, e para alguma coisa introduzida, indubitável é que as prelaturas, privadas da sua antiga independência, têm de ser auxiliares da obra furtiva, clandestinamente iniciada há muito, agora empenhada e arditosamente prosseguida, com a suma tenacidade bem explicada pela perspectiva de um próximo conclave e pela profunda turbação e agitada interinidade da França e da Espanha. Em tais circunstâncias, as instruções secretas dos prelados hão de ser cooperar por todos os modos para a confusão da sociedade que se quer substituir, para a destruição dos poderes que é preciso

expurgar. Ou por outra, ajudar com a luta religiosa a luta social, lutas que são dois ramos do mesmo tronco. Este, creio, o segredo das provocações episcopais, que tomam caráter de generalidade. A infalibilidade foi uma bateria assestada contra o poder temporal. O Papa, único infalível, ordena. A Igreja, tornada instituição passiva, ao seu aceno invade. Quando o Estado tenta defender-se da invasão, a Igreja declara-se perseguida, e brada que a martirizam. Estes clamores especiosos acham sempre o eco da credulidade ativamente estimulada. Daí, aumento de sobressalto nas consciências. Ao princípio este jogo quase parece pueril; a poucos passos desperta os receios do mesmo Bismarck triunfante!

Bem prevê o alto discernimento de Vossa Majestade. Tudo parece apressar a separação da Igreja e do Estado. Mas os que principalmente o desejam e o promovem são os próprios atuais tutores da Igreja, ainda que digam o contrário como costumam. Desejam-no do fundo da sua alma, especialmente nos países católicos, para se voltarem das últimas peias e contemplações. Esta separação poderia acaso ser menos arriscada para a Itália, meio incrédula e com muito de pagã, estando, como está, de sentinela ao Vaticano; poderia convir *acidentalmente* a Cavour como fórmula ocasional para deixar *expectativas* e atenuar resistências mas não me parece salvar na Europa os interesses legítimos da legítima liberdade. Como separar aqui o indissolúvel? De contínuo pesa a Igreja sobre o Estado, não só com os ordinários meios de influxo político, de que ela não deixa de servir-se freqüente e sagazmente; não só com todos os gêneros de imprensa de que se usa e se abusa; não só com a urna eleitoral; não só com a intriga mundana; mas sobretudo com o púlpito e o confessionário, onde domina sem fiscalização e sem debate, privilégio enorme que destrói a igualdade de considerações e portanto a possibilidade de concorrência. Onde todos, ou quase todos, os cidadãos são católicos, por que maneira desagregar do católico o cidadão? Separada do Estado a Igreja, não desperdiçaria esta a ocasião de apresentar-se vítima, o que lhe granjearia logo as simpatias ingênuas, que são as mais numerosas e as mais temíveis por sinceras. A parte feminina, pelo menos, seria sua; e isso bastaria para tirar da separação muito mais que o Estado. Este conjunto de circunstâncias, que lhe dão uma posição e influência excepcional, e uma ação em realidade mais livre, mais expedita e mais possante, a fariam em breve o verdadeiro Estado.

O novo mundo vive noutras condições em tudo. Ignoro pois o que seria aí melhor. Na Europa, sobretudo na Europa latina, acredito absolutamente que seria assim. Para evitar estes resultados só há, cuidado, um remédio – a temporização pacientíssima com prudente firmeza e com uma lenidade de forma que sirva de conduto à previsora energia da essência. A Igreja livre esquiva-se naturalmente a todas as precauções, hoje mais que nunca indispensáveis para acautelar a sua propaganda manifestamente revolucionária. Aqui seria isso irremediável mal; salvo uma hipótese: quando a Igreja, utilizando a proteção, tentasse fraudar ou recusasse cumprir as obrigações inerentes àquela proteção; isto é, quando por um lado se prevalecesse da regalia e pelo outro a negasse, doutrina a que se mostra propensa. Nesse caso, não haveria mais remédio do que retirar essa proteção, para salvar ao menos a dignidade.

Sei que a escola liberal, – uma parte dela ao menos, – confiando excessivamente nas virtudes preservativas da liberdade, secunda involuntariamente estes reservados propósitos dos mais recatados diretores do ultramontanismo. Penso que se ilude, e se ilude lastimosamente. Repito, em presença dos imensos privilégios do confessionário e do púlpito não mantém condições de igualdade o Estado, não é verdadeiramente livre. Fica sempre debaixo de uma coação moral, ao passo que desiste de toda a vigilância, e ficam contra si a propaganda dos hábeis e a consciência dos crédulos.

A temporização pode sobretudo ser útil agora, por que temporário é o maior perigo. Durará a obstinação da seita motriz, da seita dominante no Vaticano, quanto lhe durar a esperança. E como esta não lhe poderá talvez durar já muito, confio, virá ela ainda quando conserve o domínio, a tornar-se mais maleável para não perder tudo. Neste momento a insurreição carlista é a sua mais poderosa arma; e, posto que esta insurreição, auxiliada pela anarquia republicana, se tenha feito muito mais séria do que suspeitamente a andavam inculcando, difícilimo será que obtenha triunfo geral e definitivo, apesar de algumas surpresas e vitórias consideráveis e recentes. A anulação do carlismo, que seria quase imediata à eliminação dos seus numerosos cúmplices de máscara liberal, faria conciliatórias as mais renitentes influências, que por certo não desistiriam interiormente, mas que seriam inevitavelmente forçadas pelo próprio interesse a *moldar-se às circunstâncias*. Para obter

este essencial resultado, bastaria desalojar os carlistas das suas cidades ursanas, operação mais eficaz do que expurgá-los nas suas ásperas montanhas.

De novo me conduziu o fio destas reflexões à desgraçada terra espanhola, aonde a ambigüidade de sua situação interna me não permite volver, e que vou talvez definitivamente deixar, por que está decidida a minha transferência para Paris em consequência do recente falecimento do conde de Seixal, ministro português ali.

A política espanhola continua a ser, como foi com freqüência, como tem sido, como talvez não possa deixar de ser, como será por muito tempo, creio, a do arbítrio e violência. Nem ali se acredita na eficácia de outra. A retórica ultra-liberal serve apenas para escrever programas, de que todos se riem, e em que ninguém crê, – rótulo ordinário de fazenda de contrabando, – cartaz conhecido de peça mágica em que as transformações são previstas. Em 3 de janeiro último substituíram-se apenas as baionetas regulares aos trabucos anárquicos, falange onipotente de díscolos-máscaras, que assediava sistematicamente o Congresso, e era quem deveras ditava as decisões. O Exército, sentindo-se ameaçado de última e mortal dissolução, os oficiais, debaixo da dupla pressão da insídia que destruía nas fileiras a obediência e da calúnia que ainda por cima lhes infamava a impotência resultante do relaxamento das leis, os generais em contínuo risco de vida e de honra em frente das legiões carlistas, a quem exclusivamente aproveitava tal situação, todos os elementos militares em suma, sentindo enfim o perigo e descortinando-lhe a causa, tomaram a resolução de que Pavia foi instrumento como chefe da guarnição de Madri, e resultado o novo governo. Mas a situação política assim criada continua inconsistente, por que nela conseguiu introduzir-se e permanecer representando a vasta e multiforme intriga o elemento denominado radical, guarda avançada do republicanismo, como este o é do federalismo, como o federalismo do cantonalismo, como o cantonalismo do socialismo, como o socialismo do comunismo, como o conjunto deste confuso e tumultuário acervo em verdade só o é do carlismo. Enquanto esse variado fermento de incuráveis discórdias, expressamente inserido à sombra de uma inextricável divisão, também expressamente fomentada ou agravada, enquanto, dizia, esse terrível fermento existir ou subsistir, não há, não pode haver governo sólido, por que só terá por base um terreno minado, e minado pelos adeptos

da causa carlista. Só esta portanto ganha. Ganha, quando mais não seja, tempo, campo e forças!

Ao que me parece, a questão em Espanha está inevitavelmente entre o príncipe d. Carlos de Bourbon-Ertz e o príncipe d. Afonso de Bourbon-Bourbon; o primeiro, significando o absolutismo teocrático; o segundo a monarquia constitucional. As infinitas facções que circundam os dois grandes partidos, e se agitam, não só em volta deles, mas no próprio seio de cada um, servem para estorvo de ambos, e especialmente do segundo; nenhuma porém oferece solução, porque nenhuma tem vitalidade. Umhas, ou criadas ou estimuladas, são produto apenas do ardid; outras nasceram espontâneas da corrupção dos costumes políticos ou da impressionabilíssima variabilidade do caráter nacional. Nem estas nem aquelas assentam em determinada base de princípios, pedras sem cimento que rolam ao acaso num solo convulsionado multiplicando as ruínas. O príncipe d. Carlos é o candidato da seita negra em colaboração com todas as tinturas vermelhas, preparadas em secretas elaborações e caldeadas em medonhos recessos. Estes elementos em Espanha não deixam de ter pujança, e talvez mais ou menos em toda a parte quando tacitamente protegidos pelos poderes oficiais. O príncipe d. Afonso é o candidato do país sinceramente liberal, isto é, do país ativo e pensante, do país literário, do país industrial, do país comerciante, do país que pode, que quer trabalhar e progredir. Deste provavelmente o futuro, se os seus partidários souberem ver e souberem prevenir.

No meio dos dois candidatos, impellido acaso por incitações domésticas e ambições subalternas, desponta uma candidatura militar, vacilante e desconfiada, que sonda cautamente o terreno, que ensaia magistraturas ambigualmente republicanizadas, e que bem poderia tornar-se ou Cromwel, ou Monck, ou Napoleão, segundo as circunstâncias e a sua fortuna, candidatura embrionária que de certo não ignora o leviano verso de Voltaire (um discípulo dos jesuítas):

Le premier qui fût Roi, fût un soldat heureux mas que, por ora ao menos, como a própria *Henriada*, não passa de um grande *ar-rojo timidamente* tentado. Serrano, ex-regente, tendo estado já tão perto da suprema potestade, achando em torno uma corte de aduladores interessados, e ao lado uma insaciável tentação feminil,

inclinada à intriga e acessível a todos os deslumbramentos, poderia tornar-se ou novo César ou moderno Ícaro. Seria esta porém mais uma aventura apenas no meio de tantas que há 6 anos turbam a Espanha e nos inquietam; e certamente não seria a última. Entretanto os carlistas empenham-se em apoderar-se de Bilbao, que lhes asseguraria copiosos recursos, talvez o empréstimo em Londres, uma nova base de operações suscetível de alongar-se até às Astúrias, e um país menos exausto do que as províncias basco-navarras. Os liberais empenham-se igualmente em socorrer a capital biscainha, mas acham-se detidos, ao menos temporariamente, pela insuficiência de forças, pelas poderosas linhas defensivas dos carlistas, e sobretudo pela falta de entusiasmo do Exército essencialmente anti-republicano e essencialmente afonsista. No meio desta crise gravíssima, e, o que é pior, no meio deste *gãchis* político, disputam em Madri os fraudulentos e os míopes o gozo de um poder efêmero afrontando as contingências de novas complicações.

Este o sumário, parece-me, da situação atual.

Resta-me pedir perdão a Vossa Majestade de haver tão extensamente abusado de tão alta benevolência, mas essa benevolência mesma a um tempo me é motivo e desculpa.

Minha mulher, juntamente comigo, beija com o mais respeitoso afeto as mãos augustas de Vossas Majestades, e igualmente juntos ficamos pedindo a Deus em tudo prospere a Vossas Majestades, e a toda a imperial família, como são e serão os ardentes, constantes, e sinceros votos do

De Vossa Majestade

Reverendíssimo admirador

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Lisboa, 2 de Dezembro de 1877

Meu senhor

Neste dia de tantos júbilos para duas nações, que fazem uma só família, permita Vossa Majestade que aos votos delas associe os meus de muito afeto e muito respeito, felicitando a imperial casa por este aniversário, igualmente auspicioso ao Brasil e grato a Portugal.

A morte enganou as momentâneas esperanças, plausivelmente concebidas por ocasião da saída de Vossa Majestade deste

porto, e levou-nos o grande historiador, quase austero cenobita, que Vossa Majestade tanto honrava com a sua amizade e estima. Não desejo nem devo renovar uma justa mágoa com particularidades, mais ou menos conhecidas; mas o mal, que levou Herculano, antigo e inveterado, não podia ter remédio: uma longa e profunda ulceração dos pulmões fez súbita explosão como cratera que se abrisse; e ele mesmo, o enfermo, pressentia e entreadivinava a catástrofe. Sabe-se agora.

Silva Túlio, que ficou em extremo abalado com esta perda, está encarregado de coligir os seus papéis, e dispõem um trabalho biográfico por adicionar à publicação de uma parte escolhida e interessante do seu epistolário.

A mim coube-me ser incumbido de um novo estudo que lhe estava destinado, e deve acompanhar uma edição monumental do *Lusíadas* que se prepara na Alemanha. Herculano, ao que me dizem, havia aceitado o encargo a instâncias de Gomes Monteiro, do Porto; mas não se encontraram vestígios de haver empreendido nada com aquele objetivo.

A minha idéia, desejoso de *não cobrir letra seca*, é aquilatar o poema de Camões sob o ponto de vista de ciência e filologia contemporânea. Os comentários existentes, desde Manuel Corrêa Montenegro até ao bispo d. F. Alexandre Lobo, apenas se ocupam de questiúnculas escolares hoje prejudicadas. Aprova Vossa Majestade? Por ora não faço senão reunir as notas prévias indispensáveis.

Aqui o movimento literário é hoje quase nulo, e desgraçadamente a literatura ignara da indústria jornalística afogou aos primeiros passos a renascença iniciada por Garret, Herculano e Castilho. E o pior é que este é como universal contágio: o mercantilismo tem-se tornado em toda a parte o veneno corruptor da ciência, das letras, – e até da política.

A auri sacra fames põem empresários e escrevedores aos pés do público, *solicitado freguês*, eleitoral ou consumidor. Esta a potestade que dispensa os mais cobiçados favores; este pois o incensado e o adulado como nunca o foi soberano, pois a sua soberania é, por coletiva, *irresponsável*; – incensado nas suas máximas fraquezas, adulado nas suas íntimas paixões e piores

instintos; – adulado e incensado em todas as suas credulidades – da parte de uns por perderem cegando-o e tornando-o transição inconsciente a um retrocesso premeditado, – da parte de outros para o explorarem em exclusivo serviço de um egoísmo feroz.

Escuso ponderar a Vossa Majestade qual a situação atual destas regiões, que Vossa Majestade vem de visitar e tão de perto conhecer. Os acontecimentos são de si eloqüentes, e tem uma significação límpida se consultamos a regra do *cui prodest*, regra suspeitamente impugnada por alguns a quem ela incomoda.

A guerra oriental persistente; talvez um conclave próximo; a França paralisada!

Que de nuvens ameaçadoras na nossa Europa, entenebrecida expressamente pelo mais espesso destes nevoeiros, que Vossa Majestade muito bem sabe donde se levantam e para que se levantam.

O que se está passando entre Paris e Versailles escusa explanação. É visível o que se pretende sob os subterfúgios e pretextos, às vezes transparentes demais. O que se faz desmente o que se diz, e nada do que se diz exprime sequer uma ilusão sincera. Artifício e tudo artifício!

Só espero para regressar ao meu posto as ordens do meu governo.

Tomando a ousadia de escrever esta a Vossa Majestade, cumprio ainda os seus preceitos, obedeço gostoso às suas positivas ordens; e foi o que me animou a fazê-lo.

Minha mulher, a minha fidelíssima secretária, beija comigo as mãos de Vossas Majestades, recomendando-se reverentemente como eu à sua alta, graciosa e tão provada benevolência.

Que Deus proteja e prolongue os preciosos dias de Vossas Majestades e de toda a imperial família, como tanto necessitam a prosperidade e a glória dos povos confiados a sua guarda, e como por dedicação e convencimento do coração lhe roga o

De Vossa Majestade
criado fiel e gratíssimo

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Paris, 28 de maio de 1880

Meu senhor

Terminei enfim o meu trabalho respeitante a Camões e aos *Lusíadas*, faltando unicamente o de revisão, comparativamente nulo. A edição executa-se em Leipzig. Em poucas semanas, espero, poderá Vossa Majestade, juiz tão altamente competente, apreciar esse estudo crítico, em que procurei sobretudo um ponto de vista justo. Não oculto a Vossa Majestade que espero com ansiedade a sua sentença.

É este um dos empreendimentos em que tenho desejado pôr mais esmero. Infelizmente, escasseou-me o tempo a tão vasto quadro, cerceando-me inesperadamente, além da multiplicidade dos meus deveres, neste posto em época tal, as complicações de um processo, ordenado pelo governo, em que foi indispensável coligir e publicar numa especial memória certo número de documentos, a fim de restabelecer uma importante página da história, adrede desfigurada por adversários, mais que apaixonados, pouco escrupulosos. Terei também a honra de fazer chegar às mãos de Vossa Majestade essa reivindicação, que o é não só dos nossos direitos, mas indiretamente da memória de seu augusto pai, pois transluz nesses documentos um grande coração.

Concluí igualmente a tradução do ensaio do bom Ferdinand Denis acerca da iluminura dos livros portugueses, tradução que talvez a esta hora tenha chegado às mãos de Vossa Majestade.

Este cúmulo de labores, compreendido em tempo respectivamente curto, e numa cidade onde a vida exterior é tão exigente e tão absorvente, atestarão que me tem sido indispensável aproveitar todos os instantes, ainda com prejuízo do mais indispensável repouso.

O centenário de Camões será aqui celebrado pela Associação Literária Internacional, de acordo com a colônia portuguesa, e a presença da colônia brasileira, já que impediram a coincidência do congresso em Lisboa com esta solenidade diferentes causas, das quais as mais poderosas provenientes da impossibilidade absoluta por parte dos associados, professores em diferentes países, que só podem dispor de si em tempo de férias.

O congresso terá lugar em setembro, ao mesmo tempo que o de antropologia e pré-histórico.

O movimento literário neste país acentua uma reação contra o naturalismo fétido de Zola, talento seguido duma turba de fotógrafos servis, de mediocridades, antes infinidades, (sic) que acham cômodo o sistema de plagiar esterquilínio. O acontecimento sumo deste período é a aparição dos novos poemas de Victor Hugo “Religion et Religions”. Sejam quais forem as aberrações do homem, o poeta conserva a sua irradiação fulgurante, e ao pé dele, os de maior estatura parecem pigmeus. Ao menos é uma individualidade possante no meio de letras, que muitas vezes se podem tomar por meras letras de câmbio sacadas sobre a frivolidade momentânea de modas extravagantes. E com efeito o mercantilismo é a grande praga das letras contemporâneas. A arte fez-se indústria; o sacerdócio comércio; os vendilhões assentaram morada definitiva no átrio do templo.

Espreitar, lisonjear as depravações do gosto num público moralmente derrancado e essencialmente exausto, a fim de obter freguesia, eis o objetivo único. A preocupação da glória excita a mofa; a grande generalidade da literatura aqui não tem senão um móbil – acumular títulos de rendas: não é sensível senão a poesia: o prazer material. Sem passar por impertinente *laudator temporis acti* creio se pode razoavelmente lamentar que ao nobre incentivo do dever se haja substituído o estímulo do gozo. E a inspiração gaulesa tem poderosamente concorrido para esta degeneração.

Fez-se tudo sensualista, positivo, calculista. Os mais letrados têm muito de comerciantes.

Nesta disposição dos espíritos há leituras hábeis, mas não literatura séria. O reclamo dos jornais é a parte de estudos mais empenhadamente cultivada e seguida. As exceções – se as há – atestam a regra. Triste é dizer isto, mas ainda mais triste que exista. E existe, meu senhor. Existe aqui e daqui se difunde e propaga, – ainda mal!

De política nada direi: tem Vossa Majestade aqui informador muito experimentado e competente.

Limitar-me-ei a ponderar que vejo com preocupação por toda a parte dilatar-se e exacerbar-se a luta partidária no terreno religioso, – o mais resvaladio de todos, – provocando-se um excesso com outro excesso, lastimável sobretudo quanto inútil. A Santa Sé, mais realmente potente desde que desprendida do poder temporal, volve *mutatis mutandis*, às imposições de Gregório VII. A questão da supremacia revive, sob outras formas, mas idêntica na essência.



Camilo Castelo Branco

Essa política era benéfica e necessária, na infância turbulenta das sociedades modernas, enquanto se não fixou o direito, enquanto não havia mais lei que a espada.

Mas hoje? Poderá ela ser ainda oportuna? Não implicará um conflito de competências, ou antes de parcialidades, ameaçador para os Estados e talvez mais perigoso para a Igreja?

Não presumo certamente decidir a questão; mas esta idéia de contínuo me sobressalta, porque em verdade contém ela o germe de graves, de múltiplas perturbações, e estabelece na sociedade uma confusão funesta. Digne-se Vossa Majestade desculpar esta breve digressão, reflexo involuntário duma apreensão constante.

Suas Altezas Imperiais a quem vamos tributar os nossos deveres sempre que o podemos fazer sem riscos de importunidade, gozam a melhor saúde. Não faltam a Vossa Majestade informações, mas nestes pontos, creio, nunca são demasiadas.

A minha secretária e verdadeira consorte acompanha-me na súplica de pôr aos pés de Sua Majestade a Imperatriz a expressão do nosso mais profundo respeito, e de ratificar perante Vossa Majestade os sentimentos afetuosos e reverentes da mais sincera e mais grata dedicação, pedindo ardentemente a Deus conserve longamente a preciosa vida de Vossa Majestade por bem do seu Império, para honra da casa de Bragança, para consolação e glória dos que de todo o coração em Vossa Majestade admiram um modelo de príncipes e um exemplo a homens.

De Vossa Majestade
humilde criado

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Lisboa – julho 16 – 1881

Meu senhor

De Vossa Majestade guardo preciosamente uma carta de janeiro último, como prova de sumo favor e verdadeiramente soberana indulgência. Nenhuma, com efeito, munificência maior no trono do que essa adorável solicitude, que nenhum cuidado e nenhuma dor esquece, ainda quando o sofrimento é mudo e a lida calada.

Por quatro golpes sucessivos foi em 5 meses duramente provada a minha família; e não só por serem os falecidos membros dela, mas por serem membros muito queridos, entrando no número meu cunhado Ernesto Biester, cuja memória Vossa Majestade honrou com a sua lembrança, ao que todos somos e ficamos infinitamente gratos, e que desapareceu prematuramente.

A recepção aqui dos congressos que me fora oficialmente cometida, os lutos e anojamentos reiterados, e a longa e complicada elaboração, igualmente oficial que tenho a honra de depor nas mãos de Vossa Majestade como coisa que interessa à memória de seu augusto pai, explicam o ter-me tanto tempo reservado, e a demora no agradecimento, sem nada tirar à intensidade e sinceridade deste, bem pelo contrário.

Devo supor que o editor Biel haverá feito chegar à presença de Vossa Majestade um exemplar da *editio Princeps* dos *Lusíadas* com um estudo meu tocante ao poeta.

Se eu dispusera daqueles exemplares, haveria incluído nesta remessa um deles porque em extremo me honraria Vossa Majestade dignando-se fazer-me conhecer a sua tão alta e competente opinião acerca de um trabalho, em que busquei pôr, como de razão, todo o esmero que me era possível e toda a consciência que se deve a tal assunto.

Na falta de um daqueles exemplares, tomo a liberdade de adicionar ao volume respectivo à questão do empréstimo de 1832 (questão que serve de pretexto a uma tenaz propaganda política adversa à dinastia constitucional de Bragança) uma pequena correção de poesias recentes. Quererá Vossa Majestade pôr o cúmulo às mercês com que me tem honrado, aceitando benevolmente este ingênuo tributo de reconhecimento; e não só de reconhecimento mas de admiração, e não só de admiração mas de verdadeira dedicação, a quem tão bem sabe aliar à suprema hierarquia a suprema bondade?

Estamos em vésperas, meu senhor, de regressar a Paris, e ali, apesar das negociações para o novo Tratado de Comércio, mais desafrontado de investigações absorventes, e sobretudo de urgentes instâncias, me apressarei a enviar à Vossa Majestade, aproveitando a concedida permissão as muitas tais ou quais observações

sobre o movimento literário e científico de França, resultante provavelmente de novas reformas e ainda mais das tendências públicas.

Não sei se me vão convertendo os anos em exclusivo *laudator temporis acti*, mas aqui pelo menos, parece-me que a publicidade de ínfimo preço tem mais estorvado que favorecido o acesso aos bons talentos.

O jornal barato busca por natural clientela um público sem grande discernimento, propenso à inveja, pouco instruído, ou mal instruído, cujas paixões necessita adular. Daí um desnivelamento sensível e mil tropeços aos espíritos superiores e delicados por parte da turba dos medíocres, sempre numerosa que tende ao monopólio.

O jornal barato, feitas bem as contas, sai o mais caro dos livros, mas vai matando o verdadeiro livro, substituindo-lhe, com dano de todos, improvisos diluentes, que pervertem a moral e o gosto, e turbam todas as noções do justo e do injusto. Não acabaria neste capítulo, meu senhor, se dera largas a todas as reflexões que me sugere tal estado. – Deus perdoe ao inventor do periodismo industrial, Emílio de Girardin, há pouco falecido!

A aventura francesa da Tunísia provocará, receio, outras do mesmo gênero e calibre por parte da Itália e Espanha, que ambas têm base para isso na costa setentrional da África, e no mais oriental dos estados barbarescos. Parece-me descortinar já os sintomas; pretextos nunca faltam; e o exemplo é contagioso. Segue-se por este modo no caminho de desmembração do Império dos osmanlis, e vem eminente a suma questão de Istambul, isto é, do Bósforo. Continuará Cartago em Londres? Passará Roma para Berlim?

É singular como as grandes teses de política geográfica se repetem através dezenas de séculos!

E o problema toma-se cada vez mais interessante em virtude dos novos elementos que lhe trazem as Américas, e os seus prodigiosos desenvolvimentos, elementos potentíssimos cuja força efetiva, econômica e industrial, material e moral, se me figura não estar ainda bem calculada.

Qui vivra verra, como dizem os franceses.

A minha companheira e secretária, juntamente comigo põe aos pés de Sua Majestade a Imperatriz e de toda a imperial fa-

mília as nossas mais respeitosas e afetuosas homenagens, pedindo fervorosamente a Deus prolongue e felicite os dias de Vossa Majestade pelo aumento e prosperidade de seus estados, e por consolação e dita de quantos e geralmente sabem acatar e prezar na pessoa de Vossa Majestade o soberano verdadeiramente egrégio, e o homem verdadeiramente eminente, no número dos quais apreciadores sinceríssimos ousa incluir-se o

De Vossa Majestade
servo humilíssimo,

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Madri 1º de janeiro 1885

Meu senhor

Grande ingratidão seria se deixasse passar esta data sem renovar ante Vossa Majestade a expressão do meu profundo acatamento e constante dedicação, assim como os votos por todas as venturas da imperial família, pelas prosperidades e glória de seus estados.

Nestes votos me acompanha minha mulher e minha secretária nesta correspondência, que os põem comigo aos pés de Sua Majestade a Imperatriz, que Deus conserve e abençoe, e não menos os apresentamos a Suas Altezas a princesa imperial e senhor conde d’Eu sem esquecer os pequeninos príncipes.

Nada direi do ano que sai, e sai neste país, como a Vossa Majestade já constará com as assombrosas calamidades de Andaluzia, onde de muito povoações apenas se vê a “rudis indigestaque moles”, e de outras se pode dizer, como dizia o mesmo mestre que nem isso mesmo subsiste: “etiam periere ruinae”.

Não deixou o anterior grandes saudades ao nosso Portugal, vítima do novo e tremendo aforismo: “la force prime le droit” tremendo também aos potentes por que, desde que falta a garantia comum do Direito, tudo, e para todos, se torna aventura e perigo, profecia de Cassandra que principia a suspeitar-se plausível e em breve claramente se verificará, visto como:

“... Corsaires à corsaires

L’un l’autre s’attaquant ne font pas leurs attraits!”

Mas eu, meu senhor, vou estando já como a velha de Siracusa, que se resignava ao mal experimentado com receio de pior. Vêm estas melancólicas apreensões provavelmente dos desenganos da experiência, se não é puro efeito dos anos que sobradamente verdadeiro é o conceito do bom José Bonifácio de Andrada:

O sol que já se esconde no horizonte

O quadro afeia mais.

Desculpe-me Vossa Majestade se em tal ocasião, ainda por involuntário acidente, deixo arregaçar-se-me o véu das minhas tristezas. Não é dia para lamentos, e menos em tão augusta presença. Pois da suma benevolência de Vossa Majestade estou autorizado, saudarei unicamente a data nova e o novo ano. Permita Deus que ela e ele sejam para Vossa Majestade, em compensação de tantos seus fadigosos desvelos, para Sua Majestade a Imperatriz, para Suas Altezas e para o seu vasto Império, um número progressivo na série dos êxitos e fortunas; para a provecta e turbada Europa um lenitivo ao menos a tantos males, sequer um intervalo de repouso, senão uma esperança de definitiva melhoria; para o cantinho histórico, e já tão glorioso, donde Vossa Majestade procede, quando mais não seja, o benefício da obscuridade, a paz – a da consciência e a do espírito.

Com estes sentimentos me repito, e bem de dentro, com tão sincero afeto como profundo respeito

De Vossa Majestade Imperial

o mais dedicado e humilde criado

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Meu senhor

Estava eu ainda em Lisboa, detido por enfermo, quando tive a suma satisfação e honra de receber, enviada de Paris, uma carta de Vossa Majestade, que me penhorou como sempre do mais entranhado reconhecimento. Seguiu-se o meu regresso a este posto, ainda convalescente; seguiu-se mais achar o antigo conselheiro honorário de legação, Navarro de Andrade, entrando na longa agonia a que finalmente sucumbiu, donde me resultou

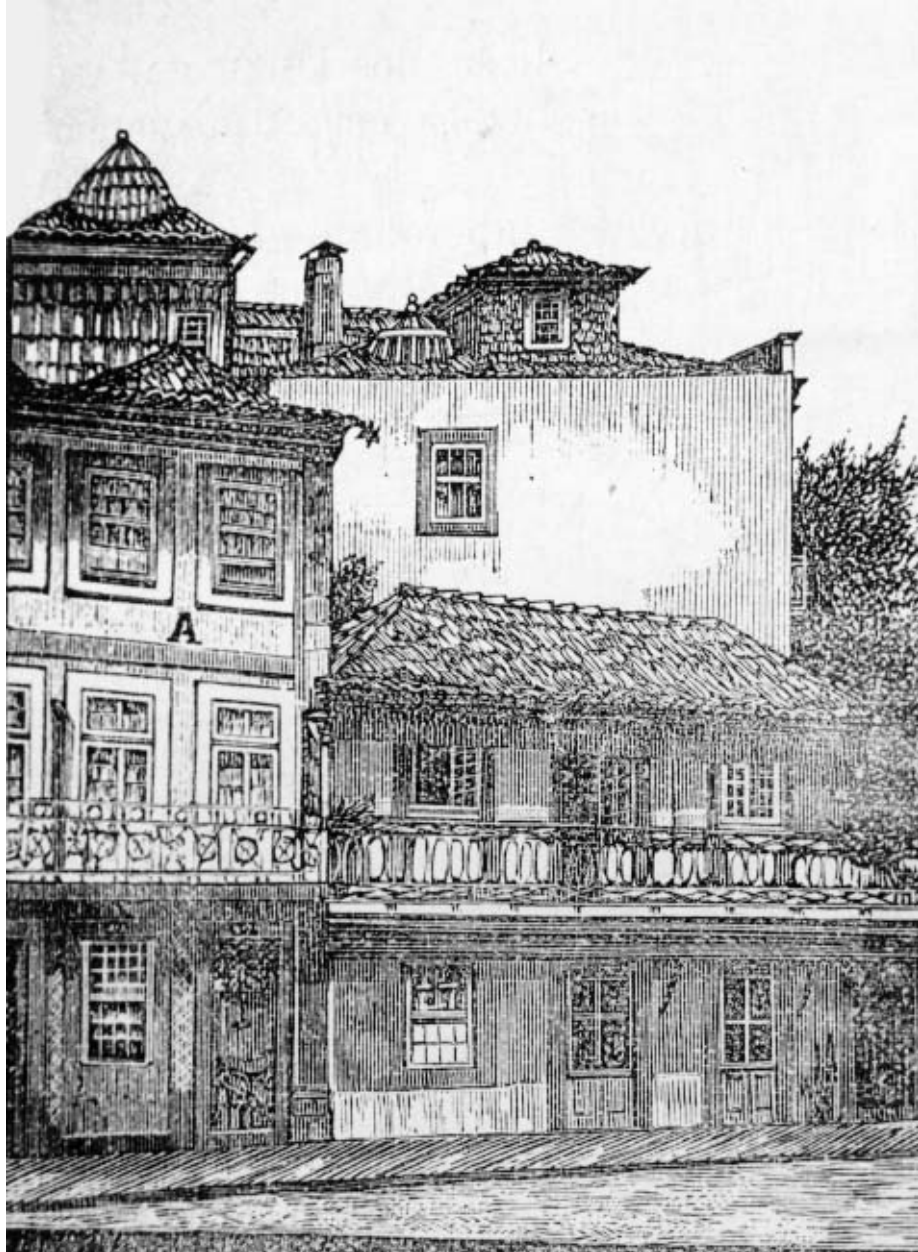
contínua preocupação, e depois recaída. Seguiram-se enfim as complicações criadas por alguns centros fabris da Inglaterra influentes no Parlamento, agravada pela dissimulada infiltração holando-belga nos territórios do Congo dependentes da Coroa portuguesa, o que me tem trazido constantemente, exclusivamente atento a esclarecer com documentos reiterados a opinião, também aqui desvairada por uma propaganda procedente dos indicados centros, e pouco escrupulosos, hostil aos direitos reconhecidos de Portugal, que em Portugal mesmo são às vezes involuntariamente comprometidos por controvérsias de imprensa em que mais domina a paixão que a utilidade patriótica.

Todas estas circunstâncias me cumpria particularizadamente expor, a fim de justificar uma tardança no agradecimento que fio não será atribuída à ingratidão por Vossa Majestade, que também conhece a minha dedicação profunda à egrégia Casa de Bragança, e o meu afetuoso acatamento e justa admiração para com a augusta pessoa de Vossa Majestade.

Antes de tudo: que este ano, ainda em seu primeiro período, seja tão propício à Vossa Majestade, à Sua Majestade a Imperatriz, à toda a imperial família, à gloria e prosperidade de seus povos, como Vossa Majestade mais e melhor pode desejar.

E que, não só o ano ainda novo, mas quantos se lhe sigam, vejam a sucessiva desinvolução de seus previsores pensamentos, e o êxito de todos os seus altos desígnios. Na expressão destes votos me acompanha, não menos, a companheira da minha vida e minha particularíssima secretária, que supre a fraqueza dos meus olhos.

Para que esta carta por algum, ainda que somenos, préstimo se recomende à extrema indulgência de Vossa Majestade, quisera eu sequer traçar um rápido esboço do atual estado literário deste país. Como porém acompanhar e abranger o que não é movimento mas tumulto, não eflorescência natural, mas erupção maligna, coíça devorante, mais do que estímulo fecundo, febre de ganância, em vez de fervor de entusiasmo? Numa palavra, como descrever o que não é já esmerada cultura mas voragem aberta? Não creia Vossa Majestade que exagero. Está patente o corpo de delito – a esterilidade na exuberância; e Vossa Majestade bem haverá observado e tocado a úlcera gangrenosa e mortal.



Casa (assinalada por um A) onde residia Camilo no Porto, quando recebeu a visita de dom Pedro II.

Sina funestíssima parece, que todo o excesso traz consigo e em si um germe de decadência. Dilatam-se as conquistas e embriagam; acumulam-se as riquezas e corrompem; chega ao requinte a civilização, e esvai-se nos regalos a energia.

Tudo quanto a ciência anda avidamente interrogando no exterior e interior dos gigantescos padrões egípcios, obeliscos, pirâmides, colossos ou esfinges, nos templos-cavernas do bramanismo primitivo, nos vestígios assírios, fenícios, medo-persas ciclópeo-pelásgicos, vetero-arabigos incas e aztecas; tudo isto, digo é longo e repetido certificado de uma variada série de civilizações, que todas tiveram a sua aurora, meio-dia e ocaso, cada uma das quais efetuada a rotação correspondente, sucumbiu como exausta do próprio esforço.

Para não ir mais longe, sobe Atenas ao auge do esplendor, que ainda hoje atestam, para modelos de perfeição e glória da arte, tais fragmentos como os do Erechtheon e os da Torre dos Ventos, os do Partenon e os do Templo de Júpiter Olímpico; os do Teatro de Baccho e os do Pinx; o maravilhoso Faro Ático meio soterrado ainda; e Atenas é sucessivamente avassalada da rude Sparta e da Macedônia inculta, antes de o ser da onipotente Roma. Toca Roma por sua vez o cúmulo das suntuosidades e grandezas como o está certificando o prodigioso acervo de monumentos, que lhe afloram à superfície do antigo recinto ou jaz nas entranhas de um solo mais exalçado pelas grandes ruínas do que pela superposição dos séculos; e a própria Roma, a urbes por excelência, metrópole universal, a conquistadora, a eterna, a tal quebranto vem que nem pôde manter a supremacia cesárea nem deter as hordas selváticas! E que exemplo, mais moderno, mas não menos dolorosamente instrutivo, que exemplo também no nosso Portugal, que, após quase dois séculos de contínuo e maravilhoso ascender em glória e prosperidade, se deixou cair no triste sestro dos morgados perdulários, entregues no ócio, desbaratando sem conta o que recebiam sem custo!

Lei fatal, se não providencial destino, é com efeito essa alternância e sucessão, que de ciclos em ciclos intima às ondas humanas, quando mais alterosas de ambição e entumecidas de soberba, o que Deus disse às do oceano: *usque hic venies et non procedes amplius*. Lição uniformemente repetida e invariavelmente baldada para os orgulhos cegos, mas sempre útil advertência aos sólidos es-

píritos, que nem com os revezes se abatem nem com os êxitos se deslumbram!

A França, meu senhor, imparcialmente observada, estudada de perto, sem prevenção de nenhum gênero, figura-se-me hoje entrada naquele período histórico tanto ao vivo concretado por Juvenal na sátira famosa em que descreve o Senado romano disputando gravemente acerca da melhor maneira de cozinhar o rodovalho, período de extenuação intelectual e física saciedade, que leva igualmente às extravagâncias sardanapalescas e às argúcias bizantinas, período argiaco e debilitante, que é como a agonia de uma vida desregrada, ou como o crepúsculo de um dia tempestuoso, a terra já invadida do pavor das sombras, o céu ainda franjado do fulgor do ouro e da rubidez do incêndio.

Em vão a ameaça cosmopolita dos bárbaros interiores, – quer espontâneos quer suscitados, – a espaços estrondeia em seus recessos para aterrar os espectadores, como o soturno urro das feras nas fossas gradeadas das arenas. Premeditar-se-ão crimes monstruosos, mas não haverá grandes cometimentos nem grandes entusiasmos. Tudo aqui está sendo atualmente arremedo ou paródia, ardil e cálculo, especulação em suma. Os bandos mais opostos com igual ardor invocam a liberdade, mas exclusivamente a sua; e a cada um iria de molde esta definição típica da tirania facciosa, em que Boileau gravou, com traço indelével, uma justíssima sentença:

“Qui n’aime point Cotin n’estime pas son Roi

“Et n’a, selon Cotin, ni Dieu, ni foi, ni loi.

Falece geralmente a fé, e o que mais o prova é que a mesma fé padece de contrafeita. Inflamam-se exteriormente os ânimos em ardor que se diz religioso; troveja com esse pretexto de objurgação maligna, e isto tão alto e tão fora da letra e do espírito do Evangelho que involuntariamente lembra a expressiva estranheza de Vergílio ⁵. Desata-se em descaridosos vitupérios o novíssimo farisaísmo, e o ar de facécia que sublinha os ímpetos ensaiados, vai logo denunciando, com indignação e pejo da piedade verdadeira, como, sob o mal ajeitado figurino político-asceta, permanece calejada a incredulidade voltariana.

5. Tantaene animis coelestibus irae!

A especulação força a Bolsa, peleja nela e estabelece aí à custa dos ingênuos, o regime das correrias barbarescas! A especulação baralhando em seu proveito.

Babilônia com Sião, como dizia graciosa e apropriadamente o nosso Tolentino, reparte imparcialmente na crônica diária os benefícios da publicidade entre o devocionário elegante e as ultramundanalidades, ou semi-mundanalidades!

Catholique au matin, vers le soir idolatre,
Dejeunant de l'autel et soupant du théâtre!

A especulação busca de contínuo promover os conflitos que dão variedade às cotações, ou seja de Estado para Estado ou dentro nos mesmos Estados; se consegue o fito, exagera-o, se o malogra simula-o, e ao mais das vezes o que se inculca, luta ou pleito, não é ainda senão especulação! A especulação por fim, por fim e para remate, devassa e profana a Igreja; de sorte que melhor do que então se lhe pôde hoje aplicar a interrogação valente do padre Antônio Vieira no sermão da 5ª Dominga da Quaresma em 1655: “é isto terra ou céu? céu é, mas com muita mistura de terra!”

Se até em regiões tão apartadas das sordícies do egoísmo, penetra e se insinua a especulação contaminando-as, que não será nos domínios da literatura, vizinha mais próxima desse páramo infeccioso? Que não fará e não depravará ela nesta quadra contagiosa em que tudo se materialisa para se converter, ou inverter, em mercancia e indústria?

E para fazer justiça inteira, como seria de outro modo onde a permanente conjuração das vaidades por todas as maneiras e de todos os lados conspira para tornar a sociedade essencialmente mercenária? Como tolerar sequer o ideal, que enleva as almas, e as distrai das ruinosas rivalidades do luxo sobre posse, e exclusivamente as levanta às puras regiões onde não entra as computações e excitações do tráfico?

O mercantilismo é de sua índole e natureza inimigo nato da arte. Nunca a avidez do lucro pode nem poderá compreender os raptos do gênio e a sua independência. Daí a atual e exclusiva dominação da mediocridade, hábil na agência, as associações do comércio com a crítica, dos pregoeiros com os produtores, o reclamo impudente, a tabuleta atrativa, o encarecimento interessado, as recomendações a tantos por cento, tudo previamente rega-

teado, convencionado, conluiado. Nem convicção nem sinceridade nestas diversas operações aferentes e já agora indispensáveis à exploração literária. Tosquiar bem rente os sempiternos carneiros de Panurgio, que saltam infalivelmente uns atrás dos outros, eis o alvo único. Sem isso não há êxito. Para o teatro o *boniment* audaz em que o jornal substitui o *pitre forain* para o livro 20 edições, de 50 exemplares cada uma, proclamadas em cartazes.

Ressuscitem Dante ou Goethe, refaçam primores, mais primores que a *Divina Comédia* e o *Fausto*: nem darão aqui por eles se não têm a cautela de se munir dessas girândolas, sem olhar à carestia. Consciência, respeito de si mesmo, satisfação das instintivas aspirações a uma esfera superior? Anacronismo incompreensível! Que não diria a positividade chatim? Todos esses possantes incentivos do engenho acham-se vantajosamente substituídos pela chula picaresca, alugada madrinha dos vendilhões do templo. A banal galhofa e o motejo boçal suprem talento, instrução, trabalho e dão títulos de renda: proscrevendo quanto lhes faz sombra, tudo o que os vexa e anula, ainda por especulação apedrejam por igual as concepções grandes, os generosos sentimentos e as ações desinteressadas. Se o segredo do ganho está em adular o vulgo, o número, o elemento produtivo! Como se não há de fazer assim tudo vulgar? E como não descerá de vulgar a abjeto para exercer nas mealhas das ínfimas camadas o mester de uma bomba aspirante?

A especulação incansável, que opera por grupos jornalístico-financeiros, tem coberto a França de três a quatro mil folhas diárias – mais talvez nesta data – das quais a grande maioria publica folhetim literário, romances, pelo comum. Imagine-se a atividade de produção necessária para dar a semelhante Minotauro o monstruoso alimento de sete a oito mil romances por ano quando menos; e avaliar-se-á aproximadamente o efeito deletério de tal cúmulo de excitantes, forçosamente grosseiros, no espírito inculto e incauto... da mole popular, nas sedentas curiosidades da adolescência, ou na cansaiva enfermiga dos tédios ociosos! Nestas condições a literatura deixou de ser arte, para se fazer mecanismo. Bastaria o estrépito e velocidade desta fabricação a vapor para aturdir a razão e levar consigo todas as noções do belo, do justo e do bom. Ou se há de negar o influxo da escrita ou reconhecer o pernicioso dessa.

Com a sua usual abundância e propriedade de conceitos, nos livros são chamou Vieira: “mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos”. Todo este louvor tão justo e ajustado, é não menos pungente e adequada sátira aos livros tocados de nativa insânia, que em vez de doutrinar subornam, em vez de corrigir viciam, em vez de ensinar perturbam, em vez de advertir pervertem – mormente quando o manancial *especulação*, cada vez mais largo e caudal, golfa a jorros essas águas empestadas que ameaçam inundação.

Alagada, e mais que alagada, talada e revoluta, anda já a boa sementeira sob a torrente impetuosa dos mútuos e contínuos plágios, dos desconcertos e desvarios, das chatezas, pequices, impudências e demências, diariamente, inconscientemente arrojadas, como o vazadouro comum, ao mercado público das subsistências intelectivas. A isto leva sempre e em tudo a já antiga *auri sacra fames*, que logo faz lembrar a necessidade de fortes barreiras, visto como inevitavelmente a especulação animada da licença traz consigo a fraude, fraude envenenando os corpos, fraude envenenando os espíritos!

E a fraude neste gênero de produção, mais do que em todos, vem da própria natureza dela pois tem por quotidiano ofício e dever, saciar as desregradas apetências provocadas pelas atrocidades do registro judiciário, e pelas lubricidades do noticiário boulevardeiro.

Terra de promessa, ou antes verdadeira terra de prodígios, seria aquela em que medrasse e acamasse tão assombrosa meda de trigo sem joio, onde se apurasse tão farta e espessa nata de escritores conscienciosos e fecundos, que bastasse o branquear e temperar os dilúvios de tinta que dia-a-dia, e já hoje hora a hora acachoam pelos cilindros dos prelos.

Não falta por certo aos franceses espírito agudo e inventivo, grande injustiça fora negar-lho. Mas às pinhas que abrolhassem aqui os engenhos criadores, no rodopio desta improvisação desvairada, que tempo teriam eles para sazonar os frutos, ou que frutos poderiam dar que não saíssem com a erva e o travo de imaturos? Os talentos superiores em toda a parte são contados, e cuidadosamente se apartam da turba dos fornecedores empreiteiros. Compõem-se pois o grosso destes últimos, escreventes não escritores, artífices não artistas, de párvulos enfatuados ou desatinados imita-

dores, como aqueles de quem tão engraçadamente escreveu o nosso fabulista Miguel do Couto Guerreiro no seu apólogo do *rouxinol e o cuco*.

Também muitos, ouvindo honrosa história
De alguns poetas bons, tomam vanglória,
E querendo alcançar iguais louvores,
Primeiro que aprendizes são autores:
Eles tem para versos tanto suco
Como para solfista tinha o cuco.

Do século XVIII dizia já o douto bispo de Vizeu d. Francisco Alexandre Lobo: “muito abundante de escritos, muito pobre de monumentos” e o vernaculíssimo padre Manuel Bernardes, exprobrando por danosa igualmente ao céu e ao mundo a sofreguidão dos lucros, exclamava numa das suas mais eloqüentes práticas: “fazenda em cujo trato há ofensa de Deus, que esperais se não que se suma?” Que diriam hoje um e outro em presença de tal escassez de monumentos escritos, e de tais abusos no trato de adquirir, como nem um nem outro os poderá jamais ter imaginado, e menos previsto!

Da fidalguia da arte – e nobreza obriga! – comemorou Garrett: que os Scipiões, com serem sumos capitães e egrégios patrícios, tinham por legítima honra colaborar nas composições teatrais do humilde liberto Terêncio. Presentes deviam de sempre andar aos olhos de quantos aspiram ao título de escritores estas generosas palavras, com que abriu o elogio histórico de seu irmão cônego o poeta máximo, Antônio Feliciano de Castilho, tão nosso, tão das letras e tão de Vossa Majestade: “o mister das letras, enquanto se mantém na sua pureza natural, enquanto as paixões individuais o não acurvam por à terra, ou a vertigem que redemoinha os povos o não arranca e arrebatada na sua atração, enquanto se não despoja da dúplice carga que Deus lhe mandou levar até ao fim, até no sepulcro, a obrigação de ensinar a verdade e de pregar o amor, de mostrar continuamente aos desgraçados o céu, e a terra aos poderosos, enquanto finalmente a musa de que busca inspirar-se é a que reside dentro, a única imortal, infalível, boa e divina, a consciência, é nobre, alto e grandioso, é mais que mister, é um sacerdócio”.

Como se está na atualidade entendendo e praticando essa fidalguia vinculada a uma árdua missão de perfectibilidade moral? Como se exerce o alto sacerdócio, cuja constante inspiração há de ser a luz interior duma austera consciência?

Eis, meu senhor, em frase concisa um resumo expressivo e cabal do estado mórbido dos espíritos, sob o andaço da especulação infrene. Copio literalmente uma recomendação do *Figaro* de 10 do corrente: “Le bruit fait autour de la “Marechale”, *le romam à allusions transparentes d’Alain Banquesnne est loin de se calmer*. L’éditeur met encore en vente une nouvelle édition de ce volume”.

Estas linhas dizem tudo, como a nódoa roxa na epiderme acusa a decomposição interior. Romances de alusões transparentes! Mais claro: a violação do lar, a difamação, o vilipêndio, o opróbrio! Estes os títulos de glória para o autor, estes os elementos de fortuna para o editor! Juntos os exploram ambos naquela fórmula desaforada, à luz pública, sem hesitação, nem pudor, sem rebuço nem reparo! Assim a maré cresce, cresce, cresce aluindo, desnivelando, derruindo, devorando, submergindo e sepultando a eito na voragem com os créditos os brios, após a delicadeza o pundonor; e isto exclusivamente a fim de que prospere e triunfe o ídolo a que tudo se prostra, o novo bezerro de ouro, a especulação, *auri sacra fames!*

Não bastava para facilitar o acesso à ignávia cúpida, infamar de antiqualha ridícula e superfluidade impertinente, a propriedade nos termos, a harmonia do período, a lógica do sentido, a clareza da frase, o esmero da forma, os ordinários requisitos que tornam apreciáveis e compreensíveis os bons pensamentos, e os bons sentimentos, em suma tudo quanto exige meditação, trabalho, estudo, coisas excomungadas pela seita comodíssima que só reconhece habilitação útil a individual impressão; não bastava essa geral dispensa propícia ao consórcio do compadrio com a preguiça, e invade-se o recinto sagrado da família para suprir a inópia dos obreiros contratados, ajeitando-lhe aos rápidos teares urdiduras feitas, espertando ao mesmo passo os paladares embotados, confirmando sobretudo no âmbito moral esta verdade antiga do mundo físico, que dos brejos e maninhos saem pelo comum as exalações pestilentas!

Nunca tanto discursou a literatura de *processo científico* de *naturalismo*, de *realismo*; e raramente se tem ela mostrado como em sua atual generalidade tão pobre de saber e convicção,

tão intolerante e convencional. Foram em todo o tempo pensável predicado dos mais afamados primores literários a finura e verdade da observação donde procede a naturalidade. Qual maior naturalismo (naturalismo se mais agrada essa terminação) do que esse, ainda hoje flagrante e sempre admirado, que vários gêneros nos deixaram os grandes mestres de todos os tempos, Virgílio, Plauto, Shakespeare, Cervantes, Molière, Boileau, Tolentino, Camões enfim, cuja exatidão descritiva foi de poucos igualada e nunca excedida?

O epigramático Marcial, outro naturalista velho, e dos bons, sentenciou nestes termos os seus próprios versos:

Sunt quædam bona, sunt mala, sunt mediocris pluras.

Qual dos naturalistas contemporâneos poderia demonstrar os seus *quædam bona* ou teria a boa feição de confessar o resto? Com que bulas legitimam eles a Igreja que dizem ter fundado se não com as que eles mesmo (sic) forjam? E como ousam chamar-se inventores do que há muito andava assim conhecido e honrado?

Pensando melhor: menos justa é, confesso, a aspereza de tais interrogações. Devo pois corrigi-las e penitenciar-me. Se os apóstolos desta laia em verdade não fundaram Igreja nova, não se lhes há de negar o mérito de haverem engenhado, posto que estreitíssima e pouco alumiada, essa nova capela, ou antes sinagoga, do naturalismo obscuro e sórdido que, a bem de sua ganância, não admite outro aspecto da natureza, que tem por essencial e exclusivo fundamento o “ismo” do cinismo usureiro, e de balde, espero-o, tenta impor às letras como credo absoluto o baixo ritual da fotografia torpe.

Que esses, meu senhor, que pretendem desenhar do vivo e não fazem senão trasladar do nu – do nu hediondo ou ignóbil! – não são em boa fé senão fotógrafos, mais ou menos destros mas tão somente fotógrafos: dá-lhes a máquina, se a sabem manejar, o contorno exato de seus modelos prediletos; o segredo da vida, a verdade da ação não se transmite mecanicamente.

Por estas e outras propendem muitos a crer, e já me não parece temerário dizê-lo, que os progressos morais vão em razão inversa dos descobrimentos científicos. Pena e grande pena será, que assim periga desequilibrado o edifício humano se por um lado perde o

espírito o que a matéria ganha, pois que a mesma matéria sucumbirá brevemente as suas demasias como coisa inferior e naturalmente perecedoura.

O erotismo e a personalidade são lamentáveis e tremendos sintomas de enfezamento e depauperação literária. Altos poetas foram Propércio, Catulo e Ovídio. Pois com eles e a sua musa erótica, ainda no melhor duma eflorescência vivaz e protegida, entra a degeneração.

Largo período, relativamente pacífico e portanto especialmente favorável às puras expansões do espírito, entre o século XVI, convulsionado pelas erupções da reforma religiosa e o século XVIII, interiormente trabalhado das inovações políticas, foi o século XVII com razão denominado o século literário da França. Sem embargo no sumo da esplendidez e vigor dessa grande época, a par com Pascal, Descartes e Corneille, com Bossuet, La Fontaine e madame de Sevigné, mais aclamados que todos estes Voiture, o corifeu do Hotel Rambouillet, Menage, o original famoso do caricato Vadins, Benserade, o extravagante deformador das *Metamorfoses*, o afetado e já tresloucado Desmarets acima dos mais (sic) os irmãos Scudéry primam no aplauso e influência pela personalidade e *alusão transparente* e empunham em benefício próprio o cetro da moda e do mau gosto. Na comédia dos *Visionários*, diz o erudito Livet, achavam-se personalizadas a marquesa de Rambouillet e madame de Chavigny; as novelas *Artaméne*, *Clelia* e *Gran-Cyro* representavam sob nomes supostos personagens coetâneos; uma dama de tal distinção hierárquica e prendas como a duquesa de Montpensier, seguiu o exemplo de mad.^{lle} de Scudéry na *Princesa de Paphlagonia*, tão imperiosa era a tendência; e esses, bem que energeticamente opugnados e temporariamente submetidos, eram anúncio e presságio da declinação que vinha perto.

A individualização é nociva na arte, salvas as figuras dominantes na história por que amesquinha e torna suspeito o emprego das faculdades do escritor. Que o vício ou a virtude sejam simbolizados em tipos, tanto mais eficazes quanto mais genéricos, e não encarnem em peças designadas, senão a glorificação parecerá lisonja, a sátira vingança: uma e outra parecerão somenos, e terão com efeito menos autoridade, e menos hão de aproveitar como exemplo e ficção. Importa porém notar esta diferença: na personalidade laudatória, porque se propunha agradar aos ilustres,

alguma coisa iria da grandeza que a levantava a polidas e independentes regiões na personalidade odiosa ou odiosamente apresentada, por que o seu fito é contentar as malignidades ínfimas que rendem o que nunca puderam dar os maus generosos mecenas, tudo concorre a entranhar os germes corruptores – a índole da clientela, o caráter da exploração. E tal é esta, que tem já desvairado os menos vulgares. Haja vista ao *Nabab*, aos *Rois en exil*, que atualmente deixam a perder de vista outras obras recentíssimas como a *Condessa Sarah* e o *Petite Duchesse*. O reclamo do *Figaro*, que citei, está longe de ser único no seu gênero.

Desculpe Vossa Majestade se tenho tão largamente abusado da sua indulgência e permissão. A um príncipe dos quilates de Vossa Majestade a sinceridade e a franqueza são a melhor homenagem; e mal ficara com a minha consciência se escondera ou dissimulara o que trago há muito abafado no coração.

Pensará acaso Vossa Majestade que foi traçado um pouco *ab irato* este esboço que todavia tenho por imparcial ainda que severo. E talvez com efeito, entre em mais apreciações um pouco de indignação, não nego. Quer Vossa Majestade saber por quê? Por duas razões principais, quase direi capitais: 1ª Porque os empresários e sicofantas dessa exploração literária, aqui tão geral, tão daninha, e tão danosa, só teriam alguma desculpa se estivessem exatamente no caso daqueles escribas arrastados de que fala o *Misantropo*:

Si l'on peut pardonner l'essor d'un mauvais livre,
Ce n'est qu'aux malheureux qui composent pour vivre.

Mas não é assim. Estes, de que trato, não se associam nesta lida para viver, mas para enriquecer: vendem a individualização fotográfica do vício e do crime aos apetites depravados, como os ingleses o ópio aos chins! – 2ª Porque para os povos neolatinos a França é como um chefe de fila, são avidamente seguidos os seus exemplos, os bons e os maus, mais depressa, porque são mais fáceis, os maus do que os bons; e esta levada formidável transborda já, cobrindo do lodo que envasa, não dos limos que fertilizam, a farta rusticidade dos nossos campos, que dantes tanta flor e tanto fruto davam, e agora com tal enxurro se vestem de urzes bravas, quando não se rasgam em rojos e algares, onde se despenham às cegas muitos talentos novatos. § A Academia Francesa luta, não sem pa-



Ramalho Ortigão

decer seu abalo às vezes. O público seletto aplaudia há poucos dias o delicado artifício com que o esclarecido bispo de Autun tomando o lugar que deixara vago o poeta Augusto Barbier soube louvar, sem quebra do báculo e com honra das musas, o autor dos *Iambos*: os primorosos celebram com razão o livro do duque de Broglie, *Frederico e Maria Teresa*: Victor Hugo continua armando no seu Olimpo, novo rochedo de um novo Prometeu. Mas a Academia é uma Salento, criada para modelo, mas cuja majestosa serenidade não consente aos habitantes descer à estacada; e os 40, como os senadores de Roma para não faltar à gravidade deixar-se-ão ficar nas suas cadeiras quando algum Brenno, anarquista ou niilista, sobrevenha, sem aviso sequer dos gansos do Capitólio, que andarão como corvos pascendo-se em carniça. Victor Cherbuliez mantém os créditos da língua pela abundância e rara propriedade; e, abaixo dele neste ponto, parece-me levar-lhe a palma na invenção André Thuriot, que vantajosamente se destaca dos atuais romancistas de algum valor, e deixa muito longe a inumerável plebe deles.

No teatro, em toda a estação, um único êxito sincero, merecido, absolutamente independente – a *Formosa*, de A. Vacquerie, que esperou 17 anos a sua vez! Larga concepção, desenvolvimento grande e simples todo fundamentado em nobres sentimentos, observação conscienciosa e judiciosa, versificação espontânea sem deixar de ser esmerada, verdadeira obra de arte em suma.

Apesar de não lhe repicarem diariamente os sinos, e ser tão distante o Odeon, o público tem ali afluído. Querem alguns ver nisso um começo de salutar reação literária, – nisso e nos sérios esforços de alguns moços que se preparam com sólidos estudos para entrar na liça por melhor caminho do que o da fabricação industrial.

Deus o permita: será uma esperança. E é como nesga fugaz de céu azul na cerração negra da procela.

Terão eles constância para resistir a atração e levar a cabo o propósito? Esse o problema do futuro.

A minha secretária e eu beijamos as mãos a Vossas Majestades e Altezas, e ficamos pedindo a Deus dilate e felicite os preciosos dias de Vossa Majestade como tão de dentro deseja o

De Vossa Majestade

Humílimo e dedicado servo

(a) *José da Silva Mendes Leal.*

Meu querido amigo

Seide, 16 de março de 1872.

Boas novas é que não há anjo de asas brancas que lá as leve de mim. A melhor que dou aos que me estimam é que faço hoje 46 anos, e levo quase andado todo o caminho. Para sobrecarga de dores, vejo d. Ana Plácido seriamente enferma, com dois médicos à cabeceira e os dois filhos aos pés do leito. A tísica tuberculosa tem ceifado toda esta família que foi numerosa. Faltam no jazigo de Plácidos esta senhora e sua irmã a Ferreirinha da Régua. Para dia natalício mandou-me Deus estes bens, e um sol que é ainda uma zombaria para os que têm a alma alagada da chuva de lágrimas.

E, para que isto não pareça sermão delas, por aqui me cerro, como diria o Ayres de Gouveia.

Deus leve a salvamento o imperador, que ainda há de ser o esteio de meus filhos.

De v. ex.^a
amigo obrigadíssimo

Camillo Castello Branco.

Meu amigo

Diga-me v. ex.^a o aparecer um romance meu, relatando uma por uma as tradições vilipendiosas da casa de Bragança, desde o fundador da atual dinastia, não será feia ingratidão naquele que recebeu do imperador o maior testemunho de estima? Se eu, em minha humildade, visitasse um outro, e ele me esbofeteasse publicando a vida repreensível de meus avós, que nome daria eu ao vilão? Que me diz v. ex.^a? Aconselhe-me. V. ex.^a vai dizer-me que queime os 3\$000 exemplares das folhas impressas.

A despesa não pequena que fiz é a mais barata satisfação de consciência que tenho comprado. Figura-se-me que me choraria a alma, se um dia o imperador lesse o romance e dissesse – “Visitei este homem, que por amor de mim não respeitou as cinzas dos mortos e as fraquezas dos vivos”.

Dos 3\$000 exemplares, reservarei um para o ler a v. ex.^a, a ser queimado na nossa presença.

Aperta-o no dedicado coração

o de v. ex.^a

Amigo e discípulo

Camillo Castello Branco.

Seide, 17 de março 1872

Meu querido Amigo

Vim outra vez embrenhar-me em Seide; mas hoje mesmo vou calcorreando para o Porto. Tirita-se de frio nesta Noruega. Já não há primavera em Portugal; e então nas aldeias não se enxergam vestígios de Pan, nem de silvanos, e da restante canalha que o mantuano chamava deuses.

Fortunatus et ille Deos qui novit agrestes.

A minha família demora-se até 2^a feira de Páscoa. D. Ana está em rápida convalescença, e crê que os ares, apesar de frios, são mais puros que os das tripas portuenses. Eu também o penso sem calembourgar os tripeiros, que não valem um trocadilho fétido. Consta-me pelos anúncios das gazetas que eles publicaram opúsculos contra o imperador. Roubo e depois insulto. O Porto está coroando a nomeada que tem no Brasil. Lá apodam de galegos estes cafres. Que injúria à laboriosa Galiza, donde importamos tanto homem de bem que morre obscuro com o pescoço no chouriço! Que dirão os jornais brasileiros quando lá virem os panfletos gasalhosos desta bengalé de burros por entre os quais o

imperador passou como nós passaríamos na “Carreira dos cavalos” em dia de feira, depressa e com cautela! José Gomes enviou-me a carta que mando a V. Ex.^a. Não é cá precisa. O homem era de parecer que o imperador não devia saber que eu escrevera e rasgara a infanta.

De v. ex.^a amigo cordialíssimo.

Seide 25 de março de 1872

Camillo Castello Branco.

Meu amigo.

O pior é que todos havemos de pagar a infâmia de meia dúzia de biltres. Tenho lido com espanto, e até com lágrimas no coração, o que por aí se imprime contra o imperador. A garotice das Farpas não tem sequer graça que lhe descontemos. As caricaturas não chegaram cá por enquanto; mas deste chafurdeiro já esparrinhou lama que farte. Há dois opúsculos à competência de sórdidos. Em um sou eu escoiceado, por besta anônima: noutro, que se chama o palhaço, é d. Pedro assobiado com desbragada gaiatice. A maioria destes cidadãos gostam, e aplaudem. Que infeliz idéia teve o imperador de vir a esta estrebaria! Quem me dera ler o que os brasileiros lá hão de escrever a nosso respeito!

Pouquíssima saúde, meu amigo, e vontade de escrever nenhuma. Se eu viver em outubro, vamos para Lisboa. Outro inverno não me apanha cá, a não ser no cemitério. Em junho tenciono ir aí procurar casa, e repara-la para a família ir depois. Devem estar lindos os dias aí. Cá não se sente ainda a primavera. A filha da poesia e do amor não tem que ver com estes bêbados.

Tenho um filho doente. Chega o médico. Vou ver se intendo a moléstia na cara do doutor. Nunca me deixam estes bocados amargos.

De v. ex.^a

Amigo do coração

Porto

10 de abril 1872.

Camillo Castello Branco.

Meu excelente amigo.

Quem me dera poder enviar-lhe o debuxo da gruta! Figura-se-me impossível. Não há na roda de seis léguas quem saiba desenhar. O dá-la no *Diário Ilustrado* era coisa formosíssima e toda honrosa para mim.

Hoje mando a 2ª carta ao nosso Eugênio. Já li a 1ª que vem sem o menor erro. Nesta de hoje vai o primeiro pontapé ao osso sacro do Theophilo. Tomo-o à minha conta, e folgarei que saia por ele quem valha mais. Que ladrar não irá aí dessa cainçada da federação! Se v. ex.^a souber que em alguma gazeta se atiram pinotes cá para o Minho, não me poupe ao infortúnio; diga ao sr. Eugênio que me mande o papel, e eu cá verei o destino competente.

Sou há muitos anos admirador do Varnhagen. Possuo todas as suas publicações, e não o lastimo por haver sido insultado pelo Theophilo. É triunfar à romana ser injuriado por aquele bêbado.

Que é isso da “Biblioteca universal?” Quem a escreve?

No dia 7 vou para S. Antônio das Taipas, experimentar banhos de caldas. Tenciono principiar lá uma novela chamada “Herança de Londres” em 2 tomos. O primeiro chamar-se-á “o Moço do cego” o 2º “A gazela”. É de história contemporânea, corrida aqui no Minho, nas serras de Lanhoso.

Vi ontem a última prova do *Carrasco*. Escreverei ao Chardron para que envie a v. ex.^a um exemplar. Gomes Monteiro provavelmente remeterá a v. ex.^a o *Livro de Consolação*, que também está pronto, e é dedicado ao imperador. Deste não vi provas, nem sei como vai. Ambos os livros, à competência, foram impressos em 15 dias! Porfias entre as duas casas editoras. Parece-me que V. Ex.^a deverá tratar com uma das duas livrarias, a publicação do Boecio. Adeus, meu querido amigo. Muitos amores de toda esta família e um abraço fraternal

de seu

Camillo.

Seide 3 de julho 1872

Meu senhor

A visita de Vossa Majestade, na dolorosa situação em que me encontro, seria para os meus cruéis padecimentos urna exacerbação. Além das nevralgias que me forçam a gritar, estou febril, cego e surdo. Não queira Vossa Majestade presenciar este horrendo espetáculo. Rogo pois, meu senhor que neste acerbo lance não repita a honra que me fez no Porto em condições relativamente felizes e tão saudosas para mim.

Ontem recebi da Suécia a versão do meu romance *Amor de Perdição*.

Permita-me Vossa Majestade que lha ofereça. Provavelmente é Vossa Majestade o único intérprete que esse livro terá em Portugal.

Vejo (sic) as mãos de Vossa Majestade, com o mais profundo respeito, e entranhada veneração.

Camillo Castello Branco.

Senhor

De uma série de artigos publicados num jornal do Brasil foi composto um livro meu, que em edição portuguesa aparecerá ao público dentro de alguns dias. Ousando oferecer antecipadamente a Vossa Majestade um exemplar dessa modesta obra, rogo a Vossa Majestade que se digne de o aceitar em testemunho do meu sincero e dedicado respeito pelo primeiro cidadão de um país em cuja imprensa eu tenho a honra de haver conquistado pelo trabalho exercido nas mais benéficas condições de independência intelectual os direitos de naturalização literária.

Deus guarde a vida de Vossa Majestade.

Lisboa 27 de agosto de 1885.

Ramalho Ortigão.



Guerra Junqueiro

Ex.^{mo} sr. e meu amigo.

Tenho a honra de enviar-lhe – a *Morte de d. João* e a *Tragédia Infantil*, que v. ex.^a, obsequiando-me, oferecerá da minha parte a S. M. o Imperador do Brasil.

Mandar-lhe-ei amanhã um outro exemplar da *Tragédia infantil* para S. M. a Imperatriz.

Não sei se abuso da benevolência de v. ex.^a fazendo-lhe o seguinte pedido. Desejava que v. ex.^a alcançasse de S. M. o Imperador que o governo brasileiro tomasse 2 ou 3 mil exemplares de um pequeno livro de versos para as escolas, no gênero de *Tragédia infantil*, que também fará parte do volume. Será um livro de 150 páginas, pouco mais ou menos, e em que nunca perderei de vista, como na *Tragédia infantil*, o fim especial a que se destina.

De v. ex.^a

criado amigo obrigadíssimo e admirador

Guerra Junqueiro.

Lisboa 2 de setembro de 1877

Rua do Alecrim – 25

**EM TORNO DAS ORDENS DE PEDRO I
E DA ROSA**

Em torno das Ordens de Pedro I e da Rosa

O prazer de rebuscar velhos arquivos traz sempre surpresas, principalmente quando os documentos se referem ao nosso passado histórico. Há descobertas verdadeiramente sensacionais, modificando, algumas vezes, conceitos arraizados, mudando a feição de certos acontecimentos, anulando fatos tidos até então como definitivos.

Foi o que nos aconteceu ao examinar os documentos da Casa Imperial do Brasil, recentemente recolhidos ao Museu Imperial, vindos do castelo d'Eu, onde se achavam depositados. Entre papéis valiosíssimos, despertaram a nossa atenção os catalogados sob os números 3.150 e 3.807, respectivamente sobre a criação das ordens honoríficas brasileiras de Pedro I e da Rosa. Documentos inéditos, extremamente originais e acompanhados dos desenhos e projetos das referidas condecorações, em primorosa execução.

* * *

A Ordem de Pedro I foi criada a 16 de abril de 1826, para assinalar “de maneira distinta” o reconhecimento do Império do Brasil.

Esse foi um dia de grande gala na corte, em consequência da publicação da ratificação do tratado entre Sua Majestade Imperial e Sua Majestade Fidelíssima.

Tal fato se fez público por meio de um bando do ilustríssimo Senado da Câmara, que passou pelas principais ruas da cidade, indo os vereadores montados em soberbos cavalos ricamente ajaezados e precedidos de uma banda de música que executava amiúde o hino nacional. Acompanhavam-nos uma grande guarda de cavalaria do imperial corpo de polícia.

As embarcações surtas no porto embandeiraram-se. As fortalezas salvaram com os tiros de praxe.

Às 13 horas, o imperador acompanhado da imperatriz e de sua filha a princesa dona Maria da Glória, chegaram ao paço da Cidade, onde receberam os cumprimentos do corpo diplomático, seguindo-se o beija-mão.

Foi nessa ocasião que se publicou solenemente a criação da nova Ordem de Pedro I fundador do Império.

Seus estatutos só foram aprovados por d. Pedro II, por decreto nº 222 de 19 de outubro de 1842. Mas qual teria sido o critério adotado para a concessão das comendas distribuídas nesse intervalo?

Em que normas se baseavam elas?

Esclarece o assunto o manuscrito nº 3.150, sob o título “Instruções para a nova ordem de Pedro I”, datado de 1827. São elas as seguintes:

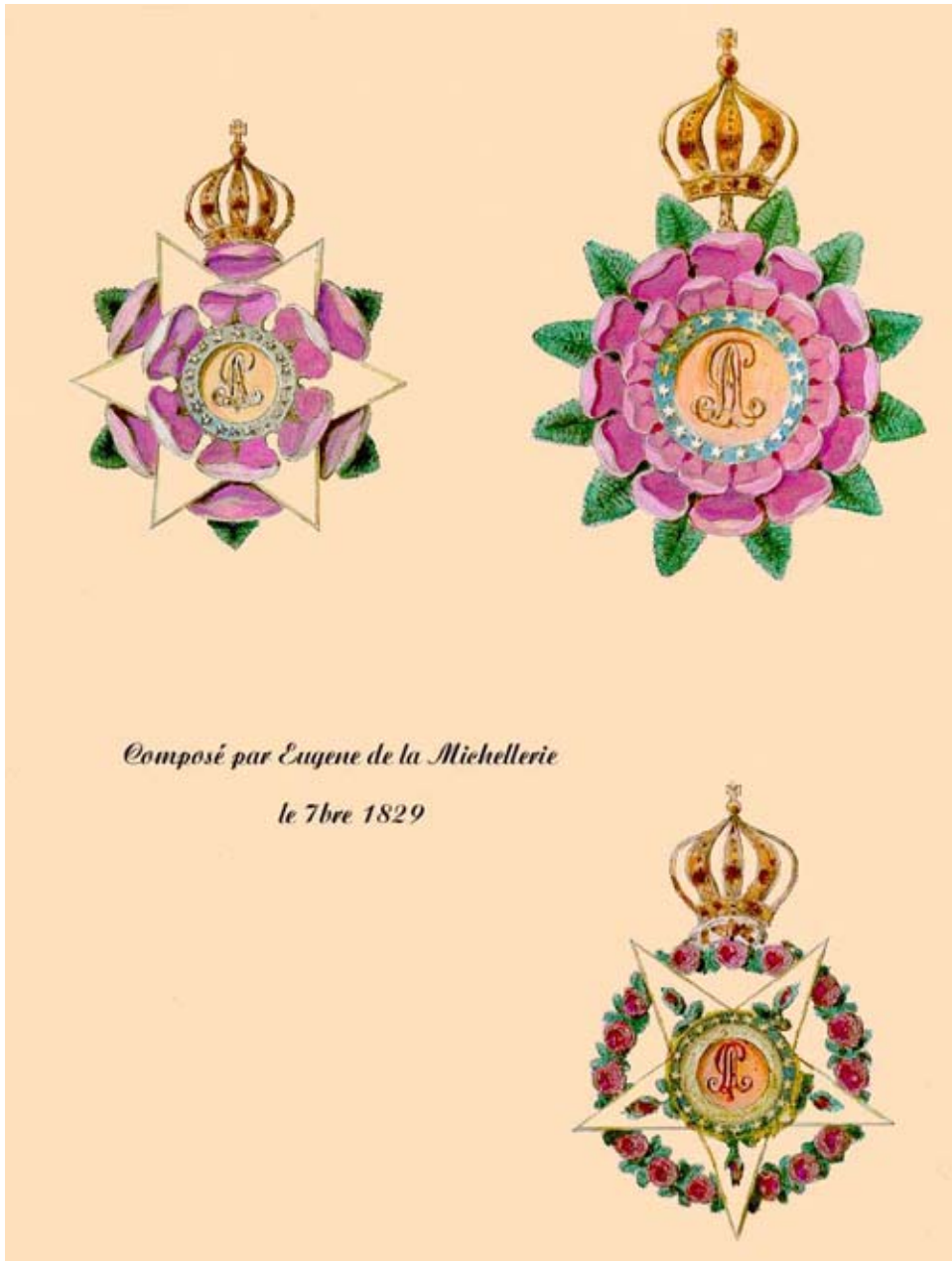
Instruções pelas quais se regulará interinamente a Ordem de = Pedro Primeiro, fundador do Império do Brasil = e as quais servirão de base aos estatutos permanentes, que para o futuro se estabelecerem.

A insígnia desta ordem terá em campo de prata um dragão de ouro, no peito deste um escudo, assento com as letras = P. I. = e em círculo a legenda = Fundador do Império do Brasil.

As letras, tanto do escudo como da legenda, serão de ouro polido. No reverso, em assento se levantará em ouro polido = 1826 = e em círculo a legenda = Ao reconhecimento do Império do Brasil = O todo desta insígnia figurará uma estrela, conforme mostra o padrão que baixa com estas instruções em nº 1.

À Sua Majestade Imperial e aos imperadores, que lhe sucederem no trono do Brasil, pertencerá o título e autoridade de grão-mestre desta Ordem; e de sua imperial justiça e escolha dependerão as promoções nela.

O expediente dos negócios da Ordem correrá pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império.



Projeto de insignias da Ordem da Rosa, assinado por Eugene de la Michellerie, com a data de 12 de setembro de 1829.
(Documento do arquivo da família imperial, recolhido ao Museu Imperial)

A Ordem constará: 1º de cavaleiros, cujo número será limitado a cem; 2º de comendadores, que não passarão de cinquenta; 3º de dignitários, que também serão cinquenta; 4º de grão-cruzes, que chegarão a doze.

As pessoas da imperial família serão grão-cruzes: mas tanto estas augustas personagens, como os estrangeiros a quem Sua Majestade o Imperador houver por bem conferir as condecorações desta ordem, serão reputados supranumerários, e não prestarão juramento.

Os cavaleiros usarão da insígnia ou venera enfiada em fita verde, listada de branco, atada em uma das casas do lado esquerdo do vestido ou farda, de que usarem, como se pratica com as outras ordens deste Império: os comendadores trarão a chapa ou bordado sobreposto no lado esquerdo do vestido ou farda, e a insígnia pendente de semelhante fita, como aos cavaleiros; os dignitários se distinguirão pela insígnia pendente do pescoço em igual fita larga, e a chapa sobreposta no lado esquerdo do vestido ou farda. Os grão-cruzes, além da chapa, usarão a tiracolo das bandas ou fitas largas verdes, listadas de branco, com a medalha da Ordem, na conformidade do padrão nº 2.

Esta Ordem gozará de todas as honras e considerações de que gozam as outras do Império, no que não for contrário à Constituição.

Todos os que forem promovidos aos diferentes graus desta Ordem prestarão juramento nas mãos do chanceler da Ordem, que Sua Majestade Imperial for servido nomear, de serem fiéis ao imperador e à pátria; de que se fará assento em um livro destinado para este fim; e antes disso, não poderão usar das insígnias.

As nomeações serão feitas por decretos, assinados pelo grão-mestre e referendados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império; os quais

serão dirigidos ao chanceler da Ordem para expedir o competente diploma, que servirá de título ao agraciado, o qual prestará o juramento acima mencionado, por si, ou no caso de impedimento legítimo, por procurador, obtida a licença necessária.

Todo e qualquer condecorado com esta Ordem, que cometer (o que Deus não permita) algum crime contra a honra e contra o juramento prestado, será expulso da Ordem, perderá todas as considerações e ficará inibido para sempre do uso da insígnia dela, precedendo sentença condenatória pelo juízo competente.”

Acompanhando as instruções, segue-se o desenho das insígnias e uma folha de papel, com a descrição das mesmas, a qual é a seguinte:

Um dragão saindo de uma coroa de duque, uma fita verde que descansa sobre as asas do dragão tem escrito do lado superior = Fundador do Império do Brasil = e no escudo verde pendente de fita azul-claro sobre o peito do dragão, as letras = P. I. = a coroa é esmaltada de branco e a fita esmaltada de verde com as letras de ouro, as folhas de café que circulam a medalha são verdes. No reverso a fita que descansa sobre as asas do dragão tem escrito = Ao reconhecimento do Império = e no escudo o ano, o dia e o mês em que foi instituída = 16/1826/4 =.

É interessante comparar-se ambas as descrições, pois esta última completa a das instruções, que se refere apenas à chapa de comendador. Notem-se os claros existentes após as palavras “assento” e “círculo”. É bem possível que o regulamento haja sido feito anteriormente ao desenho, segundo orientação do próprio im-

perador, ou antes que o mesmo fosse entregue. De outra forma não se explica a ausência de palavras no texto, referindo-se certamente às cores que faltavam na insígnia.

Há uma ligeira diferença na legenda do reverso do desenho com a descrição. Diz o desenho: “Ao reconhecimento do Império do B”, sendo na descrição eliminados os dois últimos vocábulos.

Outro pormenor é o número de graus. Nas “Instruções” eram quatro: cavaleiro, comendador, dignitário e grão-cruz. Pelo decreto de 1842 foram reduzidos a três, eliminando-se o de dignitário.

Quanto às insígnias de cada grau, vejamos as diferenças: nada se alterou nos distintivos do primeiro e do último graus. Todas as modificações foram feitas nos intermediários.

Dizem as “Instruções”: “Os comendadores trarão a chapa ou bordado sobreposto no lado esquerdo do vestido ou farda e a insígnia pendente de semelhante fita, como os cavaleiros. Os dignitários se distinguirão pela insígnia pendente do pescoço em igual fita larga e a chapa sobreposta do lado esquerdo do vestido ou farda”.

Pelo decreto de 1842, o comendador reúne os distintivos dos dois graus, ou seja, a chapa bordada, do lado esquerdo e a fita pendente do pescoço.

Debret em sua “Voyage Pittoresque au Brésil”, ao se referir à idéia da ordem, sugere a influência da coroa de ferro, no que é contestado por Poliano. Efetivamente, estamos de acordo com o nosso colega, vindo a favor a descrição da insígnia no documento acima transcrito. A simples menção de “um dragão saindo de uma coroa de duque”, é suficiente para provar a adoção do velho timbre dos Braganças, afirmativa esta corroborada pela sobrecarta de uma missiva enviada por dom Pedro I em 1832 a monsenhor Duarte Mendes de São Paio Fidalgo, sumilher da cortina e constante do arquivo da Casa Imperial, recolhido ao Museu Imperial.

Depois da abdicação ao trono do Brasil, tornado simplesmente duque de Bragança, seu timbre é muito semelhante ao da Ordem por ele criada: o mesmo dragão – que pelo desgaste do lacre não podemos afirmar ser sainte de coroa – os mesmos ramos de

café e o mesmo listel com idêntica legenda; sem dúvida, estes últimos, elementos novos e de caráter pessoal.

Sabe-se que esta foi a menos distribuída de todas as ordens brasileiras. Segundo a tradição, era reservada para os chefes de Estado e pessoas de sangue real. Extraordinariamente a receberam, o duque de Caxias, em 1868 e o marquês de Barbacena, em 1826. O primeiro, em seu grau máximo e o segundo, no de cavaleiro.

Os outros agraciados – o duque de Nemours (a 23 de setembro de 1864); o rei dom Fernando Augusto, esposo de dona Maria II de Portugal (a 27 de janeiro de 1866); são os nomes que constam do Livro de Registros das Ordens do Império, no Arquivo Nacional, todos já no Segundo Reinado.

Da época de dom Pedro I, nada consta. Poliano cita e transcreve uma carta do imperador a Francisco I da Áustria, enviando, lhe a grã-cruz da Ordem. E o documento nº 94.211, maço XCI do arquivo da Casa Imperial, de Luís da Baviera a dom Pedro I refere-se à concessão da mesma Ordem ao duque Augusto de Leuchtenberg:

Monsieur Mon Frère.

J'ai reçu avec la plus vive satisfaction la lettre du 17 novembre dernier, par laquelle Votre Majesté a bien voulu m'annoncer qu'Elle a conféré au Duc Auguste de Leuchtenberg, mon bien aimé neveu la grande décoration de Pierre I et le titre de Duc de Santa-Cruz avec celui d'Altesse Royale y attache. Votre Majesté, en accordant cette faveur a Mon neveu; qui gage inappréciable de Votre bienveillance et auquel elle rappellera sans cesse le bonheur qu'il a en se trouver près d'Elle, y a été portée par des motifs, qui m'ont pu faire sur moi que la plus agréable impression. Il sans puissé donc le tendre attachement de Votre Majesté pour Son auguste Épouse. Ma nièce chérie, pour le bonheur de laquelle, comme pour celui de Votre Majesté je ne cesserai de former les voeux les plus ardents. J'ai donc accordé avec plaisir au Duc Auguste de Leuchtenberg l'autorisation qu'il m'a demandée, en sa qualité de citoyen bavarois, de pouvoir accepter et porter le dit Ordre et prendre le titre de Duc de Santa Cruz de la manière dont Votre Majesté l'a fixée dans l'Alvará du 5 novembre passé. Je l'a prie d'agrèer



Projeto de insignias da Ordem da Rosa, assinado por Pezerat, com a data de 12 de setembro de 1829.

(Documento do arquivo da família imperial, recolhido ao Museu Imperial)

dans cette agréable occasion avec mes vœux les plus
vifs pour Sa constante prospérité les assurances
renouvelées de la haute estime et de la sincère amitié
avec lesquelles je suis

Monsieur Mon Frère,
de Votre Majesté

le bon frère
Louis

Munich le 18 juin 1830

* * *

Junto ao projeto para os estatutos da Ordem há uma bela aquarela das insígnias, infelizmente sem assinatura, o que dificulta a sua identificação. Diz Francisco Marques dos Santos haver sido Pallière o seu autor, alegando possuir um desenho da mesma, de sua autoria. Pena é que não queira divulgá-lo!...

* * *

A mais distribuída das ordens brasileiras, a Imperial Ordem da Rosa, foi criada a 17 de outubro de 1829, em comemoração do segundo casamento de dom Pedro I, com a princesa Amélia de Leuchtenberg e Eichstaedt. E – diz a lenda – a condecoração foi inspirada no vestido com que a imperial noiva desembarcou, a 16 de outubro. Taunay e Debret dão como verdadeira a versão.

É, sem dúvida, um episódio romântico, que enfeita de maneira agradável as páginas agitadas dos fins do Primeiro Reinado, com um gesto cavalheiresco, bem digno do nosso impetuoso imperador.

Mas história não pode ser feita de lendas nem de romances! E, contrariando a lenda, apresenta o documento do arquivo da Casa Imperial, citado linhas atrás, aquarelas pintadas por Pedro José Pézerat e por Eugéne Hubert de la Michellerie, projetos para a Ordem da Rosa.

Datados de “12 de setembro de 1829” como poderiam eles inspirar-se no vestido da jovem imperatriz, chegada ao Brasil exatamente um mês depois?...

Luís Marques Poliano dá, em seu livro “Ordens honoríficas do Brasil”, outra versão mais aceitável, confirmada por Francisco Marques dos Santos, citando o padre José Joaquim da Fonseca Lima:

a de haver sido inspirada na rosa do toucado com que aparece a futura imperatriz no retrato enviado a dom Pedro I. E Lígia Lemos Torres afirma ter sido feito o desenho, sob idéia do imperador, que assim queria prestar homenagem à noiva em sua flor predileta.

Mareschal, citado por Tobias Monteiro (“História do Império – I Reinado” – 2º tomo), explica a origem da Rosa, na cor do laço que atava o retrato enviado ao imperador. Essa versão teria provocado remoques na “Malagueta”, ocasionando a agressão de seu diretor.

Do paradeiro do retrato, nada se sabe. Nem mesmo o príncipe dom Pedro, inquirido por nós, pôde aclarar a questão. Pensamos tratar-se de uma miniatura que, pela razão sentimental, talvez, deva ter acompanhado o imperador quando retornou a Portugal. Assim sendo, é possível que conste do inventário de dona Amélia e que tenha ido parar na coleção Bernadotte, pois parte dos bens da ex-imperatriz do Brasil passou para sua irmã Josefina, rainha da Suécia. Nesse inventário, publicado em número anterior deste Anuário¹ relacionando as pinturas, há o seguinte: “Cinq miniatures de l’Impératrice Amélie (Nº 50, 51, 81, 103, 104) dont une par Bodo Winsel (103). Un portrait de l’Impératrice (Nº 158)”.

Infelizmente o inventário é lacônico, pois não declara quais são os autores das pinturas nem as datas em que foram feitas, à exceção da de Winsel. Tampouco nos chegaram às mãos suas fotografias, como aconteceu às demais peças citadas e reproduzidas no referido artigo, o que permitiria aclarar a dúvida.

Há na coleção de desenhos de Luís Aleixo Boulanger, pertencente ao Instituto Histórico, o decalque de um retrato da imperatriz dona Amélia datado de: 09/10/29. Sete dias após esta data, isto é, a 16, apareceu no “Diário Fluminense” o seguinte aviso:

“Havendo S. M. o Imperador se dignado conceder licença para copiar e litografar o retrato ultimamente chegado da Europa, de S. M. a Imperatriz: convidam-se a todos os srs. que quiserem animar esta importante empresa, para que subscrevam em casa de L. A. Boulanger, Risso & Cia. Largo da Mãe do Bispo, 173. O retrato

1. Alcindo Sodré. “Objetos históricos brasileiros na corte da Suécia” in Anuário do Museu Imperial, vol. V, pp. 111 a 137.

de S. M. a Imperatriz do Brasil, copiado e litografado com a maior perfeição e fidelidade possível, será distribuído aos srs. subscritores no dia 19 do corrente mês impreterivelmente. O amor, fidelidade sem par que os brasileiros têm sempre tributado aos seus augustos soberanos, fazem esperar a Boulanger e Risso, que os seus esforços serão benignamente acolhidos. O preço é de 4\$000.”

Levando-se em conta a data aposta ao desenho – exatamente uma semana antes da chegada da nova imperatriz, e atentando-se no esboço de uma flor junto a um ornato que a jovem princesa traz nos cabelos, somos levados a concluir ser esta a cópia do retrato enviado a dom Pedro I e que serviu de motivo para a condecoração. Nessa época, muito poucos deveriam ser os retratos de dona Amélia em nossa terra...

Quanto às reproduções litográficas, não nos foi possível encontrar nenhuma. É de supor-se haver reduzido número delas, e seus possuidores, talvez, guardem-nas avaramente, de maneira que não se tenha notícias delas...

Vejamos, agora, os desenhos da Ordem.

Por muito tempo persistiu a dúvida quanto ao seu autor. Queriam uns que fosse Pallière, o desenhista da do Cruzeiro. Outros atribuíam-nos a Ferrez. Terceiros davam a paternidade a Boulanger. E Alberto Rangel afirma: “Pelo preço de 892\$000 o escrivão dos brasões e rei d’Armas do Brasil, Luís Aleixo Boulanger desenhou as insígnias da Ordem da Rosa, linhas de epitáfio da marquesa compostas numa flor de esmalte”².

Em que se baseou Rangel para fazer semelhante declaração?

Nada encontramos que possa asseverar-lhe a veracidade. Nem no arquivo da Mordomia, nem nos papéis constantes do arquivo da Casa Imperial, que se achavam recolhidos ao castelo d’Eu e que foram inventariados pelo honesto historiador.

Aliás, cremos que Rangel não verificou os desenhos que aqui divulgamos, pois, se assim fosse, não deixaria passar despercebido um documento de tal valia!

2. Alberto Rangel. “D. Pedro I e a marquesa de Santos”. Tours, França, 1928, p. 276.

Pedro José Pézerat assina os primeiros desenhos que vamos examinar. Aproveitando a rosa heráldica, criou três motivos. No primeiro deles – talvez o melhor – colocou a flor sobre uma estrela de seis pontas, as quais são cobertas de botões e filetadas de ouro. O centro, que é o mesmo nos três desenhos, tem o monograma P A circulado por uma dupla orla: a interior, para a legenda e a exterior, azul, com dezesseis estrelas. Ao alto a coroa imperial.

O segundo desenho – para a placa de comendador – tem o mesmo motivo central, sem a legenda, sobreposto numa rosácea também com folhas e botões de rosas, de cujas pontas saem raios de forma circular. Arremata a peça a coroa imperial de prata, como os raios.

O terceiro projeto é o motivo central do primeiro sem a orla de estrelas e circundado por seis pequenas rosáceas intercaladas de folhas e arrematado ao alto pela coroa imperial.

O engenheiro dos paços imperiais, autor de um projeto para a execução do paço imperial da Concórdia, a ser construído nas terras do Córrego Seco ³, não foi muito bem inspirado. Dir-se-ia que o artista executava, não desenhos destinados a trabalho de joalheria, mas ornatos arquitetônicos a que o monograma P A, extremamente delicado parece estranho...

É sempre, em qualquer dos desenhos, o arquiteto que se manifesta: faltam as suas composições a delicadeza, a leveza, que sobram em exatidão e compasso.

Os desenhos de la Michellerie são mais agradáveis, dispostos com mais graça. Não fosse ele miniaturista de valor, e, por conseguinte, mais habituado a compor delicadas e minúsculas peças, familiarizado já com as sutilezas e exigências que soem apresentar tais objetos!

Seu projeto consta também de três motivos. No primeiro deles, compôs uma dupla rosa heráldica, entremeada por uma estrela de seis pontas em cujo centro se vê o monograma P A orlado de azul, com dezenove estrelas de prata. De sob a rosa saem pontas de folhas, de sua cor. Ao alto, a coroa imperial de ouro.

O segundo desenho é a rosa desabrochada, circulada de folhas, deixando ver em seu âmago a orla azul semeada de estrelas

3. Alcindo Sodré. "Fazenda e Palácio Imperial da Concórdia", in *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, vol. IV, pp. 223 a 225, ed. da prefeitura de Petrópolis.



Desenho de colar da Ordem da Rosa, existente no arquivo da família imperial, recolhido ao Museu Imperial.

e o monograma P A. Ao alto, a coroa imperial de ouro, presa numa haste espinhada.

Mas o melhor de todos é o terceiro projeto: uma estrela branca, em cujas pontas – que são carregadas de pequeninos botões de rosas – está colocada uma medalha de ouro com o monograma P A entrelaçado, e com uma dupla orla – a interior simples e a exterior azul com dezenove estrelas de prata. Entre as pontas da estrela, guirlandas de rosas. Ao alto a coroa imperial de ouro, atada à guirlanda por um laço do mesmo metal.

Creemos ser inútil qualquer comentário sobre este projeto. Comparado com a forma definitiva da condecoração, é mais que evidente ser ele o modelo aprovado, com pequenas modificações. Assim, a estrela, de cinco pontas, passou a ter seis, livres dos botões que a sobrecarregavam. A dupla orla reduziu-se a uma única e a coroa prendeu-se diretamente numa das pontas da estrela. Mais simples e por isso mesmo mais belo.

Em duas folhas de papel anexos ao documento, há dois desenhos que supomos serem de la Michellerie. Um deles é o estudo da guirlanda do terceiro projeto. As mesmas rosas, dispostas em grupos de duas e de três, intercaladas de folhas simples ou pares. Ou então, flores e botões folhados entremeando-se.

O outro desenho apresenta o risco para o colar de grã cruz. Rosas intercaladas com escudetes, nos quais o monograma P A alterna-se com a legenda “Amor e Fidelidade”. Comparando-se com o modelo oficial, nota-se a modificação nos escudetes, unificados nas iniciais dentro de uma orla.

Divulgamos aqui o colar de grã-cruz que pertenceu ao duque de Caxias e que, por sua morte, passou para seu primo, o marquês da Gávea. O filho deste, o visconde da Penha, fez presente ao príncipe do Grão-Pará e foi por uma especial deferência do príncipe dom Pedro que pudemos publicá-lo. Está encerrado numa caixa de couro verde em cuja tampa, gravada a ouro, vê-se a data da instituição da Ordem, o monograma P A e ao centro a sigla P I.

Este colar foi feito na Joalheria Farani, em 1871, e Caxias o recebeu em atenção aos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai, por decreto de 28 de agosto e diploma de 17 de outubro de 1866 ⁴.

4. Francisco Marques dos Santos. “Caxias na Medalhística Brasileira” – in Revista militar brasileira, Ano XXVI, nº 3, vol. XXXV

O monograma P A, que também aparece, na mesma forma, nos desenhos de Pézerat, parece haver sido adrede escolhido. Outra não pode ser a razão da identidade em ambos os projetos. É de supor-se que, assim como o motivo da rosa, foi determinado para a composição da peça.

Há no Museu Imperial uma secretária de tuia, em estilo império, na qual aparece a mesma sigla. Sabemos que foi por ocasião do segundo casamento de dom Pedro I que o paço de São Cristóvão se guarneceu de móveis de estilo napoleônico. O serviço de porcelana que, segundo a tradição, foi feito nessa época, obedece ao mesmo estilo. É, pois, muita coincidência aparecer em coisas tão díspares a mesma sigla!

Creemos estar elucidado qual foi o autor do desenho da Ordem da Rosa. Nem Pallière, nem Boulanger, nem Ferrez, mas Eugène Hubert de la Michellerie, pintor francês chegado ao Brasil nos fins de 1826.

Pouco tempo viveu em nossa terra Michellerie. Em dezembro desse mesmo ano, fazia-se anunciar no *Espectador Brasileiro* como “pintor de miniaturas e desenhista de todos os gêneros, aceitando encomendas de retratos para os quais pedia apenas duas ou três seções”⁵. Pretendia lecionar desenho, sendo professor examinado nessa matéria.

Seu atelier era à rua do Ouvidor, 126, 1º andar.

Em 1831 desenhou uma planta da parte norte da cidade, litografada por Steimann & Cia., e posta à venda em casa de Seignot-Plancher.

Teria feito parte do corpo de engenheiros militares, segundo informação de Francisco Marques dos Santos⁶. Desenhou diversos projetos de fardas, ao que parece, indumento palaciano, como provam a estampa publicada pelo referido autor, ilustrando artigo citado em nota anterior e o documento nº 3.875 maço 86 do arquivo da Casa Imperial com desenhos de uma farda dos cozinheiros do paço, aquarela esplêndida, assinada – Eugène – e datada de 1827.

Infelizmente pouco se sabe sobre Michellerie e suas atividades no Brasil. Nada mais pudemos encontrar além dos dados acima,

5. Francisco Marques dos Santos. “As Belas-Artes no Primeiro Reinado”, in “Estudos Brasileiros”, nº 11 Ano II.

6. Francisco Marques dos Santos. “Dois Artistas Franceses no Rio de Janeiro”, in Revista do SPHAN, vol. III, p. 136.

fornecidos por quem “enternecidamente” vive a estudar as belas artes no Império...

Mas se pequena foi a produção de Michellerie em nossa terra, basta a criação da Ordem da Rosa, tão expressiva em seu significado, em seu sentido artístico, para recomendá-lo ao respeito e veneração de todos os brasileiros.

Haydée Di Tommaso Bastos

(Conservador do Museu Imperial)

ADENDA

Pertencentes ao documento nº 3.807 são os manuscritos do punho de Francisco Gomes da Silva que, pela sua importância, passamos a divulgar:

Rascunho do decreto de criação da Ordem da Rosa

“Devendo marcar nos anais da História do Brasil a época do meu casamento com a sereníssima princesa Amélia de Leuchtenberg e Eichstaedt, e querendo dar um testemunho público do quanto me é aprazível este consórcio pelas vantagens conhecidas, que dele devem resultar à segurança e estabilidade deste Império: sou servido criar uma nova ordem militar e civil para com ela remunerar os serviços tanto dos nacionais como dos estrangeiros, que mais se assinalem por lealdade ⁷ e fidelidade à minha imperial pessoa e distintos serviços feitos a este Império; e para dar-lhe mais esplendor hei por bem determinar o seguinte:

1º. A mencionada ordem denominar-se-á – Ordem da Rosa – sendo eu o grão-mestre dela e grã-cruz. Grande dignitário mor o príncipe imperial meu muito amado e prezado filho; e para o futuro serão sempre grão-mestres os senhores imperadores meus sucessores e grã-cruzes os príncipes, sendo grande dignitário mor o príncipe imperial herdeiro presuntivo da Coroa.

2º. Terá esta Ordem além dos sobreditos mais dezesseis grã-cruzes, oito efetivos e oito honorários, os quais passarão

7. Riscado no original.

por antiguidade a efetivos na morte de algum deles, não podendo ser nomeado para eles senão pessoas que já tenham por algum título o tratamento de excelência.

- 3º. Terá dezesseis grandes dignitários, aos quais por este título ficará pertencendo o tratamento de excelência.
- 4º. Haverá trinta e dois dignitários não podendo para isto ser nomeada pessoa que não tenha já por algum título o tratamento de senhoria.
- 5º. Haverão os comendadores, que eu houver por bem nomear, e por este título lhes ficará pertencendo o tratamento de senhoria.
- 6º. Igualmente haverão os oficiais e cavaleiros que eu houver por bem nomear, gozando por isso, os primeiros, as honras e continências que competem aos coronéis do Exército e aos segundos, as que competem aos capitães.
- 7º. A insígnia desta ordem será a que consta do desenho junto, sendo a fita cor de rosa e branca, como se vê do mesmo.
- 8º. Os grã-cruzes efetivos usarão da banda da referida cor por cima da casaca ou farda e um colar formado de rosas de ouro e esmalte, nos dias de corte e grande gala e nos mais dias trarão só as bandas por cima da véstia, como é determinado e praticam os grã-cruzes das outras ordens. O desenho nº 1 mostra o padrão do colar, chapa e medalha.
- 9º. Os grã-cruzes honorários usarão do mesmo, com a diferença de não terem colar.
- 10º. Os grandes dignitários terão a medalha pendente do pescoço e chapa na casaca, O desenho nº 2 mostra o padrão de chapa e medalha.
- 11º. Os dignitários usarão o mesmo que os grandes dignitários com a diferença da medalha e chapa não ter coroa. Desenho nº 3.
- 12º. Os comendadores terão a medalha na casaca, e chapa na mesma. O desenho nº 4 mostra o padrão da chapa e medalha.
- 13º. Os oficiais usarão o mesmo que os comendadores com a diferença da medalha e chapa não ter coroa. Desenho nº 5.
- 14º. Os cavaleiros usarão na casa da casaca da medalha do desenho nº 4.



Tampa do estojo do colar da Ordem da Rosa pertencente a dom Pedro I.

15º. Em cada dia ... em memória daquele em que se celebrou o meu feliz consórcio, se fará a festa da Ordem pela maneira que eu houver por bem regular ⁸.

16º. O expediente e tudo mais relativo a esta ordem ser-me-á presente pela Secretaria dos Negócios do Império.

José Clemente Pereira do meu Conselho, etc., etc.

* * *

Relação das pessoas a serem agraciadas
com a Ordem da Rosa, em 1829

Rascunho do punho de Francisco Gomes da Silva, constante do documento nº 3.807.

Grã-cruzes efetivos:

1. Marquês de Barbacena.
2. Conde de Souzel.
3. Marquês da Palma.

Grã-cruzes honorários:

1. Marquês de Aracati.
4. Tenente general Joaquim de Oliveira Álvares.
3. Bispo de Anemúria.
Conde Mejan ⁹.
Planat de la Faye ¹⁰.
2. Bispo capelão-mor.

Grandes Dignitários:

3. Visconde de Pedra Branca.
8. José de Saldanha da Gama – Gentil-homem.
4. Ernesto Frederico de Verna – Viador.

8. Riscado todo este artigo.

9. Recebeu o oficialato do Cruzeiro, em 6 de novembro de 1829 (documento do arquivo, nº 4.207, maço XCI, publicado no fim deste).

10. Recebeu o oficialato do Cruzeiro em 13 de novembro de 1829 (vide documento nº 4.210, maço XCII publicado no fim deste artigo).

9. Miguel Calmon du Pin e Almeida – M. etc.
7. José Clemente Pereira – M. etc.
5. Francisco Gomes da Silva – Conselho
6. João Valentim de Faria P. Lobato
2. Conde do Rio Pardo
Coronel de Brack ¹¹.
Conde de Spreth ⁰¹².
1. Arcebispo da Bahia.

Dignitários:

8. Lúcio Soares Teixeira de Gouveia
9. Miguel de S. Melo e Alvim
5. Barão de Inhomirim
6. Barão da Saúde
1. Marquês de Maceió
2. Marquês de Quixeramobi
4. Monsenhor Sumilher
7. Francisco Cordeiro da S.^a Torres
3. Bispo do Maranhão

Comendadores:

13. Paulo Martins d'Almeida – guarda-roupa.
3. Isidoro da Costa e Oliveira.
Amaro Batista Pereira ¹³.
4. James Norton – capitão-de-mar-e-guerra.
5. João Carlos Pedro Pritz.
14. Plácido Antônio Pereira de Abreu – O tesoureiro da C.
Imp.
Albino Gomes Guerra d'Aguiar ¹⁴.
8. Joaquim Estanislau Barbosa. O capitão-de-fragata.
15. Teodoro José Biancardi
Tomaz Xavier Garcia d'Almeida ¹⁵.
1. Antero José Ferreira de Brito – O brigadeiro.

11. Recebeu a Ordem da Rosa em 4 de abril de 1830.

12. Idem, idem, a 13 de novembro de 1829.

13. Riscado o nome no original.

14. Idem, idem.

15. Riscado no original.

10. José Bernardino Batista Pereira.
12. Lázaro José Gonçalves – O marechal-de-campo.
17. José Joaquim de Lima e Silva – O brigadeiro.
2. Francisco de Lima e Silva – D.º
16. Tristão Pio dos Santos – O chefe de divisão
7. João Pascoe Greenfell – O capitão-de-fragata.
6. João Egídio Calmon.
9. Joaquim V. de Sequeira
João da Rocha Pinto ¹⁶

Oficiais:

7. Paulo Barbosa da Silva – O mordomo-mor.
5. João de Sequeira Tandim – O g. r.
1. Conrado Jacob Niemeyer – O v. cal.
6. Conselheiro Manoel Bernardes Pereira da Veiga.
2. Conselheiro Domingos Ribr.º dos Guimarães Peixoto.
Francisco Júlio Xavier ¹⁷.
Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça ¹⁸.
3. Fernando José de Meio
4. Jacinto Roque de Sena – O cap. de fragata
General Vandancourt ¹⁹.
Cândido José de Araújo Viana ²⁰.

Cavaleiros:

10. Miguel de Frias Vasconcelos.
11. Manoel José de Oliveira.
9. Manoel Francisco Leal.
7. José Manoel Carlos
Joaquim Francisco das Chagas ... (ilegível) ²¹.
3. Francisco da Cunha Bassão.
6. José de Frias Vasconcelos.
2. Francisco Bebiano de Castro.

16. Idem.

17. Idem.

18. Idem.

19. Idem.

20. Anotado a lápis e riscado posteriormente, no original.

21. Riscado no original.

4. Joaquim José Pires.
8. José dos Santos Primeiro.
1. Carlos Lourenço Dankwant.
D. Justo Pedros ²².
General de Vandancourt ²³.
5. José Bernardes Monteiro Guimarães

Documento nº 4.207, maço XCI do Arquivo da Casa Imperial

I

Munich le 15 Juin 1830

Sire

Je ne sais comment exprimer à Votre Majesté Imperiale les sentiments de respect et de la plus vive reconnaissance, pour la très grande faveur dont Votre Majesté a daigné m'honorer en me conferant son Ordre du Cruzeiro, dans la Classe d'officier.

Pénétré de la plus vive reconnaissance j'ose prendre la liberté de mettre aux pieds de Votre Majesté l'expression de toute ma gratitude pour une faveur qui m'honore autant qu'elle me rend heureux.

J'ai l'honneur d'être avec les sentiments du plus profond respect

De Votre Majesté Impériale
Le très humble et très obéissant
Serviteur

M.^{ce} C.^{te} Mejan.

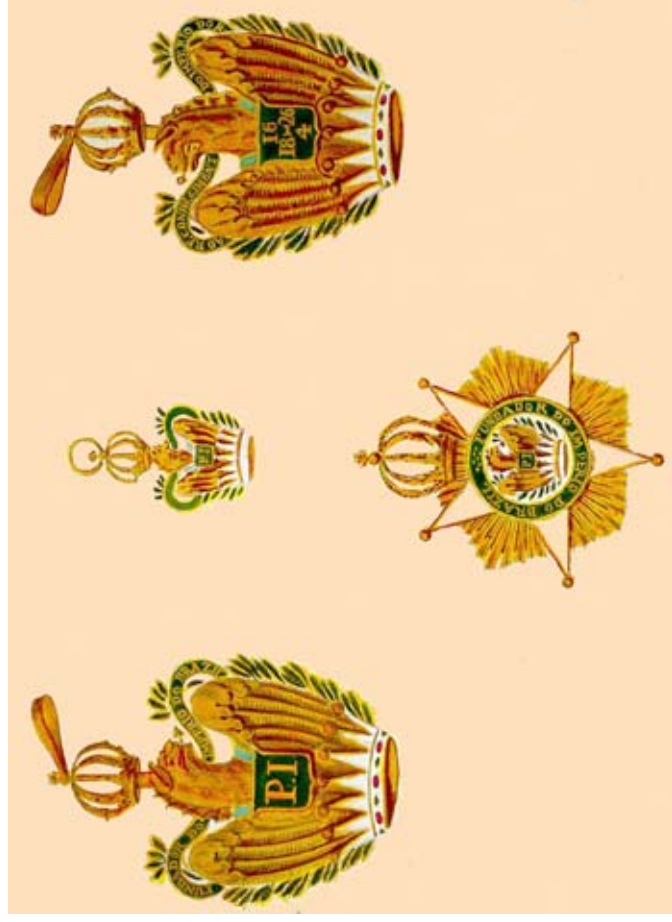
II

Monsieur le Marquis

Je viens de recevoir la lettre que Votre Excellence s'est donnée la peine de m'écrire en me transmettant le Diplome et la Croix d'officier de l'Ordre du Cruzeiro – dont Sa Majesté l'Empereur a daigné m'honorer; sensible comme je le dois à cette grande preuve de bienveillance de Sa Majesté, je prie Votre Ex-

22. Idem.

23. Anotado a lápis e depois riscado no original.



Desenhos sobre a Ordem de Pedro I
(Documento do arquivo da família imperial, recolhido ao Museu Imperial)

cellence d'avoir la bonté de mettre aux pieds de Sa Majesté l'expression de ma vive reconnaissance et de mon profond respect.

Je ne sais s'il est dans l'usage à la cour de Votre Excellence d'oser porter soi-même aux pieds du Trône ses très humbles remerciements, pour de telles faveurs, dans ce doute, je prend la liberté d'adresser à Votre Excellence une lettre pour Sa Majesté l'Empereur, et je la supplie d'Avoir la bonté d'en faire l'usage qu'elle croira le plus convenable.

En renouvelant à Votre Excellence l'expression de toute ma gratitude, j'ai l'honneur d'être avec les sentiments de la plus haute considération.

De Votre Excellence

Le très humble e très obéissant Serviteur

M.^{ce} C.^{te} Mejan

Munich le 15 Juin 1830

Documento nº 4.210, maço XCI do Arquivo da Casa Imperial.

Monsieur le Marquis

J'ai reçu la lettre que Votre Excellence a pris la peine de m'écrire pour m'annoncer que Sa Majesté l'Empereur votre Auguste Maître avait daigné me conférer le grade d'officier de son Ordre du Cruzeiro.

Ayant en l'honneur d'être le plénipotentiaire de Son Altesse Royale Madame la Duchesse de Leuchtenberg tant pour la Signature du Contrat, conjointement avec le Marquis de Barbacena, je sons comme je le dois tout le prix d'une faveur aussi éclatante.

En remerciant Votre Excellence des felicitations qu'Elle vent bien m'offrir à cette occasion, je la prie de vouloir bien être auprès de sa Majesté Impériale, l'interprète dos sentiments dont je suis pénétré et d'agrée en même temps l'assurance des sentiments de respect avec lesquels j'ais l'honneur d'être

Monsieur le Marquis,

De Votre Excellence

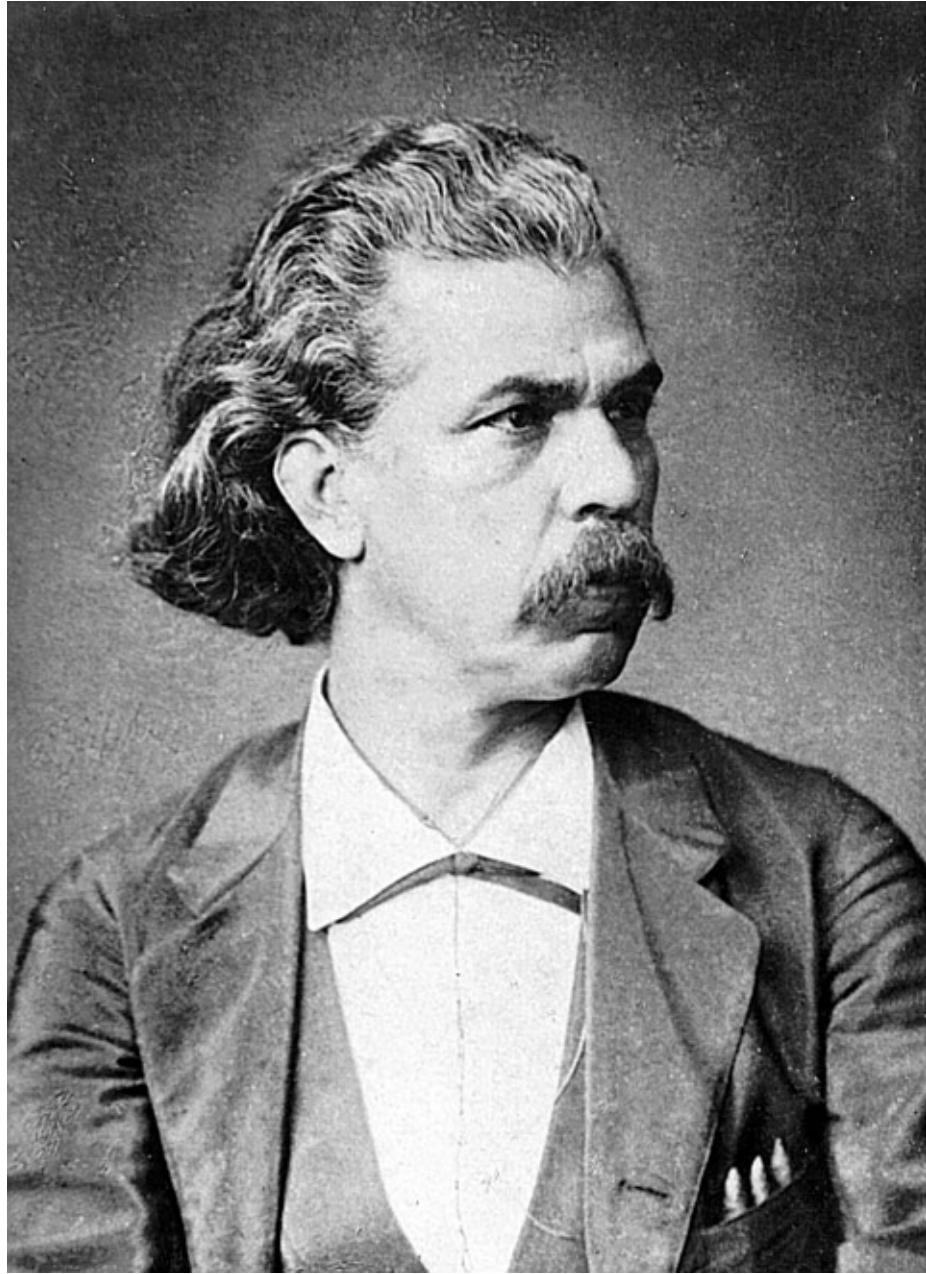
Le très humble et très obéissant

Serviteur

Planat de la Faye.

Aux caux de Kissingen
le 16 juin 1830.

CARLOS GOMES E PEDRO II



Retrato de Carlos Gomes, que serviu de modelo para a maioria das estampas do imortal patrício.

Carlos Gomes e Pedro II

A cena é comum. É a cena de todos os dias. Repete-se continuamente. Passou-se com Carlos Gomes. Com quantos outros se terá passado? E, de futuro? Resumindo: é o momento da glória ofuscando o lado prático da vida.

O representante da Casa Editora Lucca sorriu, enquanto o *maestro compositore* Antônio Carlos Gomes apunha a sua assinatura no documento.

O artista brasileiro também abriu a fisionomia num sorriso de satisfação. Fechou os olhos por alguns segundos apenas e, nesse rápido instante, perpassaram pela sua mente os acontecimentos mais importantes de sua vida: seu berço, Campinas, em 1836. Os folguedos da idade, em companhia dos irmãos numerosos. O pai, Manuel José Gomes, o *Maneco Músico*, regente da banda local, incontestável vocação musical que fizera do conjunto de Campinas uma filarmônica afamada, respeitada e requestada em toda aquela zona. E não só isso: soubera também incutir nos filhos o gosto pela arte que lhes transmitira no sangue, a música, encaminhando-os sabiamente para as mais diversas profissões. Sim, porque na música muitos são os chamados e poucos os eleitos, pois, entre os Gomes contavam-se relojoeiros, farmacêuticos, marceneiros, caldeireiros. A uns poucos, pela índole natural, guiou-os para a vida eclesiástica.

Ele seria alfaiate! Boa profissão, rendosa, com bastantes vagares para devaneios melódicos, como convinha a quem, com cinco anos apenas, já figurava, devidamente fardado, na banda, tocando “ferrinhos”. Já então todos conheciam o pirralho como o *Tonico Músico*.

Depois, um quadro de horror: sua mãe, d. Fabiana Maria Jaguari Cardoso, estendida num lago de sangue, bárbara e misteriosamente assassinada a punhaladas. A visão terrível desfaz-se. Aparece a figura amada do irmão querido, José de Santana Gomes, o “mano Juca”, dois anos mais velho, também violinista

emérito e compositor inspirado, o coração amigo por excelência, ao qual recorreria até morrer, dele recebendo, pela força da ascendência, os conselhos do bom senso e muitas vezes preciosos auxílios pecuniários. O “mano Juca”, o co-participante dos saraus musicais campineiros! O concerto do Sábado de Aleluia, em 1859, em que foi executada, pela primeira vez, um trabalho seu, mais sério: a Fantasia sobre a “Alta Noite”! Nesse mesmo ano, ainda em companhia do irmão dileto, a ida a S. Paulo. A hospedagem numa *república* de estudantes, que vêm no provinciano um talento excepcional, apenas carecendo de ambiente próprio para crescer, tomar vulto e espriar sua fama e glória sobre a capital, talvez sobre a corte, e – quem sabe? – sobre o mundo de além-mar.

Quem sabe? A interrogação evoca-lhe a modinha que escrevera certa vez para a mocinha que adorava secretamente! “Quem sabe?” e “O Guarani”! Que distância, santo Deus! O pensamento volta para os estudantes de S. Paulo. Às instâncias dos entusiasmados companheiros, escreve um hino estudantil, com letra de Bitencourt Sampaio. Compusera-o num momento. Era o *Hino Acadêmico*, logo entoado por todos em transportes de entusiasmo. O êxito assanha-lhe a ambição que sempre alimentara: matricular-se no conservatório da corte! E seu pai, sabedor do brilhareco de S. Paulo, consentiria no que lhe parecia a suprema ventura? Não estava ali o “mano Juca” para atestar o arrebatamento dos paulistanos pelo Tônico? Não poderia invocar o testemunho de Henrique Luís Levi que participara do concerto do Sábado de Aleluia e fora quem convencera o *Maneco Músico*, o pai severo, a permitir que os dois jovens o acompanhassem a S. Paulo? Pesou prós e contras e resolveu, se bem que violando o seu caráter íntegro, fugir para a corte. Arranjou uma carta de recomendação para a condessa de Barral e encetou a grande aventura. Uma vez na corte, procuraram-lhe um alojamento decente em casa de família e, por intermédio da condessa protetora obteve de d. Pedro II autorização para ingressar no conservatório, onde pontificavam Francisco Manoel da Silva, Gioachino Giannini, Moura e Rivero.

A estrada, agora, era mais larga, embora difícil e íngreme.

Lembra-se que chorou quando veio o perdão do pai, junto com a mesada. Que mais poderia desejar? A glória. Sim, ele a obteria pelo seu esforço e pelo seu talento. As *Cantatas*, *A Noite do Castelo* – cavaleiro da Ordem da Rosa. *Joana de Flandres* – Oficial da Ordem da Rosa. E agora a Europa, com os seus

estudos mais adiantados. “À Alemanha!” pensou o imperador mecenas. “À Itália!” resolveu o moço melodista.

Em 1864 fixava-se em Milão. Dois anos depois, o título de *maestro compositore*. As revistas *Se sa minga* (Não se sabe) e *Nella Luna*. A popularidade. Suas cançonetas percorrem a Itália de norte a sul. O êxito foi fácil demais. Não o satisfaz. Ali não viera para isso. Aspirava a algo mais sério. Por feliz coincidência encontra *O Guarani*. Scavini, o libretista das revistas, enceta o trabalho da letra. Não o termina. É Carlo d’Ormeville quem o faz. Em julho de 1866 endereça ao imperador, que lhe custeava os estudos e seu grande animador, a seguinte carta:

Senhor

O abaixo assinado vem respeitosamente aos pés do trono de V. M. I. cumprir um grato dever.

Tendo completado antes do tempo estabelecido os estudos escolares da composição musical, e obtido no dia 6 do corrente em exame público no Real Conservatório de Milão uma carta de maestro compositor, apressa-se a depô-la aos pés de V. M. como justa homenagem à valiosa proteção que V. M. se tem dignado conceder-lhe. O abaixo assinado pede vênua para apresentar a V. M. o melodrama *O Guarani* que se empenhou para que o dr. A. Scavini compusesse e que o seu autor colocou sob os auspícios do augusto nome de V. M.

Fico compondo a música desta ópera e continuando os estudos superiores da composição, esperançoso em que pelos meus esforços me tornarei digno de merecer a continuação da honrosa proteção de V. M. e realizarei algum proveito para o meu país na arte a que me dediquei.

Beijando respeitoso a mão de V. M. I. e de sua augusta família, com orgulho me confesso de V. M. I.

O mais humilde e reconhecido súdito

Antônio Carlos Gomes.

Milão 21 de julho de 1866.

Um ano após nova missiva ao monarca nos seguintes termos:

Senhor

Antônio Carlos Gomes com o mais sincero reconhecimento vem respeitosamente beijar a benfeitosa mão de V. M. I. pela graça que se dignou fazer-lhe concedendo-lhe mais um ano de pensão para poder finalizar e fazer executar na Itália a sua ópera *O Guarani*.

Tão faustosa notícia lhe foi transmitida a 7 do corrente pelo ex.^{mo} sr. A. Loureiro, ministro brasileiro residente em Florença, e se lhe faltam as expressões para avidamente manifestar a V. M. a sua gratidão, envidando todos os seus esforços procurará apresentar um trabalho que o torne digno de tão alto valor. – Finaliza rogando ao céu que conserve a V. M. por longos anos para a prosperidade e grandeza da nação que tem a fortuna de possuir em V. M. o mais virtuoso e magnânimo dos monarcas, e com orgulho se confessa

De V. M. I.

O mais humilde e reconhecido súdito

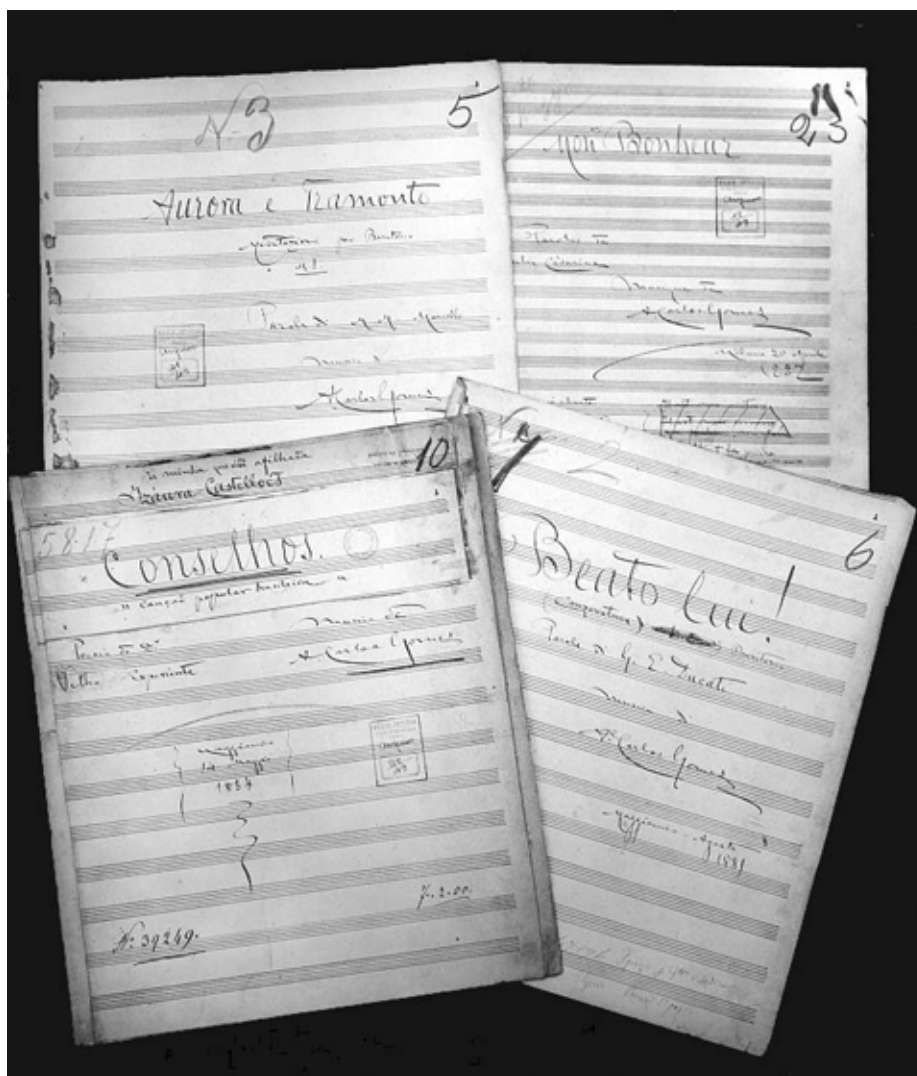
A. Carlos Gomes.

Milão 22 de maio de 1867.

Em dezembro do mesmo outra carta assim começava:

Senhor

Aos pés do excelso trono de Vossa Majestade Imperial venho respeitosamente depor a humilde valsa “*A estrela brasileira*” pedindo permissão para oferecê-la à Sua Alteza a sereníssima princesa senhora d. Isabel Cristina, a quem a dediquei. Trabalho mesquinho, pálido reflexo do imenso amor e dedicação que tributo a Vossa Majestade Imperial e toda a sua



Alguns dos originais avulsos de autoria de Carlos Gomes, hoje recolhidos ao Museu Imperial

augusta família, sirva-lhe de égide o augusto nome do anjo de bondade sob cujas azas buscou proteção.

Permita Vossa Majestade que aproveite o ensejo para beijar-lhe a augusta mão e confessar-me

De Vossa Majestade Imperial

O mais reverente e humilde súdito

A. Carlos Gomes.

Milão 8 Dezembro 1867.

Agora, em março de 1870, ali estava ele, o provinciano campineiro, recebendo uma das maiores ovações de que se tinha memória, da mais exigente platéia lírica da Itália. Não era a vida um mar de rosas? Não corria tudo como que tocado pela varinha amável de uma fada amiga? Naquele intervalo do segundo para o terceiro ato de sua primeira ópera após sua formatura, não era o primeiro passo para maiores lucros uma cessão de direitos para toda a Europa por três mil liras? Não era muito, bem o sabia, era até um ótimo negócio para o editor. Mas se aquela era a sua primeira ópera, outras, mais perfeitas, haveriam de segui-la e então, ele exigiria mais, como o fazia o grande Verdi! Lembrou-se dos duzentos e quarenta réis com que chegara ao Rio de Janeiro, para ingressar no conservatório! Sorriu, ao compará-los com as três mil liras de agora. Sorriu... e assinou.

Naquele instante, Carlos Gomes cometia o mais grave erro de sua vida. *O Guarani*, vendido por aquela ninharia, renderia em pouco tempo milhões aos seus editores. Era o bem-estar seu e dos seus que, impensadamente, num momento de verdadeiro delírio, ele perdia.

Dois meses depois, escrevia a seguinte carta ao imperador:

Senhor

Se V. Majestade fosse presente às primeiras representações do *Guarani* em Florença e Roma, seria para mim grande satisfação.

Não me resta que a resignação por não ter obtido tanta honra. – A fortuna parece que foge de mim como se fosse um decreto... um destino! – Paciência.

V. M. me tem dado tantas provas de apreço, e eu, por isso mesmo sou obrigado a falar-lhe com toda

franqueza, mesmo de coisas de maior intimidade. – Não me foi possível demorar-me em Florença, e mesmo em Roma não poderei vir encontrar as VV. MM. II. visto que a minha posição pecuniária não me permite gastar o que não possuo. Eu sou homem infeliz com aparências do contrário, e assim vivo mortificado em uma posição falsa.

A boa vontade, o trabalho... e mesmo o talento não basta quando se começa uma carreira tão difícil na Europa.

Ninguém pode colher ao mesmo tempo que planta.

Para que V. M. *saiba tudo*, direi: que o ministro do Império senhor João Alfredo, antes da minha viagem para a Itália, prometeu-me formalmente uma pensão por alguns anos, a fim de ajudar-me a viver tranqüilo sem precisão de trabalhar para obter o pão quotidiano e *passar alguns anos na Alemanha* (que tão bem foi desejos de V. M.).

Fiado em tanta promessa, parti para Milão, mas logo soube que o ministro nada fará de quanto me prometeu.

Sem aquela promessa, tanto formal, eu teria ficado em Campinas sem perigo de fazer má figura, e livre da responsabilidade para com os brasileiros que sem dúvida esperam novas produções do autor do *Guarani*.

Fui deluso, porém me resta ainda a coragem que, graças a Deus, ainda não me abandonou.

Bem longe de incomodar a V. M. sobre o que o senhor João Alfredo me faltou, exponho tudo a V. M. simplesmente para fazê-lo ciente do que se passou.

O que desejo ardentemente é que V. M. me conserve sempre a sua amizade, e eu de parte minha farei quanto puder para merecê-la.

Beijo as mãos de V. M. e da minha santa imperatriz.

De V. M. Imperial

Humilde súdito reconhecido

A. Carlos Gomes.

Milão 14 de novembro 1871.

Seu coração grato não esquecia nunca a figura paternal de d. Pedro II e da boníssima imperatriz. A eles devia tudo ou quase tudo quanto alcançara.

O *Guarani* ele o dedicara a d. Pedro:

“À Sua Majestade d. Pedro II, imperador do Brasil, homenagem de gratidão do súdito

A. Carlos Gomes”.

Consagrações populares e oficiais, comendas, odes de exaltação nacionalismo, medalhas, batutas de ouro, etc.

Depois de uma estada na pátria, para apresentar ao imperador e aos compatriotas o seu *Guarani*, volta a Milão, onde se põe a trabalhar na *Fosca*, ópera que ele sempre considerou a sua obra-prima.

Os interesses dos editores, as prevenções do público melodista que a julgara de tendências wagnerianas, tudo, enfim, conspirou contra este seu novo trabalho que subiu à cena na noite de 16 de fevereiro de 1873.

Cinco dias depois, escrevia a d. Pedro, para oferecer-lhe o primeiro exemplar.

Senhor

Tenho a subida honra de oferecer a V. M. I. o primeiro exemplar da minha ópera nova *Fosca* que neste momento sai do prelo.

V. M. I. terá ocasião de ler as inúmeras críticas e apreciações que tem sofrido o meu novo trabalho, o qual foi representado no Teatro da Scala no dia 16 do corrente mês, e fará o seu juízo particular sobre o mesmo.

Beijo as mãos de V. M. I. e de S. M. a Imperatriz como súdito muito reverente.

De V. M. I.
A. Carlos Gomes.

Milão 21 de fevereiro 1873.

Encetava, pouco depois, novo trabalho, o *Salvator Rosa*, como se verá pela seguinte carta, datada de 29 de agosto de 1873.

Senhor!

Venho cumprir com o maior júbilo o dever de agradecer à V. M. Imperial a pensão, que dignou conceder-me.

Sei que tão grande benefício me impõe, perante V. M. I. e a generosa nação brasileira, o dever de trabalhar incessantemente para ilustrar o meu caro país.

Ocupo-me neste momento da composição de uma ópera “*Salvator Rosa*” que irá à cena em janeiro de 1874 no Teatro “*Carlo Felice*” de Gênova, depois de cumprido este compromisso com aquele teatro, e com o editor Ricordi de Milão, tratarei de aproveitar os meios, de que ora disponho, para aperfeiçoar-me na arte musical e realizar, tanto quanto me for possível, as esperanças de V. M. I. e de meus caros patrícios.

Beijo, comovido pela gratidão e pela saudade, as mãos de V. M. I. e de S. M. a Imperatriz

De V. M. Imperial

Súdito muito devotado

Milão 29 agosto 1873

A. Carlos Gomes.

Nova desilusão o acabrunharia. A Taunay, ao seu dileto Taunay que tantas vezes o aconselhara e por ele se batera nos meios oficiais, confessou: “É sempre assim, o que nada me custou, o que escrevi apenas num momento de bom humor, causa todo este barulho, ao passo que a *Fosca*, que é um trabalho sério, consciencioso e cheio de valor, foi recebido friamente. Retrataram-se, é verdade, cobriram-se de flores e palmas com a mesma *Fosca*, mas o golpe já estava dado. Desse tempo é que datam os meus primeiros cabelos brancos. Compus *Salvator Rosa* em seis meses, como mero desabafo.”

De 1875 a 1878 trabalha em sua nova ópera *Maria Tudor*. Novas decepções. Levada à cena no Scala, em 27 de março de 1879, não despertou o entusiasmo que ele esperava. Ao contrário, as disputas entre os editores, o trecho revivendo e ferindo susceptibilidades entre dois povos, fomentadas mais ainda por interesses mal confessados e a música, num país onde pontificavam os grandes melodistas, tudo contribuiu para o insucesso!

Não desanimou. A fibra forte do caipira, como ele mesmo sempre se chamava, não era de molde a abater-se com tantas injustiças. Ainda tinha ânimo para gracejar, ironicamente: “Uma ópera nova é como um queijo de Minas: há quem goste fresco e quem prefira passado, ardido ou com bichos! São infinitas as coisas que conduzem ao insucesso de uma ópera nova; uma das principais é o grau em que se acha um compositor, outra são os amigos aparentes... – os inimigos dos artistas, do empresário, do editor (oh, a rivalidade dos editores... Que gente essa!)”.

Nessa época ainda, novas preocupações o atormentam: a doença repentina do seu magnânimo protetor de passagem por Milão, a perda da esposa e uma enfermidade da filha!

Em 1885, assim se desabafa com o imperador:

Senhor

Por intermédio do ex.^{mo} senhor ministro Lopes Netto recebi mais uma saudação da parte de Vossa Majestade, que foi para mim da mais subida honra e prazer.

É, pois, com toda sinceridade que também eu, como verdadeiro amigo, saúdo Vossa Majestade e toda a augusta família imperial.

Há mais de dois anos que vivo procrastinando o dia de escrever a V. M. com o fim de fazê-lo ciente da luta que ando sustentando em silêncio. Demorei até hoje na esperança que um golpe de fortuna me viesse livrar da triste situação em que me acho.

Pelo contrário tenho andado de mal à pior.

A única boa notícia que hoje posso dar a V. M. é que finalmente a minha nova ópera *O Escravo* está concluída na parte musical, faltando somente passar toda

a ópera em *Partitura de Orquestra*, cujo trabalho material requer ainda 5 ou 6 meses.

Com mais esta ópera cumpro um voto do meu coração de brasileiro patriota. É um *Guarani* correto.

Era meu desejo fazer a estréia desta ópera no Brasil ou na Europa sem depender dos editores, mas não tenho meios para conseguir essa desejada vitória: falo de meios pecuniários.

Sei que V. M. se interessa por mim e há de estimar que eu seja franco: assim não é somente ao imperador do Brasil que eu tenho a honra de escrever; é também a um amigo e protetor. Animado por esse sentimento, escrevo, enfim com a franqueza do meu costume e do meu dever.

“*Ora incomincian le dolenti note*”

É notório que em 1870, cedi, quase grátis, a propriedade absoluta das minhas operas *Guarani* e *Fosca* ao editor Lucca de Milão. Onde andava o meu juízo (se algum dia o tive) quando assinei semelhantes contratos!

O mal, porém, está feito e não há remédio.

Em 1874, desgostoso com o editor Lucca, escrevi para a Casa Ricordi o *Salvator Rosa*, que conta já 11 anos de sucesso. O contrato que essa casa me ofereceu então pela dita ópera era sofrível, mas de outro lado as conseqüências foram para mim fatais. Com a mudança de editor a Casa Lucca tem se vingado de mim cruelmente, negando a ópera *Fosca* aos teatros da Europa, e sobretudo ao repertório italiano; de modo que os meus direitos de autor sobre essa ópera foram nulos durante o tempo que me competiam e hoje estão terminados.

Qualquer lucro que de ora em diante houver será para o editor, ficando a mim somente o eco das harmonias!

O *Guarani*, que também conta já 15 anos de sucesso, foi sempre propriedade absoluta do editor desde 1870 em que se deu pela 1ª vez, e por isso dele

nunca recebi direitos de autor na Europa. O *Salvator Rosa* na Itália e mesmo fora já está muito conhecido e principia a render bem pouco ao editor e por conseguinte muito menos ao pobre autor.

A *Maria Tudor* é ainda hoje um problema, e não compreendo a razão pela qual o editor Ricordi tem se mostrado sempre intransigente com as empresas que se têm oferecido para pô-la em cena.

O autor, neste caso, é sempre a última roda do carro por ser a ópera de propriedade do editor.

Eu sou tão caipora que até mesmo no Brasil esta ópera tem ficado no esquecimento.

Estas e muitas outras graves contrariedades têm sido a causa dos meus contínuos atrasos.

Tenho lutado muito, muitíssimo, mas hoje vivo desanimado. É necessário por isso que eu confesse tudo, tudo à V. Majestade.

Logo depois da *Tudor* o meu desejo foi escrever outra ópera de assunto puramente nacional, lisonjeado, como fui, por alguns amigos daí que era provável que me fosse dada oficialmente a comissão de escrever uma ópera de assunto nacional e expressamente para o Brasil. Mas faltava-me o libreto (o libreto!). Gravíssimos desgostos de família deram motivo à minha viagem ao Brasil em 1880, procurando sanar certas dolorosas feridas que só se curam no cemitério. Em 1882 e 83 fui também ao norte do Império arrastado por um empresário que me prometeu o que não cumpriu, e de lá voltei arrependido por ter perdido o meu tempo sem nada ter avantajado em interesses.

Não me faltaram também os *falsos amigos* nessa ocasião. Mesmo, porém, em viagem a minha idéia fixa foi sempre o *Escravo*, do qual os jornais mexeriqueiros do Brasil já tinham dado notícia com antecedência.

No princípio da formação desse libreto as dificuldades foram tais que desanimei e abandonei-o por alguns meses. Lancei mão logo em outros libretos: o 1º *Leona* (assunto espanhol), o 2º *Oldrada* (assunto alemão). Cheguei até a metade dessas duas óperas e reconheci que era, como é, melhor a primeira idéia.

Voltei enfim decididamente ao assunto nacional; mas o poeta já tinha perdido a paciência comigo, e eu com ele... Mas era necessário libertar o *Escravo!* Principiei *da capo* sustentando um duplo trabalho, inventei o drama, compus a poesia e a música ao mesmo tempo. Um *tour de force!* Conheço que não sou Wagner nem Brito quanto aos conhecimentos literários, mas também não passei todo o meu tempo no estudo da música; tenho lido muitos autores antigos e modernos; conheço as regras da poesia e com bastante prática da cena e com a minha força de vontade compus todo o libreto do *Escravo*.

Quanto à música desta ópera “*ai posteri l’ardua sentenza!*”.

Consta-me que V. M. leu o *libreto*, podendo assim julgar se um italiano que não conhece o Brasil e que nada tem lido a respeito poderia imaginar certas cenas puramente brasileiras e que só um filho do sertão como eu poderia reproduzir.

Como, porém, poderei continuar com ânimo tranqüilo no trabalho, ainda que material, da partitura, faltando-me hoje todos os recursos para mim e meus filhos, e ainda cercado de credores?

Hoje é só a humilhação; daqui a cerca de 3 meses será um naufrágio à vista do porto!

Imagine V. Majestade que a minha casa, edificada no campo com o fruto de antigas economias, está hipotecada por pouco menos do valor e que devo ainda mais 46 mil francos ao Banco de Lecco, dinheiro tomado pouco a pouco para viver durante estes 3 últimos anos em que nada tenho recebido das minhas óperas tanto na Itália como no Brasil.

Minhas óperas estão depositadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará. Se houvesse um pouco de boa vontade da parte dos meus amigos do Brasil, os empresários não passariam sem representá-las anualmente e com esse produto eu teria podido viver sem humilhações, sem endividar-me e sem viver pedindo...

É triste para quem, como eu, vive necessitado, saber que pessoas estranhas se aproveitam dos meus trabalhos



Homenagem de Ângelo Agostini no jornal ilustrado "Don Quixote".

rindo-se de mim. E isso tem se dado várias vezes no Brasil.

No Rio Grande do Sul se tem representado o *Guarani* sem que eu possa reclamar os meus direitos contra a violência dos empresários italianos que por lá andam, não tendo eu amigos naquela província e não sabendo a qual autoridade dirigir-me. Até a senhora Coaracy serviu-se da música da minha ópera para o drama *Guarani* dado ultimamente na corte. Outros, sem minha permissão cantam em seus *benefícios* pedaços das minhas óperas e sem curar-se dos meus direitos de autor. São miudezas, mas na minha posição até o pouco me serviria.

E como tenho passado até hoje?

Já o disse à V. Majestade: do crédito e da estima que, modéstia de parte, gozo na Itália; mas o crédito tem seu limite e o Banco de Lecco já me deu a entender que está cansado de renovar as letras e quer o importe.

Essas letras vencem-se a 9 de dezembro próximo. O que hei de fazer?

Bati já a todas as portas de onde podia esperar algum socorro: o compadre Castellões respondeu-me que para o futuro espera obter uma récita em meu benefício.

Mas isso é para o futuro!

Meu irmão respondeu-me que não me pode socorrer. O Ricordi está muito alcançado nos seus negócios e impossibilitado de adiantar-me quantia alguma.

É uma coincidência singular: em 1870 V. Majestade Imperial abriu as portas do Scala para o *Guarani*. Hoje o *Escravo*, que é o meu segundo *Guarani* não poderá viver nem ser libertado se V. M. não lhe estende a mão benéfica.

Até que pude calei-me para não afligir à V. Majestade; hoje, porém, sou obrigado a confessar toda a verdade, e conhecendo o coração magnânimo de V. Majestade e conhecendo quanto me é amigo ousar pedir e suplicar que me empreste a quantia de 50 mil francos que me são indispensáveis para me salvar da triste posição em que me acho.

Com mais esta imensa graça V. Majestade salva um pai de família, um amigo, um artista e mais um *Escravo!*

Beijando a augusta mão de V. Majestade peço desculpa da prolixidade desta carta e me assino com toda a sinceridade do meu coração

De V. Majestade Imperial

Amigo muito grato e súdito fiel

A. *Carlos Gomes.*

Milano 19 de setembro de 1885

Tremenda provação essa de ver seus trabalhos enriquecendo editores, empresários, artistas e até pseudo-amadores, enquanto ele, o criador, era obrigado a recorrer à generosidade nunca desmentida de seus amigos entre os quais, além do imperador e do mano Juca, o visconde de Taunay, André Rebouças, Francisco Castelões e Salvador de Mendonça.

Estava pronto *O Escravo*. Nesta época – 1888, escreveu as duas seguintes cartas à princesa Isabel, então regente:

Senhora,

O sentimento de gratidão por muito tempo guardado em meu peito precisa hoje expandir-se, e por isso venho, com toda a ventura, pedir à V. A. Imperial a permissão de dedicar o meu “*Escravo*” à sereníssima princesa signatária da áurea lei de 13 de maio de 1888.

Estando a minha ópera a imprimir-se só espero que V. A. Imperial queira bondosamente aceitar a dedicatória, para que possa ser publicada.

Jubiloso por saber notícias do completo restabelecimento de S. M. o Imperador, repito ainda uma vez que prenda-me a mais sincera amizade e dedicação à V. A. e toda a augusta família imperial.

Beijando a mão de V. A. Sereníssima sou de todo o coração

Súdito e amigo dedicado

A. *Carlos Gomes*

Milão 15 de julho de 1888.

Senhora,

Hoje que a Divina Providência quis salvar do perigo a preciosa saúde do nosso magnânimo imperador, vivo com o coração tranqüilo e na fé de que quanto antes S. Majestade há de se restabelecer.

Cumpre-me também apresentar à V. Alteza Imperial as minhas felicitações pelo grande acontecimento que acaba de livrar totalmente o Brasil da escravidão.

Como velho e grato amigo da augusta família imperial, rogo V. Alteza aceitar os votos mais sinceros do súdito fiel

Amigo dedicado

A. Carlos Gomes.

Milão 27 de maio 1888.

A peça deveria ser levada no Teatro *Comunale* de Bolonha. Empecilhos intransponíveis apareceram. Exigências do empresário, inflexível intransigência do libretista Paravicini que não admitia a inclusão no segundo ato da ópera de um *Hino da Liberdade* sobre versos de um amigo dileto. O caso vai aos tribunais que dão ganho de causa a Paravicini.

O maestro, desgostoso, resolve montar a sua ópera no Brasil, onde, estava certo, encontraria ambiente mais favorável. Assim foi por ocasião da chegada do grande compositor ao Rio a imprensa embandeirou-se, e de um dos periódicos extraímos estas pitorescas estrofes:

APARAS

Ele chega, ele vem hoje
dentro em pouco ele está aqui,
o autor do *Salvador Rosa*,
da *Fosca* e do *Guarani*.

Levanta-se enorme grita,
há festas por toda parte,
pra receber com estrondo
o nosso Messias de arte.

Incrível anomalia
Contradição... nem sei,
Festejar assim um homem
que vem transgredir a lei!

Fazer pomposa homenagem
da música pátria o bravo,
quando ele, após a Lei Áurea,
inda nos traz *O escravo!*

Tesoura
("O País" de 09/07/89)

A montagem de *O Escravo* foi custeada por uma subscrição popular, chefiada pelo sr. Oscar Guanabara e iniciada pela princesa Isabel, e a 27 de setembro de 1889, subia à cena no Teatro Lírico, onde obteve verdadeira consagração.

Não estavam, porém, terminados os golpes adversos da fortuna e não cabe aqui enumerá-los, pois o fito destas considerações é apenas o de servirem de moldura para algumas cartas inéditas pertencentes ao arquivo do Museu Imperial e dirigidas ao seu grande amigo e protetor que, sempre, oficialmente ou do seu bolsinho particular, jamais deixou de contribuir para que o *Tonico Músico* da banda de Campinas se transformasse, como realmente o conseguiu, não obstante todos os óbices, no grande e genial maestro Antônio Carlos Gomes, o maior compositor lírico das Américas.

Carlos Gomes, por seu turno, além de corresponder aos anseios artísticos de seu imperador e dos seus compatriotas, soube sempre conservar-se digno desta estima, jamais escondendo o que devia ao imperial governante. "Se não fosse Pedro II eu não seria Carlos Gomes", disse certa vez. Poderia acrescentar: "A ingratidão é erva daninha que jamais medrou no coração de um filho de *Maneco Músico!*"

Além da interessante correspondência que agora divulgamos, possui a biblioteca do Museu Imperial os originais das principais óperas de Carlos Gomes e diversas outras composições do imortal maestro que, por sugestão de sua filha, a sra. Ítala Gomes Vaz de Carvalho, a "Casa Ricordi", da Itália, ofereceu ao referido



*Carlos Gomes
no seu regresso á patria, que tanto honra com o seu talento.
Homenagem da "Revista Ilustrada".*

Alegoria da "Revista Ilustrada" por ocasião do regresso ao Brasil do grande maestro.

Museu, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de acordo com a relação seguinte:

Il Guarany.
Fosca.
Salvator Rosa.
Maria Tudor.

Canções avulsas:

La Moda – Cançoneta da Revista de 1868.

Album Vocale – Itália, 1884, contendo:

- a) Spirito Gentile
- b) Divorzio
- c) Rondinella
- d) Oblio
- e) Il Brigante
- f) Bella Tosa
- g) Cos' è l'amore? (Canzonetta)
- h) La piccola mendicante

Civettuolo

Conselhos – Canção popular brasileira, oferecida a sua afilhada Isaura Castellões, em 1884.

La Bolleta – Canzone

L'Arcolajo

Nella Luna

La Regata – Barcarola

Qui-pro-quo – Scherzo – Canzonatura

Lisa mi vos-tu ben? – Canzonetta Veneziana

Celia d'Amore – Canzonatura

Beato lui! – Canzonatura

Se sa minga – Canzonetta – Revista de 1866

La Madamina – Canzonetta

Aurora e Tramonte – Meditazione

Preghiera dell-Orfano (Milão, 1881)

Mon Bonheur (Milão, 1882)

Luiz Afonso D'escragnolle.

Bibliografia

Visconde de Taunay. *Dois artistas máximos: José Maurício e Carlos Gomes*.

Luiz Felipe Vieira Souto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 171.

Arquimedes Pereira Guimarães. *Antônio Carlos Gomes*, Bahia, 1936.

Renato Almeida. *Os nossos grandes mortos – Carlos Gomes*, Rio, 1937.

Ítala Gomes Vaz de Carvalho. *A Vida de Carlos Gomes*.
Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

**DOM PEDRO I ATRAVÉS DE SUAS CARTAS
AOS FILHOS**

Dom Pedro I através de suas cartas aos filhos

A biografia de d. Pedro I ainda está para ser escrita. Apesar de certo número de obras que, de algum tempo a esta parte, tem aparecido, tratando dos feitos do nosso primeiro imperador, pode-se afirmar que apenas têm merecido uma pesquisa mais sistematizada certos aspectos de sua personalidade, continuando na penumbra o conjunto de sua heróica figura.

Alberto Rangel, que nos poderia ter dado obra definitiva sobre o assunto, pois foi, por muitos anos, o manuseador único e exclusivo do opulento arquivo da Casa Imperial, então ainda no castelo d'Eu, deixou apenas, além do documentadíssimo “D. Pedro I e a marquesa de Santos”, uns poucos ensaios a respeito, esparsos em sua obra, e que vieram, pelo aspecto pouco feliz, mas tão de sua preferência, fornecer assunto a crônicas desairosas, quando não falsas e errôneas, focalizando ambientes de bastidores, como o *mal sagrado*, as *maluquices* e as *amantes do imperador* e outros assuntos prediletos dos contadores de anedotas históricas.

Não estou pretendendo, é claro, menosprezar a monumental obra deixada por mestre Alberto Rangel, a quem deve a história do Brasil, entre outros relevantíssimos serviços, a organização do nunca assaz louvado inventário dos documentos da Casa Imperial; mas apenas anotar que, apesar do farto material de que dispunha e da competência que nunca lhe foi negada, não deixou, relativamente a d. Pedro I (que é o assunto que nos interessa no momento), a obra que se esperava do seu talento de historiador.

Seus ensaios e trabalhos de pesquisa referentes a temas e pessoas do Primeiro Reinado aí estão provando abundantemente o que ganhariam os estudiosos se Rangel pusesse mãos à obra num trabalho dessa envergadura.

Na verdade, porém, em que pese todo o *prestígio* dos comentadores das imperiais alcovas, não nos deve preocupar, a quem tem como escopo a verdadeira história, o lado pitoresco, digamos

assim, da figura de d. Pedro I. Certo que também esse influirá em sua biografia e não pode ser desprezado, mas, daí, transformar o imperador em rei de opereta ou de baralho de cartas (como pretendem certos espíritos, que o apresentam qual mero joguete nas mãos de José Bonifácio ou da marquesa de Santos) vai uma grande diferença.

Poucos historiadores entre nós se têm preocupado com a biografia de d. Pedro I, dando-lhe a atenção merecida. Enquanto o segundo imperador, mercê de sua posição invulgar, pôde encontrar escritores à altura, afora Pedro Calmon (que, com o “Rei Cavaleiro”, foi, segundo nos parece, o único autor a empreender a história do fundador do Império) só tem d. Pedro I encontrado comentaristas e críticos (no bom sentido do termo) para certos aspectos de sua vida atribulada.

Esta, entretanto, depois que os estudos históricos vêm tomando a feição de verdadeira ciência, abandonando o aspecto de romance ou, ao contrário, de cronologia comentada, vai adquirindo novas facetas e impondo-se à nossa consideração.

Sua figura histórica, mercê dos documentos que se vão divulgando, cresce todos os dias; e é precisamente o que pretendemos aqui: reproduzir alguns documentos de seu próprio punho, que mais não são que uma contribuição à sua biografia.

Trata-se de cartas escritas por d. Pedro a seus filhos depois do 7 de abril. São uns poucos documentos, escolhidos no meio de numerosa correspondência, iniciada ainda no Rio de Janeiro, já a bordo do navio que o levaria para a Europa, e se prolonga até 1834, ano de sua morte.

A divulgação dessas epístolas proporciona-nos uns comentários à margem, para melhor identificação de pessoas e coisas aí citadas. Há impressões que se fixam, desde logo, a uma simples leitura: a como que obsessão de volver ao Brasil, a par da certeza, vez por outra expressada, do exílio definitivo; o caráter político de certas cartas ao filho – fato que só se explica pela certeza de serem lidas pelos membros do governo, e o carinho demonstrado pelas princesas.

Comentários, aliás, de várias ordens podem ser feitos a uma simples leitura – desde a ortografia (a mesma palavra aparece sob vários aspectos) até o ideal filosófico do imperador.

Antes de cada carta julgou-se conveniente anotar o número de sua catalogação, tal como está no inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no castelo d’Eu.

Assim, a notação em romano corresponde ao maço e a em arábico ao número do documento.

Lourenço Luiz Lacombe

* * *

XCIII – 4448

I

Meu querido filho, e meu imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu; eu mal a pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que enquanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração.

Deixar filhos, pátria, e amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua, e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que eu me hei de encher de ufanía por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar aquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba a benção de

Seu pai que se retira saudoso e sem mais
esperanças de o ver

D. Pedro de Alcântara.

Bordo da nau Warspite 12 de abril de 1826 (Esta data está riscada) 1831.

XCII – 4282

II

Minha querida filha. Muito e agradeço (sic) as tuas cartinhas que realmente estão mui bem feitas, e bem escritas. Eu te peço que continues a escrever para a Europa para onde me retiro saudoso, a fim de que minhas inextinguíveis saudades sejam de algum modo mitigadas. Recebe a benção de

Teu pai que se retira saudoso e sem esperanças de tornar a ver-te

Bordo da nau
Warspites (sic)
12 de abril de 1831

D. Pedro de Alcântara.

XCII – 4289

III

Minha querida Januária. Muito te agradeço as tuas cartinhas; elas me te (sic) aliviado um pouco este aflito coração porque nelas me dizes que estás de saúde. Adeus minha querida filha recebe a benção de

Teu pai que muito te estima

Bordo da corveta
Volage 12 de abril de 1831

D. Pedro de Alcântara.

XCII – 4282

IV

Minha querida Paula. A tua cartinha está mui boa; eu te agradeço: ela tem servido de lenitivo ao meu mal. Continua minha filha a escrever a este

Teu pai que muito te estima

Bordo da corveta
Volage 12 de abril
de 1831

D. Pedro de Alcântara

XCII – 4273

V

Minha querida Chiquinha. Tu não podes fazer uma idéia (nem a tua idade te permite) *do do* (sic) que são saudades, elas me rasgam o coração a ponto, que o meu consolo é chorar. Adeus minha amada filha recebe a benção de

Teu pai que muito te estima

D. Pedro de Alcântara.

Bordo da corveta Volage 12 de abril de 1831.

A respeito dessas duas últimas cartas há uma interessante circunstância: não possui o arquivo do Museu Imperial os originais, mas apenas reprodução litográfica das mesmas – o que se verifica por vários detalhes. Tal processo foi muito usado no tempo e bastante divulgado. Vários particulares possuem exemplares dessas litografias que, à primeira vista, iludem os próprios estudiosos do assunto, que julgam possuir os originais dessas missivas.

XVII – 4317

A bordo da Volage 18⁶/₃₁

Meu querido filho, e meu imperador. Depois de uma viagem de em que apanhamos um grande temporal como verás do desenho que lhe envio chegamos ao porto de de donde (sic) conto partir para Paris. Muito estimarei que esta o encontre de perfeita saúde. Eu e a sua mamãe estamos bons: ela bastante sofreu durante a viagem; mas depois que refrescamos no Fayal (como era de absoluta necessidade) tem passado melhor. Lembre-se sempre de um pai que ama, e amará até à morte a sua (a palavra está riscada) pátria que adotou por sua, e em que V. Majestade teve a fortuna de nascer. Eu não digo isto porque me arrependesse de ter abdicado; bem pelo contrário eu nasci muito livre, e amigo da minha independência para gostar de ser soberano, e em uma crise em que eles têm ou de esmagar os povos que governam ou de serem esmagados por eles; porque a luta tem chegado a um tal ponto de apuro que a conciliação quando não seja impossível é pelo menos mui dificultosa e de pouca duração caso que possa ser conseguida. Ora pensando eu assim quanto aos soberanos que se governam a si, e aos outros como pensarei eu a seu respeito quando

olho para uma menoridade de 13 anos? O coração me estala de dor a considerar a sua sorte e a da minha querida pátria à estas horas já retalhada e em esperanças de uma guerra civil! Deus queira dar força moral à regência para que possa para o futuro entregar-te o cetro e a coroa tão inteira como eu a abdiquei, e será isto possível? Sim; mas não é provável. Aonde está este fantasma, o prestígio, nos membros da regência? Aonde está a opinião pública interessada por manter o governo? Ah. Eu não a vejo e só se me antolha a cabala, e a intriga trabalhando por derribar esta regência que tanto conviria manter, enfim meu querido (sic) eu antevejo a tua desgraça poderá esta parecer algum ressentimento contra os brasileiros; não eu amo-os muito e a pátria e por isso tremo quando considero nas tristes circunstâncias a que a reduzirão homens que jamais a poderão salvar porque para isso não têm o que lhe é preciso. Opinião. De certo a assembléia caprichará em salvar a pátria mas desgraçadamente nada fará porque de que servem leis sem costumes? Não (há) obediência, não há respeito às autoridades, não (há) ordem, tudo é confusão tudo será anarquia, e se pelos antecedentes se podem ver as conseqüências eu vejo a destruição do grande Império do Brasil mui próxima pelo menos desta Constituição única que nas atuais circunstâncias se houvesse quem a respeitasse o que nunca houve, salvo eu, poderia salvar a pátria dos horrores que a ameaçam logo que o partido ainda atire à minha saída escondido aparecer em campo proclamando a República ou pelo menos a destruição desta Constituição com o intento de tirar ao governo, e ao imperador os poucos direitos que tem, e a pouca força. Basta meu querido filho a tua menoridade deveria fazer me conter; mas não é bom profetizar para que a todo o tempo se saiba como pensou seu pai que muito o ama.

Trata-se, evidentemente, de uma minuta, pois está cheia de emendas, trechos em branco, e não tem assinatura. Infelizmente não vem acompanhada do desenho a que se refere d. Pedro, representando o grande temporal, embora “sua menção pelo próprio d. Pedro I” seja “um importante elemento para a biografia dos nossos soberanos”, como já anotamos no prefácio ao catálogo da “Exposição de Estampas” (M. I. Petrópolis, 1949, p. 10).

Não pudemos atinar a que se quis referir o ex-imperador quando menciona “uma menoridade de 13 anos...”

XCII – 4319 (A lápis)

Meu adorado filho. Desejando-te muita saúde faço esta de frente do porto de Falmouth aonde chegamos com 57 dias depois de havermos sofrido um temporal nos dias 27-28-29 do mês passado como verás do desenho que te envio: daqui seguiremos para o bom (?) porto de Cherbourg para de lá irmos para Paris de onde conto escrever-te, para te dar notícias minhas e de tua mãe que muito tem sofrido. Eu acho-me de perfeita saúde e o (ilegível) sofrimento tem sido no espírito pela separação de filhos e pátria que adoro mas quando considero que me acho simples particular sinto alívio a meus tormentos pois nada é melhor que ser livre e independente.

Dá recados a tuas manas disse-lhes que lhes não escrevo porque não tenho tempo que tomem esta como sua e que se lembrem de um pai que tanto as ama que se não esqueçam dos conselhos que lhes dava que sejam obedientes as suas criadas que tratem bem a todos que estudem estas recomendações também te são aplicáveis portanto meu filho do coração toma-as também para ti.

A pressa não me permite demorar-me mais tempo a escrever-te é mister acabar, e assim o faço lançando-te a minha benção, e a tuas irmãs como

Pai que muito vos ama
D. Pedro.

Bordo da fragata Volage 9 de junho de 1831.

P. S. Tua mana ainda não chegou.

A mamãe manda muitos recados a todos e diz que não escreve por não se achar com forças para isso.

A frase: “tua mana ainda não chegou” refere-se a d. Maria da Glória que, ainda no Rio de Janeiro, de bordo da *Warspite* passara-se para a fragata francesa *La Seine*, posta à sua disposição.

XCIII – 4448

Meu querido e amado filho, posto que minhas cartas que de bordo da nau *Warspite* te escrevi não tenham, até a data desta sido respondidas, não posso, contudo, deixar de por este moda como bom brasileiro, felicitar-te pelo dia de hoje.

Muito estimarei que esta te ache de perfeita saúde, e a tuas lindas irmãs: nós gozamos saúde, e sofremos saudades que de modo algum podemos explicar.

Deus Nosso Senhor te tenha em sua santa guarda bem como a minha adotiva pátria a qual desejo todas as felicidades possíveis.

Dá recados e muitas saudades a tuas lindas e inocentes irmãs, e tanto tu como elas recebam a minha benção.

Teu pai que muito te ama e que muitas saudades tem de ti

Pedro.

Paris 19 outubro de 1831.

Na carta anterior assinava-se o duque de Bragança d. Pedro de Alcântara, embora as minutas que aparecem no citado arquivo, com letra do Chalaça, tragam, abreviadamente, P. d'A. (d. Pedro II assinava-se, sempre, com a preposição apostrofada). Neste documento, assina-se o missivista Pedro, tout court.

O *Inventário* citado, sob a cota deste documento, menciona: “acompanham 4 cartas do mesmo ao mesmo”. Uma delas, porém, é datada de bordo da *Warspite*, e já foi transcrita em ordem cronológica.

XCIII – 4448

Paris 5 de novembro de 1831.

Meu muito amado e prezado filho. A 19 do passado mês tive o gosto de te escrever a fim de te dar (como bom brasileiro) os parabéns do teu nome: hoje faço esta para saber da tua saúde, dar-te parte que eu, mamãe e tua mana estamos bons, e para te fazer saber que te remeto uns poucos de bonitos, que estimarei te agrade-m.

Não posso deixar de te recomendar que estudes, e que te faças digno de, um dia, imperar no Brasil (minha pátria) felicitando-o.

Recebe meu amado filho do coração a benção de

Teu saudoso pai
que muito te ama

Pedro.

P. S. Peça-te que me respondas como poderes.
Mamãe te abraça.

Relação dos bonitos

3 balões.
1 caixa de soldados.
1 espingarda.
1 talabarte.
1 espada.
1 patrona.
1 caixa de soldados (creio que a cavalo).
1 lanterna mágica (com 12 vidros).
1 pistola.
1 carroça.
1 corda para saltar.
1 trem de cozinha.

XCIII – 4448

Paris 26 de novembro de 1831

Meu querido filho. Por mão de mr. Ornaga (?) me foi entregue, no dia 15 deste mês, uma carta tua, escrita a 17 de agosto toda pela tua letra, e na qual fazes menção e me agradeces a minha de 9 de junho, me dizes que seguirás meus conselhos e que estudas com muita atenção; eu me encanto com tudo isto, e espero que continues a estudar com proveito a fim de que um dia possas reger, com sabedoria, e justiça, a tua pátria de nascimento, e minha de adoção.

Muito te agradeço o teres colocado o pequeno desenho do temporal ao pé do meu retrato: tu não fazes idéia do grande prazer que experimento com tal notícia, bem como do quanto te estou agradecido por esta prova de amizade.

A 5 deste te escrevi a pedir-te notícias tuas; juntamente com a carta foi um caixão (pelo Havre) cheio de bonitos para ti e para tuas manas; muito estimarei te agradem.

Sinto que não tivesses tempo de me escreveres pelo almirante Grivel; mas a recomendação que lhe deste para mim, circunscrita na expressiva palavra = Saudades = é para mim de um valor sem igual: sim meu amado filho, eu te mereço as saudades

que tens de mim eu te amo muito, e te desejo, e à tua e minha pátria, todas as felicidades possíveis.

Recomendo-te tanto obediência ao tutor que te dei e a tuas manas, como me tinhas a mim mesmo: eu assim o espero.

Recebe, meu querido filho, a benção que te deita

Teu saudoso pai que muito te ama

D. Pedro.

P. S. Manda-me o teu retrato e a tua medida. Recados às tuas criadas.

XCIII – 4448

Paris 9 de janeiro de 1832.

Meu querido filho, e meu amigo. Muito prazer me causou a tua carta de 19 de novembro p. p. Nela tu me dizes que tens muitas saudades minhas as quais se tornam maiores por veres aqueles lugares em que outrora brincavas comigo: eu o creio, ainda que a tua idade não é para conhecer verdadeiramente o que são saudades. Se tu tens tido saudades minhas que farei eu, meu amado filho, que desgraçadamente as experimento em grau mais elevado? Ah, meu amado filho, o tormento em que vivo pela ausência da pátria que adotei e de ti é tão grande que não tenho jamais um instante de completa satisfação; esteja ainda no maior divertimento quando considero que jamais te verei e à pátria à qual dei Independência, e ofereci uma Constituição, eu me sinto cair em um estado de tristeza que não tenho termos com que o possa exatamente descrever.

Eu não cesso de fazer ardentes votos ao céu pela prosperidade do Império do Brasil: eu tomo um vivo interesse por aquela pátria que adotei, e a cuja existência dei começo no dia 7 de setembro de 1822 na ocasião em que no alto da Piranga proclamei *eu mesmo* a Independência do Brasil: por todos estes motivos o Brasil é também meu filho não és só tu: sejam perguntados os paulistas que ainda vivem e todos os brasileiros honrados, a este respeito, e eu estou certo que nenhum deles poderá contradizer-me a fim de me querer roubar esta glória.

Louvo-te muito a aplicação que tens mostrado nos teus estudos. Eu espero que continues pois com isso é que tu hás de achar para o futuro, e dás muito prazer a teu pai. Recebi o pequeno desenho que me mandou d. Mariana muito lhe estou agradecido: muito estimarei que diferentes outros desenhos me remetas sendo alguns deles de vistas dos lindos lugares que conheço.

Mui sentido estou porque José Bonifácio me não tem escrito nela uma só palavra, até a data desta: dize-lhe que se lembre de me mandar notícias tuas, como me prometeu a bordo da nau Warspite, e pelas quais suspiro, e às quais tenho direito como pai, dize-lhe que assim como ele não gostaria de não receber notícias de seus filhos também eu não gosto, dize-lhe finalmente que eu espero que ele me corresponda aquela prova de amizade e confiança que lhe dei entregando-lhe o que tinha de mais caro, mandando-me diretamente notícias tuas e de tuas lindas manas.

Aproveito esta ocasião para te dar os bons anos desejando-te e ao Brasil muitas felicidades.

Faze meus cumprimentos à regência e também aos ministros com muita especialidade ao muito honrado paulista que tem sabido conter os anarquistas, e apoiar os homens de bem.

Aceita, meu amado filho, a benção que te deita
Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

XCIV – 4505

Angra 6 de março de 1832.

Meu querido filho do meu coração. Proporcionando-se-me ocasião de te escrever não a quis perder aliviando de algum modo (se é possível) as saudades que tenho de ti, de tuas manas e do Brasil do qual jamais me esquecerei.

Eu estou bom e muito estimarei que esta te encontre de perfeita saúde bem como a tuas manas. Eu aqui me acho no lugar que minha honra me ditou. Daqui partirei à testa dos fiéis súditos de tua irmã a derribar a tirania em Portugal; dando deste modo mais uma decidida prova do meu amor pela liberdade.

Adeus, meu adorado filho, dá recados a tuas manas das quais tenho muitíssimas saudades e as quais escreverei em outra ocasião, e tu recebe a benção que te deita

Teu saudoso pai e amigo.

D. Pedro.

P.S.

Recados a todos.

É a primeira carta datada de Angra – ou melhor: Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Separado, agora, da esposa e das filhas, que deixara em França, mais se lhe apertam as saudades da família, “e do Brasil do qual jamais se esquecera!”

XCIV – 4505

Angra 11 de março de 1832.

Meu querido filho do meu coração. De Paris sempre que tive ocasião te escrevi, hoje que daqui a tenho, por navio que parte diretamente para o Rio, não a quero perder para te dar notícias minhas, e pedir-te as tuas: eu estou bom de saúde porém muito ocupado com a grande e mui gloriosa empresa de fazer uma expedição, a testa da qual marcharei, afim de derribar a tirania, restabelecer o império da lei, a paladina da liberdade, a Carta constitucional, que quando rei de Portugal, dei espontaneamente à, hoje muito desgraçada, nação portuguesa. Eu não podia de modo algum, tendo abdicado, em ti, a Coroa do Brasil, para não fazer verter o sangue de meus concidadãos, deixar de colocar-me à frente da causa portuguesa, visto ser a causa da humanidade, da liberdade, e de tua irmã, além de que pela Carta constitucional eu sou chamado a tomar a regência (durante a menoridade de tua irmã) e a qual eu tomei, como declarei no meu manifesto, e no decreto pelo qual a reassumi, no dia 3 do corrente mês, que a tomava atire que as cortes, a cuja convocação mandarei proceder imediatamente, decidam, se eu devo, ou não continuar, no exercício de uma tal autoridade, etc. etc. Tenho até aqui cumprido com os de-

veres de pai para com minha filha, e de homem livre para com a humanidade e a liberdade.

Muito estimarei que esta te ache de saúde e adiantado nos teus estudos; sim, meu amado filho, é mui necessário, para que possas fazer a felicidade do Brasil – tua pátria de nascimento e minha de adoção, que tu te faças digno da nação sobre que imperas, pelos teus conhecimentos, maneiras etc. etc. pois, meu adorado filho, o tempo em que se respeitavam os príncipes por serem príncipes unicamente acabou-se; no século em que estamos em que os povos se acham assaz instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente o estejam e conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos, e boa opinião para que possam ser, mais depressa amados, do que mesmo respeitados; o respeito de um povo livre para com seu chefe deve nascer da convicção que aquele tem de que seu chefe é capaz de o fazer chegar aquele grau de felicidade a que ele aspira; em assim não sendo desgraçado chefe, desgraçado povo.

Esta minha linguagem é nascida daqueles mesmos princípios que sempre tive, e que jamais abandonarei.

Espero que tu leias com atenção esta minha carta; nela verás o interesse que tomo por ti como teu pai e teu amigo, e pelo Brasil, que desejo ver bem governado, como brasileiro que sou, e muito amigo da minha pátria adotiva, à qual pertence meu coração.

Adeus, meu amado filho, recebe a benção que te deita

Teu saudoso pai e teu amigo

D. Pedro, duque de Bragança.

P. S.

Muitos recados a todos que se lembrarem de mim.

[Acompanha a sobrecarta:]

Para Sua Majestade Imperial o senhor d. Pedro Segundo imperador constitucional do Império do Brasil meu muito amado e prezado filho.
Rio de Janeiro

Esta carta foi transcrita, bem como a anterior, no *Jornal do Comércio* da época, de onde foram reproduzidas no número especial desse periódico comemorativo do Centenário da Independência. Antecedendo a publicação desta missiva, diz aquele jornal (ed. cit. p. 109): “Deixamos transcrita linhas acima uma carta que, de Paris, dirigiu o ex-imperador a seu filho d. Pedro II, mostrando bem explicitamente que o monarca deposto era de todo estranho a qualquer pretensão do partido restaurador; não menos valiosa, como testemunha dessas mesmas disposições esta outra; que foi publicada no *Jornal do Comércio*.”

O trecho principal desta carta (feito por essa publicação) já foi por nós divulgado na revista *Tradição*, nº de janeiro-fevereiro de 1948, p. 74, no estudo intitulado: *Dom Pedro I, Imperador Constitucional*, escrito exatamente a propósito do movimento restaurador dos Andradas. No citado trabalho, inadvertidamente, figura erradamente o lugar e data da carta.

XCIV – 4505

Angra, 22 de março de 1832.

Meu querido filho

Recebi a tua cartinha de 22 de dezembro do ano p. p. a qual me causou grande prazer porque nela tu me participas que estás de saúde e que estudas com aproveitamento: eu estou bom, e tenho o gosto de te dizer que recebi cartas de tua mãe e irmão, e que por elas sei que todos estavam bons.

Não sou mais extenso porque já escrevi por este mesmo navio.

Adeus, meu adorado filho, aceita a benção que te deita

Teu saudoso pai, e amigo

D. Pedro Duque de Bragança.

P. S.

Recados a todos.

XCIV – 4505

Angra 16 de abril de 1832

Meu querido filho. Recebi as tuas amáveis cartas de 26 de novembro do ano passado e de 10 de janeiro do corrente; elas me

encheram de satisfação não só por me dares notícias tuas, que muito ambiciono, como por ver que tens liberdade de me escreveres; sinto ao mesmo tempo não saber se tens recebido todas as cartas que te tenho escrito depois que cheguei à Europa, e que são imensas; não sei se terão levado o mesmo caminho que por cá têm levado as que José Bonifácio me terá infalivelmente escrito, e que eu julgo que me são tiradas na legação de Londres; eu soube que ele está mui escandalizado comigo, segundo alguém me mandou dizer porque eu lhe não respondi às suas cartas; eu até agora não recebi uma só carta dele e quando tivesse recebido eu nunca faltaria *aux règles de convenances*: a prova mais convincente que se eu tivesse recebido alguma carta dele imediatamente lhe teria agradecido, respondendo-lhe, é que a 22 de novembro p. p. lhe escrevi pedindo-lhe que me mandasse notícias tuas, dele e do Brasil.

Eu estou bem prestes a partir por estes 30 dias à frente da expedição contra o usurpador do trono de tua irmã a fim de restabelecer a ordem em Portugal, salvar a humanidade que geme oprimida, e conjuntamente restabelecer a Carta constitucional que dei à nação portuguesa quando seu rei.

Esta minha firme deliberação é filha somente do amor que eu consagro e que sempre consagrarei às instituições livres: fui pelos meus concidadãos tachado de lhe ser desafeto e ao Brasil; mas o que eu sei é quanto à primeira que vou pela causa da liberdade (que é uma só causa) bater-me e expor a minha vida, e quanto à segunda que eu sempre fui verdadeiramente brasileiro, e de coração o que não são aqueles que posto que nascidos no Brasil não concorrem senão para a sua ruína e que blasonando de amigos do povo e da pátria o vão levando ao abismo exercendo despotismo nunca no meu tempo praticado.

Ah, minha desgraçada pátria! Brasil até que ponto te reduzirá a anarquia filha daqueles de teus filhos que te tem levado ao miserável estado a que estás chegado!!! Ah meu amado filho cuida de te instruir, para que quando maior, possas tomar as rédeas do Gigante identificando-te com a nação a que pertencemos, felicites o Brasil que já se não levanta do estado a que chegou, sem que o braço forte de um monarca instruído o ajude. Adeus meu

adorado filho. Deus te dê imensas felicidades, e ao Brasil, e receba a benção de teu saudoso pai e amigo

D. Pedro, d. de Bragança.

P. S. Recados a José Bonifácio e a tuas criadas.

Às repetidas e reiteradas afirmações da nacionalidade brasileira, junta aqui o imperador a mágoa da falta de notícias do *Amicus certus*, que a essa época, a julgar pelo noticiário da imprensa, estava se envolvendo em questões com a regência, que o levariam à destituição. A alusão de d. Pedro a cartas que José Bonifácio lhe terá *infallivelmente* escrito, bem mostra o tato com que reclamava uma correspondência cuja falta já feria, de fato, *aux règles des convenances*.

XCIV – 4505

São Miguel, 12 maio de 1832

Meu querido filho e amigo,

Não tendo recebido há muito cartas tuas faço esta para te pedir, novamente, que me escrevas sempre que tiveres ocasião, pois com isso tu suavizarás aquelas saudades que por tantos títulos tenho de ti e do Brasil.

Eu estou de saúde e a sair com a expedição contra o usurpador e em favor da humanidade por estes 15 dias.

Não te esqueças de mim lembra-te sempre que sou teu pai e que tenho direito à tua amizade.

Recebe meu adorado filho, a benção que te deita

Teu saudoso pai
e Amigo

D. Pedro.

P. S. Muito estimo saber que estás adiantado nos teus estudos peço-te que continues – Abraça as manas da minha parte e dizelhes que em outra ocasião lhes escreverei.

XCIV – 4505

São Miguel, 10 de junho de 1832.

Meu querido filho. Recebi tuas cartinhas de 16 de fevereiro e de 3 de março não te posso explicar o prazer que me causaram: vejo por elas e me convenço que tu fazes progressos. Duas cartas já escritas sem lápis, e com tão linda letra! Ah meu amado filho continua a aplicar-te que um dia virás a ser um digno monarca. Muito feliz me contarei se tu receberes esta estando de perfeita saúde: eu passo bem; mas sempre atormentado pelas saudades que tenho de ti, e do Brasil. Recebe meu adorado filho a benção que te deita

Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro, duque de Bragança.

P. S.

Recados a d. Mariana e mais criadas.

XCIV – 4505

Porto 12 de agosto de 1832.

Meu querido filho, e minhas amadas filhas. Tenho recebido as vossas cartas de 15 de março e de 16 de abril: eu me lisonjeio de ter filhos tão bons que a uma tão grande distância e de uma tão tenra idade se não esquecem de seu pai e buscam de todos os modos fazer-lhe conhecer o seu amor, e as suas saudades. Escusado é que eu diga que muito vos amo e que de todos tenho muitíssimas saudades; eu seria um pai desnaturado se não amasse meus filhos, e se deles não tivesse saudades, quando separado.

Recebi também uma carta de todos vós de 13 de maio na qual vejo reiteradas provas de amor, e de saudades da vossa parte para comigo; na mesma me é anunciado que o marquês de Cantagalo é portador das medidas de altura de todos vós, e dos vossos retratos. Eu não tenho expressões com que possa agradecer-vos este mimo: há muito que eu desejava possuir os

retratos de todos vós, bem como já possuía o de Januária, finalmente o amor que vós me consagrais (e que eu vos mereço) fez com que o meu desejo fosse realizado.

Não posso deixar de vos recomendar (posto que me parece que não será necessário) que sejais obedientes ao vosso tutor, e que vos apliqueis aos vossos estudos.

Eu me acho de saúde posto que muito cansado com trabalho físico e moral; este povo está fanatizado pelos padres, e não tem, até agora, dado provas de amor à liberdade. Parece impossível que isto aconteça no meio da Europa civilizada, e no século 19!!! Contudo eu não desanimo, e em todo o caso minha honra está acoberto de todos os ataques que qualquer pretenda fazer-lhe.

Recebi, meu querido filho e minhas adoradas filhas, a benção que vos deita

Vosso saudoso pai que muito
vos ama

D. Pedro.

P. S.

Recados às vossas
criadas, e ao vosso tutor.

É a primeira carta do Porto. Às saudades dos filhos – e que já se tornara quase um *leit-motif* de sua correspondência, aparece aí referência, pela primeira vez, à suposta unanimidade que ele julgara ter em Portugal. Vêm suas expressões corroborar a opinião de vários historiadores: “este povo está fanatizado pelos padres, e não tem, até agora, dado provas de amor à liberdade”. Coteje-se com a opinião de Sérgio Correia da Costa – *As Quatro Coroas de D. Pedro I*: “O clero, quase todo, decidiu-se logo por d. Miguel, temeroso de uma reedição da guerra religiosa esboçada pela revolução de 20”.

Assina-se, daqui em diante, d. Pedro, tão somente, sem mais referência ao seu título de duque de Bragança.

XCIV – 4505

Porto, 1 de setembro de 1832.

Meu querido filho. Recebi a tua cartinha de 8 de maio e muito te agradeço o trabalho que tomas de me escreveres sempre

que tens ocasião: eu, meu amado filho também não deixo sempre que posso de te escrever, e deste modo busco aliviar aquelas acerbadas saudades que tenho de ti e do Brasil por cuja prosperidade faço ardentes votos ao céu. Eu estou bom apesar de não ter descanso: tudo vai indo como as circunstâncias permitem; os povos vão-se desenganando daquela ilusão que os cegava e é de esperar que logo que conheçam claramente que eu só vim trazer-lhes a liberdade abracem a causa de tua mana e da humanidade. Desta luta, em que estou empenhado, depende o triunfo da liberdade; se vencermos a Europa será livre se não o despotismo acabrunhará os povos.

Muito estimo saber que tu estudas com proveito: continua, meu adorado filho, para que a todo o tempo possas fazer a felicidade da tua pátria de nascimento e minha de adoção.

Recebe, meu querido filho, a benção que te deita
Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

P. S.

Meus cumprimentos às tuas criadas e a José Bonifácio a quem com vagar escreverei.

É interessante a nova alusão ao estado de espírito em que encontrou os portugueses, muito diverso da suposta ansiedade com que o esperavam; a esperança de que um melhor esclarecimento pudesse influir na mudança dessa mentalidade – “é de esperar que logo que conheçam claramente que eu só vim trazer-lhes a liberdade, abracem a causa de tua mana e da humanidade”.

Por fim a predição (tão de seu gosto, aliás), a respeito do desfecho da luta, qualquer que fosse ele: “se vencermos, escreve d. Pedro, a Europa será livre; senão, o despotismo acabrunhará os povos.”

XCIV – 4505

Porto, 1 de setembro de 1832.

Minha querida Chiquinha. Recebi a tua cartinha de 12 de maio a qual me causou um grande prazer: sim, minha filha sempre que

recebo alguma carta tua, meus olhos se enchem de lágrimas e meu coração se sente bastante atormentado pelas saudades que conservo de ti. Eu me acho de saúde e creio que a mamãe e as manas de igual gozam em França. Peço-te que te apliques nos teus estudos e que sejas obediente ao teu tutor.

Recebe minha querida filha, a benção que te deita
Teu saudoso pai que muito te ama

D. Pedro.

P. S.

Meus cumprimentos às tuas criadas.

XCIV – 4505

Porto, 28 de setembro de 1832.

Meu querido Pedro. Não te posso explicar o prazer que em mim sinto, quando recebo uma carta tua; de algum modo minhas acerbadas saudades se aliviam, e meu coração lhe parece estar gozando daquele objeto por quem suspira, objeto que por todos os títulos lhe é tão caro, e do qual jamais poderá esquecer-se: sim, meu amado filho, eu te amo infinitamente, e por ti, e por meus filhos todos, estou pronto a sacrificar-me sem mais interesse, do que poder concorrer para a sua felicidade. Eu já não aspiro a mais nada neste mundo; tenho adquirido glória; tenho mostrado ao mundo que amo a liberdade, e com provas, que meus inimigos não podem contestar; portanto, só o que tenho em vista é cuidar da minha família, e viver para ela, como o deve fazer todo aquele que for bom pai de família.

Deus permita que ao receberes esta, te aches de saúde; e que o Brasil goze de tranqüilidade, união e liberdade, que tão necessário lhe são para que em breve possa ser admirado e respeitado das mais nações do velho e novo mundo. Eu faço ardentes votos aos céus, para que a minha adotiva pátria seja feliz, e tu com ela. Não permitirá Deus que nos vejamos ainda um dia, nesse abençoado país, quando tu imperares, em pessoa, e que não possam haver suspeitas de que eu desejo, o que nunca desejei? Ah! que meus olhos se me enchem de lágrimas, quando penso que um dia ainda poderei ver-te, e morrer naquele mesmo país, em que tu imperas; em que estão minhas filhas; naquele país, ao qual jamais

meu coração deixou de pertencer, apesar de tanto que sofri pelo amar, como se fosse nele nascido!

Eu gozo de boa saúde, apesar de tantos trabalhos físicos e morais, os quais sofro de bom grado, por que, deste modo, concorro para o bem da humanidade oprimida, e para a felicidade de tua mana que eu breve espero poder sentar naquele trono que lhe pertence.

Recebe, meu adorado filho, a benção que te deita
Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

P. S.

Meus cumprimentos a José Bonifácio e às tuas criadas.

O pai saudoso dos filhos (sentimento reafirmado em todas as cartas) e desiludido com a lentidão da campanha, muito diferente da rapidez esperada, já não aspira a mais nada neste mundo. E depois de enumerar seus serviços à causa da liberdade, almeja, como suprema coroa de seus esforços, “morrer naquele mesmo país em que tu imperas”. Estranho desejo em plena campanha...

XCIV – 4505

Porto, 16 de outubro de 1832.

Meu querido filho. Estando a sair um navio para essa corte não quis deixar de te escrever a te dar os parabéns do dia do teu nome, como o fiz o ano passado de Paris: eu te desejo todas as felicidades, bem como a tuas manas, às quais darás recados meus, dizendo-lhes que por não ter tempo não lhes escrevo agora, o que espero fazer quando tiver outra ocasião. Peço-te que continues a estudar, e que obedças ao teu tutor, e que faças, da minha parte, esta mesma recomendação a tuas irmãs. As saudades que tenho de ti e de tuas irmãs e do Brasil são imensas, e não tenho expressões suficientemente enérgicas com que as possa pintar como elas são.

Remeto-te todos os boletins das diferentes seções do Exército Libertador, que eu comando, para que tu vejas o que a honra e o amor da liberdade são capazes de fazer praticar aos homens em cujos corações existe o amor da glória despido de outro qual-

quer interesse que não seja livrar a humanidade, oprimida, e fazer triunfar a liberdade, do despotismo.

Recebe, meu querido filho, a benção que te deita
Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

P. S. Recados a José Bonifácio e às tuas criadas e de tuas manas.

Não se esquecia jamais o imperador do dia 19 de outubro, festa de São Pedro de Alcântara, padroeiro seu e de seu filho e que o era também do Brasil.

XCIV – 4505

Porto, 4 de novembro de 1832.

Meu querido filho e amadas filhas. Muito vos agradeço a vossa carta de 4 de agosto pela certeza que me dás de que felizmente gozais de perfeita saúde e por me pedirdes notícias minhas: eu estou bom ainda que bastante fatigado com os trabalhos de corpo e de espírito, que tenho tido, mas espero em Deus que num feliz resultado seja a paga de tantos incômodos.

Muito sinto que me não digais alguma coisa relativa aos vossos estudos; mas penso que o motivo de assim o não fazerdes não foi outro senão a pressa com que me escrevestes. É mister que dê os meus louvores a Januária pela boa escrita e a Nhonhô e a Paula por terem feito seus nomes muito bem, tendo a desconsolação de ver que Chiquinha não escreveu o seu também, como era para desejar. Espero que empregueis bem o tempo e que vos apliqueis aos vossos estudos como convém a pessoas tais que a providência colocou em tão alta hierarquia.

Peço-vos que cada um de vós dê um abraço em José Bonifácio da minha parte, pelo triunfo que alcançou: eu me me (sic) congratulo convosco por um tal motivo, e vos recomendo que lhe sejais obedientes.

Pelas últimas cartas que recebi de Paris soube que vossa mãe e manas estavam de perfeita saúde.

Recebei, meu querido filho e minhas amadas filhas, a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso pai

D. Pedro.

P. S.

Meus cumprimentos às vossas criadas.

Nhonhô, aí referido, é d. Pedro II, assim chamado pelo seu carinhoso apelido familiar.

Ao lado dos parabéns pelos esforços que vinham fazendo os filhos nos seus estudos – ele e o mano Miguel seriam os últimos malcriados da família – as congratulações pela eleição de José Bonifácio para a tutoria, cargo que a Assembléia se atribuiu a função de preencher.

XCIV – 4505

Porto, 24 de novembro de 1832.

Meu querido filho e amadas filhas. Devendo partir para Santos, um navio, por estes três dias, não me posso dispensar de ir por este modo, único que me é possível, pedir-vos notícias vossas e dar-vo-las minhas: eu me acho de perfeita saúde, e graças a Deus, podendo com as fadigas de corpo e de espírito que me atormentam; mas sem contudo perder as esperanças de fazer triunfar a causa da liberdade do maior e mais desenfreado despotismo que até agora se tem visto.

Muito estimarei que esta vos encontre no gozo da mais perfeita saúde: se isto assim acontecer – grande prazer será o meu. Não posso deixar de vos pedir que estudeis com aplicação; que sigais os conselhos do meu amigo e vosso tutor; que trateis bem a todos; e que vos lembreis de mim, que tanto vos amo. Ainda que me parece que não seria necessário que vos pedisse o que acabo de vos pedir com todo o amor que a todos vos consagro me força a que vos fale com toda a franqueza mostrando-vos, o mais claramente que posso, o decidido interesse que tenho por todos vós. Eu me reputarei feliz um dia, quando vir que meus filhos todos o são, e que a minha adotiva pátria goza daquele grau de prosperidade, de liberdade e de independência que lhe desejo.

Recebei, meu amado filho e adoradas filhas, a benção que vos deita

Vosso saudoso pai

D. Pedro.

P. S.

Peço-vos que façais os meus cumprimentos ao vosso tutor bem como a todas as vossas criadas.

XCIV – 4505

Porto, 2 de dezembro de 1832.

Meu amado filho. O ano passado tive o gosto de te escrever de Paris, neste mesmo dia, para te dar os parabéns dos teus anos: hoje igualmente o faço desta heróica cidade, para o mesmo fim, bem como para te certificar do interesse que tenho por ti. Todos os bons brasileiros que desejam de coração (como eu) ver feliz a terra de Santa Cruz, não poderão deixar de celebrar, com todo o entusiasmo, este dia, como o de maior interesse para o Império brasileiro: da tua conservação dependerá a futura felicidade, do hoje, desgraçadamente, anarquizado Brasil; a ti está reservada a glória de fazer chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz; e de fazer agrilhoar a anarquia apagando, para sempre, o facho da discórdia, e firmando a Constituição.

Eu faria uma grande injustiça aos meus concidadãos se não estivesse persuadido de que eles se acham penetrados destas verdades, e de que à profia se desvelam por sustentar-te no trono convencidos de que, se não seguirem a Constituição e d. Pedro Segundo, a mesma sorte da infeliz América (outrora espanhola) os espera.

Posto que dedicasse esta carta, unicamente, aos parabéns deste, para todos os brasileiros, fausto (sic) dia, não posso, contudo, deixar de pedir que cuides muito de te instruíres; de te fazeres digno do amor de teus súditos, desde já, e da admiração de todos, para o futuro.

Peço-te que dês recados meus a tuas manas, das quais tenho imensas saudades, bem como de ti, que as abrace da minha parte, e que recebas a benção que te deita, de todo o coração e com todo o amor.

Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 9 de janeiro de 1833.

Meu querido filho. Grande prazer me causou a tua, bem escrita, de parabéns, que em dia dos meus anos me dirigistes, bem como o lindo desenho que nesse mesmo dia fizestes, só para me enviarestes. Ah, meu adorado filho, com as lágrimas nos olhos e com o coração dilacerado de saudade eu te agradeço, infinitamente, a carta e o desenho: tu me fazes, por este modo, conhecer, aquilo de que eu nunca duvidei, que tu não te esqueces de teu pai que tanto te ama e que tanto se interessa pela tua felicidade e do Brasil: era impossível que tão bons sentimentos, como tu sempre tivestes, te não fossem aperfeiçoados pelo teu digno tutor, que eu, por conhecer o amor que ele sempre patenteou por tudo que me diz respeito e a ti, com muita especialidade, nomeei com o fim de que tu sejas educado naqueles sentimentos que convém ter todo aquele cujo destino é vir um dia a governar, e principalmente um Império novo, aonde é, tanto mais, necessário que seu chefe seja instruído, despidido de abusos, e firme em seus princípios religiosos e políticos.

É muito para lamentar que sua idade esteja tão avançada; mas ao menos a sua robustez promete ainda longa duração: o que Deus permita, para que eu possa estar descansado que tu e tuas irmãs estão tão bem tratados como se eu mesmo aí estivesse.

Peço-te que lhe não dêes desgostos, que o trates com respeito e amizade, que sigas seus ditames, e que te apliques aos teus estudos: eu conto que tu farás tudo quanto te recomendo confiado em que todos os conselhos que te dou são nascidos do mais vivo interesse, e da mais pura e sincera amizade, pela tua pessoa e glória futura; nem mais coisa alguma me poderia forçar a dar-t-os: pois como teu pai e pai carinhoso, e que muito te ama, não podia nem devia deixar de assim o fazer, e de te dizer que te desejo mais venturas para ti do que para mim mesmo. Meu coração se sente estacar de dor por me ver tão longe de ti e de tuas manas, fora do país em que me criei, e do seio daquela nação a que pertenço; quando os brasileiros, iludidos, conhecerem quais foram sempre os meus imutáveis princípios liberais, pelos quais tenho sempre sacrificado meu repouso e meus bens para os sustentar conjunta-

mente com a minha honra, eles farão justiça aos meus leais sentimentos, e se desenganarão que aquele que foi o primeiro a declarar a Independência do Brasil e que lhes ofereceu a Constituição que, ainda hoje, rege o Império jamais podia, nem poderá nunca, ser seu inimigo: minhas preces se dirigem ao Altíssimo para que todos sejam felizes, e para que o Brasil prospere debaixo do teu governo.

Muito tenho eu escrito considerada a tua pouca idade; mas, meu caro filho, o amor que te consagro e o entusiasmo que tenho pela minha adotiva pátria me forçaram a passar os limites que convinha guardar; confiado de que tu guardas as minhas cartas, e de que, a todo o tempo, as tornarás a ler, quando melhor as entenderes, e como de um momento para outro posso perder a vida, por isso assim te escrevo; pois desta maneira alivio um pouco as saudades que me atormentam, e desencarrego a minha consciência cumprindo com os meus deveres, como pai extremoso.

Acuso a recepção da carta que em 7 de setembro tu me dirigistes conjuntamente com tuas irmãs: eu agradeço muito o interesse e amizade que todos me mostram ter, e o cuidado que estavam por falta de notícias minhas.

Hoje fazem onze anos que os brasileiros me pediram que ficasse no Brasil, e quem me diria, a mim, que neste ano me acharia tão longe desse Império?

Adeus, meu adorado filho, recebe a bênção que, de todo o coração te deita

Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 11 de março de 1833.

Meu querido filho. As tuas mui bem escritas cartas de 20 de novembro e de 4 de dezembro vieram suavizar um pouco minhas penas e minhas saudades pela certeza que me dás da tua boa saúde: eu tenho também a felicidade no meio de meus trabalhos de espírito e de corpo de gozar de saúde. Eu não deixo, sempre que me é possível, de te escrever, não só porque nisso tenho grande prazer, como também porque sei que tu muito estimas receber letras minhas, segundo tu me dizes nas tuas duas citadas cartas:

e eu o creio. Ah meu amado filho eu te mereço o amor que tu me mostras; eu me interesso muito por ti, bem como pela pátria que adotei antes mesmo de a tornar independente: será possível que tantas desordens que impeçam a sua fortuna e prosperidade acabem, e que tu ainda venhas um dia a gozar descansadamente do trono desse grande Império: eu faço ardentes votos para que assim o permita a providência e espero que ainda poderei ter o gosto de ir ver-te e de abraçar-te: quando todos os espíritos estiverem convencidos de que eu nada mais ambiciono senão ver-te; ver o país em que fui criado e educado; do qual me separei saudoso, não só porque nele te deixei e a tuas manas; mas porque o amo tanto (tu me perdoarás) como amo a ti. Se o sacrifício de minha pessoa fosse necessário para que ele pudesse gozar de paz e de tranqüilidade e que tu, tuas manas, em soma, toda a nossa família pudesse experimentar tantas felicidades como eu lhe desejo, eu não teria dúvida alguma de o fazer, pois eu já não vivo senão para meus filhos, e nenhuma outra ambição tenho que não seja a de concorrer para os felicitar e a de adquirir glória para lhes deixar em herança.

Muito folgo de ver que a tua letra ganha todos os dias; ela está já mui boa, e em pouco tempo será excelente: tu me farás um grande prazer de agradecer da minha parte ao teu mestre de escrita (que eu creio ser M. Boulanger) o interesse que ele tem tomado em que tu e tuas manas escrevam tão bem.

Agradeço-te o perfeito desenho que me enviaste; à vista dele dúvida alguma posso ter de que tu te aplicas e de que tiras grande proveito: eu estou igualmente certo de que em todos os mais estudos tu terás a mesma aplicação e que tirarás o mesmo proveito. Eu me felicito a mim mesmo por ter um filho tão interessante como tu, que tanto prometes e ao Brasil pelo futuro próspero que se lhe antolha para quando tiver a ventura de ser governado por ti em pessoa. Se eu viver até essa época me reputarei feliz, e depois morrerei contente por ter visto realizar-se o que eu mais desejo neste mundo.

Tu farás os meus cumprimentos ao meu amigo José Bonifácio, e teu tutor ao qual tenho escrito diferentes vezes e do qual ainda não tive resposta alguma, e lhe dirás que eu não julgo que esta falta provenha dele; mas sim das circunstâncias delicadas e críticas que desgraçadamente se tem achado, e que o forçam, por teu

bem, a obrar contra o que desejara: as recomendações que, nas tuas cartas, ele me manda causaram-me grande prazer; meus olhos se arrasaram de lágrimas ao lê-las, e ao mesmo tempo dei parabéns a mim mesmo por ver que o meu amigo já não teme tanto fazer-me constar que existe: o que também me faz conhecer que a grande tempestade começa a desvanecer-se e que se começa fazer justiça àquele que esposado a causa justa do Brasil jamais pensou outra coisa que a engrandecê-lo.

Peço-te que faças os meus cumprimentos ao teu aio, a mr. Boiret, ao Simplício e a todos os teus criados não esquecendo o Richard.

Recebe, meu amado filho, a benção que de todo o coração te deita

Teu saudoso pai e amigo

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 14 de março de 1833.

Meu querido Pedro e minhas amadas Januária e Chiquinha. Ontem recebi vossas com aquela ansiedade de que o meu amor para convosco é a causa e quando esperava receber notícias de que todos vós gozáveis de boa saúde encontrei a de que a nossa Paula estava doente; como as vossas cartas eram de 5 de janeiro a notícia não era assustadora; mas depois que abri cartas de meus amigos de 12 fiquei sem saber (ilegível) mim; meu coração batia, como se do peito quisesse sair; as lágrimas corriam-me a quatro e quatro; enfim fiquei sumamente aflito e quase sem esperanças que ela escape à foice da morte; atento o estado em que me a pintam. Este golpe é dobradamente maior quanto o estado de minha posição, quase desesperada: se não fosse a confiança que tenho em Deus que não permitirá que tua irmã morra, eu não sei o que seria de mim. Eu amo tanto a todos vós que a menor indisposição que qualquer sofra me aflige a um ponto tal que vos não posso explicar: considerar em que estado de mágoa se acha este meu pobre coração, dilacerado de saudades e que ainda por cúmulo de desgraça acaba de receber um golpe tão profundo causado por uma tal notícia! Eu espero que todos vós assim mesmo pequenos como sois lhe tenhais prestado aqueles socorros que as vossas

tenras idades permitem e que o vosso amor para com a vossa irmã reclamam. O vosso tutor, e meu amigo, infalivelmente se terá desvelado pelo restabelecimento da saúde de sua pupila; as vossas criadas terão feito o mesmo; os médicos se terão empenhado por salvá-la; e se no fim de tudo ela sucumbir e a perdermos restará a todos a consciência descansada pelos socorros que lhe prestaram e a mim além das saudades e da grande pena que a todos nos acompanhará o sentimento da que assim como lhe prestei todos os socorros quando ela veio à luz do dia, quando ela esteve tão gravemente doente, não lhos pudesse prestar na sua hora final.

É me sumamente sensível, meu querido filho e filhas um tal acontecimento (e conto que a vós também) qual o da terrível doença que acometeu a nossa Paula; mas se ela morrer nós podemos contar, com certeza, de que teremos perto do autor da natureza mais um anjo que unido a vosso irmão João e a vossa boa mamãe pedirão por nós que tanto precisamos da proteção divina.

Recebei meu querido filho e adoradas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e desgraçado pai

D. Pedro.

(Tarjada de preto)

XCVIII – 4811

Porto, 25 de abril de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. A vossa carta de 23 de janeiro veio aumentar a minha desgraça e minha saudade, pela notícia que contém de que Deus Nosso Senhor foi servido levar para si a nossa querida Paula, que faleceu no dia 16 do referido mês: estou certo que chorais comigo uma tal infelicidade; mas devemo-nos consolar pela certeza que temos de que ela foi aumentar o número dos anjos, no céu, e que por consequência ela está mais feliz lá, aonde está, do que se continuasse a viver paralítica: apesar de todas as considerações, o coração de um pai, bem como aqueles de seu mano e manas, não podem deixar de experimentar a mais acerba dor e mais viva saudade.

Muito sinto que fossem frustradas todas as esperanças que tivemos na eficácia dos remédios; na perícia dos médicos; e no

cuidado de todos; mas a providência não quis que ela continuasse a existir, não há remédio senão confortarmo-nos com os seus decretos: qual terá sido a vossa dor, ainda que sois muito pequenos, eu a posso supor, mas qual é a minha, ninguém a pode calcular: para isto é necessário ser pai e pai extremoso; estar, contra sua vontade, separado de seus filhos; amá-los como eu os amo; e não pensar senão neles de dia e de noite. Ah meu caro filho e adoradas filhas quão desgraçado é vosso pai por ser separado de vós, há mais de dois anos, e por último perder vossa irmã!! Ainda era preciso este golpe profundo para mais lhe dilacerar o coração!! Restame, ao menos, no meio de tudo isto, o prazer de saber, com certeza, que gozais de saúde e que desejais notícias minhas para vossa consolação, cumpre-me portanto, agradecendo-vos, satisfazer a tão louvável desejo, dizendo-vos que atualmente gozo de boa saúde, apesar das muitas saudades que tenho de vossa mãe, de vós, e de vossas manas, e de todas as privações e incômodos que se experimentam nesta heróica cidade sitiada, há mais de sete meses, rigorosamente, e vivendo debaixo de uma abóbada de balas de artilharia e de bombas, que chovem de toda a parte, como não é fácil se fazer uma idéia exata sem se ver: contudo, nem eu nem os meus companheiros de armas perdemos as esperanças de podermos em breve, por um golpe atrevido, fazer decidir a questão a favor da justiça e da humanidade, senta a rainha sobre o seu trono; e restabelecer a Carta constitucional que, espontaneamente, dei à nação portuguesa, quando seu rei, e que ela jurou.

Recebei, meu caro filho e adoradas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 29 de maio de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Recebi a vossa carta de 29 de janeiro, que muito me encheu de prazer pela certeza de que

gozáveis de boa saúde, agradeço-vos as ternas expressões nela exaradas e vos asseguro que muito vos amo e que muitas e mui fortes saudades são as que tenho de todos vós e da minha adotiva pátria.

Muito gostei dos desenhos de Pedro, e de Januária, que imediatamente mandei à vossa mamã que felizmente goza de saúde, segundo ela me comunicou na sua última carta, assim como vossas manas. Senti que Chiquinha não me enviasse também um desenho seu; mas em outra ocasião será. A escrita de Januária e o *desenho* [*as palavras grifadas estão na entrelinha*] estão excelentes; bem deixam ver quanto ela se aplica aos seus estudos, o que muito lhe louvo. O desenho de Nhonhô mostra bem sua grande habilidade e sua aplicação em tão tenra idade, muito me glorio de ter um filho que dá tantas esperanças. A escrita de Chiquinha parece-me que podia ser melhor, se fizesse mais alguma atenção: eu espero que a primeira carta que dela receber será como eu desejo e como ela a pode escrever; se uma vez se aplicar como convém.

Muito sinto não poder nesta ocasião elogiar a todos; mas eu não sei ser injusto, e não vos amaria tanto quanto vos amo se não elogiasse os que merecem elogios e se não advertisse aquela que merece de ser advertida, na esperança de que em outra ocasião só terei que prodigalizar elogios a todos, igualmente.

Acuso a vossa carta de 15 de fevereiro posto que seja resposta à minha de 24 de novembro; mas faço-o para vos agradecer a prontidão com que me respondestes e a ternura das expressões, bem como para vos fazer constar que chegou à minha mão e vos animar deste modo a continuardes; no que fareis um grande prazer, o que eu vos mereço, porque muito vos amo e muitíssimo me interesse por vós.

Peço-vos que, da minha parte, agradeçais ao vosso bom tutor e meu amigo as recomendações que me mandou e espero que também me façais o gosto de lhas dardes da minha parte. As vossas criadas e criados agradeço os cumprimentos que me fazem e peço-vos que assim lho façais constar; assegurando-os do meu reconhecimento.

Por hora não há nada de novo por cá que mereça ser relatado: continuarão as bombas e as bailas que chegam a todos os lugares desta cidade; mas em breve espero tomar a ofensiva e ou vencer salvando estes desgraçados povos, ou acabar de espada na

mão como convém à minha honra. Estou certo que Deus Nosso Senhor terá, benignamente, ouvido as vossas orações e que a causa da justiça e da humanidade ou acabará por triunfar da do perjúrio e da crueldade.

Aceitai meu muito amado filho e minhas adoradas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 3 de julho de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas.

Devendo, por estes dias, sair um navio para o Rio não posso deixar de vos escrever a pedir-vos notícias vossas que há muito não recebo diretamente: eu não posso, jamais, pensar que seria esquecido por vós, nem tampouco que haja quem possa influir para que me não escrevais; mas, contudo, não posso deixar de sentir por não ter recebido carta vossa quando muita gente tem recebido cartas do Rio: eu espero que vós não vos esqueçais de um pai, que vos adora, e queirais privá-lo do lenitivo que lhe resta às saudades que tem de tão caros objetos ao seu coração.

Eu gozo saúde apesar dos grandes trabalhos que tenho tido; espero poder vencer todas as dificuldades e vê-los coroados pelo triunfo de uma tão justa e nobre causa.

Recomendai-me ao vosso tutor e meu amigo.

Recebei meu amado filho e filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Porto, 9 de julho de 1833.

Meu querido e adorado filho.

Já outro dia te escrevi; mas tendo agora recebido uma carta tua ainda que em resposta à minha faço esta para te agradecer as

ternas expressões que nela se acham e para te agradecer igualmente a tua medida. Muito estimarei saber que estavas de saúde e tuas manas a quem abraçarás da minha parte.

Aproveitando deste modo da demora do navio e julgando quanto dará prazer as notícias que dizem respeito às armas de tua mana rainha eu te remeto a notícia oficial do ataque que tivemos no dia 5 e que tanta glória deu às armas da rainha também tenho o gosto de te anunciar que todo o Algarve e parte do Além-Tejo está pela rainha e pela Carta e que hoje acabo de receber com certeza, a notícia de que a esquadra constitucional tomou toda a esquadra do usurpador.

Não tenho tempo para mais e por isso acabo esta pedindo-te que aceites a benção que de todo o coração te deita

Teu saudoso pai

D. Pedro.

P. S. Meus agradecimentos a todos e recados ao nosso velho amigo.

XCVIII – 4811

Lisboa, 3 de agosto de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Quis a Divina Providência coroar os meus esforços dando às armas da rainha uma vitória no lado de além do Tejo no dia 24 do passado e uma outra muito grande no Porto no dia 25 que me habilitou a partir no dia 27 para esta cidade aonde tenho sido recebido o melhor que se pode imaginar. Não vos cansarei com os detalhes de tudo que se tem passado e limitar-me-ei a dizer-vos que a nossa perda em Almada e no porto não excedeu 300 homens e que a do inimigo passou de 6000 sem exageração porque assim o confessam os nossos inimigos. Muitos parabéns dou a Chiquinha pelo dia de ontem grandes saudades foram as minhas. Ah meus amados filho e filhas quanto é triste para um pai que tanto ama seus filhos como eu os amo ver-se separado deles! Faço votos aos céus pela vossa vida e felicidade e porque o Brasil se consolide para que um dia venha a ser aquilo para que a Divina Providência a criou, um grande império que possa fazer se respeitar de todo o mundo. Peço-vos que façais os meus cumprimentos ao vosso tutor e meu amigo.

Recebei meu amado filho e queridas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

P. S.

Recados às vossas criadas.

XCVIII – 4811

Lisboa, 14 de setembro de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Tenho recebido e com sumo prazer as vossas cartas de 30 de abril, 18 de maio e 11 de junho do corrente ano, e os lindos desenhos que muito vos agradeço.

A certeza que alcanço de saber que estáveis gozando de saúde perfeita e que muito vos lembrais de mim mitiga em parte a minha saudade: também me causou grande satisfação a notícia que me dais de terdes feito progressos nos vossos estudos e a promessa que me fazeis de continuar neles com assiduidade. Eu muito folgarei se a cumprirdes, como espero, para minha consolação e utilidade vossa e do Brasil que tanto desejo ver prosperar para ventura de todos os meus concidadãos.

Se não fossem tantas fadigas e tantos afazeres que tenho tido eu não deixaria de vos escrever sempre que se me proporcionasse ocasião; mas algumas vezes não tenho tido tempo nem mesmo para dormir: felizmente Deus Nosso Senhor tem protegido esta nobre causa da humanidade e da justiça, como ela merece. Em breve seu triunfo será completo porque é impossível que estando o Exército Libertador senhor das duas principais cidades do reino, de muitas outras povoações; abundante de tudo; vitorioso 18 vezes debaixo do meu imediato comando; e o Exército miguelista roto; desmoralizado; falto de tudo; e sem recursos não sucumba e o despotismo por ele somente sustentado não cabia por terra. Eu vos envio o boletim desta última ação que teve lugar no dia 5 do corrente.

Por estes oito dias espero ver aqui a rainha vossa irmã, vossa mãe, e vossa mana Maria Amélia: esta felicidade, para mim, é já num princípio de paga dos meus trabalhos e sacrifícios;

ela será completa logo que eu possa ver reunidas aquelas cortes que devem, segundo a Carta constitucional, fazer a ventura do, hoje, desgraçado Portugal.

Eu vos peço meu amado filho e queridas filhas que continueis a estudar com aquela aplicação de que sois capazes, a fim de que um dia façais as delícias da pátria que vos viu nascer. Agradecei da minha parte ao vosso bom tutor suas recomendações que não podem deixar de ser sinceras visto serem de um amigo e dissei-lhe que o pouco tempo que tenho de meu não me permite escrever-lhe nesta ocasião: o que em outra se me apresente farei com grande prazer.

É provável que antes que recebais esta carta chegue a essa cidade um brigue brasileiro que daqui saiu há poucos dias e que vos fiqueis penalizados por não receberdes cartas minhas; mas quando eu soube que o brigue partia foi quando já de todo me não era possível escrever. Eu devia esta desculpa à amizade que entre nós existe e por isso a ela não podia faltar.

Recebei, meu amado filho e minhas adoradas filhas, a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso pai que muito vos ama

D. Pedro.

P. S.

Recados a todas as vossas criadas e criados.

P. S. a 16 pelo paquete inglês chegado ontem tive o prazer de receber cartas vossas de 10 de julho e lindos desenhos: eu vos agradeço infinitamente tanto uma como outra coisa; os parabéns que me dais do dia e a certeza de que estáveis de perfeita saúde e muito folgo de saber que fazeis progressos nos vossos estudos: continuai meu querido filho e adoradas filhas para consolação minha e proveito vosso.

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Lisboa, 19 de setembro de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Devendo sair amanhã numa embarcação para essa corte não quis deixar de escrever-vos

a fim de vos dar parte de que passo bem e de que em breves dias conto ter o gosto de ver nesta cidade vossa mãe e irmãs.

Muito estimarei que esta vos encontre de perfeita saúde. Eu vos agradeço as cartas que me tendes escrito às quais já tive o gosto de responder no dia 14 do corrente: igualmente vos agradeço os lindos desenhos.

Peço-vos que nunca vos esqueçais de mim; eu vos amo muito e muitíssimo desejo a vossa felicidade: também vos peço que estudeis com aplicação e que deis recados meus ao vosso bom tutor e meu amigo.

Aceitai meu adorado filho e prezadas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Lisboa, 17 de outubro de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Estando a partir para essa (sic) um navio não consentiu o amor que vos consagro que deixasse de escrever-vos respondendo ao mesmo tempo à vossa de 31 de julho que muito vos agradeço. Não sois vós sóis meus queridos filho e filhas que sentis não poder celebrar o dia dos anos da vossa mamãe juntos de mim e da vossa mamãe, eu também tenho sentido muito ver-me separado dela por tanto tempo e de vós Deus sabe até quando: sim meu amado filho eu não perco ainda as esperanças de vos abraçar, um dia virá em que a mais completa justiça me será feita e que os nossos concidadãos julgarão melhor aquele que lhes deu independência e pátria. A companhia de vossa boa mamãe e manas de que tenho o prazer de gozar desde 22 de setembro último tem em parte aliviado minha saudade que apesar de tudo ainda é acerba por me ver longe de vós e do país que adotei por pátria e aonde fui criado.

Os negócios portugueses vão muito bem graças ao valor do bravo Exército que prezo de comandar em chefe: a causa já se não pode perder salvo um daqueles revezes que em tais cir-

cunståncias não são de esperar. Pelas crônicas que vos remeto vereis o que se tem feito depois do dia 10. Ontem recebi notícias que já estava o Exército a 3 léguas de Santarém e que tínhamos feito prisioneiros e tomado algumas munições: em três dias conto ir ao Exército de donde (sic) vim há dois dias chamado pelos negócios do Estado.

Certo do do (sic) amor que me tendes vos dou estas notícias, e vos peço ao mesmo tempo que continueis com aplicação os vossos estudos e deis recados meus ao vosso bom tutor e meu amigo ao qual agradeço os parabéns que me mandou dos anos de vossa mamã.

Recebei meu amado filho e prezadas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

P. S. Agradecei da minha parte aos vossos criados e criadas os cumprimentos que me fizeram.

XCVIII – 4811

Lisboa, 14 de novembro de 1833.

Meu querido filho e amadas filhas. Sempre que se me oferece ocasião de vos escrever eu trato imediatamente de a aproveitar com o fim de vos pedir notícias vossas; dar-vo-las minhas, e mostrar-vos o interesse que tomo por tão estimáveis filhos dos quais jamais poderei deixar de ter acerbos saudades.

Mandai-me dizer como passais de saúde e se ides adiantados nos vossos estudos, eu espero que a resposta será conforme com os meus desejos: o que me causará grande prazer.

Eu passo bem de saúde bem como vossa mãe e manas. Os negócios portuguezes vão bem e tudo faz crer que a causa da humanidade e da justiça triunfará.

Peço-vos que me recomendeis ao vosso bom tutor e meu amigo e que o mesmo façais da minha parte a todos os vossos fiéis criados e criadas, e que digais àqueles que me têm escrito que muito sinto o tempo me não chegue para lhes responder.

Aceitai meu amado filho e prezadas filhas a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Lisboa, 2 de dezembro de 1833.

Meu querido filho. Parabéns. Este dia é para mim, e deve ser para todos os brasileiros dos maiores: sim, meu amado filho, da tua existência estão pendentes os destinos da pátria, daquela mesma pátria que tão ingrata foi para comigo, e que eu apesar de tudo, desejo ver prosperar. A tua felicidade e a do Brasil são inseparáveis: bem quisera eu, que todos se convencessem desta verdade. O tempo que é o grande mestre, a fará conhecer a todos os brasileiros, e lhes mostrará que tanto uma como outra, não poderão ser duradouras, numa vez que o princípio que as conserva, a Constituição, seja alterada na sua essência, antes que religiosamente seja executada, que as leis regulamentares, que são de absoluta necessidade, estejam feitas, e postas em execução; e que a experiência, não de meses, mas de anos, faça ver que ela é defeituosa e não conforme com os interesses do Brasil.

Eu faço ardentes votos ao céu por ti, e pelo Brasil e tremo quando me lembro, que o Império está tocando a meta da sua desmembração: decretadas que sejam as alterações projetadas, a guerra civil a mais horrorosa virá enlutar o horizonte brasileiro, ainda mais do que ele está. Muito folgarei se a Assembléia Geral, conhecendo o perigo eminente em que se acha, por desgraça, o Império, cuidar de reunir todos os partidos com o único fim de salvar a nação da anarquia firmando, como convém e ao mesmo tempo, o sistema monárquico constitucional. Se isto assim acontecer, e eu poder ainda, em um desses dias, apertar-te em meus braços vendo a minha adotiva pátria tão feliz como desejo, então eu me reputarei, completamente, venturoso.

Muito prazer me causou a tua carta de 16 de setembro último, que ontem recebi, e muito te agradeço as sinceras felicitações que me fazes, juntamente com tuas irmãs, pelas vitórias que tenho alcançado. Deus Nosso Senhor permitiu que eu tivesse,

no meio de todas as minhas atribuições, uma ocasião para mostrar ao mundo inteiro que sou capaz de desempenhar qualquer empresa a que me proponha, e permitiu ainda, para maior glória minha, que esta empresa fosse tal, que eu pudesse, desenganando os incrédulos, mostrar ao mesmo tempo quais os meus princípios políticos, e a firmeza que tenho em sustentá-los não me poupando a expor por eles a própria vida pelejando, desinteressadamente, pela liberdade dos povos e pela legitimidade dos reis contra a usurpação, a tirania e o perjúrio. Em breve espero ver terminada tão sanguinolenta e devastadora guerra civil e poder reunidas (sic) as cortes, segundo a Carta constitucional, consolidar o trono de tua irmã e a mesma carta.

Peço-te, meu adorado filho, que te não esqueças nunca de mim; que estudes; e que te faças digno de governar tão grande Império. Mui útil seria que tu tomasses, bem como tuas irmãs, lições de geografia e de história, na idade em que tu estás e tuas manas esta qualidade de lições servem de suavizar o peso que causam as mais enfadonhas. Lembrai isto ao vosso bom tutor e nosso amigo a quem muito me recomendo e a quem muitíssimo agradeço os parabéns, que me envia na tua carta, restando-me a pena que ele se achasse incomodado e que por isso não me pudesse escrever.

Muito te agradeço os desenhos que me enviaste em carta tua e de tuas irmãs datada de 3 de setembro: eles são lindos, mostram bem o adiantamento em que seus autores se acham e fazem acreditar que igual adiantamento eu devo supor nos mais estudos.

Agradece da minha parte as criadas e aos teus criados o interesse que ainda tomam em tudo que me diz respeito.

Recebe, meu prezado filho, a benção que, de todo o coração te deita

Teu saudoso e carinhoso pai e amigo

D. Pedro.

P. S. Dize a tuas manas que em outra ocasião lhes escreverei uma carta a cada uma.

XCVIII – 4811

Lisboa, 15 de dezembro de 1833.

Minha querida Januária. Prometi-te que na primeira ocasião te escreveria, separadamente, agora que se me oferece ocasião cumpro gostoso a promessa feita e te peço notícias tuas pois muito me interesse por ti. Muito estimorei que quando me escreveres me fales nas tuas lições. Eu estou de saúde bem como tua mãe e manas que te abraçam de todo o seu coração.

Recebe minha adorada filha a benção que te deita
Teu saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

XCVIII – 4811

Lisboa, 15 de dezembro de 1833.

Meu querido filho. Sabendo que amanhã parte um navio para o Rio faço esta para te pedir notícias tuas e te assegurar de que me acho de saúde bem como tua mãe e manas. Escusado é pretender assegurar-te que te amo muito, tu disto estás certíssimo e a mim resta-me a consolação de esperar que tu continuarás para sempre animado daqueles mesmos sentimentos de amor para comigo que tu me deixas bem conhecer em todas as tuas cartas.

Tua mãe me pede que te diga que ela te abraça, em idéia muito ternamente.

Recebe meu adorado filho a benção que te deita
Teu saudoso e carinhoso pai.

D. Pedro.

P. S. Meus cumprimentos ao nosso velho.

XCIX – 4851

Lisboa, 13 de janeiro de 1834.

Minha querida Januária. Pela tua carta de 29 de agosto tive a satisfação de saber que tu passavas bem e que continuavas nos teus estudos, com o fim de fazeres aqueles progressos que tanto ambicionas: muito folgo destas duas participações, elas me enchem de prazer por todos os motivos. Posso te dar, como me pedes, notícias minhas da mamã e manas, todos nós a não ser

algum defluxo passamos bem de saúde muito esperançados de vermos bem depressa acabada a guerra civil que tanto tem devastado este belo país. Na tua carta de 12 de outubro em que me dás os parabéns dos meus anos, o que eu muito te agradeço, tu me fazes conhecer a pena que tiveste pela moléstia de Nhonhô e a saudade que tens experimentado no dia dos meus anos: eu estou certo tanto de uma como de outra coisa não precisava que m'as dissesses; tu és muito boa filha e muito boa irmã; teus sentimentos não podiam ser outros.

Ah que prazer eu sinto quando considero que tenho uma filha como tu!! Ah e que saudade, ao mesmo tempo, me acompanha por me ver tão distante dela e de Chiquinha e de Nhonhô!! Dei as tuas recomendações tanto à tua mamã como à tua mana rainha, que muito te agradecem a lembrança e me pedem que te certifique da saudade que elas têm de ti da Chiquinha e de Nhonhô. À tua mana Amélia dei um abraço por ti; a sua resposta foi dar-me um outro: na sua idade ela não podia fazer mais.

Muito te agradeço os suspensórios e os desenhos porém infelizmente ainda não chegaram à minha mão: contudo não temo que se percam porque vêm por mão segura, como tu me fazes saber. Agradece, da minha parte às tuas criadas os cumprimentos que me dirigem pelo dia dos meus anos.

Recebe minha adorada filha, a benção que, de todo o coração te deita

Teu saudoso e carinhoso pai que muito te ama

D. Pedro.

C – 4868

Lisboa, 7 de abril de 1834

Meu querido filho e amadas filhas. Que dia de luto e de tristeza é este para mim. Foi neste mesmo dia que vi obrigado a separar-me do Brasil e de vós! Salvei a minha honra; evitei a guerra civil, é verdade, com isto me deveria eu, em parte, consolar; porém o amor que vos consagro e ao Brasil não permite que minha dor seja diminuída: a minha saudade cada dia se acha mais aumentada.

Os cuidados que me mereceis pelos transtornos que têm tido lugar ainda que eu faço justiça aos brasileiros que sei que vos amam, tem-me feito sofrer bastante na minha saúde que as fadigas

de uma longa e trabalhosa guerra tinham principiado a detriurar (?); porém a muita cautela que tenho tomado, e o assíduo tratamento conseguiram triunfar da doença: acho-me atualmente no meu antigo estado de forças e de vigor.

Muito estimarei que esta vos encontre gozando da maior tranqüilidade e da saúde a mais perfeita. Deus permita que as mudanças que houveram não tenham influído na vossa educação e estudos. Eu espero que o marquês de Itanhaém terá o mesmo cuidado em vós que tinha o tutor que eu vos nomeei.

Cuidai meu filho e filhas do meu coração, de serdes tementes a Deus; de vos instruídes; e de, pelas vossas maneiras e conduta, captar o amor dos brasileiros cada vez mais.

Ardentes votos faço ao céu por vós e pela prosperidade desse Império cuja independência declarei e sustentei.

Recebei, meu querido filho e filhas, a benção que, de todo coração, vos deita

Vosso carinhoso e saudoso pai

D. Pedro.

P.S.

A vossa mamãe e vossa mana rainha vos enviam muitos recados.

C – 4875

Queluz 15 de junho de 1834

Meu querido filho e amadas filhas. Recebi com sumo prazer as vossas cartas de 4, 13 de março e 21 de fevereiro as quais ainda não havia respondido não por falta de vontade ou esquecimento porém sim por falta de tempo que todo era pouco para me empregar; desprezando a saúde, para conseguir o que felizmente consegui depois de oitenta e tantas ações = vencer os inimigos da rainha e das instituições liberais perdoando-lhes no fim em nome da sua rainha = Como vos falei da saúde que muito desprezei é mister que vos assegure que atualmente me acho um pouco melhor o que devo ao acertado tratamento que o dr. Tavares tem seguido. Muito estimarei que esta vos encontre de tão perfeita

saúde como eu desejo para mim o melhor se for possível e que continueis a aplicar-vos com assiduidade aos vossos estudos.

A vossa mamã e manas estão de saúde e muito se divertem nesta bela quinta lamentando comigo a separação em que nos achamos de vós: o que em grande parte muito tem concorrido para a minha moléstia. Pela galera ou barca Lisia vos tinha escrito; as outras (?) foram ao Rio porém o poltrão do dono do navio não vól-as entregou e agora acaba de m'as entregar é deste modo que se poderia explicar a falta de cartas minhas de que vos queixais.

Eu muito folgo de ver o interesse que tomais por mim: eu vos agradeço, meu querido filho e adoradas filhas, mais esta prova de amizade que eu jamais poderei esquecer.

Remeto-vos as cartas de que vos falei acima e espero que com esta chegarão as vossas mãos.

Peço-vos que continueis a vos lembrar de mim.

Adeus meu querido filho e amadas filhas recebei a benção que de todo o coração vos deita

Vosso saudoso e carinhoso pai

D. Pedro.

P. S. Agradecer da minha parte a todos que vos rodeiam os seus cumprimentos.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pela direção do Museu foi apresentado o seguinte relatório referente a 1947:

Em 9 de janeiro de 1948.

Senhor ministro:

Obedecendo a disposição do regimento deste museu, venho apresentar a vossa excelência o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer do ano de 1947.

1. Serviço Auxiliar Seção de Administração

Foram expedidos 435 ofícios, 18 processos, 76 cartas, 53 cartões, 6 telegramas, 42 convites, 3 documentos, 24 portarias, 91 passagens, e recebidos 101 ofícios, 17 processos, 184 cartas, 15 cartões, 20 telegramas, 186 comunicações, 36 circulares, 15 avisos de doações e 27 faturas.

A seção de administração procedeu a novo sistema de fichário, tendo em vista a existência, em seus arquivos, de um número aproximado de 6.000 processos, distribuídos por 46 assuntos diferentes. Foi assim organizado um “Índice por objeto”, de modo a facilitar as consultas de serviço nos referidos processos.

Pela seção de administração, foi ainda iniciado o serviço de etiquetagem de todos os bens móveis do museu.

Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 85.881 pessoas, sendo 36.383 homens, 39.779 mulheres, 5.830 crianças e 3.889 pessoas constantes de visitas coletivas.

Entre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se o ex.^{mo} sr. general Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, o sr. dr. Clemente Mariani, ministro da Educação, sr. Mário Martini, embaixador da Itália, sr. Tomás Berreta, presidente eleito do Uruguai, Jacques Sauritz, embaixador da Rússia, professor Pereira Lira, secretário da Presidência da República, senador Fernando Melo Viana, coronel David Terrazas, chefe do Estado-Maior do Exército da Bolívia, deputados Jonas Corrêa, Batista Pereira e José Ribas, general Guilherme Barrios Tirado, chefe do Exército do Chile, príncipes indianos Janecked Burjox Usugor e Hira Singh, Victor Fernández Manero, embaixador do México, Enrique E. Buero, embaixador do Uruguai, Horácio Arredondo, diretor do Museu de Montevideu, M. Curpy, professor da Universidade de Nova Iorque, os membros da Conferência Pan-americana para a paz e segurança do continente, srs. José Guilherme Batalla e Luís Carlos Aleman, do Panamá, Guilherme Belt e Gabriel Landa, de Cuba, Alberto Lleras e Manuel Canyes, da União Pan-Americana, Manuel Gallagher, do Peru, Enrique Garcia Sayán, Herman Bellido e Luis Fernán Cisneros, do Peru, Edmé Manigat, do Haiti, Antonio Rocha, da Colômbia, William Sanders e John Dreier, dos Estados Unidos, Carlos Morales, da Venezuela, Manuel Aramayo, da Bolívia, Pascual La Rosa, Enrique Ventura Corominas, Roberto Ares, da Argentina, George Marschall, Arthur Vandenberg, Warren Austin, dos Estados Unidos, Arturo Bustamante, do Equador, Mateos Marques Castro, do Uruguai, Jaime Torres Bodet, José Goroztiza e Pablo Campos Ortiz, do México, Gonzalo Jaramillo e José Joaquim Caicedo, da Colômbia, Julian R. Cáceres e Marco Antonio Batres, de Honduras, Luis F. Thomen e Porfirio Herrera Baez, da República Dominicana, Vitor Andrés Belaúnde, do Peru, Ernesto Alfonso Nuñez e Miguel Angel Espino, do Salvador, oficiais do navio escola norte-americano *King's Painter*, e do navio argentino *Murature*, diretor do Museu Histórico Nacional de Buenos Aires, professoras do Distrito Federal, alunos do Seminário São José, Bandeirantes de Minas Gerais, Escola de Educação Física do Paraguai, Rotary Clube do Rio de Janeiro, excursionistas de Juiz de Fora, professoras do Grupo Duque de Caxias de Juiz de Fora, professores do Ensino Industrial do Mi-

nistério da Educação, caravana de atletas chilenos, alunos do Grupo Souza Lima, de Petrópolis, alunos do externato do Colégio Pedro II e Colégio Sion, senador Álvaro Maia, Enrique de Torres, diretor das revistas argentinas “Pampa” e “Rojinegro”, alunos da Escola Gonçalves Dias do D. Federal, engenheiros da Universidade de Buenos Aires, Colégio São José, de Juiz de Fora, Colégio Sacre Coeur de Marie e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, secretário do “Metropolitan Museum of New York”, Escola Profissional Paulo de Frontin, Escola Técnica Nacional, Colégio Frederico Ribeiro, professoras do Instituto Caetano de Campos, de São Paulo, general peruano Ergasto Guillen, alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e Faculdade de Filosofia da Bahia, delegação do X Congresso Nacional de Estudantes, Colégio Militar do Rio de Janeiro, Colégio Assunção, Seminário Maior dos Padres Redentoristas de Juiz de Fora, Associação Cultural de Professores, Escola Normal São Vicente de Paulo, de Santa Catarina, Farmacolandos da Universidade da Bahia, engenheiros de Porto Alegre, Escola Regimental da Polícia Militar do Estado do Rio, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo, Escola Ana Néri, Paul Batid, deputado ao Parlamento de França, coronel Olindo Denys, secretário de Segurança do Estado do Rio, aviadores da Scandinavian Airline System, almirante Loretto, chefe da missão naval dos Estados Unidos, jornalista argentino José A. Serriano, Colégio Stella Matutina de Juiz de Fora, Ginásio São Paulo, de Teresópolis, Colégio Imaculada Conceição de Barbacena, Grupo Escolar Moinho Velho, de São Paulo, Colégio Anglo-Americano do Rio, Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, Colégio Souza Marques e Instituto Rabelo, Centro de Estudos de História do Externato Pedro II, coronel Ernesto Ruffino, do Exército das Filipinas, Colégio São Bento, Universidade Católica do Chile, I Jornada de Congressistas de Puericultura e Pediatria Brasileira, ministro da Grécia, IV Congresso Brasileiro de Higiene, Colégio Carlos Werneck, oficiais do navio escola *La Argentina*, II Conferência Interamericana de Segurança Social, IV Congresso Panamericano de Urologia, Colégio Santa Teresa, embaixador da Venezuela, União dos Professores Primários Estaduais do Estado do Rio, governador do Pará, major Moura Carvalho, senador Álvaro Adolfo.

Oficina de restauração

Pela oficina de restauração, a cargo de um marceneiro, foram executados os seguintes trabalhos:

Restaurações: cravo da Sala de Miniaturas e condecorações; caixa de madeira do relógio da sala de Conferências; mesa do marquês de Abrantes; uma cadeira de pé de Cachimbo; sete consolos; seis cadeiras; um bufê; dois sofás; uma mesa; uma escrivanhinha do barão de Nova Friburgo.

Obras novas: cento e vinte e quatro tabuletas para as árvores e outras plantas do jardim; quatro dúzias de cabides para fardas; uma mesa pequena para o vestuário dos serventes; uma caixa para lixo; dez metros de grade e esteios de madeira fechada com metal. Um armário para o refeitório; uma estante para o vestuário dos jardineiros; um pára-vento para portaria; quatorze tamboretas para os servidores que guardam as salas; reparo em dois bancos do jardim; um banco para o vestuário dos serventes; um armário para o quadro geral da instalação elétrica; um armário pequeno para chaves instalado na portaria, um pequeno armário para medicamentos; um chassis de 5,30 × 3,30 m, para a tela de “Batalha de Campo Grande”; um banco para o vestuário dos guardas; escaninhos para o armário da discoteca; reparo na vitrina do manto; duas mesas para o gabinete fotográfico; um suporte para o gabinete fotográfico; uma mesa para o vestuário das funcionárias; oito prateleiras no quarto de ferramentas dos jardineiros; uma mesa grande para a biblioteca; reparo em bureau e duas estantes; uma caixa para fichas para a portaria; um caixilho de janela; três mesas para o gabinete fotográfico; um estrado para a sala de d. João VI; sete suportes grandes para pendurar cabides para as fardas dos serventes e guardas; uma prancheta para o gabinete fotográfico; uma peanha para colocar uma imagem no oratório da capela; reparo num banco do jardim; sessenta suportes para a sala de porcelanas; uma mesinha para o telefone do gabinete do diretor; oitenta e oito suportes para leques; reparo em duas guaritas; um suporte de dois degraus para a vitrina dos cetros; quatro cabides para banheiros; doze galerias para cortinas; duas caixas para papel.

Portaria

Pelo chefe da portaria e quatro serventes habilitados, foram feitos os seguintes trabalhos de restauração:

Telas a óleo: Juramento da Princesa Isabel, barão e baronesa de Guamá (2 telas), conselheiro Pindaíba de Matos e senhora (2 telas), barão e baronesa de Quartim (2 telas), e d. Pedro II (2 telas).

Móveis: restauração do estofado da mobília da sala de miniaturas e condecorações, pintura do cravo, restauração e douramento da moldura do espelho da referida sala, restauração de 6 vitrinas e mudança da cor amarela para preto, restauração do estofado de 3 poltronas e 1 canapé, que serviram ao imperador d. Pedro II e família, nas suas viagens pela Estrada de Ferro Leopoldina, restauração da caixa de costura e as respectivas peças de marfim, restauração e limpeza dos bronzes, molduras e consolos que foram doados pela família Modesto Leal. – Forrações – da superfície da mesa grande do salão de leitura, uma escrivaninha, duas mesas pequenas e do suporte da vitrina da coroa de d. Pedro I, colocação de pequenos discos nos pés de cadeiras e poltronas, para não arranhar o polimento do soalho.

Cristais e Porcelanas: restauração de diversas xícaras, uma bomboneira de cristal que pertenceu a d. Pedro II, redoma de cristal tendo no seu interior os bustos do imperador e da imperatriz.

Lustres: foram restaurados e reformados os seguintes, tendo sido observados os seus estilos primitivos: um do quarto de d. Pedro Augusto, um da sala de miniaturas e condecorações, três da sala de música, um de prata, do gabinete do diretor, três da sala de conferências, um da sala de d. João VI e um no saguão.

Candelabros: restauração, limpeza e montagem de 10 candelabros.

Diversos objetos: restauração dos relógios, pertencentes aos seguintes: d. Pedro II, presente do rei Luiz Felipe de França, do barão de S. Clemente, d. Pedro I, e o da sala da imperatriz; três pentes de segurar cabelo e doze leques que pertenceram a damas do Império; telescópio do imperador e galerias de metal da sala de miniaturas e condecorações.

Outros serviços: adaptação de espelhos na vitrina das jóias para facilitar aos visitantes melhor visibilidade, e dando bom aspecto na ornamentação da referida vitrina.

Confecção de duzentos suportes para colocação de legendas. Colocação de nova passadeira na escada e vestíbulo do sobrado. Construção de uma casinha de madeira para o papagaio e arara. Confecção de um chafariz para o repuxo do lago dos peixes vermelhos. Diversas soldas em encanamento d'água. Forração da superfície da mesa do refeitório, com azulejos. Preparação de diversas salas para serem expostas ao público, como sejam: sala do indumento, quarto de d. Pedro Augusto, sala de miniaturas e condecorações, 2ª sala de porcelanas, sala de Conferências, sala de Música, sala do Manto e sala do Senado.

Instalação Elétrica: luz fria com calhas na vitrina do manto de d. Pedro II, colocação de um reposteiro no fundo da mesma. As calhas foram colocadas para evitar que a intensidade da luz ferisse a visão dos visitantes e o reposteiro claro, para que o vidro da vitrina não se tornasse espelho, facilitando que o manto seja bem visível.

Instalação comum nas seguintes dependências: casa da guarda, galpão, discoteca; luminárias na sala do Senado, 2ª sala de porcelanas, seção técnica, adaptação de uma lâmpada no toailete das funcionárias, feitura de duas lanternas com instalação embutida, para as dependências da parte externa do museu.

Gabinete fotográfico

O gabinete fotográfico realizou os seguintes trabalhos: 1.734 fotografias e 3.468 cópias, para as fichas de objetos históricos do patrimônio do museu, 717 fotos e 1.434 cópias para publicações e propaganda, 120 fotos e 240 cópias, de visitantes ilustres e reuniões culturais, 60 fotos e 120 cópias para as fichas dos funcionários. 1 ampliação 70 × 90 pintada a óleo, cópia do quadro de Pedro Américo representando d. Pedro II na abertura da Assembléia Geral e 2 fotografias coloridas para o “Anuário”.

Parque

Os bosques e jardins do parque do museu conservaram, como de hábito, todos os seus serviços. Foram colocados dois bebedouros para o público. Dos animais de decoração foram recebidos, por doação, uma arara e um papagaio. Foram adquiridas as seguintes plantas: 6 gravilhas, 3 canelas, 6 ipês, 6 magnólias, 6 camélias,

2 estremós, 6 papilus, 2 sicas, 3 capins gênero, e 1 tipoana, além de outras diversas espécies recebidas por doação, contando-se entre as mesmas 6 paus-brasil.

Foram colocadas tabuletas em todas as diferentes espécies vegetais existentes no parque, com o nome científico e popular, segundo a classificação feita, há tempos, pelo diretor do Jardim Botânico, João Geraldo Kuhlman, e também uma tabuleta para o serviço de mão dos veículos.

Foram colocados mais três bancos e construídos dois caminhos de laje para melhor acesso à discoteca.

2. Aquisições

Nenhuma aquisição pôde realizar o Museu Imperial no decorrer de 1947, em virtude de não ter obtido verba orçamentária para tal fim.

O Museu Imperial ainda perdeu dois créditos extraordinários para aquisição de preciosas coleções. O primeiro, de Cr\$ 851.000,00 destinado à compra da coleção Franklin Sampaio. Nomeada uma comissão para avaliar os objetos, e estipulado o preço de compra, foi aberto o crédito especial necessário, e, quando o funcionário destacado já havia recebido a importância, por adiantamento, foi levado a repor a importância, findo o prazo legal, devido aos inesperados adiamentos com que os vendedores fugiram ao compromisso assumido. O segundo, de Cr\$ 650.000,00, destinava-se à aquisição de uma notável coleção de medalhas, pertencente ao dr. Mário Góes e que foi perdido, em 1946, em virtude do cancelamento de créditos, ditado pelas medidas de economia estabelecidas pelo governo.

3. Doações

Fizeram doações ao museu: sr. Jorge Tibiriçá: sete peças de cristal, que pertenceram ao conde de Parnaíba; sr. Gilberto Landsberg: uma xícara e um pires de porcelana francesa e um freio de prata com bridão de ferro; sr. Manoel Rabelo de Almeida e Silva: um pequeno resplendor de prata, em forma de crescente; d. Stella Guerra Duval: “Luvras Cândidas”, do imperador d. Pedro II; dr. Vieira da Cunha: um prato para bolo, de porcelana francesa, do serviço do barão de Araripe, uma xícara e pires para café, de porcelana francesa, uma taça, de cristal branco, uma

colher para arroz, de prata inglesa, do barão de Itapissuna, uma colher de sopa, de prata inglesa, do barão de Itapissuna, um garfo de mesa, de prata inglesa; família conde Modesto Leal: um grupo de móveis que pertenceram à Sala do Trono do Paço de São Cristóvão, constante das seguintes peças: um sofá, quatro cadeiras de braço, com rodízios, doze cadeiras, com rodízios, dois consolos, com espelho, um consolo solteiro, uma tela a óleo representando d. Pedro II, em traje de marechal, uma diligência que servia a d. Pedro II para suas viagens entre o Paço de São Cristóvão e a fazenda de Santa Cruz; governo do Rio Grande do Sul: grande medalha de ouro oferecida pela província do Rio Grande do Sul a d. Pedro II, em comemoração dos socorros prestados pelo imperador por ocasião da invasão paraguaia; sr. Lameira Antunes: uma litografia de Cassi e Dura, representando dom Pedro II; sr. Marcelo Barragat: diversas fotografias, entre as quais: início da construção da atual Rua Dom Pedro I, casas da Av. XV de Novembro, etc.; sr. Ely Azambuja Germano: quatro fotografias, sendo uma do imperador dom Pedro II, uma do conde d'Eu, etc.; sr. Luiz da Fonseca Quintanilha: três exercícios caligráficos feitos, respectivamente, por dom Pedro II, dona Januária e dona Francisca, bem como um autorretrato, a lápis, feito por dom Pedro II, e ainda um cartão de Luiz Aleixo Boulanger ao general Polidoro; sr. Roberto Thut: duas fotografias, sendo uma do imperador dom Pedro II, fardado, e outra do mesmo quando nos Estados Unidos; d. Naide de Barros Corrêa: um barrete de veludo verde-escuro, matizado de flores bordadas, que pertenceu ao barão de Contendas; d. Áurea R. Pinto Portela: um prato de porcelana que pertenceu ao barão de Almeida Ramos; d. Amélia de Rezende Martins e Marieta de Rezende: dois pratos de porcelana, que pertenceram ao barão de Rezende e ao marquês de Valença; Library of Congress: dois volumes ilustrados sobre Artists on Art e Hispanic Silverwork; professor Benedito Coiai: um volume sobre símbolos nacionais; padre Godofredo Mafra de Souza: uma fotografia da primitiva estação Pedro II do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional de Lima, Peru: dois boletins de suas publicações; Metropolitan Museum of Art, de Nova Iorque: dois volumes de suas publicações; Ministério das Relações Exteriores: Obras do barão do Rio Branco; Arquivo Nacional: um exemplar do diploma oferecido a d. Pedro I e a dona Amélia, pela Arcádia Romana, e uma litografia do general Polidoro; sr. James Andrew: um busto em gesso, da impe-

ratriz d. Teresa Cristina, e um retrato em litografia de d. Pedro I; sr. Manoel Rabelo de Almeida e Silva: uma manteigueira, de porcelana, do barão de Itapitocaí; prof. Paulo Simões da Rocha, por intermédio do sr. Edmundo da Luz Pinto: um retrato, a óleo, da viscondessa de Sinimbu; sr. Heitor Santos: um pequeno reposteiro, em seda verde e amarela, o qual serviu na barraca do imperador Pedro II, na Guerra do Paraguai; prof. Walter Spalding: por intermédio do ministro Rubem Rosa, o livro “Poesias Completas de Correia Garção”; sr. Péricles Silveira: um álbum de selos do Império do Brasil, relativo à época de 1866 a 1884; prof. Erit Araguari: três folhas brs. “Hino Oficial do Colégio Dois de Dezembro”, letra do prof. João de Oliveira Sá; sr. André Tannein: uma fotografia antiga da “Banda dos Gustavos”; dr. Pedro Paranaguá: dois vols. contendo livros de direito e também um talão da biblioteca do seu pai; cel. João Duarte Silveira: cinco volumes “Comércio”; dr. H. Leão Teixeira Filho: “Anais da Assembléia Legislativa de 1901, 1902, 1903 e 1904” e “Escravidão do Brasil”; sr. David de Matos: um estribo de bronze ornamentado com as armas do Império; sra. Carminda Saboia Reis: uma taça de cristal, com as iniciais entrelaçadas V. S., que pertenceu ao visconde de Sabóia; Sociedade dos Cem Bibliófilos: um exemplar de “Espumas Flutuantes”; dr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho: projeto representando a princesa Isabel por ocasião do batizado, e 9 cartas da mesma endereçadas à viscondessa de Lages; prof. Benedito Coiai: “Libretto Il Guarany”, distribuído no Teatro Lírico Fluminense; sra. Dulce d’Escragnolle: um copo de cristal, com a legenda: “Lembrança de Petrópolis”; dr. Edmundo da Luz Pinto: uma litografia, retrato de dom Pedro I, no leito de morte; The Library of Congress (Washington): “The book of Pottery and Porcelain”, e “Pennsylvania Dutch American Folk Art”; anônimo: “Voyage Pittoresque dans les Deux Amériques”, “Abrégé de L’Histoire Générale des Voyages”, “Teoría y Prácticas Ornamentales”; Canadian Embassy: 31 fotografias de museus canadenses, e publicações relativas aos mesmos; sr. Bernardino da Rocha Prista: treze estampas da Via Sacra, enquadradas, que pertenceram à primitiva Matriz de Petrópolis; sr. Raul G. da Cruz Lima: uma miniatura de José Dias da Cruz Lima, veador da corte de d. Pedro II; Library of Congress: cópias fotostáticas de três documentos (carta de 5 de maio de 1808, do presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson ao príncipe regente de Portugal e

Brasil, mensagem deste ao presidente dos Estados Unidos, de 14 de setembro de 1808 e carta de Thomas Jefferson a William Short); dr. Ricardo Gumbleton Daunt: onze documentos, entre cartas, notas e fotografias, relativas a episódios da família imperial em São Paulo; d. Gilda Carneiro de Mendonça: um lenço de cambraia de linho com as iniciais M. I., tendo pertencido à marquesa de Itamarati; dr. Alcindo de Azevedo Sodré: 1) “Mémoire du Conseiller M. F. Correia sur L’ouvrage de E. de Pressensé Les Origines annoté par Don Pedro d’Alcantara”. 2) “Teresópolis (Dedo de Deus)”; sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego: um exemplar do *Jornal do Comércio* de 3 de dezembro de 1847; d. Mariana Albuquerque de Avelar: “Novo Mapa do Império do Brasil, publicado com as últimas correções do Governo”, em 1867; anônimo: “Catálogo da Coleção Numismática Brasileira”, por Augusto de Souza Lobo, 1908; sr. Francisco Marques dos Santos: uma colher de chá, de prata, manufatura baiana; dr. Sadi de Melo e Silva: uma faca de ponta com cabo de ouro e prata.

4. Permutas

Foi feita a permuta de um porta-retratos de ouro por um relicário do mesmo metal, pertencente ao dr. Edmundo da Luz Pinto, e um prato de porcelana do serviço de criados do Paço de São Cristóvão por um prato de porcelana do serviço de d. Pedro II, pertencente a d. Gilda Carneiro de Mendonça.

5. Alterações no Regimento

Tendo observado, no interesse da visitação pública e do serviço deste museu, a necessidade de serem alteradas certas disposições do regimento do Museu Imperial, remeti ofício a v. ex^a sobre o assunto.

6. Correspondentes do Museu

Autorizado pelo art. 15, número IX a) do Regimento, foi por mim designado membro correspondente do Museu Imperial no estado do Pará, o historiador dr. Paulo Eleutério Filho, que aceitou o encargo pela seguinte manifestação telegráfica: “Resposta seu ofício 405, de 6 do corrente tenho grande prazer aceitar convite

vossência a fim prestar meus serviços a grande obra que é Museu Imperial surgida mantida esforços seu nobre diretor. Cordiais saudações. Paulo Eleutério Filho, chefe gabinete governador”.

7. Inauguração de Salas

Foi inaugurada, no sobrado, a nova sala de leques e indumentos, a nova sala do manto imperial, com vitrina iluminada a luz fria, e a sala do trono recebeu o mobiliário devido, com a doação feita pela família do conde Modesto Leal.

A Sala de Conferências, por conveniência, foi transferida da ala esquerda para a ala direita do edifício principal.

8. Fichas de objetos históricos

As divisões da monarquia brasileira e de ourivesaria procederam regularmente aos seus trabalhos, destacando-se o serviço de fichas dos objetos históricos do patrimônio deste museu, constando essas fichas de uma fotografia do objeto, sua descrição, procedência, valor, dimensões e estado de conservação. Foram feitas quinhentas fichas, em duplicata, sendo esta remetida ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

9. Curso para zeladores

Dada a função especial atribuída aos zeladores, e consoante a técnica de apresentação do Museu Imperial, prosseguiu, normalmente, o curso para zeladores instituído por esta direção e ministrado pelo diretor e conservadores, e para maior amplitude do mesmo, foi elaborado o seguinte programa, pela chefe de divisão, Haydée Di Tommaso Bastos:

1ª parte

1. O Museu Imperial: histórico, finalidades.
2. A finalidade do museu moderno: a visitação, o visitante e o zelador (influência, sugestão, ensinamentos).
3. Aulas práticas de visitação: as crianças, os adultos, cultura mediana, os estudiosos, o povo.
4. Perguntas e respostas (torneio entre os zeladores).

2ª parte

1. O saguão: Sala da Imperatriz (comentário e histórico).
2. Sala dos Embaixadores.
3. Cristais e porcelanas.
4. Gravuras: diferentes processos, corredores.
5. Prataria.
6. Jóias: camafeus, pedras preciosas e semipreciosas. Insígnias imperiais.
7. Sala de jantar e gabinete de d. Pedro Augusto.
8. Sala D. João VI. Sala de música.
9. Sala do I Reinado.
10. Leques e indumento.
11. Condecorações.
12. Miniaturas e pinturas diversas.
13. Armas e bandeiras do Brasil.
14. Coroas: títulos nobiliárquicos.
15. Mobiliário: estilos.
16. Armas: branca e de fogo.
17. A arte no Brasil: suas primeiras manifestações.
18. A moeda: sistema usado no Brasil. A moeda no Império.
19. Medalhas militares.
20. Noções de heráldica: como se constituíram os brasões. Armorial Brasileiro.

10. Inventário

Em 31 de dezembro de 1946, o inventário do material existente no museu alcançou o número de registros 11.540 (onze mil quinhentos e quarenta) representando Cr\$ 16.600.904,36 (dezesseis milhões, seiscientos mil, novecentos e quatro cruzeiros e trinta e seis centavos) valor dos objetos inventariados.

Em 31 de dezembro de 1947, o número de registros passou para 13.057 (treze mil e cinqüenta e sete), representando Cr\$ 17.953.209,16 (dezessete milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, duzentos e nove cruzeiros e dezesseis centavos).

Observa-se assim, para 1947, um aumento de 1.517 (mil quinhentos e dezessete) objetos registrados, com um acréscimo de valor de Cr\$ 1.352.304,80 (um milhão, trezentos e cinqüenta e dois mil, trezentos e quatro cruzeiros e oitenta centavos).

11. Filmes educativos

No período das férias escolares, isto é, de janeiro a março e no mês de julho, realizaram-se na sala de Conferências projeções de filmes educativos para estudantes de curso primário e secundário, gentilmente cedidos pela empresa petropolitana de cinema.

12. O Museu Imperial através da Rádio Roquete Pinto

Em conseqüência do programa “Em visita ao Museu Imperial”, constituído por um curso para as professoras encarregadas de orientar os escolares na visita ao museu, curso este instituído em 1946 pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, foram elaboradas as respectivas teses cujo julgamento foi procedido em 1947 por comissão nomeada pelo prefeito do Distrito Federal, e composta do diretor do Museu Imperial, professor Virgílio Várzea, senhorinha Haydée Di Tommaso Bastos, chefe de divisão deste Museu, e sr. Francisco Marques dos Santos, do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

13. Discoteca

A discoteca teve a sua freqüência grandemente aumentada em 1947, o que prova o interesse público por esse serviço instalado em 1946. O número total de freqüentadores atingiu 3.684, sendo 2.049 homens, 1.125 mulheres e 514 crianças. Recebeu a discoteca várias doações, entre elas, a do ex.^{mo} sr. presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra.

14. Divisão de Ourivesaria

Por essa divisão, foram registrados em livro próprio 630 (seiscentos e trinta) objetos, numa avaliação de Cr\$ 7.880.501,50 (sete milhões oitocentos e oitenta mil, quinhentos e três cruzeiros e cinquenta centavos), assim distribuídos:

Jóias – 170; prataria – 168; condecorações – 37; medalhas – 77; marfim – 32; objetos diversos – 144.

Em 1947 deram entrada nove objetos, dos quais sete doações de particulares, uma transferência do Museu Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul, e o último, por permuta, num total de Cr\$ 88.350,00 (oitenta e oito mil trezentos e cinquenta cruzeiros), ascendendo, desse modo, o acervo da divisão ao valor de Cr\$ 7.967.853,50 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta centavos), assim discriminados:

Jóias – 178; Prataria – 193; Condecorações – 37; Medalhas – 78; Marfim – 34; Objetos diversos – 144.

15. Divisão de Documentação Histórica

I – Seção de Biblioteca, Filatelia, Mapoteca e Estampas.

a) *Biblioteca*:

Prosseguiu regularmente o trabalho de tombamento das obras entradas, cujo número atingiu, este ano, a 2.064, perfazendo um total de 1.678 obras, sendo 1.042 por doação, 632 por aquisição e 4 por permuta. A coleção bibliográfica está avaliada em Cr\$ 400.927,60.

Foi iniciada a catalogação da biblioteca, pelo sistema decimal de Dewey, trabalho que virá prestar reais serviços ao seu funcionamento.

Entre os doadores, no presente ano, cumpre ressaltar o dr. Cláudio Ganns, que, no seu constante interesse pelo enriquecimento dessa seção, ofertou valiosa coleção de livros avaliada em Cr\$ 30.045,00.

Na parte de referência prosseguiu-se a elaboração do catálogo bio-bibliográfico de personagens que interessam à história do Brasil, serviço que vem sendo feito pelos zeladores, no período de 11 às 12 horas. Já se acha devidamente fichada a maioria dos dicionários, enciclopédias e outras fontes de informação existentes na divisão, serviço de real proveito para os trabalhos de pesquisa.

b) *Filatelia*:

Embora ainda em início, e sem ainda o desenvolvimento que deverá ter, foi esse departamento enriquecido com importante doação do filatelista Péricles da Silveira, constando de um álbum contendo 165 exemplares de selos do Império, entre 1866 e 1879, e quatro ensaios filatélicos de grande valor. A dita coleção, ainda

não devidamente classificada, já foi, entretanto, avaliada em cerca de Cr\$ 30.000,00.

c) *Mapoteca:*

A mapoteca do Museu Imperial, enriquecida por doações valiosas, tem prestado relevantes serviços aos estudiosos, notadamente aos funcionários do IBGE que para aqui acorreram durante todo o ano, em busca de informes e documentação para trabalhos que realizavam.

d) *Estampas:*

Atingiu o tombamento desses 3 últimos itens (filatelia, mapoteca e estampas) que, em virtude de não estarem ainda organizadas as seções, continua sendo feito juntamente com o da documentação fotográfica, ao número 448, estando as respectivas peças assim discriminadas: 406 por doação e 42 por transferência de outras repartições. Monta o seu valor a Cr\$ 108.612,00.

II – Seção de Arquivo. Documentação Fotográfica. Publicações e Intercâmbio Cultural.

a) *Arquivo:*

Prosseguiram os trabalhos de catalogação do grande acervo de documentos que constitui o arquivo do museu, seção bastante procurada pelos estudiosos. Seu tombamento atingiu o nº 116, estando o acervo avaliado em Cr\$ 204.814,00.

Muito embora sem uma catalogação adequada, foram as peças classificadas por assunto, o que veio facilitar bastante a consulta. Conserva a divisão preciosos originais do maestro Carlos Gomes, recebidos pelo Museu em expressiva cerimônia realizada a 8 de fevereiro, e entre os quais se contam manuscritos das óperas: “O Guarani”, “Tosca”, “Salvador Rosa” e “Maria Tudor”, bem como diversas peças avulsas. Tais documentos foram entregues à repartição pela Casa Ricordi, depositária das citadas partituras, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e por interferência da ex.^{ma} sra. d. Ítala Gomes Vaz de Carvalho, filha do imortal brasileiro. Foi esta coleção avaliada em Cr\$ 500.000,00.

b) *Documentação Fotográfica:*

Foi continuado o trabalho de tombamento e classificação do extenso material fotográfico, que foi acrescido de grandes e valiosas doações.

c) *Publicações:*

Editou o Museu, em 1947, por intermédio desta divisão, o seu “catálogo”, impresso nas oficinas da Imprensa Nacional. Sua

distribuição foi feita pela relação já organizada para as publicações e obedeceu ao critério seletivo do interesse pelo assunto do folheto ora editado.

A publicação do “Anuário do Museu Imperial” não teve o pronto andamento que seria para desejar. Acha-se todavia pronto, na Imprensa Nacional, o volume V, referente a 1944, e em provas, na editora A Noite, o correspondente a 1945. Como se vê, não se acha, infelizmente, em dia o Anuário do Museu Imperial.

Para que o atraso não fosse maior, obtive de vossa excelência autorização para fazer editar na empresa A Noite o volume correspondente a 1945. Os originais relativos a 1946 e a 1947 acham-se já em meu poder, e seria da maior conveniência se vossa excelência autorizasse distribuir ao mesmo tempo à Imprensa Nacional e à empresa A Noite os referidos originais, de modo a diminuir o atraso verificado nas publicações do Anuário.

Do volume IV, relativo a 1943, último em distribuição, foram expedidos 1.108 exemplares às pessoas já inscritas no fichário competente organizado pela D. D. H, e que haviam acusado o recebimento do volume anterior. E também a novos interessados, de acordo com os pedidos feitos ao museu.

A expedição do “Anuário” foi assim distribuída:

Brasil: Amazonas 1; Pará 3; Maranhão 3; Ceará 16; Rio Grande do Norte 4; Paraíba 6; Pernambuco 21; Alagoas 5; Sergipe 5; Bahia 24; Espírito Santo 3; Rio de Janeiro 155; São Paulo 178; Paraná 13; Santa Catarina 21; Rio Grande do Sul 45; Minas Gerais 42; Mato Grosso 1; Goiás 1; Distrito Federal 421; Fernando de Noronha 2.

Canadá 4; Estados Unidos 34; Equador 2; Nicarágua 1; Venezuela 4; Colômbia 2; Peru 4; Argentina 16; Chile 4; Uruguai 11; Paraguai 1; Inglaterra 3; Portugal 13.

d) *Intercâmbio cultural:*

Realizou-se no salão de conferências uma série de três palestras, patrocinadas pela Associação de Cultura Franco-Brasileira, sendo tratados os assuntos referentes a “Peguy”, “A literatura oriunda do existencialismo” e “A noção de aptidão e a sua importância na utilização racional do homem”, a cargo, respectivamente, dos srs. Michel Simon, Marcel Hignette e Henri Pieron.

Também o Instituto Histórico de Petrópolis realizou no mesmo recinto suas sessões solenes, além das reuniões ordinárias, como tradicionalmente vem fazendo. Aquelas estiveram a cargo dos conferencistas Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Guilherme Auler e Cláudio Ganns.

O Museu manteve intercâmbio com as seguintes instituições estrangeiras:

Argentina: Comisión de Monumentos Históricos, Museo Colonial e Histórico de Luján, Museo Histórico Nacional, Museo Histórico Sarmiento, Museo de La Plata, Museo de Armas de La Nación, Museo Mitre, Museo Saavedra, Museo Histórico de Córdoba.

Uruguai: Museo Histórico Nacional, Museo Municipal e Ateneu.

Chile: Museo Histórico Nacional.

Paraguai: Museo de Bellas Artes y Biblioteca Nacional.

Venezuela: Museo Bolivariano, Museo de Arte Colonial e Biblioteca Nacional.

Equador: Museo Nacional de Arte Colonial e Casa de La Cultura Ecuatoriana.

Peru: Museo Bolivariano, Museo Arqueológico de La Universidad Nacional de Cuzco.

Bolívia: Museo Nacional “Palacio Tihuanacu”.

Colômbia: Quinta de Bolívar e Museo de Arte Colonial.

Estados Unidos: Metropolitan Museum of Art, de New York; San Joaquín Historical Museum, of California; Museum of American History, de Chicago; Louisiana State Museum, de Baton-Rouge; Municipal Museum of the City of Baltimore; Museum for New England Antiquities, de Boston; Museum Mississippi State Department of Archives and History; Museum of the City of New York; Independence Hall National Museum, de Filadelfia; Colonial Williamsburg-Virgínia; The Taylor Museum; Library of Congress; Pennsylvania Historical Society; Philadelphia Museum of Fine Arts; Maryland Historical Society; Museum of Modern Art, de New York; Brooklin Museum; Yale School of Fine Arts; Rhode Island School of Design; Museum of Fine Arts, de Boston; Virginia Historical Society; Art Institute, de

Chicago; Art Institute, de Detroit; Museum of Fine Arts, de Cleveland; Museum of Fine Arts, de Cincinnati; William Rockhill Nelson Museum of Art; City Art Museum, de Saint-Louis; Denver Museum of Art; San Francisco Art Museum; Los Angeles County Museum; San Diego Museum; Portland Museum; National Gallery of Art; Corcoran Museum of Art; Museum of the Cabildo, de Nova Orleans; University of Missouri; Columbia University; University of Michigan; Yale University; Harvard University; University of California; University of New Mexico; Tulane University of North Carolina; Duke University; Oliveira Lima Library; Johns Hopkins University; University of Pennsylvania; Princetown University; Institute of Fine Arts, de Nova York; John Carrol University.

Canadá: Provincial Museum of National History; Musée de la Province de Quebec, New Bruswick Museum, National Museum of Canada.

Portugal: Museu de Alberto Sampaio, Guimarães; Museu de Évora, Évora; Museu Machado de Castro, Coimbra; Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa; Museu Regional de Aveiro, Aveiro; Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto; Museu de Grão Vasco, Viseu; Museu da Cidade de Lisboa, Lisboa.

16. Prevenção contra incêndio

Infelizmente, no decorrer de 1947 não pôde o Corpo de Bombeiros de Petrópolis realizar mensalmente os exercícios adequados que em 1946 havia iniciado, experimentando os quatro registros externos colocados especialmente para serem usados na eventualidade de um incêndio. O estado do material do referido corpo foi a causa dessa interrupção, esperando-se que em 1948 isso não ocorra, dado o programa do atual prefeito, de dotar com novo aparelhamento o Corpo de Bombeiros de Petrópolis.

Foram, no entanto, reaparelhadas de líquido próprio, as quatro bombas extintoras instaladas no interior do edifício.

17. Obras

Embora reduzida a verba orçamentária para obras neste museu, em virtude da medida de compressão de despesas, ocorrida em 1947, prosseguiram algumas obras sob a assistência da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

18. Arquivo da Casa Imperial

No dia 28 de novembro, partiram de avião para a França o secretário e o chefe de divisão deste Museu, Luiz Afonso d'Escragnolle e Paulo Olinto de Oliveira a fim de receberem no castelo d'Eu o arquivo da Casa Imperial e objetos históricos doados à nação pelo príncipe dom Pedro e destinados a este Museu.

Por notícias recebidas do secretário, a doação, já entregue, acha-se encaixotada no porto do Havre, aguardando a passagem do navio nacional *Santarém*, esperada para o dia 8 do corrente mês.

19. Salas novas

Seis salas aguardam objetos de adorno para serem inauguradas: sala de honra do Senado imperial, sala de Baile e Música do Paço de Petrópolis, quarto de dom Pedro Augusto, sala do Soldado do Império, sala de carruagens e sala de Petrópolis.

Para tanto, fiz uma estimativa detalhada para a verba pedida de Cr\$ 400.000,00, quando, em exposição de motivo, dirigi a v. ex.^a um ofício que constituiu no Ministério o processo 72.296/47.

20. Livro para impressões e assinaturas

No livro para impressões e assinaturas de visitantes do Museu Imperial, foram escritas as seguintes palavras:

“La gentileza del Director de este Museo, nos ha permitido visitar esta hermosa casa, que evoca tradiciones de gloria del Brasil, anticipo de sua grandeza presente y futura. (ass.) Pascual La Rosa, delegado argentino a la Conferencia para el mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente”.

“Escribo estas líneas bajo la impresión maravillosa de este lindo Palacio y Museo tan bien atendido por su culto Director. (ass.) Guillermo Belt” (chefe da delegação de Cuba à Conferência Pan-Americana).

“Después de haber admirado los recuerdos de un pasado ilustre que se conservan en este Museo, renuevo mi cordial homenaje al noble pueblo brasileño. (ass.) E. Garcia Sayán, ministro de Relaciones Exteriores del Perú”.

“Cuando se visita este magnífico Museo se transporta el espíritu a aquellas famosas épocas de la esplendorosa Monarquía que tantas glorias dio al mundo. Quien visita a este progresista y culto país y no visita esta casa de recuerdos históricos de aquellas remotas edades cuyas reliquias aquí se conservan: regresará a su pueblo sin haber conocido en todo su valor esta tierra hospitalaria y digna de admiración. (ass.) José Guillermo Batalla, delegado de Panamá”.

“Recuerdo de mi visita al Museo Imperial en ocasión de 1ª Conferencia para la Paz y Seguridad del Continente Americano celebrada en Petrópolis, entre los recuerdos del pasado imperial y democrático de esta gran nación brasileña, próspera y grande como la soñó Don Pedro II. (ass.) Porfirio Herrera Baez delegado de la República Dominicana”.

“La visita al Museo Imperial me ha permitido conocer de la gloria y tradición de este gran pueblo que es una de las mayores democracias del continente. (ass.) Luís F. Thomen, secretário de Estado de Sanidad y Asistencia Pública de la República Dominicana”.

“Emervelliée par le style de bon goût du palais imperial de Petrópolis, la délégation haitienne à la Conférence de Rio de Janeiro est heureuse d’offrir à la terre hospitalière et généreuse du Brésil, l’hommage de son admiration. (ass.) Edmé Th. Manigat, Ministre des Relations Extérieures d’Haiti”.

“J’emporte le meilleur souvenir de ma visite au Musée Impérial de Petropolis, et j’emporte aussi l’impression la plus agréable de l’accueil amable dont j’ai été l’objet de la part des charmantes et érudites jeunes femmes qui ont été mes guides à cette occasion. (ass.) Jacques A. Léger, Ministre d’Haiti au Venezuela”.

“With appreciation that this important Museum, is preserving for mankind the physical history of this distinguished land. (ass.) Warren R. Austin”.

“A historical jewel! (ass.) Colonel Edward L. Austin, U. S. Army”.

“El noble recuerdo del Emperador Don Pedro II, el civilizador filósofo, se harmoniza con la grandeza del Brasil republicano, que es una de las grandes patrias de América. (ass.) Tulio M. Cestero”.

“Una vez más siento la grandeza del Brasil, visitando ese hermoso museo que me confirma la semejanza entre nuestra cultura y la de este noble y admirable país. (ass.) V. A. Belaúnde”. (Delegado do Peru).

“The Museum has been kept most wonderfully well and is run on the modern style. We have been shown around and explained thoroughly. And must say that we were greatly impressed by it. (ass.) Hira Singh (Prince Hira Singh of Baria State, India)”.

“It was an inspired idea to start this living museum, living because it keeps alive a part to be proud of, a culture to be preserved. It has given me very great pleasure indeed today to go over this historic building and I am grateful for every courtesy shown. (ass.) Jamehed Burjox Usugar, of Bombay and New Delhi – India”.

“Saio deste Museu, como brasileiro e jornalista, vaidoso no duplo aspecto, pois nacionais e estrangeiros terão aqui ótima impressão do Brasil passado e do presente: os que deixaram tradições têm ótimos defensores. Se se devem os melhores elogios aos organizadores do museu, não se podem regatear aplausos aos que lhe garantem o êxito tais os seus dedicados e competentes funcionários, da direção aos de menores postos. (ass.) Mário Magalhães”.

“Profundamente impresionado por el inteligente respeto con que un gran Pueblo sabe conservar en el marco de dignidad que corresponde, la evocación de sus tradiciones. (ass.) A. Apraiz, Director del Museo Histórico Nacional de Buenos Aires”.

“Este Museu documenta a glória imperial do Brasil, graças ao espírito e à cultura, ao patriotismo e ao profícuo trabalho do

seu ilustre diretor. É um dos motivos de orgulho de ser brasileiro visitar este Museu Imperial. (ass.) Jonas Correia, deputado federal e 3º secretário da Câmara dos Deputados”.

“Reconstituindo, com fidelidade, o ambiente em que se moveram as principais figuras da época, o Museu Imperial de Petrópolis permite não apenas compreender, mas sentir como, daquela atmosfera refinada, continuadora das tradições das cortes européias, resultavam as características de equilíbrio, de autoridade, de prestígio e de força, pelas quais o Brasil se impunha às turbulentas repúblicas sul-americanas. Visitando-o oficialmente, como ministro da Educação e Saúde, apraz-me consignar a magnífica impressão que me causaram o seu planejamento e a boa ordem dos seus serviços. (ass.) Clemente Mariani”.

“A ricordo della gradevole visita nella Casa che fu dell’ultimo Emperatore umanista e della pia consorte napolitana. (ass.) M. A. Martini, Artbaciatore d’Italia”.

“É com grande prazer que um historiador visita o já famoso Museu Imperial. É que Alcindo Sodré, o seu criador e dedicado diretor, organizou-o com os olhos mais nos fastos da história, do que na delícia despertada pela arte. Sem dúvida alguma a verdade histórica foi sempre cuidadosamente respeitada, sem prejuízo, entretanto, da mais perfeita harmonia estética que se nota em todas as dependências desta instituição. Verdade e beleza, eis o lema que bem poderia sintetizar a obra admirável de Alcindo de Azevedo Sodré, o eminente diretor do Museu Imperial. (ass.) José Carlos de Macedo Soares, interventor federal no estado de São Paulo”.

“With profound gratitude for the many courtesies extended to me. (ass.) Dudley T. Easley Jr., The Metropolitan Museum of Art. New York”.

“Nous étions émerveillées du passé imperial du grand pays qu’est le Brésil et avons admiré l’ordre parfait qui y règne. (ass.) Arghyropoulos, Ministre de Grèce”.

“Levo a mais indelével das impressões ao visitar o Museu Imperial. Traduz ele, em sua magnificência, um passado de gloriosas e imorredouras tradições. (ass.) Moura Carvalho, governador do Pará”.

“No paraíso do mundo – Petrópolis – tive oportunidade de conhecer um dos mais belos museus, digno do Império que

evoca. (ass.) Octavio Assunção” (presidente da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Uruguai).

“Maravilhou-nos e encheu-nos as almas de um passado que não vivemos mas que amamos e respeitamos. Vive em nós a gratidão viva e sincera aos maiores homens do Brasil”. (Seguem-se várias assinaturas de mestres e alunos do curso de agricultura do Ministério da Agricultura).

“Nesta visita, ficamos magnificamente impressionados com a grandeza da instituição – que reconstitui luminosa época de nosso passado histórico. (ass.) Valdir de Moura, Cristovam Leite de Castro, Luiz de Souza W. Lobato e Bueno de Azevedo Filho”. (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

“Los miembros del 3º Congreso Americano y 4º Brasileiro de Urologia, representantes que son de la Cultura de los países de América, registran en la visita que hacen al Museo Imperial, su emocionante reverencia a la grandeza moral y cultural del eminente ciudadano de América, que fue Pedro II, último miembro de la familia imperial del Brasil, país que todos llevan en el corazón”. (Seguem-se trinta assinaturas).

“Es el Museo Imperial testimonio vivo de las glorias del pasado, cimiento del presente y del futuro, y expresión también del justo orgullo de un pueblo que motivos tiene para estarlo de su fecunda historia. (ass.) Juan Carlos Bavasso Roffo” (advogado e jornalista argentino).

“Ao visitar o Museu Imperial senti-me orgulhoso do nosso passado, e mais do que nunca, confiante no futuro do Brasil. (ass.) Luís de Faro Júnior”.

“Vivir la historia es vivir un pedazo de un pasado heroico y sublime. Nosotros los soldados paraguayos sabemos admirar lo lejano, sin prejuicios algunos. Por eso, hoy, rendimos un homenaje de respeto al Palacio Imperial que nos habla tan nítidamente del Brasil eterno! (ass.) C. Lentana, Tte. Col. Director de la Escuela Militar del Paraguay”.

São estas, sr. ministro, as principais ocorrências havidas neste museu, durante o ano de 1947.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré

Diretor